

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS HUMANAS:  
SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

***ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E DESIGUALDADE DE RENDA  
NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA***

**Daniete Fernandes Rocha**

**Belo Horizonte**

**2010**

**Daniete Fernandes Rocha**

***ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E DESIGUALDADE DE RENDA  
NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA***

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas.

**Área de Concentração:** Sociologia

**Orientador:** Prof. Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves

**Belo Horizonte**

**2010**

**Daniete Fernandes Rocha**

***ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E DESIGUALDADE DE RENDA NA AGROPECUÁRIA  
BRASILEIRA***

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2010

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves (Orientador)

---

Prof. Dr. Luiz Rodrigues Kehrle

---

Prof. Dr. Antônio Augusto Pereira Prates

---

Prof. Dr. Múcio Tosta Gonçalves

---

Prof. Dr. Bruno Lazzarotti Diniz Costa

*Para Gabriel Fernandes Rocha Guimarães e Clarice Fernandes Rocha Guimarães.*

*Para João Bosco Guimarães.*

*Para Sebastião Manoel da Rocha, meu pai, in memoriam.*

*Para Maria do Carmo Fernandes Rocha, minha mãe.*

*Para meus familiares.*

*Para meus amigos.*

## AGRADECIMENTO

Este estudo foi possível graças à colaboração de várias pessoas e instituições. Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, Professor Jorge Alexandre Barbosa Neves, pelo enorme suporte na orientação, pela confiança em mim depositada e pela contínua inspiração intelectual, ao longo de minha permanência no Programa de Doutorado.

Agradeço a João Bosco Guimarães, pelo imenso apoio recebido, inclusive pelas leituras do texto e discussões a que se dispôs fazer.

Agradeço a Flávia Pereira Xavier, Florence Fiúza de Carvalho e Túlio Silva de Paula, pela inestimável ajuda na preparação dos dados empíricos, sem a qual não teria sido possível a análise estatística.

Agradeço a Ana Lúcia das Mercês, pela formatação da tese e pela amizade.

Agradeço aos professores Múcio Tosta Gonçalves, Otávio Soares Dulci e Valdemar Servilha, pelas sugestões.

Agradeço aos participantes das entrevistas, pela cessão de seu precioso tempo.

Agradeço a Mauro Macedo Campos, pelo apoio recebido em todos os momentos e por sua disponibilidade para ler e discutir a tese. Nossa troca de idéias foi de grande ajuda.

Agradeço a Diogo Henrique Helal, pelos estudos em conjunto.

Agradeço a Valéria de Fátima Raimundo, pelo estímulo e troca de idéias.

Agradeço a Alessandro Enoque, pela troca de idéias.

Agradeço a Geraldo Timóteo, pela troca de idéias.

Agradeço a Carolina Freitas, pela formatação da apresentação.

Agradeço a Moisés Machado, pelas referências.

## RESUMO

Este estudo teve por objetivo investigar a evolução da estratificação social e da desigualdade de renda na agropecuária brasileira, a partir da modernização do setor. O problema relacionado a este objeto de estudo diz respeito às transformações na estrutura social da agropecuária brasileira, no sentido da ampliação das ocupações geradoras de um melhor acesso a rendimentos, dentro da estrutura ocupacional do setor, independentemente da realização de reformas sociais profundas. Os resultados deste estudo indicaram que, nos anos 1970, configurou-se uma nova estrutura de classes no setor agropecuário brasileiro, muito diferente da que prevalecera até os anos de 1960 e começos da década de 1970, destacando-se uma diversificação interna na estrutura ocupacional e uma maior amplitude na distribuição de rendimentos, que se consolidam nas décadas posteriores. Observa-se que a repartição de rendimentos passou a ser favorável aos estratos ocupacionais dos trabalhadores formais e dos profissionais de nível elevado de qualificação (estrato ocupacional tecnocrático e gerencial) e não apenas aos empregadores, detentores de maiores ativos de produção, incluindo-se a propriedade da terra. Por outro lado, a distribuição de rendimentos mostrou-se desfavorável para o conjunto dos agricultores familiares e para os trabalhadores informais. O quadro conclusivo, portanto, é o de uma transformação na estratificação social e na repartição de rendimentos do setor agropecuário brasileiro, que é favorável aos estratos ocupacionais ligados às operações modernas do setor, em frontal divergência em relação ao modelo anterior. Porém, os resultados para o estrato dos agricultores familiares e para os trabalhadores informais mostram que um contingente relevante de ocupados no setor permanece à margem dessa tendência.

**Palavras-chaves:** setor agrícola; estratificação social; desigualdade social; mercado de trabalho.

## ABSTRACT

The aim of this study is the investigation on the evolution of the social stratification and the income inequalities in the Brazilian agricultural sector, from the starting point of the sector's modernization. The problem related to this issue is about the transformation in the Brazilian agricultural social structure, in the sense of the amplifying of the generating occupations of a better access to income, inside the sector's occupational structure, independently of the realization of profound social reforms. The results of this study have indicated that, in the 70's, it has emerged a new class structure in the Brazilian agricultural sector, quite different from that which had prevailed until the 60's and early 70's, standing out an inner diversification in the occupational structure and a wider breadth in the income distribution, which were consolidated in the posterior decades. One could observe that the income repartition occurred to be favorable to the formal workers and the highly qualified professional stratus (technical/bureaucratic/management stratus) and not only to the employers, owners of the greater production actives, including land property. In the other hand, the income distribution showed unfavorable to the body of familiar agriculturists and informal workers. The concluding picture, therefore, is that of a transformation in the social stratification, and in the income repartition of the Brazilian agricultural sector, which is favorable to the stratus linked to the sector's modern operations, diverging frontally in relation to the anterior model. However, the results to the familiar agriculturists and informal workers stratus show that a relevant contingent of occupied in the sector remain marginal to this tendency.

**Key-words:** agricultural sector; social stratification; social inequality; labor market.

## LISTA DE SIGLAS

<b>AGF</b>	- Aquisição do Governo Federal
<b>BNDES</b>	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CLT</b>	- Consolidação das Leis Trabalhistas
<b>CNA/FAEMG</b>	- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
<b>CONTAG</b>	- Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
<b>COV</b>	- Programa de Contratos de Opção de Venda de Produtos Agrícolas
<b>DIEESE</b>	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
<b>EGF</b>	- Empréstimo do Governo Federal
<b>EMATER</b>	- Empresa de Assistência Técnica Rural
<b>EMBRAPA</b>	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FETAEMG</b>	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
<b>FINAME</b>	- Financiamento de Máquinas e Equipamentos
<b>IBGE</b>	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INPC</b>	- Índice Nacional de Preços ao Consumidor
<b>IPEA</b>	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>ITER</b>	- Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais.
<b>MA</b>	- Ministério da Agricultura
<b>MDA</b>	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>OTNs</b>	- Obrigações do Tesouro Nacional
<b>PAPP</b>	- Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
<b>PEA</b>	- População Economicamente Ativa
<b>PEP</b>	- Prêmio para Escoamento de Produto
<b>PGPM</b>	- Política de Garantia de Preços Mínimos
<b>PNADs</b>	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
<b>POC</b>	- Pessoas Ocupadas
<b>PRONAF</b>	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>RDPC</b>	- Rendimento Domiciliar per Capita

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICO

Tabela 1 – Proprietários de meios de produção e não proprietários .....	51
Tabela 2 - Distribuição dos empregados em atividades agrícolas segundo registro em carteira de trabalho – Brasil e Grandes Regiões 2006 (em%). .....	118
Tabela 3 - Evolução dos resultados da fiscalização do trabalho na área rural. Brasil 1998 – 2007 (em números absolutos) .....	120
Tabela 4 - Valor dos financiamentos rurais concedidos a produtores e cooperativas .....	128
por finalidade segundo a fonte de recursos – Brasil 2006.....	128
Tabela 5 - Distribuição das empresas agropecuárias (1) e do pessoal nelas ocupado segundo faixas de pessoal ocupado – Brasil 2005 (em %). .....	151
Tabela 6 - Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – Brasil 1995-1996 (em %) .....	153
Tabela 7 - Repartição da Renda com Exclusão dos Sem-Rendimentos e dos Não-Declarados. Brasil em 1960, 1970, 1976.....	162
Tabela 8 - Estratos ocupacionais em atividades agropecuárias (em percentual): Brasil, ano de 1976 .....	164
Tabela 9 – Percentil da Mediana das Classes Sociais – Brasil 1976 Percentil da Mediana da Renda das Classes Sociais na Agropecuária Brasileira .....	166
<i>Percentil da Renda</i> .....	166
Tabela 10 - Estratos ocupacionais em atividades agropecuárias (em percentual): Brasil, ano de 1986 .....	168
Tabela 11 - Percentil da Mediana das Classes Sociais – Brasil 1986 Percentil da Mediana da Renda das Classes Sociais na Agropecuária Brasileira .....	169
<i>Percentil da Renda</i> .....	169
Tabela 12 - Estratos ocupacionais em atividades agropecuárias (em percentual): Brasil, ano de 1996 .....	170
Tabela 13 - Percentil da Mediana das Classes Sociais – Brasil 1996. Percentil da Mediana da Renda das Classes Sociais na Agropecuária Brasileira .....	171
<i>Percentil da Renda</i> .....	171
Tabela 14 - Estratos ocupacionais em atividades agropecuárias (em percentual): Brasil, ano de 2006 .....	172
Tabela 15 - Percentil da Mediana das Classes Sociais – Brasil 2006. Percentil da Mediana da Renda das Classes Sociais na Agropecuária Brasileira .....	173
Gráfico 1 - Evolução geral da mediana da renda segundo classes sociais agrícolas no período entre 1976 e 2006 – Brasil. ....	174

## SUMÁRIO

CAPÍTULO I .....	12
1. INTRODUÇÃO: DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA .....	12
1.1. Definição do problema .....	12
1.2. Contextualização do problema .....	21
1.3. Conclusão.....	39
CAPÍTULO II.....	41
2. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E DESIGUALDADE DE RENDA NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: PERSPECTIVA TEÓRICA.....	41
2.1. O problema geral da estratificação social: tradição clássica e tradição empírica .....	41
2.2. A tradição clássica a partir de Marx e Weber .....	43
2.3. A tradição clássica: a análise de classe de Neomarxistas e Neoweberianos .....	45
2.4. A tradição empírica e a teoria de status .....	54
2.5. Estratificação social e Desigualdade de renda: a abordagem individualista e o enfoque estruturalista .....	57
2.6. A abordagem individualista: teoria funcionalista, teoria da alocação de status e teoria do capital humano .....	58
2.7. A abordagem estruturalista: a teoria de classe e a teoria da segmentação do mercado de trabalho .....	61
2.7.1. Outras abordagens de orientação estruturalista.....	66
2.8. A estratificação social na agricultura: especificidade teórica .....	73
2.8.1. O tratamento teórico do agricultor familiar .....	75
2.8.2. A abordagem teórica do mercado de trabalho assalariado agrícola .....	86
2.9. Conclusão .....	89
CAPÍTULO III .....	92
3. ESTRUTURA SOCIAL NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO .....	92
3.1. Estrutura social na agropecuária brasileira .....	93
3.1.1. Gênese histórica .....	93
3.1.2. Os proprietários de terra na agricultura brasileira .....	98
3.1.3. Política de modernização econômica e mudanças na estrutura social da agropecuária brasileira: empregadores e agricultores familiares.....	103
3.1.4. Transformação na estrutura de classes e o mercado de trabalho assalariado na agropecuária brasileira .....	111
3.1.5. As mudanças na política agrícola e a agricultura familiar .....	121
3.1.6. Estrutura social da agricultura contemporânea brasileira: uma nova realidade? .	132
3.2. Conclusão .....	138

CAPÍTULO IV .....	140
4. METODOLOGIA .....	140
CAPÍTULO V.....	150
5. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: DE 1976 A 2006 .....	150
5.1. Estrutura social na agropecuária brasileira: a década de 1960 .....	154
5.2. Mudanças na estrutura social da agropecuária brasileira na década de 1970.....	159
5.3. Estratificação social e desigualdade de renda na agropecuária brasileira: 1976 ....	163
5.4. Estratificação social e desigualdade de renda na agropecuária brasileira: aspectos de mudança nas décadas de 1980 e 1990.....	167
5.5. Estratificação social e desigualdade de renda na agropecuária brasileira: primeira década dos anos 2000.....	171
5.6. Agropecuária brasileira: mercado de trabalho segmentado e repartição da renda..	174
5.7. Agropecuária brasileira: estrutura de classe e repartição da renda .....	177
5.8. Reestruturação agrícola, relações de trabalho e desigualdade de renda.....	181
5.8.1. Organização e gerenciamento do trabalho: contratos e parcerias .....	185
5.8.2. Contratos, parcerias e a permanência da agricultura familiar .....	191
5.9. Agropecuária brasileira, estrutura social e o acesso a rendimentos .....	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	213
DOCUMENTOS.....	221
APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS. ....	222
APÊNDICE B – ENTREVISTAS.....	223

## **CAPÍTULO I**

### **1. INTRODUÇÃO: DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA**

Esta tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro serão expostas a definição e a contextualização do problema a ser investigado. No segundo capítulo serão discutidas algumas perspectivas teóricas pertinentes ao problema da estratificação social e da desigualdade de renda, com destaque para as especificidades teóricas relativas ao setor agrícola<sup>1</sup>. No terceiro capítulo será abordada a constituição histórica da estrutura social no setor da agropecuária brasileira e sua caracterização. No quarto capítulo será apresentada a hipótese central do projeto e será feita a discussão da metodologia considerada pertinente ao objeto de pesquisa em consideração. O quinto capítulo, de natureza empírica, será dedicado à apresentação dos dados da distribuição de rendimentos entre os estratos sociais da agropecuária brasileira (definidos preliminarmente) e à sua análise, que deverá considerar, também, informações obtidas por meio de entrevistas. Uma breve conclusão fechará a tese, como sua última parte.

#### **1.1. Definição do problema**

O objeto de estudo e análise aqui proposto é a estratificação social no setor da agropecuária brasileira, tendo como eixo investigativo a evolução da desigualdade de renda do trabalho para os estratos sociais ali identificados e preliminarmente definidos, em uma perspectiva longitudinal, abrangendo desde os anos 1970 até a presente década. O problema relacionado com esse objeto de estudo diz respeito ao comportamento da desigualdade social em um setor econômico que experimentou um processo de modernização intensificado a partir de meados da década de 1960 e consolidado na década de 1980, tendo

---

<sup>1</sup>Sempre que for utilizada a terminologia referente aos termos “agrícola” e “agricultura”, ao longo desta tese, estará subentendido o conjunto da atividade agropecuária, uma vez que essa forma genérica é muito empregada nos estudos sobre o tema.

sido amplamente exitoso do ponto de vista econômico, mas largamente criticado pelas suas características conservadoras. Embora os bons resultados agrícolas do país sejam, em geral, associados ao conjunto do agronegócio<sup>2</sup>, foi feita uma opção, no caso desta tese, pela investigação do subsetor da produção propriamente agropecuária, ou seja, dos estratos sociais especificamente da agropecuária brasileira.

Além do contexto específico da modernização agrícola, este estudo tem como referência histórica os processos mais amplos de mudanças de ordem econômica e político/social que ocorreram a partir das últimas décadas do século XX. No Brasil, destacam-se, por um lado, a redemocratização e a consolidação democrática, com a formulação de uma nova Constituição, em 1988, sob a influência de movimentos sociais e grupos reivindicatórios diversos. Por outro lado, encontram-se as mudanças econômico/institucionais que se seguem ao esgotamento do modelo desenvolvimentista do país, no contexto de uma grave crise econômica e fiscal do Estado. Tanto os direitos trabalhistas dos agricultores quanto a política agrícola são afetados por esses processos. Os principais impactos podem ser reportados, por um lado, à universalização do direito de proteção social para essa categoria social, a partir da Constituição de 1988 e, por outro, aos desdobramentos que ocorrem na política setorial, com destaque para um maior peso dos elementos de mercado na regulação e financiamento da atividade e a criação de um programa de crédito específico para os agricultores considerados de menor porte. Tendo esses fenômenos históricos por referência, a presente tese busca investigar a evolução da posição social relativa dos principais estratos sociais da estrutura ocupacional da agropecuária brasileira, ao longo das últimas quatro décadas, a partir da reconfiguração produtiva provocada por uma forma de modernização do setor que contrariou as posições acadêmicas que consideravam imprescindíveis as reformas estruturais, notadamente a reforma agrária. Deve-se esclarecer que essas referências históricas não serão analisadas,

---

<sup>2</sup> Considera-se o agronegócio como um setor econômico composto dos subsetores produtores de insumos, da agropecuária propriamente e dos subsetores de processamento da matéria-prima agrícola e de seu escoamento. Conforme Barros (2005), o agronegócio representa cerca de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, enquanto a agropecuária representa, isoladamente, um pouco menos de 10%.

especificamente, neste estudo, mas serão trazidas à discussão quando necessário para a contextualização do problema investigado.

A idéia de modernização, utilizada para nomear as mudanças que ocorreram na agropecuária brasileira, requer um esclarecimento conceitual/analítico. De acordo com Kageyama *et.al.*:

“Por modernização da agricultura se entende basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos, etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir.” (KAGEYAMA *et.al.*, 1990, p.113).

Essa transformação ocorreu pela utilização, inicialmente, no país, do modelo então denominado Revolução Verde, em que se combina o uso de sementes melhoradas com a utilização de adubos químicos e a aplicação de agrotóxicos, em operações geralmente mecanizadas (DEL GROSSI; GRAZIANO da SILVA, 2002). Como destacam os autores, as bases para a revolução na agricultura brasileira foram lançadas ainda nos anos 1950, quando foi instalada, no país, a maior parte das indústrias produtoras de insumos agrícolas, como as de adubos químicos, de agrotóxicos e de tratores e máquinas. Posteriormente, tecnologias próprias iriam conferir um poderoso impulso a esse processo. O conceito diz respeito, portanto, à idéia de modernização econômica da atividade, não incluindo, em princípio, iniciativas de natureza de equidade social.

Elisa Reis (1979) utiliza o conceito de modernização como referido a processos de crescimento e diferenciação que têm lugar tanto na arena política quanto na econômica, mas que não necessariamente envolvem o crescimento de igualdade social. No caso específico da modernização no setor da agropecuária brasileira, tratou-se de um processo que ocorreu sem reformas sociais em profundidade, especialmente no que diz respeito à estrutura de distribuição fundiária. Conforme Valdemar Servilha (1994), para a visão

modernizante, as mudanças na estrutura fundiária seriam menos importantes do que a diversificação da estrutura produtiva. De acordo com o autor, as propostas de modernização que integravam o debate sobre as mudanças percebidas como necessárias no setor da agricultura brasileira, na segunda metade dos anos 1960, ganham força e são incorporadas em políticas públicas dos planos de governo.

Desta forma, a política de modernização da agropecuária brasileira iniciada na segunda metade dos anos 1960 manteve a estrutura da propriedade fundiária vigente no país, valorizando-a ainda mais, na medida em que ela serviria de base para o acesso ao financiamento do sistema oficial de crédito que foi, então, criado. Nas palavras de Servilha (1994), por esta razão, muitos especialistas denominaram-na modernização conservadora. Esta denominação expressa, também, o fato de que as conquistas trabalhistas do meio urbano não avançavam no meio rural. Muitos autores, entre eles Martine (1987), discutiram os aspectos mais importantes de concentração que acompanharam, naquele momento, o modelo de modernização da agropecuária brasileira: a concentração da terra e a concentração do acesso tanto ao crédito oficial rural como ao avanço tecnológico.

Por outro lado, a literatura sobre esse processo mostra os desdobramentos da política agrícola governamental, como apontamos anteriormente, com destaque para a retração dos recursos oficiais e uma ênfase na destinação do crédito em condições mais favorecidas para o grupo específico dos agricultores chamados familiares. Além disso, cumpre destacar o avanço não apenas dos direitos trabalhistas, como, também, da fiscalização na aplicação da legislação trabalhista no setor. Diante desse quadro de mudanças que ocorrem a partir de uma base inicial de forte concentração de recursos, inclusive a da propriedade da terra, o problema aqui proposto diz respeito à seguinte questão: não obstante o caráter conservador do processo de transformação da agricultura tradicional brasileira em agricultura moderna, o país teria constituído uma maior capacidade setorial de geração de ocupações com melhor nível de qualificação e com influência na melhoria da repartição de renda, de tal forma que se possa pensar na estrutura social do setor em termos de uma ruptura com o modelo conservador?

É importante considerar, a esse respeito, que novas questões incorporaram-se à agenda de discussão relacionada ao tema, em época recente. Os problemas ligados à questão das ocupações e da renda dos agricultores têm sido tratados no âmbito de fenômenos como a diversificação de atividades no meio rural, como é o caso da incorporação da indústria rural e do turismo rural<sup>3</sup>, bem como em relação às questões ambientais. Ângela Kageyama (2004) chama atenção para a maior preocupação, contemporaneamente, com a noção de desenvolvimento rural, que não se confunde com desenvolvimento agrícola, porque considera, também, os componentes não agrícolas das atividades produtivas ou de serviços em um determinado território rural<sup>4</sup>.

O próprio conceito de desenvolvimento é algo complexo, como ressalta a autora, por isso, muitas vezes, recorre-se a simplificações ou aproximações por algumas formas de medidas, como é o caso, por exemplo, de estudos sobre o desenvolvimento econômico. Para Kageyama (2004), o desenvolvimento rural refere-se a uma base territorial, local ou regional, apoiando-se em atividades diversificadas que geram renda. O crescimento da agricultura, na visão da autora, passa a ser apenas um dos componentes, sendo, entretanto de fundamental importância.

A noção de desenvolvimento rural, nessa perspectiva, segundo a autora, engloba questões relativas a três dimensões, a do território (que inclui os recursos naturais, de infraestrutura de transportes e de comunicações), a da população rural (que engloba itens como o trabalho, a educação, a saúde, a habitação, os serviços públicos etc.) e a dimensão do desenvolvimento econômico, setorial e geral. Para a autora, dada essa diversidade de aspectos, a análise do desenvolvimento rural requer a combinação de dados, de teorias e de instrumentos de pesquisa, em um modelo interdisciplinar. Tal complexidade significa, também, uma multiplicidade de temas e de problemas a serem investigados. Mesmo considerando-se a ampliação das atividades produtivas de outros setores, constata-se a

---

<sup>3</sup> Kageyama (2004) mostra que uma maior ênfase nessa diversificação de atividades econômicas no meio rural tem ocupado maior espaço nas instituições de política e planejamento territorial nos países desenvolvidos.

<sup>4</sup> O território é definido de forma ampla, inclusive por referência às instituições preexistentes e não apenas por suas condições geográficas (ABRAMOVAY, 2000).

permanência da importância fundamental da atividade agrícola no meio rural. Portanto, dentro da complexidade de temas a que se refere Kageyama (2004), a análise que aqui se propõe é definida no âmbito das ocupações na atividade agropecuária propriamente, ou seja, seleciona-se o problema da desigualdade de renda e sua evolução no setor agropecuário brasileiro, especificamente, nas últimas décadas, para o país como um todo. Considera-se o objeto de análise aqui proposto não apenas como circunscrito à atividade agropecuária, como, também, restrito em relação ao conjunto do agronegócio, que engloba as indústrias fornecedoras de insumos e as processadoras de matérias primas de origem agropecuária.

O problema situa-se no âmbito do tema da desigualdade social. Este é um tema bastante discutido pelos estudiosos do campo da economia e do campo sociológico, tanto de uma perspectiva teórica (tendo por referência a busca pela abordagem mais adequada de conhecimento da desigualdade) quanto em termos empíricos (quando se busca a apreensão dessa desigualdade, ou se pretende uma intervenção em seus parâmetros). Tomás *et.al.* (2007) chamam atenção para a perspectiva econômica da abordagem desse tema, em que se destacam como fatores relevantes as variações na renda per capita e na taxa de inflação, o sistema de indexação de preços, a natureza do progresso técnico e as variações rápidas no grau de abertura das economias ao comércio internacional.

No caso da abordagem sociológica, o foco da análise concentra-se na estrutura social e nas questões decorrentes da relação entre os vários estratos ou classes sociais identificados, o que remonta aos trabalhos dos autores clássicos da Sociologia, como a teoria da exploração de classe, a discussão sobre a coesão social e os estudos sobre a burocracia. Ou, como dizem Tomás *et.al.* (2007), as desigualdades, para a Sociologia, dizem respeito a questões centrais da investigação sociológica.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, o tema da desigualdade social se apresenta, predominantemente, em termos da desigualdade de renda, a qual se reporta, por sua vez, à distribuição das pessoas e dos grupos sociais em uma estrutura de trabalho ou em

uma estrutura ocupacional. O desempenho de um trabalho garante às pessoas uma retribuição na forma de rendimentos, os quais são diferenciados, o que remete à constatação de que o mercado de trabalho remunera seus membros diferentemente (TOMÁS *et.al.*, 2007). O mercado de trabalho, portanto, do ponto de vista da abordagem sociológica, encontra-se em relação estreita com o tema da desigualdade social, fazendo parte das relações sociais e sendo constituído por elas. Conforme os autores, o mercado de trabalho tanto pode refletir as condições de desigualdade social prevalentes em dado momento no tempo e no espaço, quanto pode ser afetado por elas ou, ainda, as características do mercado de trabalho podem imprimir sua marca em uma estrutura de estratificação social.

No caso do objeto desta tese, o problema abordado situa-se no contexto do mercado de trabalho agropecuário do país e, de forma mais ampla, no contexto da estrutura social do setor da agropecuária brasileira. Kageyama (2004) considera que o mercado de trabalho (ou o trabalho em geral) configura um dos aspectos mais importantes do desenvolvimento rural. “O trabalho é a fonte de renda que possibilita a sobrevivência e o acesso aos frutos do desenvolvimento” para a grande maioria da população (KAGEYAMA, 2004, p.73). O mercado de trabalho e a estrutura social do setor agropecuário apresentam especificidades em comparação com outros setores da economia. Por um lado, a terra é a base principal das atividades agropecuárias e, por outro lado, o trabalho nesse setor fica sujeito a ciclos e a intempéries naturais, que o distanciam da regularidade de outros mercados, criando uma maior dependência em relação à natureza. Como sustenta José Eli daVeiga (2007b), por menor que seja o peso econômico relativo da agropecuária na produção de alimentos, na sociedade contemporânea, sua singularidade será mantida enquanto inexistir uma fonte de energia alternativa ao consumo das plantas e dos animais.

Essas características peculiares ao trabalho agrícola têm efeitos na configuração do mercado de trabalho e na estrutura social do setor. Ou seja, o mercado de trabalho agrícola tanto pode ser afetado por fatores de mudanças semelhantes aos de outros setores, como é o caso do desemprego decorrente da adoção de novas tecnologias, quanto por elementos próprios, como, por exemplo, o problema do uso sazonal da força de trabalho, que dá

origem ao fenômeno do trabalho temporário. Entretanto, como adverte Veiga (2007b), embora não se possa identificar o processo de trabalho na agricultura com o processo de trabalho na indústria, tendo em vista as especificidades do primeiro, não existem evidências que permitam concluir por algum tipo de “superioridade” (aspas do autor) técnico-econômica de uma ou de outra estrutura social na produção agropecuária. Ao contrário, diz o autor, o que surge com clareza é a equivalência, em termos de eficiência técnica, de duas formas fundamentais de produção, a forma patronal e a forma familiar, a partir da chamada Segunda Revolução Agrícola, provocada pelo uso generalizado de insumos químicos e de máquinas. Os trabalhos de Veiga (2007b) e Abramovay (1992) enfatizam como elemento definidor da forma de estruturação social na agropecuária moderna as características da intervenção do Estado nesse mercado, que favorecem o maior ou menor predomínio de uma agricultura de base familiar em relação à agricultura patronal

Portanto, pode-se caracterizar o objeto de análise desta tese (os estratos sociais da estrutura ocupacional da agropecuária brasileira) a partir da constatação de que as formas de produção que podem ser consideradas essenciais na agricultura moderna (VEIGA, 2007b), são a “familiar” e a “patronal” (aspas do autor). Familiares são os produtores que operam suas unidades de produção contando, preponderantemente, com a força de trabalho própria e a de seus familiares. A forma de produção patronal é a que se apóia em força de trabalho contratada. Com relação aos trabalhadores contratados, considera-se que ocupações diversificadas e com grau mais elevado de qualificação são requeridas para a operacionalização das novas tecnologias, que são intrínsecas ao próprio processo de modernização. Adicionalmente, destaca-se a emergência das categorias profissionais de gerentes e administradores, que passam a ser necessárias à forma moderna de produção e são empregadas pelo estrato patronal. Por outro lado, ocupações com baixa exigência de qualificação caracterizam, de uma maneira geral, os trabalhos de natureza sazonal próprios dessa atividade produtiva e que são desempenhados por trabalhadores temporários. Para esses trabalhadores, o avanço da legislação trabalhista protege-os apenas de forma parcial, o que reforça a segmentação no mercado de trabalho agrícola. Emergem, portanto, cinco principais estratos sociais na estrutura ocupacional do setor agropecuário, objeto desta tese:

os empregadores, que se tornaram empresários agrícolas; o estrato tecnocrático e gerencial, que detém posições de comando e ocupa as posições de nível mais elevado de qualificação, nessas empresas; os agricultores familiares, que dirigem suas unidades produtivas por conta própria; os trabalhadores protegidos pela legislação trabalhista, entre os quais se encontram, provavelmente, aqueles com maior nível de qualificação entre os empregados; e os trabalhadores não protegidos, provavelmente em situação de baixa qualificação (NEVES, 1997).

Para o caso brasileiro, é importante ter em conta que todo o processo de modernização atingiu diferenciadamente tanto a estrutura social do setor quanto as regiões do país, o que enseja a existência de graus variados de integração ao novo modelo de produção agropecuária, inclusive com a permanência, na atividade, de grupos em condição de marginalização (o que será objeto de discussão adiante). Isto significa, não apenas, uma grande diferenciação interna nos dois segmentos, o da agricultura patronal e, principalmente, o da agricultura familiar, como, também, a existência de um significativo contingente de trabalhadores em condições precárias de qualificação e de proteção social, ao lado de outros protegidos pela legislação trabalhista.

Tendo em conta essas peculiaridades do caso brasileiro, define-se de um modo mais apropriado o problema a ser discutido nesta tese: o comportamento da evolução da repartição da renda dentro da estrutura ocupacional da agropecuária brasileira, tendo como referência uma possível ruptura com o histórico padrão conservador de desigualdade social do setor, não obstante a ausência de reformas em profundidade (em especial no que se refere à reforma agrária). Ou seja, a indagação que se faz é se teria se constituído no país uma estrutura social no setor agropecuário condizente com melhores oportunidades de renda, de acordo com padrões mais equitativos em relação ao modelo histórico brasileiro, ainda prevalecente nos anos 1960. A resposta a essa questão deverá levar em conta a evolução da repartição da renda entre os estratos sociais anteriormente mencionados: 1) o estrato dos empregadores; 2) o estrato tecnocrático e gerencial; 3) o estrato dos agricultores

familiares/conta própria; 4) o estrato dos trabalhadores formais e 5) o estrato dos trabalhadores informais.

## **1.2. Contextualização do problema**

Uma vez definido o problema, cumpre indagar qual é o contexto que lhe confere relevância em relação à pesquisa e análise. Em primeiro lugar, trata-se de um setor da atividade econômica com forte contribuição para o desempenho da economia brasileira, o que, por si só, confere relevância ao estudo dos estratos sociais nele inseridos, uma vez que a agropecuária brasileira modernizada foi capaz de cumprir o duplo papel de fornecedora de alimentos para o setor urbano em crescimento e de apoio à diversificação da economia do país. Como destacou Neves (1997), a agricultura brasileira sempre desempenhou um papel muito importante na economia do país e representa, ainda, um setor estratégico, mesmo depois que os setores da indústria e de serviços tornaram-se predominantes. Em segundo lugar, como já foi dito na seção anterior, uma série de transformações levou à modernização da agricultura brasileira, a partir da década de 1960, constituindo um terreno fértil para a investigação de possíveis mudanças na fruição dos benefícios do desenvolvimento econômico, por parte dos estratos sociais que compõem a estrutura ocupacional do setor. Ressalte-se que uma quantidade significativa de estudos voltou-se para a pesquisa e análise das condições sociais da agricultura brasileira, especialmente a partir da sua modernização.

Os resultados desse setor, em termos de competitividade, demonstram, década após década, um êxito crescente. Em 1997, o país era o maior produtor mundial de café, o terceiro maior produtor de soja, o segundo maior produtor de aves domésticas e o segundo maior produtor de laranjas (suco), dentre outros produtos agropecuários (NEVES, 1997). Nesse mesmo ano, o valor das exportações brasileiras alcançara o montante de cerca de US\$ 18,8 bilhões (contra US\$ 16,8 bilhões em 1996) e um saldo superior a US\$ 11,7

bilhões, em torno de 26% superior ao saldo de 1996 e 86% a mais do que o saldo comercial agrícola de 1991 (LÍCIO, 1998).

Em 2001, o país mantinha-se como o maior produtor de café, ostentando, também, a posição de maior produtor de cana-de-açúcar e de laranjas, a de segundo maior produtor de soja em grãos, de milho, de carne bovina e de frango, bem como a de terceiro maior produtor de frutas (PRATINI de MORAES, 2001). Ainda de acordo com esse autor, projetos de produção de mudas certificadas estavam programados para a fruticultura, visando capacitar técnicos, produtores e trabalhadores rurais, em busca de melhoria da qualidade das frutas brasileiras, no aspecto sanitário e genético, o que exemplifica o grau de sucesso econômico alcançado pela agropecuária brasileira.

De acordo com Balsadi (2006) os primeiros anos do século 21 testemunharam o bom desempenho do setor agropecuário brasileiro. Dados levantados pelo autor mostram que, entre 2001 e 2004, as taxas de crescimento para a agricultura foram bem superiores às taxas de crescimento para a economia como um todo. Nesse período, o crescimento do PIB da agropecuária foi de quase 30,0% em valores reais, enquanto o do PIB total foi de menos de 10,1%. No mesmo período, a participação do PIB da agropecuária no PIB total passou de 8,4% para 10,1% (BALSADI, 2006).

Por outro lado, o país ostenta um legado histórico em termos de concentração de renda e de desigualdade social, embora alguns dados mais recentes estejam apontando para uma redução nessa desigualdade, como será mostrado adiante. Eli Diniz (2003) indaga sobre as razões pelas quais os governos, no Brasil, mostram-se incapazes de reduzirem a exclusão e a extrema desigualdade social que parecem ser inerentes ao país. Passando da colonização à independência, diz a autora, pela república oligárquica, pela modernização conservadora da Era Vargas, pelo nacional-desenvolvimentismo e pelo milagre econômico, até chegar ao mundo globalizado, os desafios do desenvolvimento e da inserção do Brasil no conjunto dos países desenvolvidos permanecem não solucionados, não obstante a ocorrência de importantes transformações sócio-econômicas no país. A desigualdade na

distribuição de renda no Brasil apresentou um intenso crescimento entre 1960 e 1970, período de aceleração do crescimento econômico, mantendo-se muito elevada desde então (HOFFMANN, 2006). Dados relativos ao coeficiente de Gini<sup>5</sup> de desigualdade de renda revelam que o Brasil se equipara à África do Sul, exibindo ambos os países um dos piores indicadores do mundo (RICUPERO, 2003), 0,60 e 0,58, respectivamente, de acordo com o Banco Mundial (LAM, 1999).

É importante ressaltar que, com relação à questão da pobreza, o problema não é tão grave, o que desloca a discussão desse tema para a questão da intensidade da desigualdade econômica no país, que está diretamente ligada às desigualdades sociais, tendo em vista que a diferenciação de rendimentos nas sociedades contemporâneas é um indicador da posição diferenciada dos indivíduos e grupos sociais na estrutura ocupacional. De acordo com Lam (1999), devido à elevada desigualdade de renda que existe no Brasil e na África do Sul, os indicadores sociais desses países são comparáveis aos de países muito mais pobres. De acordo com Corrêa (1999), em estudo divulgado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1998, que mostra a desigualdade como resultante de uma combinação de fatores<sup>6</sup>, o Brasil aparece como o campeão na América Latina.

Dados apresentados por diversos autores atestam essa desigualdade. O relatório do BID, citado anteriormente, aponta que a décima parte mais rica da população brasileira recebe 47% do total da renda (CORRÊA, 1999)<sup>7</sup>. Com relação à educação, os dados são bastante desanimadores, pois o estudo mostra que os 10% mais pobres da população estudam em média apenas dois anos, o que indica, conforme a autora, uma escassez de recursos para uma mudança de patamar de rendimentos. Essa pesquisa, portanto, nas

---

<sup>5</sup> De acordo com Corrêa (1999), o índice de Gini é uma medida de desigualdade que obedece ao princípio de Pigou-Dalton, o qual “estabelece que o valor das medidas de desigualdade deve aumentar quando ocorrem transferências regressivas de rendas” (conforme SEM (1973), *apud* CORRÊA, 1999, p.59). O índice de Gini varia de 0 a 1 e a indicação de desigualdade é tanto maior quanto mais o indicador se aproxima de 1.

<sup>6</sup> O estudo considera a relação entre renda e educação, mas leva em conta, também, entre outros aspectos, o número de crianças por família, o emprego informal e a presença da mulher no mercado de trabalho (CORRÊA, 1999).

<sup>7</sup> Na comparação, os mais ricos, na Argentina, recebem 36% da renda e os do Uruguai, 32%, (CORRÊA, 1999).

palavras da autora, ratifica a característica histórica de concentração de renda e desigualdade social no Brasil.

Corrêa (1999) mostra que o setor agrícola ostenta um comportamento semelhante ao da economia como um todo, apresentando um crescimento contínuo da desigualdade de rendimentos, a partir da década de 1960. Utilizando dados do ano de 1995, a autora constata que, entre 1981 e 1990, o grau de concentração de rendimentos do trabalho e o nível de pobreza entre as pessoas ocupadas na agricultura crescem para o país como um todo e para suas diferentes regiões. Corrêa (1999) demonstra que logo após o Plano Real ter sido bem sucedido no controle do processo inflacionário<sup>8</sup>, tanto o país como um todo quanto as suas regiões geográficas (Região sul, Região Sudeste, exceto São Paulo, estado de São Paulo, Região Centro-Oeste e Região Nordeste)<sup>9</sup> mantinham um perfil de elevado grau de desigualdade na distribuição de rendimentos entre as pessoas ocupadas na agricultura brasileira. O índice de Gini ostentava os seguintes números: 0,558 para o Brasil como um todo; 0,508 para São Paulo; 0,538 para a Região Sul; 0,581 para a região Sudeste; 0,557 para a Região Centro-Oeste e 0,483 para a Região Nordeste. A Região Nordeste apresentava os piores indicadores de rendimento médio e rendimento mediano (“medidos em unidades de valor igual ao maior salário mínimo de agosto de 1980, usando como deflator o INPC do IBGE”, Corrêa, 1999, p.61), 0,928 e 0,664, respectivamente, em comparação com o Brasil como um todo, 1,539 e 0,838, respectivamente, na comparação com o estado de São Paulo, 2,347 e 1,397, respectivamente, com a Região Sul, 2,022 e 1,048, respectivamente, com a Região Sudeste, 1,919 e 0,978, respectivamente e com a Região Centro Oeste, 2,119 e 1,048, respectivamente.

Dados de 2001 confirmam essa desigualdade. Com relação à distribuição total de rendimentos, nota-se que o rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com atividade principal no setor agrícola era inferior ao dos outros setores da economia, sendo de R\$ 300,50, em comparação com o rendimento médio encontrado na indústria, que era de R\$ 580,00 e no setor de serviços, R\$ 646,30 (NEY; HOFFMANN, 2003). Os

---

<sup>8</sup> O Plano Real reduziu o patamar da inflação de 2.406,8%, em 1994, para 67,5%, em 1995 (CORRÊA, 1999)

<sup>9</sup> A área rural da Região Norte só foi incorporada à pesquisa de dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - no ano de 2004.

indicadores atestam as diferenças regionais (que podem estar superestimadas pela não inclusão da parcela referente ao autoconsumo). Para o ano de 2001 os dados revelavam que, no Nordeste, região que abrigava cerca dos 46% das pessoas ocupadas na agricultura brasileira, o rendimento médio dos agricultores, em R\$ (R\$180,50), era 39,9% menor do que o rendimento médio do Brasil (R\$ 300,50); 63,7% menor do que o de São Paulo (R\$ 497,50); 66,8% menor do que o do Centro-Oeste (R\$ 544,10) e 56,5% menor do que o do Sul (R\$ 415,20). Embora os rendimentos médios dos agricultores da Região Sudeste (exceto São Paulo), sejam menores do que os das outras regiões (R\$ 302,60), eles são, também, maiores do que os do Nordeste (NEY; HOFFMANN, 2003).

O índice de Gini para a distribuição de rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com trabalho principal na agricultura e com renda positiva era, para o Brasil como um todo, 0,561, em 2001, confirmando a desigualdade verificada para o ano de 1995, como vimos anteriormente (0,558). Esse índice variava regionalmente, sendo de 0,537 para o estado de São Paulo, 0,540 para a Região Sul, 0,512 para a Região Sudeste, exceto São Paulo, 0,596 para a Região Centro-Oeste e 0,495 para a Região Nordeste (NEY; HOFFMANN, 2003). Ainda que possa haver alguma divergência na metodologia de cálculo, os indicadores, para o ano de 2001, demonstram uma continuidade no grau de desigualdade de renda para o país e para as regiões, em relação ao estudo de Corrêa, em que foram utilizados dados de 1995.

As diferenças de rendimentos se associam à posição na ocupação no setor da agropecuária. Para Corrêa (1999), a variável posição na ocupação aparece como o mais relevante condicionante do rendimento do trabalho no setor agrícola brasileiro, estando associada às diferenças na distribuição prévia da propriedade e na acumulação do capital físico. Considerando os anos de 1973, 1982 e 1988, Neves (1997) constatou que os empregadores obtiveram, sempre, os níveis mais altos de rendimentos no setor, enquanto os trabalhadores agrícolas informais estiveram, sempre, no ponto mais baixo do sistema de estratificação dos rendimentos. Ney e Hoffmann (2003) encontram resultados semelhantes. Considerando a distribuição de rendimentos no interior das categorias dos empregadores,

dos agricultores familiares (os agricultores por conta própria) e na dos empregados, o autor constata, por um lado, que a concentração de renda é maior nas duas primeiras. Em 2001, o índice de Gini para os empregadores era de 0,632, para os agricultores familiares era de 0,560 e para os empregados era de 0,363. Por outro lado, considerando-se a distribuição da renda entre esses estratos sociais, os dados de 2001 revelam que o nível de renda dos empregadores é muito superior aos dos demais, ratificando o padrão de distribuição encontrado por Neves (1997). A renda média dos empregadores (R\$ 1.402,00) era 5,3 vezes maior do que a dos agricultores familiares (conta própria), cuja renda média era de R\$ 266,00 e 6,7 vezes maior do que a dos empregados, que era de R\$ 210,00 (NEY; HOFFMANN, 2003).

Conforme esses autores, a desigualdade de renda na agropecuária é particularmente séria porque, mesmo considerando-se que os níveis de rendimento expressam apenas a renda monetária (não refletindo a parcela de autoconsumo gerada nos estabelecimentos, relevante para a população que aí se encontra ocupada), uma maior desigualdade está associada a um maior nível de pobreza, tendo em vista os menores rendimentos do setor.

Quando se considera a trajetória do setor agropecuário brasileiro, um fator de desigualdade encontra-se recorrentemente no centro do debate: a elevada concentração da propriedade da terra. O coeficiente de Gini para a concentração da terra no país, além de elevado, apresentou tendência de crescimento entre os anos de 1940 e 1980: 0,825 em 1940, 0,838 em 1970 e 0,853 em 1980 (NEVES, 1997). Entre os anos de 1992 e 2003, Girardi (2008) observa uma pequena redução de -0,010 nesse indicador, que oscilou de 0,826 em 1992, para 0,838 em 1998 e 0,816 em 2003. Observa-se, como destaca esse autor, que o patamar de desigualdade na propriedade da terra permanece muito elevado.

Constata-se que no setor agropecuário ocorre uma maior correspondência entre a posição na ocupação e a riqueza física, como atesta a afirmação anteriormente citada, segundo a qual a distribuição na estrutura ocupacional se associa à distribuição prévia da propriedade da terra e da acumulação do capital físico (CORRÊA, 1999). Isso é compatível

com a constatação de que os grandes empregadores habitualmente dispõem de áreas de terra maiores. Um dado recente indica que os empreendimentos agrícolas dos empregadores têm, em média, 221,0 ha, valor oito vezes superior à média dos empreendimentos por conta própria da agricultura familiar, que é de 26,2 ha (NEY; HOFFMANN, 2003). O grau de concentração, para o ano de 2001, era, porém, elevado para ambas as posições: 0,787 para o estrato dos “conta própria” (aspas minhas) e 0,769 para o estrato dos empregadores (NEY; HOFFMANN, 2003), o que mostra uma grande desigualdade na distribuição de terra para cada uma dessas categorias sociais. Com relação à distribuição da terra, de um modo geral, os autores constatavam, para o ano de 2001, que a área média dos 10% maiores empreendimentos era 225,5 vezes maior do que a dos 40% menores, os quais ocupavam no máximo 4,0 ha. As proporções da terra ocupada pelos 10%, 5% e 1% maiores empreendimentos eram 77,3%, 65,8% e 37,5%, respectivamente. Esse nível de concentração era ainda maior para a região Nordeste, onde as proporções de terra ocupada pelos 10%, 5% e 1% maiores empreendimentos apresentavam, respectivamente, percentuais de 81,5%, de 71,2% e de 44,8%. A proporção da terra ocupada pelos 50% menores empreendimentos, por sua vez, correspondia a 2,4%.

A discussão do problema da concentração da estrutura fundiária brasileira passa, sempre, por posições em campos opostos. Por um lado, a avaliação de que a reforma agrária era uma condição indispensável para um melhor desempenho da agropecuária brasileira, no contexto do processo de industrialização, foi contrariada pelo êxito econômico do setor e os saltos de sua capacidade produtiva. Por outro lado, a questão da concentração fundiária emerge sempre que se discute o problema da desigualdade de rendimentos e os problemas que afetam o desenvolvimento social no campo, como o da geração de emprego, o da melhoria da renda, o da redução da vulnerabilidade social e produtiva, dentre outros. Existem posições favoráveis a uma reforma agrária, por razões econômicas ou distributivas, enquanto que, de acordo com outros posicionamentos, não haveria mais sentido em se levar adiante propostas de mudança da estrutura fundiária, mesmo diante do argumento de que a reforma agrária foi realizada amplamente, em uma diversidade de países (em praticamente todos os países tidos como desenvolvidos).

Esse problema foi debatido por Bernardo Sorj (1980) e sua discussão agrega uma contribuição que pode ser relevante para o caso brasileiro. A análise de Sorj privilegia a discussão sobre a diferenciação no acesso ao processo de modernização. Ao lado das críticas formuladas ao caráter conservador do modelo de modernização agrícola brasileira, Sorj (1980) é um dos autores que não hesitam em afirmar que todo o processo foi coberto de êxito, no sentido da substituição de um padrão de expansão agrícola fundado no uso extensivo de terra e força de trabalho por uma estrutura que permitiu a capitalização não apenas da grande propriedade, como, também, de alguns grupos de pequenos e médios produtores. Para o autor, esse processo foi responsável pela aproximação da estrutura social da agricultura brasileira à vertente moderna da agricultura dos países de capitalismo avançado, não obstante a permanência da elevada concentração fundiária do país.

De acordo com o autor, a reconfiguração produtiva da agricultura brasileira fez com que a estrutura social desse setor se aproximasse daquela dos países desenvolvidos, nos quais coexiste uma ampla camada de pequenas unidades capitalizadas com grandes empresas capitalistas, embora apenas parcialmente. Isto porque, nos países avançados, uma grande quantidade de camponeses foi eliminada da produção agrícola, enquanto que, no Brasil, a deficiência de alternativas de emprego no setor urbano-industrial fez com que um setor tradicional (ou de “camponeses” - *aspas minhas*<sup>10</sup> - empobrecidos) permanecesse naquela atividade. Desta forma, segundo o autor, a redução da população agrícola nos países de capitalismo avançado favoreceu, mesmo que de forma desigual, a modernização econômica, em certo nível, da maioria daqueles que permaneceram na atividade, o que não ocorreu na agricultura brasileira.

Essa tendência da agricultura brasileira, portanto, ressalta Sorj (1980), não depende, basicamente, da estrutura de propriedade fundiária que vigora no país. Para o autor, inexistente uma relação unívoca entre concentração fundiária e desenvolvimento capitalista<sup>11</sup>. Por

---

<sup>10</sup> Uma discussão em torno do conceito de camponês será feita no capítulo seguinte.

<sup>11</sup> O índice de desenvolvimento capitalista é medido pelo grau de avanço das forças produtivas e condições sociais do estabelecimento, conforme nota do autor.

exemplo, diz o autor, o estado de São Paulo e o do Rio Grande do Sul apresentam um dos maiores índices de desenvolvimento capitalista no setor agropecuário, mas enquanto o primeiro encontrar-se-ia no rol dos estados com maior concentração fundiária, o segundo estaria entre os de menor concentração. Dados levantados pelo autor sustentam sua afirmação de que não existe uma correlação entre estrutura fundiária e transformação da agricultura brasileira. Os dados mostrados em seu estudo indicam que 80% dos estabelecimentos com uso de fertilizantes tinham área inferior a 50 ha e 60% do total de veículos de tração mecânica estavam em imóveis com menos de 100 ha. Como é destacado pelo autor, enquanto muitos latifúndios se modernizaram e se transformaram em modernas empresas capitalistas e outros entraram em processo de estagnação ou retrocesso, o mesmo processo ocorreu com pequenas e médias propriedades. O estado do Rio Grande do Sul é ilustrativo a esse respeito: com 354.846 imóveis com menos de 50 ha à época do levantamento de dados, apresentava um dos mais elevados índices de uso de tratores e fertilizantes do país.

Nesse estudo, Sorj afirma, porém, que um amplo contingente de pequenos proprietários não poderia se beneficiar do processo de modernização agrícola, por ocupar estabelecimentos muito pequenos (de menos de 10 ha) ou terras não adequadas para a adoção de tecnologia moderna. Além disso, o autor reconhece que todo o processo teria favorecido, particularmente, os grandes proprietários, afirmação, de resto, amplamente compartilhada pelos estudiosos do tema.<sup>12</sup> Pela análise de Sorj conclui-se que a ausência de uma política de reforma agrária não foi um obstáculo à modernização de uma parcela de pequenos e médios proprietários, configurando-se, entretanto, como um fator de favorecimento dos grandes proprietários no processo de reconfiguração produtiva de seus empreendimentos.

---

<sup>12</sup> O autor destaca, porém, que, em sua perspectiva, os resultados do aumento da produtividade agrícola foram apropriados principalmente pelo setor industrial de insumos e de processamento. Com relação à agricultura, diz o autor, a exceção ficaria por conta de poucas grandes empresas capitalistas, ficando os estabelecimentos de pequeno porte capitalizados sem obter, em geral, nenhum incremento relevante de sua renda.

Ney e Hoffmann (2003), por seu lado, argumentam que a posse da terra tem efeito na distribuição da renda agrícola. Na mesma linha de argumentação que vimos anteriormente, os autores afirmam que o capital físico é a variável mais importante para explicar a conformação da renda na agricultura. Para Ney e Hoffmann (2003), a grande desigualdade na distribuição da área do empreendimento dentro dos estratos de agricultor familiar (agricultores por conta própria) e empregador explicaria, em boa parte, a grande desigualdade de renda no interior de cada um desses estratos.

Por outro lado, Servilha (1994) mostra que o tipo de política pública montada para dar suporte ao processo de modernização do setor teve implicações diretas sobre os estratos sociais da agropecuária do país.<sup>13</sup> A opção pelo crédito rural como sustentáculo da política agrícola instituída em 1965, com a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), favoreceu os processos de concentração do acesso ao crédito e da renda e de valorização da terra, favorecendo a concentração desse ativo (SERVILHA, 1994). Recursos públicos com juros subsidiados possibilitaram o avanço tecnológico a custos reduzidos para o setor agropecuário brasileiro, porém de forma diferenciada, em termos de regiões (favorecendo as regiões Sul e Sudeste), de agricultores (com o maior apoio aos mais organizados e em melhores condições de acesso ao crédito oficial) e de produtos (MARTINE, 1987; SERVILHA, 1994). Aqueles que tinham acesso ao crédito subsidiado acabavam por ter um custo médio de produção menor do que aqueles que não tinham acesso ao SNCR.

É interessante notar que, considerando-se o ano de 1975, a distribuição da posse da terra e do acesso ao crédito agrícola apresentavam um índice de Gini bem próximos, 0,855 e 0,808, respectivamente (SERVILHA, 1994). Para Martine (1987) é notável o fato de que, considerando-se o ano de 1980, apenas 22% de todos os estabelecimentos agropecuários tenham informado ter tido acesso a qualquer tipo de crédito. A distorção de caráter

---

<sup>13</sup> Desde os anos 1940 a expansão da fronteira agrícola propiciara o crescimento da produção agrícola no país, em resposta a políticas governamentais de incentivo e investimentos públicos (NEVES, 1997), mas somente a partir dos anos 1960 é que foi montada uma política de crédito voltada de forma consistente para a modernização do setor.

distributivo do crédito rural foi, portanto, marcante, como destaca Servilha (1994). É importante salientar que as normas do SNCR estabeleciam encargos financeiros diferenciados de acordo com o tamanho dos produtores (SERVILHA, 1994). Porém, de acordo com esse autor, o tratamento diferenciado, segundo a categoria dos beneficiários, só foi implantado em 1970, quando foi estabelecida uma diferenciação nas taxas de juros que beneficiavam os produtores de menor tamanho. Adotou-se, então, uma taxa mais reduzida para o crédito de custeio, no caso de operações de até cinquenta salários mínimos. Instituiu-se, também, nesse mesmo ano, a obrigatoriedade dos agentes financeiros destinarem aos pequenos e médios produtores um determinado percentual do montante total dos empréstimos.

Contudo, uma redução da concentração na concessão do crédito só ocorreria na segunda metade da década de 1970, em anos bem próximos ao do início da retirada dos subsídios, como mostra SERVILHA (1994). O valor médio dos contratos de financiamento cresce até 1976 e decresce a partir desse ano (SERVILHA, 1994). Castro (2008) considera que a distribuição do crédito não apresentou melhora significativa na década de 1970. O autor argumenta, contudo, de forma coerente com Servilha, ter havido uma desconcentração regional e social do crédito a partir de 1975, em favor das regiões mais pobres e dos pequenos agricultores, mantendo-se, entretanto, a elevada concentração, dado que o acesso a esse mecanismo de financiamento mantivera-se na casa dos 20%, considerando-se o ano de 1980, como vimos anteriormente.

Porém, já no ano de 1977 surge a primeira medida de restrição ao crédito rural. Se até 1977 o setor rural estivera relativamente imune à política contracionista do Governo Federal, em 1978 dava-se início, de maneira efetiva, à retirada dos subsídios contidos nos financiamentos ao setor agrícola e à queda no montante dos empréstimos (SERVILHA, 1994). Na década de 1980 esse modelo de política agrícola entrou em processo de falência, sob críticas severas, tanto em relação à ineficácia da utilização dos vultosos recursos no financiamento da produção quanto pelas distorções sociais e fundiárias implicadas no direcionamento do crédito (BELIK; PAULILLO, 2001).

A inserção do SNCR no sistema financeiro passaria a se fazer dentro de novas bases. Foi extinta a conta movimento do Banco do Brasil,<sup>14</sup> o que provocou uma limitação à liberação de recursos para a política de crédito rural, foi criada a Secretaria do Tesouro Nacional e, com a promulgação da Constituição de 1988, foi devolvido ao Congresso o poder de examinar e emendar o Orçamento Geral da União. Castro (2008) mostra que essas medidas, dentre outras que foram tomadas na tentativa de conter o desequilíbrio fiscal, reduziram a participação do financiamento oficial de 65% em 1985 para 25% em 1992.

A redução dos recursos públicos, pela via das limitações orçamentárias, inseria-se no contexto do problema do enfrentamento da expansão inflacionária no país. Uma mudança drástica na forma de operacionalização da política agrícola se expressaria pela substituição parcial do crédito estatal por mecanismos de mercado<sup>15</sup>, além da desarticulação de instituições de apoio ao setor. Essas mudanças ocorreram sem que tivessem sido corrigidas as fortes disparidades características da estrutura social da agropecuária brasileira, ou seja, em um contexto de marginalização de amplas camadas de agricultores, tanto no que se refere à política agrícola quanto no que diz respeito à legislação trabalhista e à proteção social, destacando-se, especialmente a região Nordeste do país. Servilha (1994) argumenta que na segunda metade dos anos 1980 cresce a atenção governamental para os produtores de pequeno porte que, entretanto, só tinham merecido uma atenção seletiva quando o sistema de crédito rural já mostrava sinais de exaustão. Em 15 de maio de 1986 o Conselho Monetário Nacional estabeleceu duas resoluções. A Resolução 1.130 estendia aos bancos comerciais privados de qualquer porte a obrigatoriedade de que tivessem no mínimo 30% do total da exigibilidade representados por créditos rurais deferidos a mini e pequenos produtores. A Resolução 1.131 fixou taxas para financiamentos rurais diferenciadas por regiões e segundo a classificação do produtor.

---

<sup>14</sup> Mecanismo que interligava o Banco do Brasil e o Banco Central e que facilitava o aporte de recursos ao sistema de crédito oficial.

<sup>15</sup> A partir de meados dos anos 1980 novas formas de financiamento são desenvolvidas, baseadas em interações financeiras com agentes privados – empresas de processamento, empresas fornecedoras de máquinas, implementos e insumos agrícolas, empresas integradoras, *traders*, securitários etc. (BELIK; PAULILLO, 2001).

Outras medidas de caráter seletivo seriam adotadas na segunda metade dos anos 1980. A Resolução número 1.159 do Conselho Monetário Nacional, de 24 de julho de 1986, estabelecia que, no caso do PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor), deveriam ser agregados aos créditos para investimento (que tinham condições mais privilegiadas) os recursos necessários ao respectivo custeio agrícola, no primeiro ano de operação de cada mutuário. Em 1987 (Resolução número 1.329) o Conselho Monetário Nacional alterou as regras das operações de crédito rural vinculadas ao PAPP. Estabeleceu o limite de 230 OTNs para a renda máxima do produtor beneficiado pelo Programa e o limite de 500 OTNs para o financiamento (a exceção ficava para quem tivesse investimento em irrigação, cujo limite de financiamento era ampliado para 1.000 OTNs). Com relação às operações de financiamento direcionadas para associações ou cooperativas de pequenos produtores, os limites foram fixados em 10.000 e 50.000 OTNs, respectivamente. Ficava estabelecida, ainda, para os produtores beneficiados por esse Programa, uma taxa de juros de 3% ao ano, acrescida de atualização monetária (SERVILHA, 1994). Mas o grande benefício ao pequeno produtor atendido pelo PAPP, para Servilha, advinha da admissão de que apenas uma parcela do financiamento deveria ser reembolsada. Essa parcela foi definida em 50% para os contratos firmados em 1987 e 1988, 40% para 1989 e 30% a partir desse ano.

Ainda de acordo com Servilha (1994), a Resolução número 1.355 do Conselho Monetário Nacional determinou em 100% o limite de financiamento em operações de custeio formalizadas com mini-produtores, pequenos produtores e cooperativas do grupo I (no grupo I estavam incluídas as cooperativas de pequenos produtores). Duas outras resoluções do Conselho Monetário Nacional apontavam, também, na direção de uma maior seletividade em relação ao período anterior. A Resolução número 1.306, de 10 de abril de 1987 e a de número 1.312, de 24 de abril de 1987, permitiram a recomposição dos saldos devedores de operações formalizadas até 28 de fevereiro de 1986 com mini e pequenos produtores. Servilha (1994) argumenta que essas iniciativas indicam que a desconcentração observada no crédito rural no final dos anos 1970 e nos anos 1980 não se devia, apenas, ao processo de retirada dos subsídios, mas também, à adoção, por parte da iniciativa estatal, de

uma política mais seletiva de crédito. Observe-se que a classificação dos agricultores, pelo sistema oficial de crédito rural, obedece ao critério de tamanho. Os produtores rurais (nomenclatura utilizada) são estratificados em mini-produtores; pequenos; médios e grandes (classificados estes dois últimos como “demais”). Somente nos anos 1990 é que a política agrícola brasileira iria conferir uma maior seletividade ao setor, através da conquista, pelos agricultores de base familiar, de uma política específica, que passa a diferenciá-los em relação à agricultura patronal. É a partir dessa década, também, que o cumprimento da legislação trabalhista no campo (já implantada no país) passa a contar com instrumentos públicos de controle mais efetivos<sup>16</sup>.

Para os fins de contextualização do problema aqui proposto, é importante destacar a continuidade no êxito da modernização agrícola brasileira, apesar da redução da participação financeira do crédito oficial (DEL GROSSI; GRAZIANO da SILVA, 2002). A oferta agrícola aparentemente não foi afetada pelas restrições do programa de crédito rural (CASTRO, 2008). Deve ser ressaltado, nesse processo, o papel da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), estatal criada em meados da década de 1970. As pesquisas que a Embrapa passou a desenvolver viabilizaram a exploração dos cerrados e expandiram a produtividade das lavouras, mediante novas variedades e técnicas de plantio direto, bem como melhoraram a eficiência no manejo dos rebanhos e na produção de carnes, com aumento de produção e diminuição de áreas de pastagens (NÓBREGA, 2008). Tanto a produção quanto a renda agrícola não sofreram uma queda proporcional à variação do volume de crédito recebido. Em muitos casos a produção não apenas cresceu como houve aumento de produtividade (BELIK; PAULILLO, 2001). De acordo com Nóbrega (2008), dados do IBGE apontam que a área plantada cresceu 83,5% nos últimos dez anos. Os avanços em produtividade são constatados pela informação de que, entre 1990 e 2005, a produção de arroz por hectare aumentou 117,5%; a de feijão, 69%, a de milho, 98,8%; a de soja, 28,8%; e a de trigo, 70,9% (Jornal Estado de S. Paulo, 2009).

---

<sup>16</sup> Ações do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

Como foi dito anteriormente, acompanhando a retração do crédito oficial, novos instrumentos de financiamento surgiram na década de 1990, para serem operados com fontes de financiamento privado. Porém, o que tem merecido destaque na literatura é a mudança de orientação do financiamento para a agricultura, que inclui o que Belik e Paulillo (2001) chamaram de a nova filosofia da política pública para o setor, ou seja, a destinação de créditos favorecidos preferencialmente para os produtores familiares, assentamentos da reforma agrária ou atividades não empresariais, em uma operação administrativo/orçamentária que separa nitidamente a agricultura familiar da agricultura patronal. Pela primeira vez na história da política agrícola brasileira, a agricultura familiar teve acesso a um programa próprio e voltado para suas necessidades específicas, em sintonia com a perspectiva comercial e de integração aos mercados.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi instituído pela Resolução 2.191/95 e veio atender uma grande parcela de agricultores com escasso acesso ao crédito rural. O PRONAF instituiu uma mudança de conceito no que se refere à estrutura social da agropecuária brasileira, distinguindo os empregadores dos agricultores por conta própria, cuja atividade se baseia preponderantemente em trabalho próprio ou de seus familiares. A instituição de um programa exclusivo para esse estrato dentro da política de crédito rural é, potencialmente, um elemento de viabilização da melhoria na distribuição de renda no setor, especialmente quando se considera a afirmação de Castro (2008) segundo a qual os produtores rurais possuem recursos limitados e necessitam de financiamento para adquirir os insumos necessários à produção em moldes modernos.

De uma maneira geral, o PRONAF melhorou a distribuição de recursos entre os estratos sociais da agropecuária do país, não apenas pelo volume disponibilizado (através das diversas linhas de crédito de custeio e investimento, especificamente voltados para o agricultor familiar) como, também, pelas taxas de juros favorecidas, que foram inicialmente de 6,5% ao ano, caindo para de 1% a 5,5% ao ano (BRASIL, 2005b *apud* CASTRO, 2008), inclusive para a safra 2008/2009 (PLANO SAFRA 2008/2009 – Federação dos

Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG). Alguns números mostram a evolução do PRONAF: em 1997 o orçamento para esse programa perfazia o total de R\$ 1,3 bilhão, passando para R\$ 2,3 bilhões em 1998, R\$ 3,6 bilhões em 1999, R\$ 4,2 bilhões em 2000, ano em que o total aplicado na agricultura totalizou R\$ 13,7 bilhões (BELIK; PAULILLO, 2001) e atingindo o valor de R\$ 13 bilhões para o ano agrícola 2008/2009 (PLANO SAFRA 2008/2009 – FETAEMG). Considerando o número de contratos, o número de agricultores atendidos aumentou, em 2004, cerca de dez vezes em relação ao ano de 1995 (CASTRO, 2008).

Entretanto, a contribuição do PRONAF para a desconcentração da distribuição de recursos no âmbito do setor agropecuário brasileiro é considerada pequena, apesar do aumento crescente no volume de recursos à disposição dos agricultores familiares, em todas as regiões do país. A participação do PRONAF, em média, é de 12% no total do volume do crédito rural e de 30% no número de contratos (CASTRO, 2008). De acordo com Castro e Teixeira (2005), considerando-se a safra 2004/2005, o crédito rural como um todo se apresentava concentrado, considerando-se que para a agricultura familiar foi destinado apenas 15% do volume de recursos do crédito rural controlado. O crédito rural do PRONAF, por seu lado encontrava-se concentrado tanto em relação aos produtores quanto espacialmente. Os financiamentos desse programa têm sido destinados preferencialmente aos produtores de maior renda dentro da agricultura familiar e à região Sul. No ano considerado, essa região recebeu em torno de 49% dos recursos do PRONAF, mas possuía aproximadamente 22% dos estabelecimentos enquadráveis no programa (CASTRO; TEIXEIRA, 2005). Entretanto, esses autores sustentam que, com relação às regiões, parece haver uma relação entre o volume de recursos aplicados e o Valor Bruto da Produção familiar dos estabelecimentos que são enquadráveis no programa. As regiões Sul e Sudeste recebem juntas em torno de 65% do volume total de recursos e apresentam 62% de participação no total do Valor Bruto da Produção.

Para esses autores, considerando-se a evolução do crédito do PRONAF a partir do ano agrícola 1999/2000, o cenário de concentração não se modificou nos últimos anos,

exceto por uma pequena variação, mantendo-se sem uma tendência de redistribuição dos recursos. Castro e Teixeira argumentam que isso ocorre em decorrência do fato de que a distribuição do crédito do PRONAF segue a lógica da demanda e a lógica financeira, concentrando-se nas regiões que têm maior produção e, por conseqüência, maior necessidade de crédito, e nos grupos de maior renda. Para os autores, os produtores com maior nível de renda têm maior capacidade de endividamento, uma maior capacidade de organização e uma maior demanda por volume de crédito, ao mesmo tempo em que se espera que os agentes financeiros tenham preferência pelos tomadores de crédito com maior capacidade de pagamento, o que leva a uma seleção adversa dos beneficiários. Ou seja, manifestam-se fortemente os elementos de mercado na relação entre o crédito oficial e os agricultores.

Essas críticas são importantes, tendo em vista o legado histórico da forte concentração na distribuição de recursos e do nível elevado da desigualdade de renda no interior da estrutura ocupacional da agropecuária brasileira. Ao contexto das políticas agrícolas, especificamente, acrescenta-se o difícil acesso dos agricultores aos benefícios da legislação trabalhista. Sabe-se que a extensão dos mecanismos de proteção social ao meio rural ocorreu tardiamente, em relação aos setores urbanos. A universalização do acesso a direitos trabalhistas e de proteção social para os ocupados na atividade agropecuária ocorreu na década de 1990, depois da promulgação da Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que se expandiram as instituições voltadas para o controle e fiscalização do cumprimento da legislação. Entretanto, na prática, uma parcela considerável de empregados agrícolas não é adequadamente assistida pela proteção social, o que contribui para a desigualdade de renda no setor.

Contudo, não se pode deixar de considerar o esforço de mudança dos últimos anos, associado à pressão social e a iniciativas institucionais, no sentido de um acesso diferenciado ao apoio governamental por parte dos agricultores familiares, embora isso ocorra seletivamente, bem como de um avanço na proteção social dos agricultores, em especial dos empregados agrícolas, que passaram a contar com os instrumentos da

legislação trabalhista (ainda que uma parcela significativa dos trabalhadores permaneça desprotegida). Em trabalho recente, Hoffmann (2006) argumenta que teria havido, no Brasil, uma redução da desigualdade na distribuição de renda, desde 1995, segundo alguns indicadores<sup>17</sup>, mas especialmente desde 2001 até 2004, segundo o Rendimento Domiciliar per capita (RDPC). A análise do autor contempla o período de 2001 a 2004, no qual o índice de Gini para o rendimento domiciliar per capita apresenta os valores decrescentes de 0,594 em 2001, 0,587 em 2002, 0,581 em 2003 e 0,569 em 2004. Para Hoffmann, a redução de 2,5 pontos percentuais no espaço de três anos pode parecer pequena, entretanto, sustenta o autor, o valor absoluto de sua intensidade anual é semelhante à do crescimento de oito pontos percentuais do índice de Gini do rendimento da PEA no Brasil na década de 1960 (na qual adquiriu destaque o grande incremento de desigualdade). O índice de Gini para a PEA e para as pessoas ocupadas (rendimento de todos os trabalhos) também apresenta uma redução nesse período. No caso da PEA com rendimento positivo, os valores são 0,571, em 2001; 0,569, em 2002; 0,561, em 2003 e 0,553, em 2004. Para a PEA total os valores são 0,642, em 2001; 0,637, em 2002; 0,630, em 2003 e 0,616, em 2004. No caso das pessoas ocupadas (POC) os valores são 0,566, em 2001; 0,563, em 2002; 0,554, em 2003 e 0,547, em 2004 (HOFFMANN, 2006).

O autor apresenta outros indicadores de desigualdade que sustentam seu argumento. A porcentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos cai de 47,2% em 2001 para 45,0% em 2004. A porcentagem da renda total recebida pelos 5% mais ricos cai de 33,8% para 31,9%, no mesmo período. A porcentagem da renda total recebida pelo 1% mais rico, 13,8% em 2001, contra os 12,7% apropriados pelos 50% mais pobres, passa para 12,8% para o centésimo mais rico, contra 14,0% para a metade mais pobre, em 2004. Os dados mostram, ainda, que houve uma variação positiva no rendimento médio de 16,0% para os 20% mais pobres e uma variação negativa de -7,1% no rendimento médio dos 10% mais ricos. Para Hoffmann, os pobres ficaram menos pobres e os relativamente ricos se tornaram menos ricos. Trata-se de uma avaliação auspiciosa, dado o problema histórico de

---

17 Os indicadores que se referem à população economicamente ativa com rendimento positivo – PEA; à população economicamente ativa incluindo os sem rendimento – PEA total; e ao rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas – POC.

desigualdade de renda no país, embora a análise esteja focalizada em um espaço de tempo pequeno e muito recente, o que dificulta uma conclusão a respeito da tendência do comportamento da distribuição de rendimentos, no Brasil, no sentido de melhoria contínua de padrões de equidade.

Nesse contexto em que se combinam uma herança de forte desigualdade social com elementos de mudança que apontam para a possibilidade de transformação no sentido de uma melhoria na distribuição de renda no setor agropecuário brasileiro, encontram-se as bases da justificativa para a investigação do problema proposto. A discussão da desigualdade de renda que aqui se propõe é um dos temas mais debatidos no país (NEY; HOFFMANN, 2003). Neste sentido, sua relevância pode ser vista, também, em termos de oportunidade para a exploração de algumas abordagens teóricas pertinentes à estratificação social e à distribuição de renda, consideradas em relação à estrutura ocupacional do setor agropecuário, conforme será visto no próximo capítulo.

### **1.3. Conclusão**

Este capítulo iniciou-se pela definição do problema a ser investigado nesta tese, a evolução da desigualdade social no interior da estrutura ocupacional da agropecuária brasileira ao longo dos últimos quarenta anos, a ser verificada através de medidas de rendimento, considerando-se o país como um todo. A definição do problema incluiu o esclarecimento das peculiaridades do processo de modernização da agricultura brasileira (suas características conservadoras), bem como as condições de desigualdade que lhe são usualmente associadas. Essa definição do problema incluiu, também, a especificação dos estratos sociais que emergiram nesse processo e que deverão ser considerados na pesquisa.

A contextualização do problema iniciou-se pela apresentação de alguns dados de desempenho da agricultura brasileira, bem como de alguns indicadores de desigualdade social, para a economia brasileira como um todo e para o setor agropecuário em particular. Foi dada ênfase à política de crédito rural, eixo da política agrícola do país, desde a

constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), nos anos 1960, até a constituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tendo em vista a relevância do papel da política pública brasileira nos processos de mudança das condições produtivas do setor. O contexto do problema inclui, por um lado, as características da desigualdade social no setor agropecuário e, por outro lado, as mudanças que desaguaram em uma maior atenção política e institucional conquistada pela categoria social dos agricultores familiares (através de uma política própria de crédito oficial). Além disso, a contextualização do problema considera a mudança de uma situação de precariedade institucional de proteção social para uma expansão dos direitos previdenciários e trabalhistas aos agricultores, em décadas recentes, ressaltando-se, contudo, que uma parcela significativa de empregados agrícolas permanece à margem desse processo.

No próximo capítulo, será feita uma discussão das abordagens teóricas consideradas relevantes para a análise do problema, tanto à luz das teorias mais gerais sobre estratificação social e distribuição de renda, quanto tendo por referência os aportes teóricos voltados para a pesquisa da estrutura social agrícola, mais especificamente. Considera-se que as vertentes teóricas abordadas referem-se à Sociologia da Estratificação Social, à Sociologia do Trabalho e à Sociologia da Agricultura. Tendo em vista a complexidade do tema, essa discussão será necessariamente incompleta.

## **CAPÍTULO II**

### **2. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E DESIGUALDADE DE RENDA NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: PERSPECTIVA TEÓRICA**

A discussão sobre estratificação social e desigualdade de renda, neste capítulo, orienta-se, principalmente, pelas teorias de classe nas sociedades contemporâneas, em especial aquelas de inspiração neomarxista e neweberiana. Neste sentido, optou-se pela discussão, em primeiro lugar, das correntes de pensamento sobre estratificação social, especificamente, antes da abordagem teórica da estratificação social e a desigualdade de renda. Em seguida, agregou-se a essa discussão uma abordagem das especificidades teóricas ligadas aos temas envolvendo o setor agropecuário.

#### **2.1. O problema geral da estratificação social: tradição clássica e tradição empírica**

A estratificação social diz respeito a relações hierárquicas estabelecidas entre unidades da sociedade, de forma relativamente duradoura (HALLER, 2001). David Grusky (1994) define um sistema de estratificação como referido ao complexo de instituições sociais geradoras de desigualdades. Os componentes básicos desse sistema são (1) os processos institucionais que definem certos tipos de bens como valiosos e desejáveis; (2) as regras de alocação desses bens entre as várias posições ou ocupações na divisão do trabalho e (3) os mecanismos de mobilidade que, ao ligarem os indivíduos a ocupações, geram um controle desigual sobre recursos valiosos.

A análise do fenômeno da estratificação social suscitou diversas abordagens teóricas. Ressalte-se, porém, que, como destaca Grusky (1994), com o Iluminismo emerge uma orientação comum em todas as vertentes teóricas que tratam do tema, que é o

compartilhamento da premissa segundo a qual os indivíduos são “*ultimately morally equal*” (aspas do autor). A adoção dessa premissa implica em que o problema da desigualdade torna-se crucial na análise dos sistemas de estratificação social. Essa linha de pensamento remonta às transformações políticas e econômicas dos séculos XVIII e XIX, especialmente aos eventos da revolução francesa e da revolução norte-americana, a partir das quais vários países passaram a adotar legislações que instituíam a igualdade (inicialmente dos homens adultos perante a lei), criando-se, assim, um ambiente propício ao debate do tema da desigualdade social. Nesse contexto em que as sociedades se industrializavam, a preocupação com a desigualdade social tornou-se central nas análises de estratificação social, tanto em termos acadêmicos quanto na própria idéia de formulação de estratégias políticas.

Existem dois campos teóricos distintos na base da discussão do problema mais geral da estratificação social. Seguindo a definição de Haller (2001), de um lado estão os teóricos clássicos, que, de uma maneira geral, tratam o tema da estratificação em uma perspectiva histórica e enfatizam as dimensões de poder e de privilégio contidas nas relações internas entre unidades de uma estrutura social (no cerne da perspectiva teórica desta linha de pensamento encontra-se, de um modo geral, o conceito de classe social). Do outro lado, encontra-se a tradição empírica, segundo a qual a pesquisa e análise da estratificação social são realizadas a partir de dados sistemáticos recolhidos do mundo social, sem a preocupação histórica da linha clássica de pensamento. A teoria funcionalista da estratificação social, pouco afeita teoricamente à idéia de conflitos, apóia-se, em geral, nessa tradição.<sup>18</sup>

Segundo Haller (2001), observa-se, entre os vários autores que trataram do tema, um esforço no sentido de aproximar as duas linhas de abordagem, ou seja, trazer para o campo da análise da estratificação social tanto a perspectiva dos teóricos clássicos quanto a linha de investigação baseada na mensuração e na análise que são próprias da tradição

---

<sup>18</sup> Grusky (1994) agrupa quatro escolas de pensamento no campo da teoria clássica: os Marxistas e pós-Marxistas, os Weberianos e Pós-Weberianos, Durkheim e os Pós-Durkheimianos e os teóricos de Classe Dirigente e Elites. À tradição empírica corresponderia o campo teórico das Medidas de Posição Social.

empírica<sup>19</sup>. Com isso, o que se pretende é observar a estrutura e o comportamento de uma estratificação societária e, ao mesmo tempo, captar dimensões de poder e de privilégio envolvidas nas relações constituídas no interior dessa estratificação.

## **2.2. A tradição clássica a partir de Marx e Weber**

Pode-se dizer, de uma maneira geral, que toda a produção teórica sobre estratificação social sofreu a influência das teorias de Marx e de Weber. Os modelos teóricos utilizados nas sociedades contemporâneas revelam uma influência mais forte de Weber (tanto na abordagem neo-weberiana mais ampla quanto no pensamento funcionalista americano, embora com conotações bastante diferentes), porém a teoria de estratificação desenvolvida nas sociedades industrializadas remonta a Marx e suas preocupações com a situação da classe trabalhadora no século XIX. É aí que se origina a teoria clássica da estratificação social. O conceito fundamental de estratificação social na obra de Marx é o de classe social, vista em termos dicotômicos e identificada com o conceito de exploração a partir das relações de produção<sup>20</sup>. Posto sucintamente, duas classes, a dos capitalistas e a dos trabalhadores, constituem as forças motrizes da sociedade capitalista e se confrontam em permanente conflito. Grusky (1994) ressalta que esse modelo dicotômico de classes deve ser visto como um tipo ideal, voltado para captar as tendências presentes no capitalismo, naquele momento.

Na análise de Marx, a relação entre as duas classes fundamentais das sociedades industrializadas apresenta-se marcada pelo poder e privilégio conferidos aos capitalistas, em detrimento dos trabalhadores, por meio do controle, por aqueles, do excedente da produção. O conflito de interesses que emerge dessa oposição constituiu-se na principal preocupação de Marx e suscitou um intenso debate a favor e contra essa conceituação estrutural da desigualdade. Em especial, uma linha de análise apontava para uma elevada

---

<sup>19</sup> Para uma discussão desse esforço teórico, ver Haller, 2001.

<sup>20</sup> É importante mencionar que, segundo Celi Scalón, (1999, p. 30), Marx não oferece uma definição sistemática do conceito de classe, “embora a teoria de classes tenha uma posição relevante no seu projeto mais amplo de traçar a história das sociedades”.

simplificação na tese das duas classes sociais fundamentais de Marx, propondo, ao invés disso, que a estratificação social contém elementos de complexidade não tratados por aquele autor.

Max Weber ocupou-se do tema e, para ele, a estratificação social compõe-se de três dimensões: classe, status e partido (WEBER, 1981). Ao contrário de Marx, porém, o conceito de classe social, para Weber, não provê uma teoria estrutural da desigualdade, porque é um conceito econômico: as classes se formam no mercado, na troca entre proprietários e compradores de bens ou de qualificações (as chances de vida são estabelecidas no mercado). Como no pensamento de Marx, a propriedade e ausência de propriedade são categorias básicas de todas as situações de classe. Diferentemente de Marx, porém, a situação de classe, para Weber, refere-se aos grupos de pessoas que podem dispor de bens ou habilidades em benefício de rendimentos, numa dada ordem econômica, sob as condições do mercado de produtos ou do mercado de trabalho. As classes não representam comunidades de interesses, embora possam vir a ser uma base para que a ação comum se desenvolva. Neste sentido, Weber (1981) afirma que um empreendimento capitalista pressupõe tanto uma ação comunal específica destinada a proteger a posse dos bens quanto o poder dos indivíduos para dispor dos seus meios de produção, em princípio de forma livre.

Fora do mercado, constituem-se os grupos de status, que são comunidades com estilo de vida específico, cujo principal atributo é a honra. O prestígio obtido pelos grupos de status não se processa por meio da troca no mercado, mas por mecanismos de atribuição desenvolvidos na sociedade. De acordo com Weber (1981) a observação do princípio do mercado nas relações sociais recíprocas é dificultada pelos grupos de status. De uma maneira geral, diz Weber, alguns grupos de status, particularmente os mais influentes, hostilizam a participação aberta na aquisição econômica, considerando-a estigmatizante. Para Weber, a estratificação por status é favorecida quando as bases da ordem econômica ficam relativamente estáveis, favorecendo o desenvolvimento de estruturas de status. Em uma situação contrária, mudanças tecnológicas e econômicas são nefastas para a

estratificação por status, fazendo ressaltar a situação de classe. Por outro lado, Weber acredita que, partindo da esfera econômica e social, classes e grupos de status influenciam-se mutuamente, influenciam a ordem legal e são influenciados por ela. Além disso, classes e grupos de status podem superpor-se e isso ocorre freqüentemente, sendo, porém, a situação de classe o fator predominante na estratificação social das sociedades modernas, uma vez que o estilo de vida representativo de status é normalmente condicionado economicamente. Por exemplo, diz Weber, um grupo ocupacional é também um grupo de status, pois a honra social que reivindica e alcança está ligada ao poder de determinação de um estilo de vida.

Os partidos, terceira dimensão de estratificação na teoria de Weber, referem-se, por sua vez, a estruturas lutando pela dominação, que podem representar interesses a partir de uma situação de classe ou de uma situação de status, de ambas ao mesmo tempo ou de outros interesses que não são de uma nem de outra. A dimensão de partido refere-se ao lugar do poder político dentro da teoria de Weber, ou seja, à influência política legitimada.

### **2.3. A tradição clássica: a análise de classe de Neomarxistas e Neoweberianos**

As contribuições neomarxista e neoweberiana mostram-se frutíferas para os estudos contemporâneos da estrutura de classes. Como foi destacado por Celi Scalón (1999), autores neomarxistas buscaram não apenas uma definição mais precisa de classe social, como se empenharam na compreensão das estruturas complexas de classe, tal como se desenvolveram nas sociedades capitalistas atuais, sem abrir mão da perspectiva do conflito e do antagonismo de interesses. A partir dos anos 1970, mais especificamente, autores neomarxistas procuraram ampliar a abordagem teórica das complexas estruturas de classe das sociedades capitalistas, não somente como forma de suprir uma lacuna há muito percebida na teoria marxista como, também, em contraposição à perspectiva funcionalista da análise de classe, predominante na Sociologia americana nos anos 1950 e 1960. Além do problema específico que pode ser percebido como o fenômeno das classes médias das

sociedades capitalistas contemporâneas, os neomarxistas passaram, também, a participar de debates em torno da natureza do estado capitalista, embora retendo, conforme Skocpol (1985), em grande medida, suas suposições centradas na sociedade.

O tratamento da estrutura de classes nas sociedades capitalistas contemporâneas seria mais fácil dentro do campo neoweberiano. A teoria de Weber, como foi visto acima, incorpora várias dimensões, que possibilitam múltiplas clivagens na estratificação social. Por isso, a formulação weberiana de classes e de estratos sociais, segundo Gruski (1994), tornou-se bastante popular nos Estados Unidos, nas décadas após a segunda grande guerra, deslocando a perspectiva marxista, considerada como simplificadora da realidade social. De acordo com Scalon (1999), argumenta-se em favor de uma superioridade teórica weberiana, no sentido de que essa abordagem amplia a definição de classe, ao incluir, entre seus elementos, as qualificações e habilidades dos trabalhadores, que são negociáveis no mercado, não se restringindo ao elemento de propriedade. Em segundo lugar, conforme Scalon (1999) para os neoweberianos, a idéia de classes, entendidas no sentido de grupos em posições de interesses econômicos antagônicos, leva à impossibilidade de conciliação desses interesses, o que torna inevitável a ação política no cenário de uma sociedade polarizada, o que não é compatível com a realidade da fragmentação de classes nas sociedades capitalistas avançadas e nem com a habilidade dessas sociedades para conter o conflito e prosperar. É preciso lembrar, ainda, que mudanças importantes ocorreram no capitalismo contemporâneo, com relação ao trabalho: por um lado, a fragmentação da classe trabalhadora, pela especialização provocada pela crescente divisão do trabalho e, por outro lado, os avanços tecnológicos que transformaram a economia fordista, de produção em larga escala e voltada para o consumo em massa, em um modelo pós-fordista, em que elementos de produção flexível, diversificada e voltada para mercados consumidores específicos comprometem o alcance da análise marxista da polarização das classes sociais.

Scalon (1999) identifica similaridades entre as abordagens teóricas de neomarxistas e neoweberianos, na medida em que ambos constroem esquemas de classe relacionais, em oposição aos esquemas hierárquicos, comuns na Sociologia americana. A autora chama

atenção para a utilidade prática desses esquemas de classe, na medida em que marxistas e weberianos utilizam a teoria de classe para explicar teoricamente a localização das ocupações dentro de uma estrutura de posições de classes, o que permite a observação empírica de uma estratificação social.

É importante, contudo, ressaltar a crítica weberiana aos neomarxistas, no que se refere à relação entre as estruturas do Estado e a estrutura de classes. Skocpol (1986) entende que os neomarxistas contribuíram de forma importante para o debate sobre a relação do Estado com a sociedade, no momento em que o paradigma pluralista e o estrutural-funcionalista, predominantes na Ciência Política e na Sociologia nos Estados Unidos, durante os anos cinquenta e sessenta, mostraram-se insuficientes. Para Skocpol (1985), a crítica dos intelectuais de orientação marxista ao pressuposto trivial do marxismo, a noção de que os Estados não passavam de instrumentos manipulados pelos dirigentes e pelos grupos de interesses representantes da classe dominante, representou um avanço teórico. Com isso, esses teóricos aproximaram-se do problema da “relativa autonomia do Estado” (aspas da autora) e pareceram prestes a afirmar que os Estados são potencialmente autônomos, não apenas em termos de uma oposição às classes dominantes, mas, também, em relação ao conjunto das estruturas de classes ou modos de produção. Todavia, nas palavras da autora, virtualmente, todos os escritos neomarxistas sobre o Estado retiveram suposições centradas na sociedade, o que permitiu que os autores não duvidassem de que os estados são inerentemente modelados por classes ou lutas de classes e que funcionam para preservar e expandir modos de produção. Mais do que isso, diz a autora, os teóricos neomarxistas generalizam, por vias extremamente abstratas, muitas vezes, características ou funções compartilhadas por todos os estados dentro de um modo de produção ou de uma fase da acumulação capitalista ou, ainda, de uma posição no sistema capitalista mundial, tornando difíceis os estudos comparativos entre nações.

A autora não discorda do argumento marxista segundo o qual classes e tensões de classes estão sempre presentes nas sociedades industriais, mas considera que a expressão política de interesses e conflitos de classe não é nunca automática ou economicamente

determinada. Ela depende das capacidades que as classes possuem para adquirir consciência, organização e representação. Direta ou indiretamente, as estruturas e atividades dos Estados condicionam profundamente tais capacidades de classes. Para Skocpol, falta aos teóricos neomarxistas enfrentar mais diretamente as questões de saber em que consistem os Estados por direito próprio, como as suas estruturas variam e como as suas atividades se desenvolvem no quadro das estruturas socioeconômicas.

A indagação da autora é se essa abordagem estaria relacionada ao restabelecimento de uma perspectiva européia continental. Skocpol (1986) recorda que, no século dezenove, estudantes continentais da vida social, especialmente os alemães, insistiam na realidade institucional do Estado e seu contínuo impacto sobre e dentro da sociedade civil. Esse conceito de Estado leva à compreensão do Estado como sendo muito mais do que uma arena, na qual grupos sociais fazem demandas e se engajam em lutas ou compromissos políticos - os estados necessariamente se posicionam em relação a ordens sócio-políticas domésticas e a contextos transnacionais historicamente em mudança. Evans (1992) entende que, para os neweberianos, a capacidade do Estado está ligada à sua inserção na sociedade, combinada com autonomia da burocracia estatal. Essa autonomia relativa (*embedded autonomy*) atenuaria os riscos da captura do Estado por poderosos interesses particularistas.

Apesar das críticas, não há dúvida de que a perspectiva teórica neomarxista sofreu influências da abordagem weberiana, como atesta Scalon (1999). Vários autores neomarxistas buscaram desenvolver modelos teóricos baseados no conceito de exploração, porém, enfrentando o esforço de adequá-lo à realidade da diferenciação de classes. Aage Sorensen (2000) propõe definir a exploração de classe de uma maneira mais abrangente, como as posições estruturais que provêem direitos para a propriedade ou para os recursos que produzem renda. Renda (“*rent*”) é o retorno para a propriedade ou para os recursos que não estão disponíveis de forma competitiva no mercado, porque foram restringidos por possuidores que passaram a ter controle sobre o seu suprimento, de tal forma que a oferta desses recursos não responde a aumentos em seus preços (SORENSEN, 2000). Como

aqueles que se beneficiam em termos de “*rents*” têm interesse em proteger seus direitos e os que estão impedidos de realizar o retorno completo de seus recursos têm interesse em eliminar “*rents*”, criam-se, em torno do conceito, interesses antagônicos e conflito. Uma ilustração oferecida por Sorensen refere-se à disputa, em torno de “*rents*”, entre o agricultor e o proprietário da terra, que podem se postar em posições de conflito. Disputas dessa natureza dão origem a atividades de “*rent-seeking*”, em que grupos procuram influenciar na regulação, nos subsídios e nas políticas de bem-estar dos governos (SORENSEN, 2000).<sup>21</sup>

Scalon (1999) destaca o trabalho de Erik Olin Wright, por estar orientado para a investigação empírica em estudos de estratificação social. De acordo com Scalon, o principal objetivo de Wright é a sistematização e conceitualização de uma tipologia de classes que pode ser utilizada em estudos empíricos. Para a autora, Wright teria se tornado a maior expressão da abordagem teórica que considera as classes médias não como classes, exatamente, mas como uma simultaneidade de classes, abrindo espaço para a acomodação teórica da fragmentação da estrutura de classes nas sociedades capitalistas contemporâneas. Wright empenhou-se na construção de uma tipologia que podia abarcar as classes não polarizadas e as classes médias, através do conceito de Posições (ou localizações) Contraditórias de Classe (SCALON, 1999). Segundo a autora, um exemplo dessas posições contraditórias seriam os administradores, que não apresentam as características mais típicas nem dos proprietários dos meios de produção nem dos não proprietários, porque são assalariados que controlam a operação de produção e o trabalho de outros empregados. No campo neweberiano a conceituação dos gerentes seria feita em outra perspectiva teórica, condizente com a visão de Weber segundo a qual a modernidade é marcada pela hegemonia da racionalidade técnica. Para Anthony Giddens (1975), o crescimento da concentração do capital industrial produziu mudanças básicas na organização das economias capitalistas, no sentido da criação do que o autor chamou de neocapitalismo, que combina a ascensão da democracia social com o crescimento das megacorporações e o planejamento estatal. A

---

<sup>21</sup> Scalon (1999) argumenta que Sorensen sofre a influência de Weber. Sorensen é fiel à tradição marxista quando considera os direitos de propriedade como fundamentais na estratificação social, porém, amplia-os no sentido de uma habilidade de receber retornos de um recurso, direta ou indiretamente, por meio do mercado ou do Estado, aproximando-se dos conceitos neo-weberianos, ao considerar como aspecto mais relevante da propriedade o fechamento de classe, baseado no controle da oferta de um determinado recurso.

emergência do papel ampliado dos gerentes insere-se nesse contexto, com um significado relevante para a mediação de controle nas empresas, de onde emerge o seu poder “em determinar as políticas que governam o destino de uma corporação em grande escala” (GIDDENS, 1975, p.209).

Não obstante a maior ênfase no conflito, presente na perspectiva neomarxista, Neves *et al.* (2009) enfatizam as similaridades existentes na abordagem de neomarxistas e neoweberianos, tanto pela relevância conferida ao grupo gerencial dentro da estrutura social nas sociedades de capitalismo avançado, quanto na fundamentação da diferenciação de classe entre os gerentes e administradores e os demais trabalhadores, em uma relação de dominação.

Scalon (1999) resume os esquemas de classe de Wright, da seguinte forma. Conforme a autora, o primeiro esquema de classes de Wright, de 1976, compunha-se de 10 estratos sociais, assim denominados: 1) Burguesia capitalista tradicional; 2) Posição quase-contraditória: alto executivo de empresas; 3) Posição contraditória: gerentes de alto nível; 4) Posição contraditória: gerentes de nível médio; 5) Posição contraditória: tecnocratas; 6) Posição contraditória: supervisores (capataz); 7) Proletariado; 8) Posição contraditória: trabalhadores semi-autônomos; 9) Pequena burguesia e 10) Pequenos empregadores. Em 1985, de acordo com Scalon (1999), Wright reformula o conceito de dominação implícito em seu mapa de classes e troca-o pelo conceito de exploração, sob o argumento da necessidade de recuperar a idéia central do conflito da teoria marxista. O segundo mapa de classes de Wright (1985) apresenta duas divisões básicas, sendo a primeira entre proprietários de meios de produção e não proprietários. Os proprietários são, por sua vez, divididos de acordo com a quantidade de trabalhadores que empregam e os não proprietários são definidos segundo os tipos de credenciais e a posição que ocupam na organização. A tabela 1, a seguir, mostra esta última classificação proposta por Wright.

**Tabela 1 – Proprietários de meios de produção e não proprietários**

Proprietários de meios de produção		Não-proprietários (trabalhadores assalariados)		
<b>Tem capital suficiente para empregar e não trabalhar</b>	Burguesia	Administradores e gerentes credenciados	Administradores semi-credenciados	Gerentes não credenciados
<b>Tem capital suficiente para empregar mas deve trabalhar</b>	Pequenos empregadores	Supervisores credenciados	Supervisores semi-credenciados	Supervisores não-credenciados
<b>Tem capital suficiente para trabalhar por conta própria mas não tem empregados</b>	Pequena burguesia	Não-gerentes credenciados	Trabalhadores semi-credenciados	Proletários

O esquema de classes de Wright, como pode ser visto, estabelece uma diferenciação que é baseada no acesso a três tipos de recursos: meios físicos de produção, recursos organizacionais e recursos de credenciais/qualificação, os quais se referem à idéia de propriedade, à de posição na organização em termos de controle sobre o trabalho (o próprio trabalho ou o trabalho de outros) e à de credenciamento/treinamento. Como ressalta Scalón, estes conceitos vinculam-se aos de posição de mercado e posição de emprego, defendidos por neweberianos, bem como ao conceito weberiano de *skills*, ou seja, de qualificação. Nesse caso, a noção de exploração nem sempre se sustenta teoricamente, no campo estritamente marxista, como deseja Wright. Entretanto, sua contribuição pode ser vista como valiosa no tratamento das situações de diferenciação de classe em termos de privilégios decorrentes não apenas de recursos materiais, como de recursos organizacionais e credenciais ou de qualificação, na perspectiva de orientação weberiana. Para Scalón, é correto afirmar que os esquemas de classe de Wright estão construídos sobre os elementos básicos da propriedade, das qualificações e da força de trabalho. O arcabouço teórico de Wright parece adequado à identificação da estrutura social do setor agropecuário, não apenas pela proposição dos três eixos de definição para um esquema de classes (propriedade, posição na organização no que diz respeito ao controle do trabalho e credenciamento/qualificação), como, também, porque sua classificação permite a

acomodação teórica dos principais estratos sociais da atividade agropecuária contemporânea.

Portanto, para os propósitos desta tese, a contribuição de Wright mostra-se de particular interesse, não obstante a polêmica existente em torno das proposições desse autor. Segundo Figueiredo Santos (1998), o esquema teórico de Wright, embora centrado em empregos, mostra-se capaz de orientar a abordagem das posições intermediárias de classe da complexa estrutura social das sociedades capitalistas contemporâneas, além de desenvolver uma noção de classe trabalhadora que é “analiticamente mais sensível ao amplo reordenamento do universo da produção e do trabalho que se processa na atualidade” (FIGUEIREDO SANTOS, 1998, p.16).

Embora preservando os conceitos de exploração e de apropriação de ativos produtivos, o conceito de classe de Wright incorpora a noção de dominação na diferenciação em termos de localização de classe, como argumenta Figueiredo Santos (1998), o que torna seu arcabouço teórico mais sensível a diferenciações internas aos não proprietários, como é o caso dos estratos sociais de gerentes/especialistas, de trabalhadores com um maior nível de qualificação e dos trabalhadores com escasso nível de qualificação do setor agropecuário.

Além disso, como aponta Figueiredo Santos (1998), Wright estabelece fecundos avanços teóricos na compreensão da organização e expressão de interesses de classe e na relação desta com a política, que são relevantes para o estudo aqui proposto. Wright (1985) entende que os resultados de diferentes interesses materiais definidos a partir de uma estrutura de classes dependem de uma série de fatores estruturalmente contingentes (inclusive em relação à própria estrutura de classes). Nesta perspectiva de análise, Figueiredo Santos (1998) ressalta a contribuição de Wright, no sentido de considerar que os Estados de Bem-Estar Social podem gerar uma influência no sentido de uma maior igualdade da estrutura social. Essa perspectiva permite estabelecer uma interface com os

autores que argumentam em favor da relevância teórica do Estado em estudos dessa natureza.

A abordagem teórica de Wright parece, portanto, dispor de um quadro conceitual de inspiração neomarxista e neweberiana compatível com o presente objeto de análise, por conter uma perspectiva analítica que incorpora tanto uma tipologia ampliada de categorias de classes sociais, quanto um elemento institucional e de funcionamento dos mercados, na base para a diferenciação de classes e de seus rendimentos, particularmente útil no estudo da estrutura social do setor agropecuário, como será mostrado adiante. Essa contribuição teórica de Wright é vista por Mooney (1983) como especificamente valiosa no tratamento das classes sociais da agricultura moderna. Em sua abordagem das posições contraditórias de classe, Wright se afasta do aspecto teleológico presente na idéia do processo de proletarianização (MOONEY, 1983) e cria um espaço conceitual para a presença de múltiplas clivagens, que são de especial interesse para o problema de estratificação social no setor agropecuário, como será visto adiante.

Do ponto de vista do aspecto empírico, cumpre destacar que o esforço de Wright de elaboração de classificações voltadas para a aplicação empírica, como ressalta Scalón (1999), resultam na definição de características ocupacionais que estruturam seus esquemas de classe. Como já foi mencionado, trata-se das características de “propriedade, qualificação, treinamento, recursos organizacionais, autonomia e controle sobre o próprio trabalho e o trabalho de outros, rendimento e status de emprego” (SCALÓN, 1999, p.48), que podem servir de base para a consideração da estrutura social a partir de ocupações. Como ressalta Scalón, a ocupação é hoje considerada como um dos principais indicadores da posição de classe dos indivíduos, permitindo a construção de estratos sociais baseados na estrutura ocupacional.

## 2.4. A tradição empírica e a teoria de status

Enquanto os teóricos da tradição clássica mantiveram sua atenção voltada para as origens da definição das categorias nas quais se estrutura uma dada sociedade e com as relações de poder que se estabelecem entre os grupos sociais, a tradição empírica evoluiu no sentido de apreender a estratificação social tal como se apresenta em algum momento, utilizando instrumentos de mensuração talhados para definir a posição social dos indivíduos inseridos nessa estrutura.<sup>22</sup>

De acordo com Gruski (1994), os teóricos da tradição empírica crêem que a perspectiva que adota medidas de renda, de *status* ou de prestígio pode capturar, de forma aproximada, a estrutura de estratificação social de uma sociedade.<sup>23</sup> Gruski (1994) destaca a longa permanência no uso desses instrumentos na pesquisa sociológica, ressaltando, porém, que essa tradição teórica sofre várias e crescentes críticas. Por exemplo, a crítica no sentido de que essas escalas exageram na visão da fluidez e da abertura dos sistemas de estratificação; a crítica no sentido de que o prestígio dos empregos não seria adequadamente medido (tendo em vista a interferência de elementos internos à própria ocupação); ou a crítica à desconsideração do conteúdo simbólico que pode estar na origem de muitas clivagens, no que se refere às atitudes ou aos estilos de vida.

À tradição empírica vincula-se a abordagem funcionalista e a teoria da alocação de status, que se diferenciam da tradição marxista e da tradição weberiana pelo não reconhecimento de fronteiras de classe (SCALON, 1999). De acordo com a autora, a teoria privilegia a aquisição e a realização de status, dentro da perspectiva de status ocupacional. Contrariamente às teorias de classe, a teoria de status, no âmbito da abordagem funcionalista, hierarquiza as ocupações de acordo com o seu grau de institucionalização e

---

<sup>22</sup> Haller (2001) recorda que essa vertente teórica também tem uma longa história, embora mais recente do que a teoria clássica, remontando suas primeiras formulações aos anos de 1920 e 1930.

<sup>23</sup> São duas as escalas de medida de posição social, nessa tradição: 1) a escala de prestígio ocupacional, construída em razão do prestígio social de que desfruta uma dada ocupação ou 2) a escala dos índices de *status* ocupacional sócio-econômico, baseada na educação e renda.

de manutenção de valores da sociedade. Essas teorias são intimamente relacionadas com as teses individualistas de explicação para as diferenças de rendimentos, como será mostrado no próximo item, em que será abordada a perspectiva da estratificação social em termos da desigualdade de renda.

Haller (2001), contudo, defende que o conteúdo dessas escalas de medida de status contempla, também, as perspectivas multidimensionais de estratificação dos teóricos clássicos. Nesse sentido, o autor argumenta em favor da síntese elaborada pelos teóricos da estratificação, que leva em conta tanto as preocupações da tradição clássica (poder e privilégio), como a perspectiva da tradição empírica dos índices de posição sócio-econômica.<sup>24</sup> Haller (2001) apresenta sua própria síntese (em suas palavras, baseada na contribuição de outros autores), que comporta duas classes de dimensões de estratificação, a classe da dimensão de poder e a classe das dimensões estruturais. A primeira dimensão de estratificação (dimensão de poder) comporta o poder político, o poder econômico e o poder do prestígio como formas universais de poder, acrescentando-se o poder que decorre dos anos de educação formal para as “sociedades civilizadas” (aspas do autor).

Essas dimensões de poder (e as variáveis que lhes são correlatas) são aplicáveis, segundo Haller (2001), a todas as sociedades contemporâneas, expressando-se da seguinte forma: 1) a dimensão do poder político é o Poder Político (variável ainda não mensurável, não obstante sua centralidade na teoria clássica); 2) a dimensão do poder econômico aparece na variável Renda; 3) a dimensão do poder do prestígio é medida pelo Status Ocupacional, seja através da Escala de Prestígio Ocupacional de Treiman ou do Índice Sócio-Econômico Ocupacional (ISE) de Featherman e Hauser, estando associado à renda e educação; 4) finalmente, o poder informacional é medido pelo nível de instrução expresso nos anos de escolaridade formal completos. A síntese elaborada por Haller dispõe, assim, de três variáveis consideradas, pelo autor, como teoricamente defensáveis e disponíveis para a mensuração de três entre as quatro dimensões clássicas de conteúdo de poder:

---

<sup>24</sup> De acordo com Neves (1997), Haller tem combinado, com sucesso, a perspectiva teórica individualista e a estruturalista em suas regressões de rendimentos, empregando variáveis-chave das teorias do capital humano e/ou da alocação de status e variáveis das teorias de classe e da segmentação de mercados.

Renda, Status Ocupacional (associado à renda e à educação) e Educação. Para essa síntese, portanto, prevalecem as medidas de renda e de educação.

Essa síntese contém, como segunda classe de dimensão da estratificação, as diversas dimensões estruturais. A dimensão estrutural Grau de Desigualdade informa o grau de dispersão de poder em uma sociedade, que é medido em função dos conceitos de desigualdade absoluta e relativa, por meio de vários indicadores, como é o caso do índice de Gini, que mede, entre outras, a desigualdade de renda. A dimensão estrutural Cristalização de Status diz respeito à maior ou menor convergência das diferentes dimensões de poder em relação a uma posição relativa dentro da estrutura de estratificação. A dimensão estrutural Grau de Status Herdado está relacionada com o grau de posição de poder que é herdada da posição dos pais. Finalizando sua síntese, Haller (2001) aponta para a forma de estratificação que cada sociedade assume em dado momento, mostrando uma maior ou menor concentração de pessoas em pontos chave da estrutura de poder e revelando uma maior ou menor assimetria nessa disposição societária.

Para os objetivos desta tese, a abordagem de classe de inspiração neomarxista e neweberiana, demonstra-se adequada, como referência teórica, uma vez que o objetivo a ser alcançado é a investigação da evolução da posição relativa dos estratos sociais da estrutura social agrícola, utilizando-se como única medida a distribuição de rendimentos, o que envolve um componente histórico e relacional. A esse respeito, Paul Singer (1981), em seu estudo sobre desigualdade nos setores econômicos brasileiros, que inclui o setor agrícola, considera que o nível de renda é um indicador do caráter de classe e propõe a análise da estrutura de classes a partir das relações de produção e do nível de renda. Nesta tese, pretende-se analisar a evolução da desigualdade na distribuição de renda no setor agropecuário brasileiro tendo como base o acesso diferenciado às posições ocupacionais.

## **2.5. Estratificação social e Desigualdade de renda: a abordagem individualista e o enfoque estruturalista**

Retoma-se, neste item, a discussão teórica sobre estratificação social, tendo como foco o problema da distribuição de renda. O problema da renda e de sua distribuição tem sido tratado amplamente no Brasil, mas, embora tenha sido objeto de estudos anteriores, as primeiras pesquisas econômicas sobre esse tema, baseadas em dados representativos da população brasileira, surgiram no final da década de 1960 (após a publicação do Censo Demográfico de 1960) e início da década de 1970, quando passou a ser possível a comparação dos resultados do Censo de 1960 com os do Censo de 1970.

Os dados da pesquisa de 1970 mostraram que a distribuição de renda no país tornara-se mais concentrada ao longo da década anterior, ou seja, os benefícios do crescimento advindos com o milagre econômico do período eram repartidos de modo regressivo. O índice de Gini sofrera um aumento de 14%, passando de 0,50 para 0,57 entre 1960 e 1970 (NEY; HOFFMANN, 2003).

Luiz Gonzaga Belluzzo (1974) identifica dois campos teóricos no tratamento econômico do tema da distribuição de renda: a Economia Política Clássica, baseada no paradigma da contradição e do excedente e a Teoria da Utilidade Marginal, assentada sobre o paradigma da harmonia e da substituição de fatores. A teoria clássica, anterior à produção teórica de Marx, foi retomada por esse autor, de acordo com Belluzzo, a partir da situação das classes sociais no momento da produção. Na perspectiva de Marx, as posições conflitantes, no nível da produção, seriam definidoras das possibilidades de cada classe social no âmbito da distribuição. Conforme Belluzzo, os estudos sobre a distribuição de riqueza tiveram seu foco alterado da forma como a riqueza é produzida, distribuída e consumida (vertente clássica) para a análise econômica da satisfação das necessidades no processo de troca no mercado (teoria da utilidade marginal, visão utilitarista, de inspiração neoclássica).

No campo sociológico, como mencionado, a discussão sobre a renda está associada ao tema das desigualdades sociais e remete ao problema das influências de ordem societária na configuração de uma determinada estratificação social, emergindo questões, como, por exemplo: as sociedades industrializadas tornar-se-iam gradativamente mais abertas à equalização de oportunidades? Qual seria o papel do desenvolvimento na redução da desigualdade de renda? Da mesma forma que no campo da Economia, também no campo sociológico a discussão sobre a distribuição da renda encontra-se estruturada em torno de dois eixos teóricos (NEVES, 2005). O primeiro define a determinação da renda sob uma perspectiva individualista, de inspiração neoclássica, a qual está associada à perspectiva da tradição empírica e à teoria funcionalista. No segundo campo, encontram-se as versões estruturalistas que enfatizam a relevância dos constrangimentos de ordem socioeconômica para uma determinada distribuição de renda, cuja fundamentação reporta à tradição sociológica clássica. De um modo geral, a abordagem individualista propõe que a variação dos rendimentos decorre de diferenças nos atributos individuais (educação, status ocupacional, treinamento, idade, experiência etc.), ou seja, rendimentos mais altos são como prêmios ao investimento individual em uma maior qualificação. Para os estruturalistas, variáveis estruturais (como classes sociais e segmentação econômica) interferem nessa determinação.

## **2.6. A abordagem individualista: teoria funcionalista, teoria da alocação de status e teoria do capital humano**

As explicações para a distribuição de renda do campo teórico individualista encontram-se na abordagem funcionalista americana, que, embora de inspiração neoclássica, foi desenvolvida a partir de uma determinada interpretação da produção teórica de Weber (NEVES *et al.*, 2009), que não se confunde com a abordagem neweberiana discutida anteriormente.<sup>25</sup> Essa abordagem teórica (e suas derivações, as chamadas teoria

---

<sup>25</sup> Os neweberianos enfatizam a questão do controle e da dominação, enquanto para os funcionalistas o que ressalta é o papel do conhecimento técnico na organização burocrática moderna (NEVES *et al.*, 2009).

da modernização e teoria do industrialismo ou teoria do desenvolvimento) enfatiza, como uma das principais características da sociedade moderna, a valorização do processo de *achievement* (aquisição) para a inserção em uma estrutura de status, em detrimento da condição de *ascription* (atribuição), característica das sociedades tradicionais. Conforme os autores, o que essa teoria enfatiza é a passagem de uma estrutura social baseada em papéis atribuídos (*ascriptive roles*) para outra baseada em papéis adquiridos (*achievement roles*).

Ou seja, trata-se da mudança de uma estrutura de posições hierárquicas dos indivíduos determinada por fatores de herança (especialmente por meio da família e seus relacionamentos) para um tipo de estrutura social que é preponderantemente definida por papéis desempenhados, tendo como referência o mérito individual (desenvolvido pela inteligência, pela educação, pela motivação, pela aspiração e pelo esforço do indivíduo).

De acordo com a teoria da modernização, a lógica da industrialização determina a natureza do sistema de estratificação de renda nas sociedades modernas (STACK, 1978). Conforme Steven Stack (1978), a linha de argumentação dessa vertente teórica enfatiza que, nas sociedades industrializadas, a estrutura ocupacional é alterada, em razão das necessidades de mão-de-obra qualificada, geradas pelo aumento da complexidade tecnológica da estrutura produtiva. Nessa linha teórica, o desenvolvimento econômico que se segue à industrialização cria um número cada vez maior de posições ocupacionais mais altas e mais qualificadas e, ao mesmo tempo, reduz a proporção das posições de mais baixa qualificação, em decorrência dos processos de automatização. Observa-se, em decorrência dessa transformação, um aumento do número de posições médias no sistema de estratificação. Como consequência, a estratificação de renda se altera profundamente, reduzindo-se o diferencial entre os ricos e os pobres e a sociedade torna-se mais igualitária. Stack (1978) cita Kravis, para quem a crescente diferenciação da estrutura ocupacional estaria no cerne do que poderia ser chamado “processo de desestratificação”. O processo de desestratificação quer dizer, a rigor, que a estratificação e, conseqüentemente, os retornos de rendimentos, obedecem a critérios fundamentalmente meritocráticos.

Dentro dessa perspectiva teórica uma segunda variável chave seria a taxa do crescimento econômico (STACK, 1978). Considera-se que, em tempos iniciais de desenvolvimento econômico, um aumento da desigualdade é geralmente esperado, tendo em vista o baixo número de posições ocupacionais de maior qualificação, a (ainda) reduzida diferenciação ocupacional e a ocorrência de regimes políticos pouco democráticos. Porém, na medida em que os processos de industrialização se ampliam, espera-se um aumento da riqueza de que a sociedade dispõe. Nesse contexto, as elites se beneficiam do crescimento econômico, aumentando seus ganhos de forma absoluta, encontrando-se, ao mesmo tempo, em condições de reduzir sua participação relativa e disponibilizar uma parcela maior de renda às demais classes sociais.

De acordo com essa perspectiva teórica, portanto, a mudança na estrutura ocupacional e o crescimento econômico caminham juntos no sentido de induzir a redução da desigualdade de renda. A perspectiva teórica da modernização explicaria a emergência de uma nova estrutura ocupacional e a importância do mérito no sistema de estratificação e de distribuição da renda, centrais na teoria funcionalista americana. De acordo com esse modelo teórico, a democracia de massas, que acompanha o processo de desenvolvimento econômico, privilegia o esforço próprio e o mérito e, sendo assim, a educação formal cumpre um papel central no sentido de possibilitar a redução de diferenças sociais na sociedade moderna (NEVES *et.al.*, 2009). Conforme Neves e Fernandes (2002), o argumento central da tese funcionalista diz respeito à distribuição de recompensas para o talento e o treinamento. Desta forma, à abordagem funcionalista se associam a teoria da alocação de status e a teoria do capital humano. No sistema de determinação de salários, o nível de escolaridade conferido pela educação formal e o status ocupacional que passa a ser-lhe associado tornam-se variáveis chave.

## **2.7. A abordagem estruturalista: a teoria de classe e a teoria da segmentação do mercado de trabalho**

Granovetter (1985) chama atenção para a insuficiência da abordagem neo-clássica da ação econômica nos mercados mais amplos, inclusive o mercado de trabalho. Para o autor, as abordagens econômicas clássicas e neo-clássicas supõem uma concepção atomizada da ação humana. De acordo com esse autor, os argumentos teóricos presentes nessas abordagens não permitem, por hipótese, qualquer impacto da estrutura social e das relações sociais na produção, distribuição ou consumo. Nos mercados competitivos dessas abordagens, diz o autor, nenhum produtor ou consumidor influencia de forma perceptível a oferta ou a demanda agregada ou, por conseqüência, os preços ou outros termos de comércio<sup>26</sup>.

A perspectiva teórica individualista é confrontada pela abordagem de inspiração estruturalista, segundo a qual elementos de ordem estrutural influenciam na distribuição de rendimentos. Giddens (2000) contesta o modelo meritocrático, argumentando que a idéia de uma sociedade plenamente meritocrática é, não apenas, irrealizável, como, também, contraditória, uma vez que os privilegiados podem conferir vantagens a seus filhos, destruindo a meritocracia. Para Neves (1997), a própria teoria do capital humano abre espaço para a consideração de um grau de influência estrutural ou societária sobre a renda, na medida em que, além das diferenças no capital humano acumulado, medido por quesitos como extensão da escolaridade, qualidade da educação, treinamentos, experiência e investimento em saúde e nutrição, um segundo determinante está ligado a diferenças nas taxas de retorno para o capital humano. Para Neves, enquanto o primeiro determinante está claramente associado a atributos individuais, o segundo pode não ser, necessariamente, atribuído a escolhas ou desejos dos indivíduos. De acordo com esse autor, muito da pesquisa sobre a determinação e a distribuição de renda tem se concentrado no segundo determinante, ou seja, nas razões explicativas das diferenças nas taxas de retorno para o capital humano.

---

<sup>26</sup> Para uma discussão das variantes da abordagem econômica dos mercados, ver Granovetter, 1985.

O fato de incluir o nível de desenvolvimento (ou de industrialização) como fator relevante na distribuição de renda também torna a vertente individualista, que se apóia na teoria do capital humano, aberta a questões de ordem estrutural (NEVES, 1997). Um dos estudos sobre distribuição de renda no Brasil mais citados pelos estudiosos do tema é o de Langoni, de 1973. O estudo de Langoni, baseado em fontes de dados estatisticamente confiáveis da época em que foi elaborado, o Censo Demográfico de 1970, concluiu que a variável escolaridade era o fator de maior impacto sobre os rendimentos dos indivíduos, sendo seu efeito muito superior aos dos outros fatores (NEY; HOFFMANN, 2003). Conforme esses autores, consistentemente com a tese da modernização e a teoria do capital humano, Langoni sustentou que o maior investimento em tecnologias capital-intensivas levou a um aumento de retornos de rendimentos para o investimento em capital humano (para o trabalho qualificado), gerando, ao mesmo tempo, um crescimento na desigualdade de renda.

Essa afirmação é discutida por Ney e Hoffmann (2003), que apresentam argumentos contrastantes, como, por exemplo, o fato de que a redução no ritmo de expansão da economia brasileira a partir de 1980 não tenha causado qualquer queda substancial na desigualdade de renda do país ou o fato de que uma melhoria no quadro educacional brasileiro, por sua vez, conviva com a permanência da desigualdade. Embora a própria tese da modernização contenha uma expectativa de aumento da desigualdade em tempos iniciais de desenvolvimento econômico, o processo brasileiro estaria significando a existência de um elemento teórico de caráter estrutural, ou societário, influenciando na distribuição de renda, e não apenas a circunstância de um momento inicial da modernização, que seria superada, no tempo certo, pelo avanço do caráter meritocrático da sociedade (NEVES, 1997). Nesse sentido, haveria, para Neves, um elemento estrutural no interior da própria teoria do capital humano. Ou seja, o ponto central a ser considerado é o de que variáveis estruturais constroem a capacidade de auferir rendimentos.

Neves (1997) destaca duas importantes vertentes da abordagem estruturalista, a análise de classe e a teoria da segmentação econômica ou do mercado de trabalho. Em sua

abordagem teórica das classes sociais e a desigualdade de renda, Wright e Perrone (1977) argumentam que se a posição de classe é uma variável de mediação crítica entre o “background” social e a renda, então ela deveria afetar as formas pelas quais as características desse “background” são transformadas em renda. Segundo esses autores, “That is, we hypothesize not only that class position has an independent impact on income from occupational position, but also that it affects the extent to which background characteristics themselves can be ‘cashed in’ for income. In particular, the expectation is that class position will have a strong influence on the extent to which education influences income” (WRIGHT; PERRONE, 1977, p.37). Duas hipóteses mais específicas apresentadas por esses autores apontam para uma maior taxa de retorno da educação para os gerentes, em relação aos trabalhadores em cargos não gerenciais e aos empregadores. Para Wright e Perrone (1977), o primeiro caso explica-se pelo fato de que a posição de classe dos gerentes exige níveis mais altos de qualificação do que a posição dos demais trabalhadores. Com relação aos empregadores, espera-se, de acordo com os autores, que seus rendimentos sejam mais um resultado da propriedade de capital físico (e de terra, no caso da agricultura), do que de seu estoque de capital humano.<sup>27</sup>

Considerando-se a perspectiva de classe de orientação neomarxista e neoweberiana, como foi discutido anteriormente, pode-se considerar que a posição de classe afeta a repartição de renda, na medida em que as capacidades vinculadas à propriedade, aos recursos organizacionais, ao controle sobre o trabalho e às qualificações/treinamentos encontram-se desigualmente distribuídas nas estruturas de classes (na estrutura de ocupações ou na estrutura social das sociedades contemporâneas), influenciando, de forma desigual, a repartição dos rendimentos.

No item anterior, foi mostrado o esquema de classes construído por Wright, baseado na propriedade, no controle do trabalho e na qualificação. No caso do esquema de classes de Wright e Perrone (1977), as categorias empregadas pelos autores referem-se aos

---

<sup>27</sup> Análises de regressão conduzidas dentro do paradigma da alocação de status por Haller e outros, para o Brasil, mostram que, região por região, encontra-se um forte efeito de classe nos rendimentos, privilegiando os detentores de capital (NEVES, 1997).

empregadores, aos gerentes, aos trabalhadores e aos “conta-própria” (self-employed, aspas minhas), as quais são compatíveis com a descrição da estrutura de classes do setor agropecuário do Brasil (NEVES, 1997), o que as torna relevantes para o presente objeto de estudo.

Com relação à teoria da segmentação econômica ou do mercado de trabalho, a variável interveniente chave da distribuição de rendimentos é o pertencimento a um ou outro segmento do mercado de trabalho, ou setor econômico. Basicamente, essa abordagem teórica se expressa em termos de um modelo dual das estruturas industriais, sendo um setor primário (ou centro) e outro secundário (ou periferia), dentro dos quais os empregadores e os trabalhadores enfrentam condições fundamentalmente diferentes e operam de acordo com regras distintas (BECK *et.al.*, 1978). Como aponta Staduto (2003), essa abordagem teórica assume a não homogeneidade do mercado de trabalho e a existência de grupos não-competitivos. Rendas de monopólio também são admitidas.

A teoria do mercado de trabalho dual tem sido largamente utilizada em estudos econômicos que procuram explicar diferenças salariais entre os ramos industriais, a partir da constatação de que maiores rendimentos estão usualmente associados ao setor primário (ou do centro da economia). Beck, Horan e Tolbert II (1978) tratam os dois setores do mercado dual como estruturas que derivam da natureza do capitalismo moderno e que estão particularmente ligadas à emergência de um setor industrial de centro (“core sector”, aspas minhas) dominado por grandes empresas organizadas em sistemas de produção oligopolísticos. Em contraste, o setor periférico seria caracterizado por firmas menores, que operam em um ambiente capitalista mais ou menos competitivo. Os autores sustentam que esta abordagem difere da perspectiva adotada por Michael Piore, no que diz respeito à ênfase conferida por esse autor a aspectos comportamentais dos trabalhadores e outros relacionados às características dos mercados de trabalho, na base da segmentação de setores. Por contraste, de um modo geral, o mercado de trabalho é visto como segmentado entre um setor que se caracteriza por firmas maiores e mais racionalmente organizadas, empregando trabalhadores com uma taxa relativamente alta de sindicalização e outro setor

em que predominam pequenas firmas, que empregam trabalhadores menos protegidos pela seguridade do trabalho e com menor taxa de sindicalização (BECK *et.al.*, 1978; NEVES, 1997). De acordo com Neves, a segmentação do mercado de trabalho, nos países do chamado terceiro mundo, tem sido representada pelos mercados de trabalho formal e informal, ou mercados de trabalhos protegidos e não protegidos. Para Staduto (2003), embora sua origem tenha sido marcada pelos estudos do setor industrial, a abordagem da segmentação do mercado de trabalho pode, também, voltar-se para os estudos do setor agrícola, tendo em vista a formação de dois segmentos de trabalhadores nesse mercado de trabalho, os permanentes e os temporários.

Segundo Neves (1997) estudo de Haller e Pastore, de 1983, mostra que os mercados de trabalho rural e urbano e a variação no nível de desenvolvimento da qualidade dos mercados de trabalho, bem como os mercados de trabalho protegido e não protegido, demonstram efeitos sobre rendimentos, independentemente de outras variáveis. No caso do Brasil, considera-se que a definição de mercados de trabalho protegidos e não protegidos representam bem a caracterização apresentada pela teoria da segmentação do mercado de trabalho (NEVES, 1997). De um modo geral, tem-se, por um lado, os empregados no serviço público e no setor privado com carteira assinada, que desfrutam não apenas de segurança no emprego, como, também, do direito à sindicalização. Do outro lado encontram-se os empregados desprotegidos, que enfrentam, em geral, condições precárias de emprego. No caso do setor agrícola, o mercado de trabalho tem se constituído dicotomicamente de empregos formais (ou protegidos) e informais (ou desprotegidos). No primeiro segmento encontram-se, em geral, os trabalhadores cuja ocupação envolve um nível mais elevado de tecnologia, melhores rendimentos, maior estabilidade e proteção social, enquanto no segmento informal estão os trabalhadores com níveis mais baixos de qualificação, sem proteção social e em situações de emprego habitualmente precárias. Neves (1997) chama atenção para a segmentação que pode existir no interior do próprio empreendimento agrícola, em que se combinam o emprego de pesquisadores e profissionais (como os engenheiros agrônomos, altamente qualificados) com a contratação de trabalhadores de baixa qualificação, representados pelos empregados temporários.

Ambas as abordagens, das classes sociais e da segmentação do mercado de trabalho, mostram-se especialmente pertinentes ao caso da repartição de renda na agricultura. Não apenas a posição de classe (definida em termos da posição na estrutura ocupacional da agropecuária brasileira), como, também, as especificidades relacionadas à segmentação do mercado de trabalho nesse setor econômico, demonstram forte influência na repartição da renda de sua população. Neves (1997), por exemplo, tratou a categoria de classe e a segmentação do mercado de trabalho como uma variável comum, em pesquisa sobre os efeitos de variáveis estruturais nos rendimentos da agricultura brasileira. Como já foi mencionado anteriormente, um dos resultados mostra que, para todos os anos considerados (1973, 1982 e 1988), os empregadores agrícolas obtiveram os mais altos níveis de rendimentos em relação aos demais estratos (administradores agrícolas, agricultores familiares, trabalhadores agrícolas protegidos pela legislação trabalhista e trabalhadores agrícolas desprotegidos). Como, também, já foi referido, este resultado é compatível com a proposição de Corrêa (1999), vista no capítulo anterior, que considera que a desigualdade de rendimentos na agropecuária brasileira possui como principal condicionante a posição na estrutura ocupacional, o que é consistente com as teorias de classe e da segmentação do setor econômico e do mercado de trabalho.

### **2.7.1. Outras abordagens de orientação estruturalista**

Outras posições teóricas contrariam a perspectiva individualista da teoria do capital humano e da tese da modernização na repartição de renda, como é o caso da teoria do capital social. A argumentação sobre a importância de redes sociais<sup>28</sup> está presente em estudos recentes sobre desenvolvimento no espaço rural<sup>29</sup> no Brasil e contraria a abordagem individualista. Abramovay (2000) aponta para resultados preliminares de pesquisa que mostram que as regiões agrícolas dinâmicas do país (como é o caso do Vale do Itajaí, em

---

<sup>28</sup> Para uma discussão sobre redes sociais e capital social, ver Prates, Carvalhaes e Silva, 2007.

<sup>29</sup> A idéia de desenvolvimento, como foi visto no primeiro capítulo, é complexa, mas, de um modo geral, inclui a melhoria de indicadores sociais. O conceito de espaço rural significa a inclusão de atividades agrícolas e não agrícolas, como tem sido extensivamente tratado em estudos recentes sobre ruralidade.

Santa Catarina) exibem redes de relações densas envolvendo serviços, organizações públicas e iniciativas empresariais urbanas e rurais, tanto agrícolas como não agrícolas.

Essa linha de pensamento enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento, no sentido de levar em conta não exatamente as vantagens ou desvantagens geográficas de uma localidade, mas, sim, a montagem das “redes” e das “convenções” (aspas do autor), ou seja, das instituições que pavimentam o caminho para a ocorrência de ações cooperativas (as quais, nas palavras do autor, incluem o acesso a bens públicos como educação, saúde e informação), favorecedoras do tecido social. O autor destaca a importância da proximidade social como base da coordenação entre os diversos atores, o que permite a existência de um ambiente favorável a empreendimentos inovadores. Abramovay (2000) afirma que formas cooperativas dessa natureza têm surgido no país, embora ainda de forma muito incipiente (como o caso do Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado, que congrega 20 municípios no Oeste de Santa Catarina e do projeto Nova Itália, no Sudoeste do Paraná, regiões que são exemplo de agricultura dinâmica). Essas iniciativas configuram, no entendimento do autor, experiências de ampliação de oportunidades na exploração do potencial local, a partir do aperfeiçoamento institucional regional (sem que isso signifique autarcia ou isolamento). Casos de projetos bem sucedidos são minoritários, diz o autor, mas não são poucas as experiências que, a seu ver, demonstram que a capacidade organizativa das pessoas envolvidas em redes de relações densas amplia as possibilidades de sucesso de suas iniciativas.

Stack (1978), por outro lado, enfatiza a ação estatal em contraposição à abordagem individualista. Para o autor, embora o modelo teórico da modernização venha servindo de base para um grande número de estudos empíricos sobre a relação entre o nível de desenvolvimento econômico e o grau de desigualdade de renda, a natureza dessa relação não pode ser considerada conclusiva. Stack (1978) argumenta que a teoria keynesiana do emprego e da renda pode ser aplicada à questão específica da desigualdade de renda. De acordo com essa teoria, o envolvimento do governo na economia está diretamente relacionado ao crescimento econômico e às categorias de emprego, o que afeta o problema

da desigualdade de renda, na medida em que quanto maior é o emprego e a taxa de crescimento, menor é a desigualdade.<sup>30</sup>

Stack (1978) ilustra seu argumento com os resultados do seu estudo “Efeito do Envolvimento Direto do Governo na Economia sobre o Grau de Desigualdade de Renda”, que, embora não possam ser generalizados (como adverte o autor), apontam para a ação governamental como o principal fator relacionado com baixos níveis de desemprego. Políticas institucionalizadas de desenvolvimento não afetariam o desemprego de forma independente dos gastos do governo. Uma ilustração oferecida pelo autor refere-se a uma comparação entre os Estados Unidos e a Suécia. Enquanto os Estados Unidos apresentaram uma taxa de desemprego de 6,7% e um gasto governamental relativamente pequeno (21% do GNP), a Suécia ostentou os mais altos níveis de gastos governamentais (39,1% do GNP) e uma taxa de desemprego de apenas 1,5%. A conclusão do autor é a de que a variável que apresentou a mais forte correlação com a desigualdade de renda foi o envolvimento direto do governo, sugerindo que isso é devido à facilitação do pleno emprego, seja diretamente, através de mecanismos como, por exemplo, o emprego público, ou indiretamente, por meio da indução ao crescimento econômico (STACK, 1978).

A preocupação com o papel dos governos é consistente com a linha de análise que parte da constatação da evidência empírica de que, nas sociedades de capitalismo avançado, o Estado passou a exercer um papel ativo tanto na regulação de mercados quanto na distribuição do bem-estar social (SKOCPOL, 1985). Considera-se que o modelo da social-democracia presente nessas sociedades assentou-se sobre a compatibilidade entre mercado (propriedade) e democracia (participação política ampliada), ou seja, sobre a confluência de uma economia de mercado e um processo de ampliação do bem estar das populações. Skocpol (1985) chama atenção para a necessidade teórica de trazer o Estado para dentro da análise, quando se trata da discussão desse tema e essa ressalva teórica torna-se de grande

---

<sup>30</sup> De acordo com a teoria keynesiana, a intervenção direta do governo na economia tem como objetivo aumentar a probabilidade de se alcançar o equilíbrio entre poupança, consumo e investimento. Esse equilíbrio impede, por exemplo, que a taxa de poupança seja muito maior do que as necessidades de investimento, o que pode provocar recessão e desemprego (STACK, 1978).

utilidade quando se trata do problema da distribuição de renda no setor agropecuário, como será visto mais adiante, embora deva ser observado que não cabe no escopo deste estudo uma discussão mais ampla sobre o tema.

Em particular, a crise da Grande Depressão, em 1929 (com a ruptura da ortodoxia econômica), abriu espaço para as propostas keynesianas (PRZEWORSKI, 1989) e os social-democratas puderam dispor de uma política econômica adequada à gestão das economias capitalistas (embora seja difícil estabelecer até que ponto essas proposições estiveram na base do desenvolvimento desse modelo político), instaurando-se o Estado do bem-estar, que se tornou uma referência de desenvolvimento social para os países capitalistas, especialmente após a segunda grande guerra e particularmente durante o período em que prevaleceu o modelo fordista de produção. Nas últimas décadas do século XX, no contexto das mudanças no ambiente internacional dos países, a intervenção governamental foi severamente questionada e os organismos financeiros internacionais, a partir do Consenso de Washington, apresentaram propostas de reforma do Estado e de redução do seu papel regulador, bem como de liberalização e desregulamentação dos mercados. Embora as razões invocadas para que os Estados reduzissem seus gastos em parte se justificassem (gastos burocráticos excessivos e corrupção dos governos), houve uma tendência em se atribuir excessivamente à ação estatal a responsabilidade pela crise, em especial a dos países em desenvolvimento. Dessa avaliação resultaram propostas de redução do Estado que se mostraram, muitas vezes, desastrosas<sup>31</sup>.

Em anos mais recentes, observa-se uma mudança de posicionamento sobre o Estado e a questão institucional dos países, o que pode ser exemplificado pela opinião de Joseph Stiglitz (prêmio Nobel de 2001 e ex-dirigente do Banco Mundial), o qual critica a aceitação passiva do receituário do Fundo Monetário Internacional - FMI pelos governos e propõe a busca de soluções próprias e a preservação de margens razoáveis de autonomia (DINIZ, 2003). Abramovay (2000) salienta a convergência entre o Banco Mundial, a FAO –

---

<sup>31</sup> Para uma análise das conseqüências da desregulamentação para o setor do agronegócio brasileiro, ver Farina, 1996.

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e a UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, na proposição do destaque a ser concedido às condições institucionais para que ocorra o desenvolvimento.

Para Evans (1998), a discussão mais pertinente sobre o envolvimento do Estado não seria a respeito do quanto, mas de como ele se processa, ou seja, sobre quais fundamentos institucionais, uma vez que os cidadãos (e os indivíduos que trabalham no próprio Estado) se pautam por regras previsíveis e estas têm que existir sobre a base de uma estrutura organizacional concreta. As decisões tomadas no nível do Estado dependem de um contexto institucional composto de padrões de interação que emergem historicamente e que estão incorporados em estruturas sociais que informam as ações individuais. Além disso, Estado e sociedade não apenas se relacionam, mas se constituem mutuamente (EVANS, 1998). A esse respeito, Das Raju (2005), analisando o caso de agricultores da Índia, entende que a sinergia apontada por Evans é contingente de fatores como a organização política da população rural pobre. Para o autor, o Estado é crucialmente relevante no provimento de insumos materiais, fora do mercado, para os pobres rurais e na regulação do próprio mercado, no interesse dessa população, além de poder encorajar atividades de autoajuda para as classes mais desfavorecidas. Contudo, permanece, para o autor, o problema dos obstáculos à construção de relações de confiança e cooperação entre as organizações do Estado e a população rural mais pobre, ou seja, a desigualdade socioeconômica interfere nessa relação, em prejuízo de trabalhadores rurais e camponeses pobres.

Para os propósitos desta tese, o que é importante destacar desta discussão teórica é a idéia de que a análise que tem por base os estudos de desigualdade de renda deve considerar a relevância da ação governamental. Essa discussão mostra que o ambiente institucional e político que dá suporte às políticas de Estado e as próprias políticas governamentais, que interferem em mercados privados, são elementos de ordem estrutural com poder de influência na distribuição de renda da população. Ou seja, há um elemento institucional no centro do problema da diferenciação de classe e da distribuição de renda.

Isso demonstra, mais uma vez, que os resultados dos processos de modernização econômica, em termos da distribuição de renda, não são simplesmente intrínsecos, como sinaliza a hipótese meritocrática da vertente individualista. O caso da desigualdade de renda do setor agropecuário é bastante elucidativo a esse respeito. Em contraste com a visão individualista e meritocrática, os autores que tratam desse tema (ABRAMOVAY, 1992, VEIGA, 2007b), em geral enfatizam a importância da intervenção do Estado na configuração da estrutura social presente na agricultura moderna. As políticas públicas exercem influência nessa estrutura e, ao mesmo tempo, fatores estruturais de classe e de segmentação do mercado de trabalho interferem na relação entre o Estado e os grupos sociais e nos parâmetros da desigualdade de renda do setor. Essa abordagem leva em conta não apenas os elementos de classe atuando na desigualdade de renda, como, também, os fatores político-institucionais que interferem na própria estrutura de classe e, ainda, os mecanismos de articulação de fatores societário-institucionais com a estrutura de classes, com influência no fenômeno político.

Por um lado, fica evidente que o processo de modernização econômica transforma a estrutura de estratificação social e é fato que, nesse contexto, alguns grupos ocupacionais são reduzidos, enquanto outros são criados ou ampliados (NEVES *et.al.*, 2008). No caso do setor agropecuário, o processo de modernização provoca o aumento das ocupações de formação técnico/científica, como a dos engenheiros agrônomos, a dos veterinários, a dos zootecnistas, a dos técnicos agrícolas e a do grupo dos administradores, bem como de ocupações operacionais com exigência de uma nova qualificação, como é o caso do pessoal que se encarrega de trabalhos ligados à operação de máquinas, implementos e veículos e ao manuseio de técnicas e insumos modernos. A mecanização reduz as ocupações de escassa qualificação (SINGER, 1981), mas a própria heterogeneidade que caracteriza o caso brasileiro, tanto em termos de distribuição regional e de sistemas de produção, quanto no interior da estrutura ocupacional em geral, remete a elementos de ordem estrutural no tratamento da desigualdade de renda no setor.

De acordo com Singer (1981), entre 1960 e 1970, a mecanização atingiu os estabelecimentos de todas as classes de tamanho, ao mesmo tempo em que se verificou uma diminuição do número de empregados em todas elas. Para o autor, a expansão do uso de equipamento mecânico (especialmente os tratores) constituiu-se em uma causa relevante da queda do número de empregados no período, diminuindo as oportunidades de trabalho assalariado na agricultura brasileira. Para Singer (1981), esse processo seria responsável pela emergência de fenômenos de movimentação da população agrícola, como a forte migração rural-urbana, a constituição do diarista agrícola (o chamado bóia-fria), o retorno de pessoas desempregadas ao seu minifúndio de origem e a constituição de posses na fronteira agrícola. Constituiu-se um mercado de trabalho agrícola marcado pela existência de uma numerosa força de trabalho em condições precárias de acesso à proteção trabalhista e uma estrutura social em que uma parcela volumosa de proprietários (principalmente de minifundistas) permaneceu em condição de empobrecimento. Essa situação, segundo Singer (1981) tendeu a ser pior nas áreas rurais estagnadas.

Porém, o autor contesta a explicação segundo a qual os baixos rendimentos na agricultura se dariam em função de um baixo capital humano ostentado pelos poucos qualificados, na linha de argumentação da abordagem da modernização. Para o autor, uma correlação entre o grau de escolaridade e o nível de renda encontra-se em qualquer economia, o que não explica as diferenças, entre os países, no grau de desigualdade na repartição da renda. Elementos políticos e sociais estariam contidos nas diferenças de capacidade de organização das categorias profissionais e nas instituições que regem o mercado de trabalho, influenciando na distribuição de renda. É por isso que Singer (1981) identifica nas mudanças de condições políticas e de atributos institucionais as possibilidades de redistribuição da renda para baixo. Nessa perspectiva, elementos de ordem político-social, como é o caso da melhoria do acesso à proteção social e da expansão de uma “pequena burguesia rural” (aspas minhas) integrada aos mercados, tornam-se, na visão de Singer (1981), fatores de contraposição à concentração da renda no setor agropecuário brasileiro.

Essa discussão teórica que leva em conta, na análise, os fatores político-sociais, conforme discutido anteriormente (a organização societária de que fala Abramovay e os elementos político-institucionais apontados por Stack, Evans e Singer) é relevante para o contexto da análise do problema desta tese. A perspectiva teórica a partir das categorias de classe e da segmentação do mercado de trabalho, especificamente, parece constituir uma vertente adequada ao tratamento da evolução da desigualdade de renda na agricultura brasileira, pois, como apontam Neves *et.al.* (2008) a combinação dessas duas abordagens é muito frutífera para o caso da estrutura social agrícola. Posições de classe são determinadas não apenas pelo controle de ativos materiais, como, também, por atributos organizacionais (autoridade burocrática) e de qualificação (educação formal) e estão associadas a recursos de poder, enquanto mecanismos estruturais oriundos da segmentação do mercado de trabalho operam no mesmo sentido, determinando níveis de desigualdade (NEVES *et.al.*, 2008).

## **2.8. A estratificação social na agricultura: especificidade teórica**

Como foi dito anteriormente, Neves (2005) e Mooney (1983) propõem a utilização da tipologia de classe da abordagem teórica de Wright na análise da estrutura social do setor agropecuário. O esforço teórico de Mooney (1983), especificamente, integra-se no campo de produção de uma nova abordagem teórico-metodológica voltada para o estudo dos fenômenos agrários e rurais, que emergiu nas últimas décadas do século XX, a chamada Sociologia da Agricultura (SCHNEIDER, 1997). De acordo com Schneider (1997), essa linha teórica radica-se nos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos, tendo surgido em meados da década de 1970, no contexto da crise do padrão fordista de produção e como uma crítica às abordagens americanas da comunidade rural e da perspectiva psicológico-behaviorista<sup>32</sup>. Conforme Schneider, a Sociologia Rural perdeu espaço para a Sociologia da Agricultura, embora sua influência acadêmico-institucional

---

<sup>32</sup> Esta última, também chamada Difusionismo, sofrera a influência da obra de Parsons e institucionalizara-se como Sociologia Rural.

esteja longe de se esgotar. Schneider aponta para a influência das orientações neomarxistas e, também, neoweberianas na construção dessa linha de análise da estrutura social agrícola nos países de capitalismo avançado.

Schneider (1997, 2003) chama atenção para a contribuição dessa abordagem, que, em sua opinião, apresenta os maiores avanços teóricos e metodológicos, não apenas para o debate sobre a estrutura social do setor agropecuário, como sobre a agricultura familiar, mais especificamente. De acordo com esse autor, “trata-se de uma abordagem relativamente recente na área dos estudos rurais e agrários, cuja definição teórico-metodológica é eclética e pluralista, variando de enfoques neomarxistas a neoweberianos, e alicerçada por uma orientação genérica que os autores denominam “perspectiva crítica” (SCHNEIDER, 1997, *apud* SCHNEIDER, 2003, p.108).

Segundo o autor, essa abordagem ainda busca consolidar-se e se caracteriza por ambigüidades decorrentes de uma multiplicidade de enfoques. Não obstante, alguns consensos encontram-se estabelecidos, como é o caso dos temas comuns de investigação: “o estudo das condições sociais e econômicas de existência da agricultura familiar, as políticas públicas e a crise agrícola mundial e as relações de trabalho na agricultura (“*part-time*”, migrantes, assalariados etc.)” e, mais recentemente, “novos temas como a reestruturação das economias capitalistas, o comércio de “*commodities*”<sup>33</sup> agrícolas, a constituição do “*international agri-food system*”, a análise das classes sociais na agricultura e a problemática ambiental” (SCHNEIDER, 1997). Com relação à agricultura familiar, especificamente, existe um consenso entre os autores dessa abordagem teórica no sentido de que esse estrato social encerra uma diversidade de situações e possui múltiplas estratégias de reprodução social (SCHNEIDER, 2003).

De acordo com Schneider (1997), essa literatura passou a ser mais difundida no Brasil a partir da publicação dos trabalhos de José Eli da Veiga (1991a/2007b) e de Ricardo

---

<sup>33</sup> Commodities são produtos com escasso ou nenhum processo de industrialização e são produzidos, em geral, em grandes quantidades.

Abramovay (1992). Deve-se salientar, porém, que, antes disso, um amplo debate esteve presente, no Brasil, especialmente a partir da modernização da agricultura brasileira, tendo como referência os processos de extinção da forma de trabalho camponesa, as possibilidades de sobrevivência e transformação de formas familiares de produção e a constituição e expansão de um modelo de unidade produtiva operando sobre a base do assalariamento. Esse debate teve como referência inicial os trabalhos de D’Incao, 1976 e Graziano da Silva, 1982 (GUEDES, 2008). Pode-se dizer que, no caso brasileiro, a abordagem da Sociologia da Agricultura contrapõe-se, especialmente, à perspectiva da “questão agrária” (aspas minhas), como mostram os trabalhos pioneiros de Veiga e Abramovay.

Duas questões específicas desafiam a abordagem teórica da estrutura social no setor agropecuário. A primeira diz respeito ao tratamento do estrato social de agricultores de base familiar; a segunda está ligada à abordagem dos assalariados em caráter temporário. Desde a emergência dos processos de industrialização, o principal ponto de discussão em torno da estrutura social agrícola tem sido, por um lado, a constituição do mercado de trabalho assalariado e, por outro lado, o destino da economia camponesa.

### **2.8.1. O tratamento teórico do agricultor familiar**

De acordo com Abramovay (1992), do tema da proletarização no campo deriva o problema classificatório do agricultor familiar, o qual, na agricultura moderna, não pode ser confundido com o camponês (ou com o seu resquício). É por esta razão que Abramovay (1992) propõe que, no estudo desse tema, se renuncie ao peso da abordagem leninista de diferenciação social no campo no sentido da universalização do trabalho assalariado. Essa mudança de perspectiva teórica permite situar adequadamente o agricultor de base familiar dentro da estrutura ocupacional da agricultura moderna. O conceito de agricultura familiar não é necessariamente sinônimo de precariedade ou de baixo desenvolvimento tecnológico, não se equiparando, necessariamente, ao de pequena produção (VEIGA, 2007b).

Abramovay (1992) enfatiza o fato de que foi sobre a base do empreendimento familiar que, não apenas a Europa, mas, também, os Estados Unidos, o Canadá e os demais países de capitalismo avançado (bem como uma parte do Brasil) expandiram sua agricultura, especialmente após a segunda grande guerra.

É inegável a importância do grupo patronal na agricultura contemporânea, empregando assalariados permanentes e temporários. Porém, os dados da agricultura americana, européia e de outros países, inclusive o Brasil, mostram que a tese da bipolarização social na estrutura agrária, nos moldes do setor industrial, não se concretiza. Embora uma parcela cada vez menor da população esteja dedicada à atividade agrícola e ainda que se verifique uma concentração da produção em uma quantidade menor de unidades produtivas, a existência de um segmento importante de produtores de base familiar na agricultura moderna contradiz a perspectiva teórica da proletarização no campo. Nessa linha de investigação, encontra-se em Abramovay a seguinte classificação (de Radoje Nikolitch) para a agricultura americana: 1) as “*family farms*”, unidades familiares de produção, são as que contam com apenas a força de trabalho familiar ou que utilizam uma mão de obra assalariada que não ultrapassa o montante da própria família; 2) as “*larger than family farms*”, são as unidades produtivas ultrafamiliares, nas quais a família não desempenha qualquer atividade diretamente ligada aos processos produtivos, ou, quando o faz, isso ocorre em uma proporção menor do que a exercida pelos trabalhadores contratados (ABRAMOVAY, 1992, p.142). Dentro desse último segmento encontram-se as corporações agrícolas, que, na agricultura americana, têm um grande peso econômico, apesar de que, como sustenta Abramovay (1992), a idéia de uma agricultura dominada por esses gigantes estabelecimentos esteja longe da realidade.<sup>34</sup> Esta é uma classificação básica da diferenciação social no setor agrícola moderno, a partir da qual pode ser construída uma classificação mais abrangente, que engloba os vários estratos sociais desse setor, que configuram sua estrutura de classes.

---

<sup>34</sup> O autor chama atenção para o papel de obras e subsídios públicos no sucesso das grandes fazendas americanas.

Para a agropecuária brasileira, a tipologia de Neves (1997, p.434) expande essa classificação e abrange cinco classes sociais básicas, como visto em capítulo anterior:

- (1) Proprietários empregadores de empresas agrícolas, chamados Empregadores.
- (2) Profissionais tecnocráticos e administradores (ou gerentes) dessas empresas.
- (3) Proprietários ou parceiros/arrendatários de unidades produtivas no modelo familiar, chamados Agricultores Familiares.
- (4) Trabalhadores protegidos pela lei brasileira de seguridade do trabalho, chamados Trabalhadores Formais.
- (5) Trabalhadores que não estão sob a proteção da lei brasileira de seguridade do trabalho, chamados Trabalhadores Informais.

O estrato social dos empregadores executa a atividade agrícola tipicamente patronal. O segundo estrato social, que pode ser denominado tecnocrático e gerencial, refere-se ao pessoal que administra as grandes fazendas patronais e que executa o seu trabalho com base em conhecimento técnico especializado. O crescimento desse estrato social é um indicador crucial do processo de modernização da atividade. Goodman *et.al.* (1987) argumentam que a administração das fazendas foi transformada qualitativamente pelos avanços dos insumos mecânicos e químicos e que essa mudança provavelmente será mais profunda com o desenvolvimento de biotecnologias modernas.

Os três últimos estratos sociais estão no centro de uma importante discussão teórica em torno do problema da proletarianização (NEVES, 1997) e da polarização de classes sociais na agricultura. Conforme foi discutido exaustivamente por Abramovay (1992), a estrutura social que se desenvolveu no setor agropecuário, no contexto da modernização, requer categorias de análise que ultrapassem o paradigma do desenvolvimento capitalista. Isto significa, do ponto de vista teórico, que a abordagem das relações de produção, tal como se encontram no campo da discussão da abordagem da “questão agrária” (aspas minhas) é claramente insuficiente para explicar essa estrutura. O que está no âmago da questão é a constatação empírica da existência de estabelecimentos agrícolas que são capazes de absorver a inovação tecnológica, de adotar estratégias empresariais e de responder a

estímulos de mercado, ostentando, contudo, um caráter familiar da propriedade, da direção, organização e execução do trabalho em seu interior (ABRAMOVAY, 1992; VEIGA, 2007b).

O problema desse aparente paradoxo relaciona-se à dificuldade de tratamento teórico da estrutura social da agricultura moderna, particularmente no que diz respeito à classificação dos estabelecimentos de base familiar. Sorj (1980), por exemplo, postulou que os estudos sobre a questão agrária no Brasil situar-se-iam em um dos campos mais marcados pela distância em relação à realidade empírica e ao debate contemporâneo sobre o tema. A discussão acerca do estrato social da agricultura familiar foi, classicamente, referida aos conceitos de camponeses e de pequena produção e à problemática do avanço do capitalismo no campo, com suas características básicas de predomínio crescente das relações baseadas no assalariamento. Conforme Abramovay (1992) esse debate teve como matriz teórica os trabalhos clássicos de Lênin (1899/1969) e Kautsky (1899/1970). A visão leninista, que iria influenciar, inclusive, Kautsky, veio a predominar nas discussões sobre a questão agrária.<sup>35</sup>

O debate criado em torno das idéias de Lênin tem como pressuposto a existência da categoria social do camponês, sua incompatibilidade com o modelo produtivo capitalista e a tendência à sua substituição pela categoria do trabalhador assalariado. A consequência dessa perspectiva teórica é a visão de uma diferenciação no campo em termos do estabelecimento de classes sociais antagônicas. Essa idéia, ainda que formulada sob a forma de tendência, acabou por prevalecer no chamado debate clássico sobre a realidade agrária, obscurecendo a pesquisa em relação aos estratos sociais que, concretamente, compõem a estrutura social agrícola nas sociedades que passaram pelo processo de modernização de seus processos produtivos. O ponto crucial dessa questão é o enquadramento teórico do camponês, por um lado e, por outro, dos agricultores familiares que emergiram nesse processo. O esclarecimento conceitual dessas categorias sociais é fundamental para a

---

<sup>35</sup> O ponto de vista de Lênin sobre a estrutura social agrária assenta-se sobre o modelo de constituição da forma típica de estruturação do processo produtivo no setor industrial.

análise da estrutura social agrícola que se estabeleceu especialmente após a segunda grande guerra (perdurando, não obstante as mudanças ocorridas no período<sup>36</sup>, até os dias de hoje) e na qual se encontram, não apenas, a agricultura patronal e o estrato de trabalhadores assalariados como, também, um importante estrato de produtores de base familiar.

A idéia de que o desenvolvimento do sistema produtivo capitalista é incompatível com a continuidade da categoria camponesa<sup>37</sup> requer o esclarecimento conceitual do que seja camponês, mesmo porque existem muitas semelhanças entre o que se chama camponês e o que se chama agricultor familiar (VEIGA, 2007b). Abramovay (1992) discute profundamente esse problema, recorrendo ao economista Frank Ellis (1988) para o que ele considera uma contribuição decisiva a respeito do tema. Para além das características internas à unidade de produção (equilíbrio de produção e consumo em torno da família), dois elementos básicos definem o campesinato: "a integração parcial aos mercados e o caráter incompleto desses mercados" (ABRAMOVAY, 1992, p.103).

A racionalidade camponesa é explicada por uma forma específica de vinculação aos mercados, que assume a forma de vínculos personalizados, de preços estabelecidos por condições locais e a praticamente inexistência de alternativas de compra e venda. A integração parcial a mercados imperfeitos explica porque, nas sociedades capitalistas, torna-se extremamente precária a sobrevivência camponesa, uma vez que aí o mercado se impõe sobre outros códigos de orientação da vida social. Os vínculos de mercado e as instituições nacionais minam as bases sociais da existência camponesa. Este é o caso, segundo Abramovay (1992), de um estudo sobre o sudoeste do Paraná, que mostra a perda das condições de reprodução social camponesa, a partir da chegada à região, nos anos de 1960, do crédito institucionalizado, dos fornecedores de máquinas e de insumos e do sistema de cooperativas, integrando o agricultor aos mercados.

---

<sup>36</sup> Ver discussão de Goodman *et.al.* (1987) e de Veiga (2007b), especialmente sobre a revolução da biotecnologia.

<sup>37</sup> Segundo Veiga (2007b), há um componente histórico na própria definição de "campesinato" (aspas do autor), uma vez que, para os antropólogos, uma sociedade camponesa estaria situada numa espécie de estado de transição entre situações pré-industriais e sociedades industriais.

Abramovay (1992) cita cinco aspectos de mercado destacados por Ellis que mostram diferenças da agricultura moderna em relação ao modelo camponês:

- 1) “o crédito é abundantemente disponível por parte de mercados financeiros desenvolvidos (bancos, agências de crédito etc.) em um mercado competitivo de taxas de juros” e responde a critérios nacionais (ELLIS, 1988, p.11, *apud* ABRAMOVAY, 1992, p.119).
- 2) Os diversos insumos são disponibilizados por vendedores competitivos, em quantidade suficiente para atender a todos os agricultores.<sup>38</sup>
- 3) A rapidez das informações permite que as cotações das principais commodities sejam divulgadas nos grandes meios de comunicação, o que permite a venda antecipada do produto pelo agricultor, de forma diferente da chamada venda na palha.
- 4) A regulação sobre o uso e a comercialização da terra, especialmente nos países de capitalismo avançado, é feita com base em critérios de âmbito nacional, não se prendendo à comunidade local.
- 5) A quebra do isolamento das comunidades e a ampliação das redes de comunicação em escala nacional e, mesmo, internacional, dificultam a atuação de comerciantes/usurários locais, com poder de monopólio, favorecendo o mercado mais amplo.

Tendo em conta essas características distintivas da agricultura moderna, Ellis fornece uma definição de camponês de grande utilidade teórica, tendo em vista a necessidade de separá-lo conceitualmente dos agricultores familiares que já estão integrados em mercados desenvolvidos. “Camponeses são unidades domésticas [peasants are farm house-holds] com acesso a seus meios de vida na terra, utilizando principalmente trabalho familiar na produção agropecuária, sempre localizadas num sistema econômico

---

<sup>38</sup> Abramovay (1992) alerta para o fato de que, ainda que esses produtos sejam disponibilizados por setores oligopolizados da produção de fertilizantes, pesticidas etc., existe competitividade em sua comercialização.

global, mas fundamentalmente caracterizadas pelo seu engajamento parcial em mercados que tendem a funcionar com alto grau de imperfeição” (ELLIS, 1988, p.12, apud ABRAMOVAY, 1992, p.126).

De acordo com Abramovay (1992), alguns estudos brasileiros servem de exemplo para essa abordagem teórica: a integração a mercados desenvolvidos seria parcial no caso dos agricultores de pimenta do Baixo Tocantins, no Pará, ainda sujeitos aos vínculos de caráter pessoal. No Sul do Brasil, pelo contrário, observa-se uma integração desenvolvida a estruturas nacionais de mercado, a qual é responsável, para além da transformação da base técnica da produção, pela mudança nos círculos sociais de que participa o agricultor, em um processo de constituição de uma nova categoria social: os agricultores profissionais. As determinações locais dos códigos de conduta cedem espaço para as relações impessoais do mercado, como ocorre para outros tipos de produtores na sociedade capitalista. Nas próprias palavras do autor, “a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social” (ABRAMOVAY, 1992, p.127).

Portanto, a incompatibilidade da existência camponesa com a instituição moderna do mercado não é equivalente à inviabilidade da unidade familiar agrícola no sistema produtivo capitalista. Como categoria social dentro da produção agrícola, o moderno agricultor familiar tem um distintivo conceitual próprio, que permite sua incorporação e análise enquanto um estrato social relevante na estrutura social agrícola moderna. Esse agricultor familiar moderno desenvolveu-se plenamente nos países de capitalismo avançado, sobre uma base de inovação técnica que lhe permitiu atender aos estímulos de mercado. A presença da agricultura de base familiar encontra-se largamente estabelecida nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e nos países da Europa continental, além de países como a Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Japão (ABRAMOVAY, 1992; VEIGA, 2007b).

A participação da agricultura de base familiar é expressiva no Brasil, como mostram as pesquisas. Analisando o caso brasileiro, Sorj (1980) critica o pressuposto de que uma maior capitalização agrícola significa uma afirmação do assalariamento. Aparentemente identificando a produção familiar com pequenos e médios produtores, esse autor conclui que essa abordagem teórica perde de vista o que tem sido central no processo de formação da estrutura de classes na agricultura brasileira: “a afirmação de um setor de pequenos e médios produtores altamente capitalizados” (SORJ, 1980, p.145).

O reconhecimento conceitual do estrato de agricultores familiares evita que se considere esse segmento como trabalhadores a serviço do capital, no caso de sua integração a agroindústrias. Essa foi uma discussão recorrente no debate sobre relações de produção na agricultura e as transformações na estrutura de classes nesse setor. Dentro do escopo da perspectiva teórica que orienta este estudo, o que se pretende é reconhecer que, conceitualmente, integração e assalariamento não se confundem. Abramovay, por exemplo, contesta a visão do agricultor familiar como sendo, antes de tudo, um “produtor de excedente para a agroindústria” (ABRAMOVAY, 1992, p.220), afirmando que a participação do Estado e as políticas agrícolas levadas a cabo nos países de capitalismo avançado propiciaram, na verdade, uma transferência inter setorial de renda, em que o beneficiário é o conjunto do sistema econômico e não apenas os setores que compram produtos agrícolas ou vendem insumos e máquinas.<sup>39</sup>

A intervenção estatal é um aspecto fundamental, sem o qual esta análise das especificidades teóricas consideradas não estaria completa<sup>40</sup>. Tanto para Abramovay (1992) quanto para Veiga (2007b), o Estado foi determinante na moldagem da estrutura social da agricultura moderna nos países capitalistas avançados. Para Abramovay (1992), tanto nos países com tradições camponesas, como os países europeus, quanto em nações de colonização recente, como é o caso dos Estados Unidos e do Canadá, as transformações do

---

<sup>39</sup> A agroindústria pode ser, inclusive, uma nova atividade que se adiciona à atividade principal do agricultor, como é o caso das agroindústrias processadoras que exploram nichos de mercado e que, em muitos casos, são atividades artesanais ou quase artesanais (DEL GROSSI; GRAZIANO da SILVA, 2002).

<sup>40</sup> Para uma discussão da importância do Estado na abordagem sociológica, ver Skocpol, 1985.

setor agrícola tiveram como base comum critérios públicos de recursos produtivos. Nesses casos o Estado atuou não apenas como Estado previdenciário, contemplando problemas sociais, mas, além de administrar o êxodo rural e a ocupação do território e cuidar da formação profissional, passou a ser responsável pela própria formação da renda do setor.

Outro elemento importante no debate em torno desse tema tem sido a discussão a respeito das características da produção agropecuária, em termos dos limites naturais inerentes a esse setor (ABRAMOVAY, 1992; GOODMAN *et.al.*, 1987; VEIGA, 2007b), como já foi mencionado. Em Goodman *et al.* (1987) encontra-se um exaustivo estudo sobre as possibilidades de transformação da base da produção agrícola e de seus efeitos sobre a estrutura social do setor. Para os autores, a chave para a compreensão do caráter único da agricultura é a questão dos processos naturais imprescindíveis à transformação biológica da energia solar em alimento, que imprimem um tempo de maturação das plantas e do crescimento dos animais e que exigem um espaço baseado na terra. É a dependência de processos naturais que antepõe um limite para a organização da produção agrícola em moldes industriais, dizem os autores.

Para eles, as modernas biotecnologias introduzem um elemento novo nessa questão, que aponta para aplicações práticas que, no final, restringem a importância da natureza. Em suas próprias palavras, “Em seu limite, portanto, a aplicação combinada das biotecnologias e da automação fornece uma solução industrial integrada para a produção agrícola” (GOODMAN *et.al.*, 1987, p.108). Os autores afirmam, no entanto, que os processos de tipo industrial somente são possíveis na medida em que as restrições da natureza (tempo e espaço) tenham sido drasticamente reduzidas, não sendo simplesmente o resultado de uma integração da agricultura nos outros mercados. As opiniões convergem no sentido de considerar como prematura a idéia de um cenário agrícola radicalmente diferente do que ainda prevalece (ABRAMOVAY, 1992; GOODMAN *et.al.*, 1987; VEIGA, 2007b).

Entretanto, Veiga (2007b) chama atenção para o fato de que dessa especificidade não deriva uma forma social específica de produção (patronal ou familiar), como já foi

mencionado no primeiro capítulo. Reforçando a importância da ação governamental, o autor sustenta que os principais condicionantes da intervenção pública no processo de expansão da agricultura moderna nos países de capitalismo avançado tenderam a reduzir a rentabilidade das atividades agropecuárias, do que resultou uma inibição da expansão da agricultura patronal. No caso brasileiro, como é destacado pela literatura pertinente, todo o processo de transformação agrícola foi heterogêneo (social e regionalmente) e parcial, fazendo coexistir, no país, uma agricultura patronal e uma agricultura familiar modernas, ao lado de outros grupos que operam segundo um padrão tradicional. Para aqueles que não migraram para as cidades, mas que, também, não se tornaram modernos, a permanência na atividade agrícola assume formas tradicionais, muitas vezes próximas do modelo “camponês” (aspas minhas), sendo a situação mais grave a da região Nordeste, onde uma quantidade expressiva de agricultores se encontra em níveis de subsistência<sup>41</sup>.

É importante salientar que, para além da diferença fundamental que já foi discutida anteriormente, são muitas as semelhanças entre o chamado “camponês” (aspas minhas) e o agricultor familiar moderno: em ambos existe a integração família-empresa; para ambos é difícil distinguir retornos para o trabalho, a terra e o capital; em ambos ocorre auto-abastecimento e isto inclusive nas economias desenvolvidas (VEIGA, 2007b). Entretanto, à luz da modernização do setor agrícola propriamente e da própria sociedade brasileira como um todo, o foco do problema passa a ser a situação de precariedade em que se encontra um segmento expressivo de agricultores familiares do país, pelo fato de disporem de chances remotas de acesso aos recursos necessários à sua integração aos mercados. Ou seja, sobrevive no Brasil uma quantidade expressiva de agricultores com produção orientada para o autoconsumo, de tal forma que é comum encontrar casos em que a renda monetária do estabelecimento é negativa. Nesses casos a renda total é positiva apenas quando inclui o autoconsumo (GUANZIROLI, 2006). De acordo com esse autor, muitos agricultores investem, na produção para o autoconsumo, recursos monetários externos à atividade agropecuária, principalmente os provenientes da venda de serviços e de aposentadoria.

---

<sup>41</sup> Dados do Censo Agropecuário 1995/1996 apontavam para uma utilização de assistência técnica por, apenas, 2,7% dos agricultores familiares da região Nordeste, percentual muito inferior ao do Brasil como um todo, que era de 16,7% (GUANZIROLI, 2006).

Esta caracterização é importante, não apenas do ponto de vista teórico, mas, também, metodológico, no que diz respeito ao impacto que a inclusão de grupos de agricultores familiares em situação de precariedade (inclusive muitos dos assentados da reforma agrária) produz nos resultados globais de produção, produtividade e renda da agricultura familiar como um todo. De qualquer forma, como foi dito, de um modo geral, a produção para o autoconsumo faz parte, rotineiramente, da produção agrícola total do estrato dos agricultores familiares. Isso cria um problema de mensuração do valor da produção nesse segmento, que deve ser, sempre, levado em conta. Deve-se ressaltar, porém, que, em uma sociedade com alto grau de monetarização, a produção voltada para o mercado de consumo, que garante os ganhos de rendimentos provenientes da venda de produtos, torna-se mais relevante em relação à produção para autoconsumo, em comparação com sociedades mais tradicionais.

Por outro lado, a recorrência a trabalhos externos à unidade agropecuária tem sido uma tendência da agricultura contemporânea, no contexto da mudança de um padrão fordista de produção para um modelo mais flexível, não se restringindo aos produtores em situação de precariedade. É em torno dessa questão e, também, da expansão de serviços terceirizados na agropecuária (como, por exemplo, o serviço de inseminação), que ocorre o debate sobre uma nova ruralidade, em que o conceito de pluriatividade se torna central (DEL GROSSI; GRAZIANO da SILVA, 2002; SCHNEIDER, 2003, 2006). De acordo com Del Grossi e Graziano da Silva (2002), na agricultura contemporânea alguns membros das unidades familiares passam a se ocupar de outras atividades alheias à unidade produtiva, ao mesmo tempo em que os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola<sup>42</sup> têm reduzido o seu tempo de trabalho<sup>43</sup>, de modo a poder combiná-lo com outra atividade externa, agrícola ou não. Conceitualmente, a pluriatividade refere-se,

---

<sup>42</sup> A expansão da modernização e, principalmente, da terceirização das tarefas agrícolas, conduz a uma individualização da atividade agrícola, com efeitos na organização do trabalho familiar, fazendo com que a gestão e produção na unidade familiar possam ser exercidas individualmente (DEL GROSSI; GRAZIANO da SILVA, 2002). ABRAMOVAY (1992) entende que o próprio conceito de agricultura familiar deve ser visto com cuidado, uma vez que é cada vez mais freqüente a condução individual do empreendimento agrícola.

<sup>43</sup> Essa redução no tempo de trabalho está relacionada ao conceito de agricultura em tempo parcial, referido à unidade produtiva que é cultivada pelo investimento de menos do que um ano completo de trabalho (SCHNEIDER, 2003).

portanto, ao exercício de múltiplas atividades por pessoas que pertencem a uma mesma família (SCHNEIDER, 2006). Ela ocorre nos países desenvolvidos em um espaço rural que, se antes (no chamado período fordista, do pós-guerra até meados da década de 1970) cumprira precipuamente funções produtivas agrícolas e alimentares, “ganha novas atribuições, tornando-se um lugar onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas e ocupacionais” (SCHNEIDER, 2003, p.109).

### **2.8.2. A abordagem teórica do mercado de trabalho assalariado agrícola**

O destaque teórico conferido ao problema da conceituação dos agricultores de base familiar, porém, não significa desconsiderar a importância do grupo dos assalariados na atividade agrícola. Pelo contrário, este é o segmento de força de trabalho que opera as unidades produtivas da agricultura patronal, além de fornecer a mão-de-obra utilizada, de forma acessória, pela agricultura familiar. Tomando como exemplo a agricultura americana, enquanto até meados da década de 1960 os assalariados compunham um quarto dos trabalhadores rurais, as estatísticas agrícolas de 1988 revelaram que esse percentual se elevou para um terço: de um total de 2,8 milhões de trabalhadores rurais, 997 mil eram assalariados (USDA, 1988, *apud* ABRAMOVAY, 1992, p.148).

Não há dúvida, diz o autor, de que o assalariamento aumenta como proporção do trabalho total e que está concentrado, crescentemente, nos maiores estabelecimentos. Esse fenômeno está presente no Brasil, especialmente em alguns subsetores, como é o caso da cana de açúcar (NEVES, 1997). A discussão de Pfeffer (1983) é útil para a compreensão do mercado de trabalho agrícola, tendo em vista as especificidades do setor. De acordo com Pfeffer (1983), para compreender as características específicas da configuração social da agricultura segundo padrões modernos, é preciso ter em conta a existência de dois problemas básicos. O primeiro diz respeito às dificuldades de gerenciamento do trabalho, tendo em vista a natureza específica do processo de trabalho na produção agrícola. O

segundo está associado ao alto grau de risco envolvido nesse tipo de empreendimento (PFEFFER, 1983).

O que está na base desses problemas específicos é a dependência da produção agrícola em relação à natureza (aspecto já mencionado anteriormente), o que determina dificuldades inerentes a esse setor, tanto no que diz respeito à capacidade de assegurar e manter uma força de trabalho adequada aos ciclos agrícolas, quanto em relação à perspectiva de enfrentamento dos riscos que lhe são peculiares. Para Pfeffer (1983), que examinou a agricultura americana a partir dessas premissas, a gênese de diferentes sistemas de produção agrícola (e de diversos sistemas de relações sociais), naquele país, pode ser explicada pela consideração de como as diferentes condições econômicas, sociais e políticas prevalentes possibilitam a organização da produção de forma a lidar com essas características essenciais da agricultura.

Com relação ao primeiro problema, o de assegurar uma adequada força de trabalho ao processo produtivo agrícola, três são as características da produção nesse setor que dificultam essa tarefa. Em primeiro lugar, o tempo de produção não é igual ao tempo de trabalho, sendo o último menor que o primeiro. Em segundo lugar, as operações agrícolas ocorrem seqüencialmente, ao invés de simultaneamente, desde o preparo da terra até a colheita. Se a produção agrícola é comparada com a produção industrial, a relação entre os estágios de trabalho aparece como uma diferença crucial: enquanto na operação industrial típica o conjunto do processo de produção pode ocorrer simultaneamente, em diferentes pontos do espaço, na produção agrícola os diferentes estágios ocorrem na mesma área e são separados por períodos de espera, por causa do tempo necessário para que os processos biológicos envolvidos se completem. Em terceiro lugar, encontra-se a natureza sazonal da produção agrícola, diferentemente de outras formas de produção de commodities, que apresentam fluxos contínuos através do ano.

Essas três características da produção agrícola criam problemas específicos de gerenciamento do trabalho. Um primeiro problema diz respeito à manutenção da força de

trabalho através do ciclo de produção, o que significa equacionar a questão do pagamento aos trabalhadores com a existência de períodos de inatividade dos mesmos. Um segundo problema refere-se à necessidade de assegurar que haja força de trabalho em todos os anos, uma vez que o caráter sazonal da produção agrícola pode fazer com que os trabalhadores busquem empregos alternativos entre um ciclo e outro. Tais problemas, em suma, dizem respeito à necessidade de garantir o fornecimento de força de trabalho à atividade agrícola, de forma adequada às características típicas do seu ciclo de produção.

Com relação ao problema dos riscos peculiares à atividade agropecuária, Pfeffer (1983) destaca a importância de dois fatores, sendo ambos ligados às características biológicas dos produtos agrícolas. O primeiro refere-se à dificuldade de controle das forças da natureza que interferem no ciclo produtivo, como é o caso da ocorrência de mudanças climáticas. Outro fator relevante é a característica de perecibilidade dos produtos agrícolas, que faz com que os produtores se tornem mais vulneráveis a incertezas de mercado, em comparação com os setores não agrícolas. A busca na minimização de riscos, portanto, é parte constitutiva dos diferentes sistemas de produção, juntamente com o problema de adequação da força de trabalho aos ciclos produtivos. São aspectos, portanto, fundamentais, quando se trata de analisar os estratos sociais dos empregados agrícolas e, também, dos empregadores, cujas decisões sofrem os constrangimentos dos riscos anteriormente mencionados.

Para o caso brasileiro, ressalta o fenômeno histórico da substituição do antigo assalariado permanente pelo assalariado temporário, que já não mora mais no estabelecimento agrícola (SORJ, 1980). Segundo Neves (1997), a maior parte da literatura que trata do processo de proletarização na agricultura brasileira tem focado sua atenção na mudança de um padrão com forte contingente de trabalhadores permanentes para outro em que os trabalhadores temporários (sazonais ou diaristas) adquirem importância crescente. Bernardo Sorj (1980) qualifica esse processo como sendo de “purificação” (aspas do autor) das relações de produção capitalista, em razão da eliminação de formas de remuneração em espécie, obtidas, quase sempre, através de relações de parceria (fenômeno, também,

observado por Neves, 1997). Para Ribeiro Guedes (2008) o trabalhador assalariado temporário na agricultura é a expressão histórica da externalização do mercado de trabalho em relação às unidades produtivas.

Por um lado, os empregados permanentes também já não são os mesmos, uma vez que um nível mais elevado de qualificação passa a ser requerido (esse é o caso, em geral, dos assalariados que operam as tecnologias modernas). Por outro lado, os números relacionados à categoria dos empregados agrícolas demonstram uma maior precariedade dos empregados temporários em relação aos empregados permanentes, constituindo-se uma segmentação nesse mercado de trabalho. Não obstante uma tendência ao crescimento da formalização do trabalho em anos recentes (desde os anos 1990), tanto para empregados permanentes quanto para os temporários, dados do Projeto Rurbano<sup>44</sup> mostram que, em 2004, praticamente a metade dos assalariados agrícolas brasileiros não possuía vínculo permanente de trabalho e, dentre esses, a grande maioria não possuía registro formal de trabalho (DEL GROSSI; GRAZIANO da SILVA, 2006).

Dada essa importante segmentação no mercado de trabalho agrícola e tendo em vista as características de precariedade dos assalariados temporários, que se associam a uma condição de baixa qualificação e de pequeno poder de barganha, a intervenção governamental através das instituições de fiscalização do trabalho assume muita relevância.

## **2.9. Conclusão**

O problema da estratificação ou da desigualdade social encontra um terreno fecundo na abordagem dos teóricos clássicos, a qual enfatiza as dimensões de poder e de privilégio

---

<sup>44</sup> Projeto temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”, que analisa as principais transformações ocorridas no meio rural em 11 unidades da Federação: PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF.

contidas nas relações entre unidades de uma estrutura social. Particularmente frutíferas são as contribuições dos autores neomarxistas e neoweberianos, cujas abordagens aproximam-se teoricamente.

A combinação da abordagem de classe com a perspectiva teórica da segmentação de mercado é relevante para este estudo, especialmente quando se considera a diferenciação interna dos agricultores familiares e o estrato de empregados agrícolas (divididos entre os que são protegidos pela legislação trabalhista e os que são desprotegidos, encontrando-se em situação de precariedade).

A Sociologia da Agricultura constitui uma tentativa relevante, ao chamar atenção para um arcabouço teórico que, embora ainda sem consolidação, como adverte Schneider, permite a abordagem da estrutura social do setor agropecuário na perspectiva das grandes linhas da Sociologia, especificamente em relação aos autores neomarxistas e neoweberianos.

Evidencia-se, ao longo da discussão, a insuficiência da perspectiva teórica de orientação individualista (de inspiração neoclássica) para a compreensão do problema da distribuição de renda. A tese da modernização e a hipótese meritocrática, com suporte na teoria do capital humano, por si sós não sustentam teoricamente uma abordagem da redução da desigualdade de renda. Aspectos estruturais, de ordem societária, interferindo na redução (ou no aumento) da desigualdade da distribuição de renda, contradizem essa abordagem teórica, com destaque para a relevância da perspectiva teórica de classe social e a da segmentação do mercado de trabalho, para a compreensão da repartição de renda no setor.

A idéia da mediação de uma esfera pública interferindo na relação entre desenvolvimento econômico e desigualdade de renda assume grande importância, pelas características do setor agropecuário. Sobressaem, aqui, as análises que apontam para a

relevância do Estado nos estudos dos estratos sociais da agricultura moderna e da constituição e repartição da renda no setor.

O capítulo seguinte será dedicado à exploração histórico/analítica da constituição e caracterização da estrutura ocupacional da agropecuária brasileira.

## **CAPÍTULO III**

### **3. ESTRUTURA SOCIAL NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO**

Para os objetivos desta tese, entendemos como relevante uma abordagem analítica, historicamente referenciada, do percurso de constituição das características sociais da agricultura brasileira, tendo em vista o objetivo de observar a evolução no padrão de distribuição de renda na estrutura ocupacional do setor nas últimas quatro décadas. Como já mencionado em capítulo anterior, a configuração social do setor agropecuário modernizado do Brasil em muito se assemelha à dos países de capitalismo avançado. Entretanto, sobressaem algumas diferenças importantes, tanto no que se refere às suas características contemporâneas, quanto no que diz respeito aos seus elementos históricos de constituição.

No caso brasileiro, alguns elementos importantes na ocupação da terra, na constituição da força de trabalho e no papel da intervenção pública atuaram no sentido da construção de um legado característico de desigualdade na estrutura ocupacional agrícola do país. Paralelamente, alguns aspectos da dinâmica social e política da agricultura contemporânea brasileira são elementos que influenciam na direção de mudanças, consistentes, pelo menos em alguma medida, com um novo padrão de configuração social, com impacto na estrutura ocupacional do setor. Sendo assim, nos itens seguintes serão discutidas algumas características e condições consideradas importantes para a compreensão das peculiaridades da estrutura de estratificação social da agricultura brasileira.

### **3.1. Estrutura social na agropecuária brasileira**

Contemporaneamente, observa-se que as características da agricultura brasileira que são comuns ao padrão desenvolvido nos países de capitalismo avançado incluem a existência de um estrato de agricultores de base familiar modernizados, ao lado de grupos de assalariados que atendem às exigências, nos processos produtivos, de um maior nível de qualificação e de um estrato de profissionais especializados e de gerentes/administradores nas empresas agrícolas. Ao lado dessas semelhanças encontram-se, contudo, diferenças significativas, tanto no que se refere aos aspectos contemporâneos da estrutura ocupacional agrícola brasileira, quanto em relação ao contexto histórico de sua constituição sócio-política.<sup>45</sup> Por um lado, existe uma conexão entre estes dois aspectos, uma vez que a organização social contemporânea da agricultura brasileira emerge como parte de um processo social e político com raízes históricas pautadas pelo conservadorismo dos grandes proprietários de terra, no século dezenove. Por outro lado, observa-se a existência de pontos de ruptura com o passado conservador, que apontam para a emergência de elementos de redução da desigualdade social histórica entre as classes sociais desse setor econômico.

#### **3.1.1. Gênese histórica**

Até meados do século dezenove, o Brasil não possuía uma vida econômica própria, uma vez que, no período colonial, o sistema de grandes explorações podia ser considerado como uma extensão do mercado português (ZYLBERSZTAJN, 1994). As características desse sistema intermitente e praticamente “extrativista” (aspas do autor) só seriam modificadas com a chegada da família real, em 1808. A primeira atividade agrícola da colônia, no período que se inicia em 1500, constituiu-se no primeiro ciclo da economia brasileira, o ciclo do “pau Brasil” (aspas do autor), que rapidamente se esgotou, pois deixou

---

<sup>45</sup> A observação da similaridade entre o padrão da moderna agropecuária brasileira e o de países de capitalismo avançado tem por objetivo, unicamente, destacar as peculiaridades do caso brasileiro, uma vez que não se pretende um estudo comparativo.

de ser lucrativo em menos de cinquenta anos, em decorrência do seu caráter “extrativista” (aspas do autor).

O segundo ciclo econômico do Brasil também teve início no século dezesseis, mais precisamente em 1532, com a construção do primeiro engenho de cana de açúcar, por Martim Afonso de Souza. Zylbersztajn (1994) chama atenção para a observação de Caio Prado Jr., segundo a qual pode ser dito que a exploração da cana de açúcar formatou as características sociais, políticas e econômicas do país. O ciclo da cana nasce sob o signo da grande propriedade de terra. O governo português necessitava garantir a posse das terras do Brasil, contra as ameaças de outros governos, especialmente o da França. A ocupação dessas terras foi pensada na forma de sesmarias, constituídas de grandes áreas concedidas a portugueses que desejassem se estabelecer na colônia. Tratava-se de uma orientação que atendia aos interesses da Coroa, que tanto estava interessada em extrair taxas das grandes propriedades, quanto em estimular a ocupação das terras. Desta forma, como destaca Elisa Reis (1979), não houve qualquer iniciativa da Coroa Portuguesa no sentido de estimular a ocupação das terras brasileiras por grupos dispersos de pequenos agricultores. Por outro lado, os engenhos de cana exigiam não apenas uma soma elevada de investimentos, como, também, uma grande quantidade de força de trabalho.

A escassez de força de trabalho livre, naquelas circunstâncias, resultou na opção escravocrata, para que as atividades econômicas da cana de açúcar pudessem ser implementadas. Tratava-se de unidades de produção com elevado grau de auto-suficiência, operando em larga escala, produzindo um único produto para exportação (o açúcar) e empregando mão de obra escrava. A disponibilidade de força de trabalho escrava garantiu o sucesso do ciclo da produção de açúcar, até o momento em que o mercado internacional desse produto se fechou para o país, em virtude da organização da produção pelas colônias holandesas.

A força de trabalho escrava continuou sendo a principal forma de acesso à força de trabalho nas grandes propriedades, inclusive no ciclo do café<sup>46</sup>, cuja economia esteve ligada ao início do processo de industrialização no país. Para Zilbersztajn (1994), a vinda da família real para o Brasil representou um ponto de ruptura com as fases anteriores da colônia, em razão da abertura para o comércio internacional. Uma transformação substancial, porém, somente ocorreria na segunda metade do século dezenove, após um período de transição. Mais especificamente, apenas no contexto da crise econômica internacional de 1870-1895 é que ocorreu a primeira onda de desenvolvimento na economia brasileira, com o uso de novos métodos de transporte, no momento em que a mecanização do processamento do café já constituía uma base de transformação do setor agrícola e da dinamização de atividades comerciais e urbanas (REIS, 1979; ZILBERSZTAJN, 1994).

Por outro lado, o modelo de produção do café, baseado em grandes plantações, revitalizara o sistema de trabalho escravo. De acordo com Reis (1979), de 1831 (quando as importações de escravos foram proibidas) até 1850 (quando, efetivamente, foram adotadas medidas contra o tráfico), entraram mais escravos no país do que durante qualquer outro período da história brasileira. Conforme essa autora, a combinação de latifúndio, monocultura para exportação e escravidão não apenas dominou a sociedade agrária brasileira, como constituiu um legado cultural para o período nacional estabelecido em 1822, com a independência.

A continuidade do sistema escravocrata, de acordo com Zilbersztajn (1994), adiou a implementação do processo de imigração de trabalhadores qualificados (que viria a ser constituído posteriormente) e criou obstáculos à diversificação e desenvolvimento do mercado interno. Mais importante do que isso, a longa permanência do sistema escravocrata forneceu aos grandes proprietários de terra a força de trabalho adequada à produção agrícola no país, o que criou obstáculos à constituição de um segmento de pequenos agricultores. Como destaca Reis (1979), restavam à população não escrava pobre apenas duas opções: integrar-se no domínio das grandes propriedades, por meio de laços

---

<sup>46</sup> O café foi introduzido no Brasil em 1727 (ZILBERSZTAJN, 1994).

paternalistas, ou permanecer em atividades de subsistência. Somente após os cafeicultores paulistas terem acumulado poder político suficiente para garantir o uso de recursos públicos necessários ao suprimento de trabalho alternativo ao do sistema escravocrata, diz a autora, é que os grandes proprietários aderiram ao trabalho livre.

A discussão em torno do sistema escravocrata e da influência do poder das elites agrárias sobre o caráter conservador da modernização econômica do Brasil, por Elisa Reis (1979), inclui uma cuidadosa análise das relações de trabalho agrícola no país, que será utilizada em seguida para a abordagem da constituição histórica da estratificação social na agricultura brasileira. Na época da independência, o Brasil contava com uma população escrava estimada entre um quarto a dois terços da população total (REIS, 1979), predominantemente localizada nas áreas de açúcar do Nordeste<sup>47</sup>. Mas a expansão da produção do café ao longo do Vale do Paraíba, no Sudeste do país, passou a ser responsável pelo crescimento da mão de obra escrava nessa região, de tal forma que, por volta de 1873, os 57% da população escrava do país encontravam-se na região Centro Sul, enquanto as áreas do Norte-Nordeste contavam com 35% do total (REIS, 1979).

Até a década de 1860, o sistema baseado em força de trabalho escrava ainda não tinha passado por um debate capaz de reorientar a política de mão de obra no país. Transferências domésticas supriam uma escassez provocada pela lei de eliminação do tráfico (a Lei Euzébio de Queiroz, de 1850, eliminara o tráfico internacional). Nos anos de 1860, porém, cresceram as vozes no sentido da abolição do sistema escravocrata. Em 1865, o imperador manifestara sua simpatia por essa causa, solicitando estudos para a adoção de políticas de abolição. A Lei do Nascimento Livre (liberação dos filhos de mães escravas), de 1871, foi aprovada com o suporte das províncias do Nordeste e a oposição das províncias do café (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo).

---

<sup>47</sup> Havia, também, uma população numericamente significativa de escravos no estado de Minas Gerais, devido ao auge alcançado pelo ciclo do ouro, no século dezoito (REIS, 1979).

Na seqüência dos eventos ligados à extinção do sistema escravocrata, o próximo passo seria o da libertação dos trabalhadores escravos mais velhos. Um projeto de lei de 1884 previa “a imediata liberação dos escravos acima de sessenta anos de idade, sem compensação para os proprietários. Também foi proposta a expansão do Fundo de Emancipação, o fim do comércio interprovincial de escravos, a liberação dos escravos não propriamente registrados e um quadro oficial para a depreciação progressiva do valor dos escravos” (REIS, 1979, p.70-71). O poder conservador dos proprietários de terra e do Congresso se fez sentir nas alterações dessa proposta de legislação: por um lado, foi introduzida uma ação compensatória e, por outro lado, parte do Fundo de Emancipação foi destinada a uma reserva, cuja finalidade seria o financiamento da importação de trabalhadores estrangeiros.

Por volta de 1870, segundo Reis (1979), o sistema escravocrata mostrava sinais de exaustão e tornava-se claro que deveriam ser encontradas formas alternativas de suprimento de trabalho para a produção do café. A escassez de mão de obra no Centro-Sul do país frustrara as tentativas dos plantadores do oeste de São Paulo de combinar força de trabalho escrava e trabalhadores livres, para fazer frente à expansão do cultivo do café para além da fronteira agrícola então existente. A necessidade de buscar alternativas para o suprimento de força de trabalho levou a um dissenso entre os proprietários da região do café, ganhando força, então, a proposta de imigração massiva de trabalhadores livres. Em 1886 foi criada a Sociedade Promotora da Imigração e, em 1887, houve uma recusa do governo paulista em relação a atos de repressão de atividades abolicionistas. Sociedades abolicionistas surgiram em vários pontos do país. Em 1888, finalmente, o processo de eliminação do trabalho escravo foi concluído, com grande apoio à Lei Áurea no Congresso (dos nove votos contra, oito eram de representantes das áreas velhas do café, que ainda defendiam o trabalho escravo).

Como destacado por Reis (1979), a extinção do sistema escravocrata não teve um caráter de ruptura com o poder dos grandes proprietários de terra. Ao contrário, diz a autora, o processo gradual de extinção do trabalho escravo preservou as bases de poder

dessa classe social, neutralizando um possível efeito revolucionário que a passagem para o trabalho livre poderia ter exercido. Reis (1979) faz uma comparação do processo brasileiro com o dos Estados Unidos, no que diz respeito ao fim do trabalho escravo. No caso americano, diz a autora, três sistemas econômicos regionais interconectados impuseram seus interesses no nível nacional<sup>48</sup>, enquanto, no Brasil, uma coalizão conservadora, emergindo de uma fraca integração inter-regional, resultou em uma solução moderada. Desta forma, enquanto nos Estados Unidos a extinção do trabalho escravo inseriu-se em um processo de revolução democrático-burguesa, nos termos de Barrington Moore, conforme REIS (1979), no Brasil implicou em uma coalizão dos proprietários da área do café com as elites do Nordeste, o que preservou a força de trabalho das plantações de cana, obstaculizando a formação de um mercado de trabalho nacional. No caso americano, o Sul pós-escravista era politicamente subordinado a um contexto nacional que incluía um setor industrial independente e um estrato de agricultores também independentes, enquanto o Brasil pós-abolição manteve a coalizão conservadora dos proprietários de terra.

### **3.1.2. Os proprietários de terra na agricultura brasileira**

O poder dos proprietários de terra no Brasil esteve amparado por decisões na esfera do Estado, desde o início da colonização, como já foi mostrado. A instituição do sistema de sesmarias implicava em um processo de doação de grandes propriedades e até o século dezenove não houve uma legislação que regulamentasse a posse ou outra forma de propriedade da terra. Isto não significou a ausência total de apropriação de pequenas propriedades sob a forma de posse, por homens livres, que se dedicavam a produzir alimentos para sua subsistência e para o mercado interno. Entretanto, o sistema de posse não recebeu suporte da esfera pública, ao contrário, a perspectiva de extinção do trabalho escravo provocou a discussão em torno de uma legislação que definisse os critérios de ocupação de terras, do que resultou a Lei de Terras (lei número 601, de 1850). Por essa lei, as terras já ocupadas podiam ser regularizadas como propriedade privada, porém, daí em

---

<sup>48</sup> Para uma discussão do processo americano de constituição desses três sistemas, vide Pfeffer, 1983.

diante, as terras só poderiam ser ocupadas por compra e venda (ou por autorização da autoridade constituída). Terras não ocupadas passavam a ser propriedade do Estado e não poderiam ser adquiridas através do mecanismo da posse.

Essa legislação garantiu uma grande margem de poder aos grandes proprietários de terra, por ocasião do fim do sistema escravocrata e do início da imigração de trabalhadores livres para o país. Antepunha-se, assim, um obstáculo à transformação de ex-escravos e de imigrantes em agricultores estabelecidos em pequenas propriedades, sob a forma de posse, nas áreas tradicionais da agricultura brasileira. Desta forma, a dinamização do mercado doméstico em finais do século dezenove, na seqüência da expansão da economia do café, não se fez acompanhar de um correlato desenvolvimento no mercado de trabalho. Na transição para o trabalho livre, os plantadores de café, amparados por programas de imigração (dotados de subsídios governamentais, como destaca Reis, 1979), foram bem sucedidos em sua política de importação de trabalhadores estrangeiros.<sup>49</sup> O enorme poder social e político dos proprietários e a legislação restritiva tinham como contrapartida uma baixa capacidade de defesa, por parte dos não proprietários, de seus próprios interesses. Nesse contexto, os trabalhadores imigrantes eram submetidos a condições ruins de trabalho, de tal forma que a Itália banuiu a migração subsidiada para o Brasil em 1902, o mesmo fazendo a Espanha em 1910.

Por outro lado, o sucesso da imigração de trabalhadores estrangeiros, provendo o fornecimento de grande quantidade de força de trabalho, criou obstáculos para o desenvolvimento de um mercado de trabalho para brasileiros pobres e ex-escravos, inclusive para possíveis trabalhadores nordestinos que eventualmente poderiam se deslocar para a área do café. Assim, na transição para o trabalho livre, os proprietários agrários, sobre a base da grande propriedade de terra, mantiveram seus recursos de poder em situação de excepcional desigualdade em relação a outras classes sociais da atividade agrícola, tanto no Centro-Sul do café quanto no Nordeste da cana de açúcar. Como destaca

---

<sup>49</sup> A maioria dos imigrantes era originária da Itália, país que, na época, passava por sérias adversidades econômicas (REIS, 1979).

Reis (1979), embora a República tenha sido inaugurada, de início, por meio de uma coalizão ampla de elementos heterogêneos, logo em seguida haveria de ficar claro que os principais beneficiários da mudança política eram os grandes proprietários de terra, os quais, inclusive, tinham ampliado seu controle sobre o aparato burocrático do Estado.

Dentro da elite agrária, os plantadores paulistas tinham se tornado o setor mais organizado. No final da década de 1900, o Governo Federal tinha assegurado a obtenção de empréstimos internacionais para o setor do café (lei de dezembro de 1908) e passara a garantir preços mínimos para os cafeicultores (REIS, 1979). Para se ter uma idéia da estrutura ocupacional agrícola da época, podemos recorrer a Singer (1981), para quem a estrutura sócio-econômica da agricultura como um todo, por volta de 1930, compunha-se de uma classe de grandes proprietários, à qual se opunha uma massa de pequenos proprietários, parceiros, agregados, colonos e trabalhadores temporários, todos muito pobres, caracterizando-se uma desigualdade extrema na repartição da renda. Essa situação se agrava pela constatação de que, com relação a dados de 1940, cerca de dois terços da população do país estavam inseridos no setor agrícola (SINGER, 1981).

Mesmo com a Revolução de 1930 e a importância crescente do setor industrial, os recursos de poder dos grandes proprietários foram mantidos, uma vez que não apenas a estrutura de propriedade da terra permaneceu intocada, como, ainda, os direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos, como “salário mínimo, licença saúde, assistência médica, fundos de aposentadoria e direitos associativos” (REIS, 1979) não foram estendidos aos trabalhadores agrícolas. Portanto, de uma forma generalizada, os fazendeiros/grandes proprietários mantinham seu poder de influência junto ao Estado, no sentido da preservação de seus interesses. Por um lado, o Estado colaborou para a manutenção de um suprimento de força de trabalho barata, especialmente sob a forma de trabalhadores em caráter permanente (vivendo no interior das fazendas e daí retirando seu sustento), na medida em que lhes foram negados os direitos sociais já conquistados por trabalhadores urbanos. Ao mesmo tempo, não se desenvolveu uma política voltada para os agricultores das pequenas propriedades (muitos deles na condição de posseiros), não sendo

implementada nenhuma política visando qualquer mudança na distribuição de terras. A intervenção do Estado ocorreu de uma maneira fortemente conservadora, dada uma maior capacidade das elites agrárias de exercerem influência sobre a esfera pública.

Entretanto, existe um consenso em torno da idéia segundo a qual a Revolução de 1930 marca o começo do período moderno no Brasil, sendo o período de 1930-1945 claramente caracterizado por mudanças modernizantes (REIS, 1979; SINGER, 1981). Não obstante o considerável grau de continuidade dessa modernização em relação ao conservadorismo do período anterior, com o tempo os interesses dos grandes proprietários de terra e fazendeiros perderam espaço de poder, não apenas para outros grupos sociais (em especial o dos industriais) como, também, em relação ao próprio Estado. A expansão do setor industrial e da vida urbana, com seus desdobramentos em termos da diversificação de atividades econômicas, teve como correlato o crescimento da população urbana e, dentro dela, do segmento dos industriais, das classes médias e dos trabalhadores urbanos. A década de 1930, portanto, inaugura um período de crescimento, em termos de importância, dos grupos sociais ligados à industrialização.

Não obstante, como ressalta Reis (1979), apesar da redução relativa do poder do setor agrário, ele não foi removido da aliança de poder e esse período de modernização excluiu a força de trabalho agrícola. Em linhas gerais, a estrutura social agrícola no país manteve-se inalterada. Como destaca a autora, sob a liderança do Estado, as elites agrárias dividiam o poder com as elites industriais. Em suas palavras, “sob Vargas um processo de modernização pelo alto foi implementado sob a égide de um estado fortemente centralizado, o qual acomodou tanto a mudança quanto a continuidade e preveniu uma real ruptura com o passado” (REIS, 1979, p.262). Assim, movimentos sócio-políticos reivindicatórios em torno do tema da reforma agrária se defrontavam com o disposto na Constituição de 1946, que estabelecia a indenização como condição para possíveis desapropriações de terra. É nesse contexto, entretanto, que surgem as Ligas Camponesas, em 1955, a partir, especialmente, da expansão do assalariamento nas regiões da cana-de-açúcar no Nordeste, conforme José de Souza Martins (1981). Logo em seguida, surgiria um

forte movimento de sindicalização rural na região, embora não reconhecido legalmente pela Consolidação das Leis do Trabalho (de 1943) e em dezembro de 1963 foi criada a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG (MARTINS, 1981).

Pouco antes do início do regime militar inaugurado em 1964, no contexto dos movimentos de reivindicação de reforma agrária, a proposta do governo de transformar em terras públicas as faixas circundantes de rodovias federais, ferrovias e açudes, sinalizava para uma ação do Estado no sentido da mudança no padrão de propriedade da terra no país, o que, porém, não haveria de ocorrer no contexto do novo regime político, quando todos os movimentos reivindicatórios foram reprimidos. Isso não impediu que, em 1964, fosse elaborado o Estatuto da Terra, que permitia a desapropriação para fins de assentamento agrário. Em 1969, por meio de uma Emenda à Constituição de 1967, era admitida a desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida pública. O Estatuto da Terra seria a primeira lei de reforma agrária do país, a qual forneceria o quadro legal para futuras ações de reforma, sendo, porém praticamente desconsiderado durante as duas décadas de governo militar (ZYLBERSZTAJN, 1994). Para José de Souza Martins (1981), pelo Estatuto da Terra a reforma agrária passava a ser definida em termos da “modernização” (aspas do autor) agrária, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento capitalista em que adquiria relevância a ampliação do mercado interno. Pelo Estatuto admite-se, como ponto essencial da redefinição fundiária, a colonização de novas áreas, na fronteira da região amazônica e de partes do Centro-Oeste, por agricultores desalojados pela concentração da propriedade ou removidos de áreas de tensão (MARTINS, 1981). Entretanto, como ressalta o autor, apenas dois anos após a promulgação do Estatuto, o governo federal estabeleceu uma política de subsídios para estimular a implantação de empresas industriais e agropecuárias na região amazônica.

Uma reforma agrária massiva nunca foi feita no país, porém Singer (1981) considera que, após 1930, a estrutura de dominação latifundiária foi abalada, principalmente nas antigas zonas da cafeicultura paulista (não obstante a ausência de uma política de redistribuição da propriedade). Singer (1981) cita exemplos de dispersão da

propriedade da terra em São Paulo e em áreas novas como a do norte do Paraná. Nessa linha de discussão, Elisa Reis (1979) argumenta que, não obstante a permanência da estrutura de grandes propriedades em mãos dos proprietários de terra, os anos de urbanização e de expansão industrial foram responsáveis pelo enfraquecimento dessa classe social. Reis (1979) aponta para uma mudança na orientação do Estado no que se refere ao setor agrícola, na linha da discussão que foi feita nos capítulos anteriores. A autora considera que as estratégias de modernização acabaram por reduzir a capacidade dos grandes proprietários de fazer prevalecer sua dominação social, na medida em que o Estado se tornou mais presente no campo, através das agências governamentais que, progressivamente, assumiram funções públicas antes exercidas de forma privada por aquele estrato social.

### **3.1.3. Política de modernização econômica e mudanças na estrutura social da agropecuária brasileira: empregadores e agricultores familiares**

O caráter conservador da política de modernização da agricultura brasileira foi exaustivamente discutido. Entretanto, vistas por outro ângulo, as mudanças que ocorreram a partir de meados da década de 1960 e que provocaram uma reestruturação rápida e profunda nos padrões de produção resultaram em desdobramentos sociais também significativos. Isto quer dizer que, não obstante a presença, na agricultura brasileira modernizada, de um padrão de propriedade da terra altamente concentrado, todo o processo resultou em uma estrutura social que em muito se distanciou do velho modelo, em especial no que se refere ao caráter dicotômico latifúndio/minifúndio da agricultura brasileira, seja do ponto de vista econômico, social ou político.

Como sustenta Sorj (1980), a expansão da agricultura brasileira, no período de 1930 a 1960, pode ser caracterizada como horizontal, com aumentos de produtividade concentrados em alguns produtos, em algumas regiões (principalmente o estado de São Paulo) e o aumento da produção ocorrendo através da ampliação da fronteira interna, da

redivisão de pequenas propriedades e da intensificação da produção nas grandes propriedades (SORJ, 1980). Isto significa que a expansão agrícola, nesse período, se apóia em uma força de trabalho extensamente disponível para a atividade. Ao se referir à produção para o mercado interno, Sorj (1980) enfatiza que “no caso brasileiro, uma oferta de mão-de-obra rural em expansão associada a uma ampla fronteira interna, permitia aumentar a produção sem que seus custos crescessem” (SORJ, 1980, p.26).

Foi estruturado um projeto de modernização, a partir do SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural, na década de 1960, o qual foi bem sucedido na mudança desse padrão, substituindo, em grande medida, o aumento da produção baseado generalizadamente no uso extensivo da terra e da força de trabalho por ganhos de produtividade decorrentes do uso de novas tecnologias. Não é que não existisse no país qualquer processo de modernização tecnológica da atividade agropecuária antes desse período, mas foi a partir da metade dos anos 1960 que a inovação aplicada ao setor se desenvolveu com intensidade.<sup>50</sup> Até então, a agricultura brasileira ostentava padrões tecnológicos rudimentares, com exceção dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul: esses estados utilizavam 44 e 25 por cento do total dos equipamentos mecanizados, respectivamente (ZYLBERSZTAJN, 1994). A transformação tecnológica da produção agrícola, por um lado, estruturou-se em torno de uma agenda conservadora, que propunha o aumento da produção e da produtividade sem reformas profundas na estrutura social do setor. Por outro lado, tratou-se de uma proposta baseada na busca da eficiência e em novos padrões tecnológicos, o que mudou a natureza da política agrícola do país e, ao longo do tempo, foi vetor de transformação da natureza da própria organização social dessa atividade.

---

<sup>50</sup> Desde os anos 1940 o Estado atuara no incentivo a fronteiras agrícolas e a culturas pioneiras, como foi o caso da marcha para o oeste, naquela década, “da juta na região amazônica; dos arrozais no Maranhão; das plantações de castanha de caju no Piauí, Ceará e no Rio Grande do Norte; da fruticultura na Paraíba; dos laranjais no Sergipe; da conquista dos tabuleiros das Alagoas pela cana-de-açúcar; da recuperação da lavoura cacaueteira na Bahia; da soja e do trigo no sul do País; da cultura da maçã em Santa Catarina; do café em regiões tradicionais de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia; e, mais recentemente, de novas fronteiras no Mato Grosso e Rondônia e do pólo sojicultor que se desenvolveu em Barreiras, na Bahia” (GONZALEZ & MIRANDA, 1989 *apud* CONCEIÇÃO, R.A., 1998, p.154).

Mecanismos institucionais atuaram no sentido da modernização, como foi o caso da reorganização dos órgãos ligados às atividades de planejamento agrícola. De acordo com Sorj (1980), “o impulso modernizador do Estado permitiu pela primeira vez formar equipes de técnicos em condições de desenvolver levantamentos e planos abrangentes para o conjunto das atividades agrícolas” (SORJ, 1980, p.79). Sorj chama atenção para o fato de que “a importância crescente da pequena produção capitalizada determina a gradativa eliminação do comerciante tradicional e da feira como mecanismo de comercialização” (SORJ, 1980, p.84). De uma forma semelhante ao que ocorreu na modernização da agricultura dos países desenvolvidos, em geral, a crescente intervenção estatal operou no sentido de atuar na comercialização (foram criados centros de abastecimento, os Ceasa), no armazenamento e na estocagem dos produtos agrícolas, de forma a interferir no nível de preços para o consumidor e para os agricultores, do que resultou a redução da importância do papel do intermediário tradicional.

O eixo da política de modernização da agricultura brasileira foi o crédito rural oficial e este foi seguramente o instrumento mais importante entre as várias políticas agrícolas desenvolvidas no país. De acordo com Sorj (1980), a política de crédito rural, que adotou taxas de juros favorecidas para o setor, distribuiu o crédito de forma bastante equitativa entre as finalidades de custeio, comercialização e investimento, o que mostra uma ação clara do governo no sentido de alavancar o salto tecnológico e os ganhos de produtividade na agricultura brasileira. Entretanto, como foi visto no primeiro capítulo, é consenso na literatura pertinente que esse caráter equitativo não se aplica à distribuição do crédito entre os estratos sociais do setor. A literatura sobre o tema demonstra que a utilização do crédito oficial por médios e grandes proprietários foi preponderante em relação aos agricultores de menor porte, especialmente a camada mais pobre. Estudos mostram que as exigências de garantia, a burocratização nos processos de liberação e a desconsideração das necessidades específicas dos estratos de menor porte dos agricultores atuaram como fatores de desestímulo à utilização do crédito oficial.

Não obstante, há uma convergência de avaliação dos autores, no sentido de que o crédito oficial ampliou crescentemente o seu alcance no território nacional, levando a uma substituição dos mecanismos de crédito baseados em relações tradicionais por mecanismos de caráter oficial. Nos termos de Abramovay (1992), essa substituição é um elemento de estímulo à transformação de agricultores familiares tradicionais em agricultores de base familiar modernos. Portanto, na medida em que o crédito oficial privilegiou os proprietários de maior porte, isto significou um menor atendimento às necessidades tecnológicas dos agricultores familiares do país. A intervenção governamental estruturada em termos do conjunto da agricultura favoreceu os estratos sociais com mais recursos, inclusive organizacionais, em detrimento de uma abordagem de cunho distributivo. Pode-se dizer, então, que a política de modernização agrícola brasileira expressou-se em termos de uma continuidade de um modelo social conservador. Por outro lado, os elementos de modernização, contidos nos vários programas que se estruturavam em torno do crédito oficial, atuaram no sentido de favorecer uma profunda transformação da agricultura brasileira, com impactos modernizantes na própria estrutura social do setor, como já foi dito. A mudança iria expressar-se na capitalização de parte dos agricultores familiares, na constituição de um pequeno, mas importante, estrato de profissionais com alto grau de qualificação e no surgimento de um segmento de trabalhadores assalariados vinculados ao manejo das tecnologias modernas.

A diversificação e expansão agrícolas estiveram associadas à implantação das indústrias de máquinas e de insumos, de modo que o final dos anos 1960 pode ser considerado como o marco da constituição do Complexo Agroindustrial Brasileiro (CAI). Ao mesmo tempo, desenvolveu-se um sistema agroindustrial baseado na utilização de produtos de origem agropecuária, seja voltado para o mercado interno ou para o mercado externo. O Complexo agroindustrial reúne a indústria a montante (como a de insumos e de equipamentos), a atividade agrícola e pecuária propriamente e a indústria a jusante (processadora de produtos de origem agropecuária), ou seja, cria-se um sistema de cadeias produtivas com as quais os agricultores passam a se relacionar, enfrentando muitas vezes, em suas negociações, indústrias com elevado poder de oligopolização.

Por meio da política agrícola brasileira de modernização, o Estado atuou não apenas no âmbito do financiamento da produção, da comercialização e do investimento agrícolas e nas áreas de estocagem e armazenamento, como, também na pesquisa e assistência técnica. Duas importantes instituições de apoio ao setor foram criadas nesse período. No âmbito da assistência técnica foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Expansão Rural (EMBRATER) e as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs), que ficaram responsáveis, nos estados, pela difusão dos insumos modernos e do crédito oficial. Com relação à área de pesquisa, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), responsável pela criação de tecnologia compatível com as condições climáticas do país (a EMBRAPA criou as condições tecnológicas para o desenvolvimento da primeira agricultura tropical do mundo, conforme um ex-presidente da instituição). Nesse contexto, a difusão de novos conhecimentos passa a ter centralidade na abordagem da agricultura, do que resultou uma autonomia do setor frente aos pacotes tecnológicos que anteriormente eram importados de outros países. Várias outras organizações ampliaram o leque de atividades do Estado e os resultados dessa transformação, em termos de produtividade e aumento da disponibilidade de produtos, contrariaram a alegação de economistas da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), nos anos 1960, segundo a qual o caráter tradicional do setor não seria rompido sem uma ampla política de redistribuição de terras.

Os proprietários de maior porte se beneficiaram, nesse processo, de forma diferenciada em relação aos demais estratos, em função tanto da correlação de forças predominante no interior da estrutura social, como, também, em razão da própria lógica da expansão agrícola, pela ênfase em um ou em outro produto ou em regiões distintas (SORJ, 1980). Com relação às políticas regionais, por exemplo, na avaliação de Sorj (1980) os programas específicos para a região Nordeste favoreceram claramente os médios e grandes produtores.

É importante, porém, salientar o que já foi dito anteriormente, ou seja, que toda a estrutura criada no contexto da política agrícola brasileira viabilizou não só a modernização

da grande propriedade como, também, nos termos de Sorj (1980), permitiu a capitalização de alguns grupos de pequenos e médios produtores. O autor chama atenção para o fato instigante de que a indução à concentração de terras, que resultara dessa política de incentivos, não significa, necessariamente, a modernização da grande propriedade, uma vez que o processo pode estar ligado (como, de fato, esteve, em muitos casos) a práticas especulativas, especialmente em áreas de fronteira. Na perspectiva de Sorj (1980), camadas de “pequenos e médios produtores”<sup>51</sup> puderam se beneficiar dos programas de modernização naqueles lugares em que já detinham certos recursos, em especial em regiões com maior nível de dinamismo. Em lugares mais atrasados, geralmente circundados pelo que o autor considera “latifúndios” (aspas minhas), tendiam a não participar dessa política. Uma parte, pelo menos, do processo de modernização da agropecuária brasileira, apoiou-se em agricultores familiares que migraram da região Sul do país para as áreas de fronteira da região Centro-Oeste.

A adoção da mecanização é um bom exemplo de que o fator de modernização não está atrelado, necessariamente, ao tamanho da propriedade. Singer (1981) demonstra que, no período que vai de 1960 a 1970, a mecanização nas explorações menores foi intensa, como mostram os seguintes números. “O número de tratores aumentou 314,5% nos estabelecimentos de até 10 ha, 277,1% nos de 10 a 20 ha, 231,2% nos de 20 a 50 ha, 195,9% nos de 50 a 100 ha e 150,8% nos de 100 a 200 ha.” (SINGER, 1981, p.160). Levando-se em conta a potência dos tratores, os números mostram que “em 1970, nas explorações de menos de 10 ha, 85,1% dos tratores tinham menos de 50 C.V., proporção esta que cai a 62,8% nas explorações de 50 a 100 ha, a 43,9% nas de 1.000 a 2.000 ha e a apenas 29,35 nas de 10.000 ha e mais.” (SINGER, 1981, p.160). Mesmo assim, diz o autor, é notável a mecanização em explorações menores, ainda que realizada com tratores de menor potência. Desta forma, circunstâncias favoráveis permitiram que alguns grupos de pequenos proprietários pudessem se integrar no projeto modernizador, enquanto muitos outros ficaram marginalizados.

---

<sup>51</sup> Como vimos anteriormente e nos chama atenção Schneider, no setor agrícola há uma maior correspondência entre riqueza e propriedade, em relação a outros setores econômicos, o que nos leva a concluir que se trata, possivelmente, de pequenos e médios proprietários.

Singer (1981) argumenta que há indicações de ocorrência de três opções disponíveis para os contingentes de trabalhadores agrícolas que ficavam à margem desse processo: 1) migrar para as cidades, integrando-se ao mercado de trabalho urbano ou combinando as condições de diarista agrícola e diarista urbano; 2) retornar ao minifúndio de origem na condição de agricultor familiar; ou 3) constituir uma posse em áreas de terras devolutas, na fronteira agrícola. A migração rural-urbana resultou na saída de 30 milhões de pessoas na direção das grandes cidades, no espaço de tempo de 20 anos – entre 1960 e 1980. Ao mesmo tempo, parte dos pequenos proprietários tornou-se assalariada, em tempo integral ou parcial (ZYLBERSZTAJN, 1994). O retorno ao minifúndio, nessas condições, significa a permanência do agricultor em uma situação de precariedade. De forma semelhante, a posse na fronteira agrícola, muitas vezes, constitui-se em uma solução com altíssimo custo a que se submetem aqueles para os quais inexistente outra opção.

Os recursos do projeto modernizador, portanto, por um lado, foram apropriados preferencialmente pelos grupos sociais dominantes na agricultura brasileira, os grandes proprietários, enquanto, por outro lado, possibilitaram a uma parcela da chamada “pequena produção” (aspas minhas) uma transformação qualitativa em suas características (pode-se dizer que o processo flui no sentido, discutido em capítulo anterior, de constituição da moderna agricultura de base familiar). Entretanto, na medida em que um contingente dos chamados “pequenos produtores tradicionais” (aspas minhas) sofre um processo de pauperização e semi-proletarização, Sorj (1980) conclui pela existência de uma similaridade apenas parcial entre a estrutura agrária brasileira modernizada e a dos países desenvolvidos. O que é parcial é a sobrevivência, na estrutura social agrícola brasileira, de um contingente denominado pelo autor de “camponeses” (aspas minhas) pauperizados (estrato de agricultores sem acesso a tecnologias modernas e em condições precárias de vinculação com os mercados).

Estudos mostram que, quanto a esse aspecto, as conclusões de Sorj (1980) permanecem atuais na situação contemporânea da estrutura social agrícola brasileira. A modernização agrícola criou as bases para a integração bem sucedida aos mercados tanto de

um estrato de empregadores de força de trabalho assalariada, quanto de outro estrato de agricultores baseado em mão de obra familiar (estes últimos podem ser divididos entre os que conseguem se viabilizar e os que acabam por serem eliminados do sistema de produção ou por ficarem no sistema em situação de precariedade). Tanto empregadores como agricultores familiares modernos, encontram-se, em geral, integrados em cadeias produtivas do Complexo Agroindustrial (composto de sistemas e subsistemas agroindustriais, conforme conceituação de Farina, 1996), como será visto mais detalhadamente em capítulo próximo.

Os empregadores se integram em cadeias produtivas como, por exemplo, a da soja, do trigo, do gado bovino e da cana-de-açúcar, atividades que envolvem uma tendência de mecanização e dispensa de mão-de-obra (NEVES; FERNANDES, 2009). Os autores mostram, para o caso dos agricultores familiares, tanto proprietários quanto arrendatários, um movimento de integração e, mesmo, de revitalização da forma de parceria, em alguns subsetores agrícolas (esses aspectos serão discutidos mais extensamente em capítulo seguinte). Este é o caso dos subsetores da avicultura, suinocultura, fruticultura e horticultura, cujas cadeias produtivas incluem um importante segmento de produtores diretos, na forma de agricultores familiares, que atendem às necessidades de qualidade e produtividade requeridas pelas unidades industriais de processamento. Para os autores, esses complexos agroindustriais operam na base de uma demanda diversificada e com exigência de qualidade, em um ambiente de mercado interno e externo altamente competitivo, o que favorece, na ótica da administração de custos, uma integração com agricultores familiares. É o caso, por exemplo, da produção de frutas e verduras no Vale do São Francisco (COLLINS, 1993), que será discutido mais extensamente adiante. Este é o caso, também, dos produtos para mercados especiais, como, por exemplo, o dos produtos orgânicos ou agroecológicos, cuja produção está a cargo, em um montante significativo, de agricultores familiares (essa produção, em geral, é feita de forma integrada em cadeias produtivas, utilizando técnicas definidas por entidades certificadoras e alcançando preços superiores aos da produção convencional, conforme estudo elaborado pelo Banco do Brasil, 1999).

Esse cenário em que se conjugam a relação de parceria, a sub-contratação de pequenos agricultores e a exigência de uma oferta estável de mão-de-obra qualificada<sup>52</sup>, nas palavras de Neves e Fernandes (2009), é compatível com “o modelo pós-fordista de especialização flexível, caracterizado por princípios organizacionais baseados em um sistema econômico mundial integrado e interdependente, conectando pequenas firmas com alto grau de flexibilidade que possam atender à crescente demanda, por parte dos consumidores, por maior qualidade e diversidade de produtos” (NEVES; FERNANDES, 2009, p.177).

Entretanto, é importante ressaltar que a parceria e os arrendamentos, em muitos casos, são feitos por meio de formas contratuais em que os riscos da atividade são assumidos pelos agricultores (STADUTO *et.al.*, 2004). Por outro lado, o problema dos agricultores com escasso ou nenhum acesso à modernização de sua atividade está longe de ser solucionado. Enquanto o país ostenta uma participação bastante estável do agricultor familiar na força de trabalho do setor agropecuário, sempre um pouco superior a 30% (NEVES, 1997), permanece na atividade um contingente de unidades de produção operando em bases tradicionais (como proprietários, parceiros ou posseiros), muitas vezes em condições de marginalização, especialmente na região Nordeste.

### **3.1.4. Transformação na estrutura de classes e o mercado de trabalho assalariado na agropecuária brasileira**

Como já mencionado no capítulo anterior, a transformação mais importante ocorrida no mercado de trabalho agrícola assalariado, a partir do processo de modernização das estruturas produtivas, diz respeito à eliminação do antigo trabalhador permanente e à emergência do assalariado agrícola em caráter temporário. As características do novo mercado de trabalho assalariado na agropecuária brasileira envolvem dois aspectos que são

---

<sup>52</sup> Considera-se, aqui, o nível mais elevado de qualificação que acompanha a força de trabalho “camponesa”, “em termos de habilidades e experiência no desempenho de múltiplas tarefas”, em contraste com o caráter mais limitado de tarefas dos trabalhadores “proletários” (NEVES; FERNANDES, 2009, p.175).

importantes para a análise aqui empreendida: um primeiro aspecto está relacionado ao problema da disponibilidade de força de trabalho para a atividade, tendo em vista suas necessidades específicas (como foi mostrado anteriormente); um segundo aspecto diz respeito aos requisitos de maior qualificação exigidos em alguns trabalhos da agropecuária moderna.

A emergência do fenômeno do trabalhador temporário na agricultura brasileira tem origem em alguns elementos da mudança estrutural desse setor, a partir dos anos 1960.<sup>53</sup> Esse processo de mudança não ocorreu de maneira uniforme, dada a heterogeneidade social e regional do setor, mas pode-se dizer que, de uma maneira geral, houve uma dispersão do antigo trabalhador permanente que trabalhava e vivia na propriedade. Como destaca Kageyama (2004), as maiores transformações no mercado de trabalho agrícola brasileiro ocorreram no período áureo da modernização, entre 1960 e 1980. Segundo a autora, as décadas de 1960 e 1970 assistiram, especialmente, à substituição do trabalho permanente pelo trabalho temporário e na década de 1980 foi mais intensa a redução do emprego, pela via da mecanização e substituição de atividades.<sup>54</sup>

O colonato fora uma importante expressão de relações de emprego permanentes na agricultura brasileira, na fase anterior à transformação modernizadora (RIBEIRO GUEDES, 2008).<sup>55</sup> De acordo com esse autor, o trabalhador e sua família eram contratados por um fazendeiro, que lhes cedia moradia e um pequeno lote de terra, a ser utilizado para o cultivo ou a criação de animais, para sua subsistência e eventual venda de excedente no mercado doméstico. Em troca, a família era mobilizada para os diversos

---

<sup>53</sup> Embora o emprego permanente fosse a mais importante forma de emprego no setor agrícola antes da modernização, foram encontradas, nesse período, algumas formas de trabalho temporário, mas para a realização de tarefas específicas (RIBEIRO GUEDES, 2008).

<sup>54</sup> Rezende (1985), *apud* REZENDE e KRETER, (2009) argumenta que o crescimento da economia brasileira, a partir de 1968, teria provocado uma contração na oferta de mão de obra temporária no mercado de trabalho agrícola e uma melhoria no salário, o que teria contribuído para o aumento da mecanização na atividade.

<sup>55</sup> O autor considera o colonato como a primeira manifestação histórica de relações de trabalho assalariadas (ou semi-assalariadas) governadas por relações contratuais e monetárias.

trabalhos da fazenda (de café, de cana etc.).<sup>56</sup> A remuneração em dinheiro era efetuada na fase da colheita, de acordo com a produção colhida.

Esse arranjo de trabalho, como mostra Ribeiro Guedes (2008), dava solução a vários problemas enfrentados pelos empregadores agrícolas da época, principalmente o do abastecimento contínuo de força de trabalho (sem que houvesse necessidade de disputa por trabalhadores, o que elevaria o custo do trabalho) e o da incerteza associada às atividades do setor, na medida em que a força de trabalho podia ser revertida à atividade de subsistência em caso de queda dos preços ou da demanda pelos produtos. Por outro lado, esse modelo se tornava possível porque o custo de oportunidade associado à busca por empregos urbanos ou rurais alternativos, pelos agricultores, era muito elevado, dado o baixo desenvolvimento dos mercados urbano-industriais.

Em resumo, o fenômeno do assalariamento temporário emerge com a modernização agrícola, na medida em que a adoção de equipamentos mecânicos (especialmente os tratores), entre os anos 1960 e 1970, reduz a necessidade de trabalhadores, afetando a força de trabalho permanente das fazendas e transformando parte dela em mão de obra temporária (SINGER, 1981), disponível para a agricultura em razão da baixa capacidade de absorção de força de trabalho de origem rural pelos centros urbanos. As relações do tipo colonato, como principal arranjo de trabalho permanente, foram sendo dissolvidas na medida em que as unidades produtivas foram se integrando aos mercados. Todavia, como destaca Sorj (1980), a combinação de diversas formas de utilização do trabalho agrícola pode ainda ser necessária, como, por exemplo, trabalho temporário e permanente, ou associado ao colonato ou à parceria e isso, efetivamente, ocorre, no país.

Outro traço característico do impacto da modernização na estrutura do mercado de trabalho assalariado da agropecuária brasileira é a substituição dos antigos trabalhadores permanentes por outros, também permanentes, porém com maior nível de qualificação em

---

<sup>56</sup> Para uma discussão sobre o colonato na produção de cana na região de Campos – RJ, ver Delma Pessanha Neves (1997).

relação aos trabalhadores temporários, cujas funções estão ligadas aos processos de produção modernos, como os tratoristas e mecânicos empregados na agricultura patronal (SORJ, 1980). Neste sentido, como chama atenção Ribeiro Guedes (2008), o problema do mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira é fundamentalmente o dos empregados temporários, uma vez que os empregados permanentes de alguma maneira encontram-se ou internalizados na unidade produtiva ou amparados por contratos de longo prazo. O problema dos trabalhadores agrícolas temporários tem merecido destaque, através das denúncias de desrespeito à legislação trabalhista sofrido por esse estrato social.<sup>57</sup>

Os empregados temporários têm sido distinguidos por duas categorias (GRAZIANO da SILVA, 1982 *apud* RIBEIRO GUEDES, 2008); (SORJ, 1980). A primeira refere-se ao assalariamento do que Sorj denominou pequena produção tradicional (que podemos assumir como correspondendo aos assalariados agrícolas temporários na classificação de Graziano da Silva, tendo em vista a similitude das respectivas caracterizações), que são agricultores em busca de renda adicional para a família. A segunda diz respeito aos trabalhadores temporários que são totalmente assalariados, ou seja, aqueles que moram em vilas ou cidades e se deslocam até as fazendas apenas para trabalhos transitórios. Neste último caso podem ser distinguidos, ainda, os trabalhadores que se dedicam exclusivamente à agricultura daqueles que dividem seu trabalho entre a atividade agrícola e uma atividade na cidade.

Para a maior parte dos produtores familiares capitalizados existe a utilização de mão-de-obra assalariada temporária em seus processos produtivos, porém ocupando um lugar secundário no total da força de trabalho (SORJ, 1980). De qualquer forma, tanto para uma empresa agrícola quanto para uma unidade agrícola familiar, o trabalhador temporário é necessário somente em alguma parte do ano, em geral na colheita (RIBEIRO GUEDES, 2008). Segundo este autor, para determinados trabalhos o custo do pagamento de salários e obrigações trabalhistas na forma de contratos permanentes seria demasiadamente alto para

---

<sup>57</sup> De acordo com o autor, tais denúncias não se circunscrevem às regiões ou lavouras “atrasadas” (aspas do autor), sendo um fenômeno generalizado.

o empregador, tendo em vista o seu caráter transitório (muitas vezes trata-se de poucos dias ou semanas, dependendo do produto cultivado, da região ou do tamanho da área disponível, entre outras razões). É por essa razão que o assalariamento temporário assume um papel de grande relevância na agricultura brasileira e é por isso que o conflito praticamente permanente que se instala entre os interesses do empregador e do empregado é de difícil solução.

Os trabalhadores temporários podem ser contratados por meio de recrutamento direto por parte dos empregadores ou por meio de agenciadores ou intermediários. Ribeiro Guedes (2008) identifica no intermediário (chamado de agenciador ou “gato”) uma forma de redução de custos para os empregadores agrícolas. Conforme Ribeiro Guedes, o problema da força de trabalho temporária na agricultura está relacionado com o custo da gestão de trabalhadores que, em geral, estão dispersos. Nas empresas e grandes estabelecimentos agropecuários, que dispõem de maiores recursos administrativos, o problema é resolvido internamente. Este não é o caso, porém, da maior parte dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, para os quais o custo de gerenciamento dessa força de trabalho é considerado muito elevado.<sup>58</sup> Considera-se, então, que, para o caso do setor agropecuário, as questões trabalhistas não estão adequadamente equacionadas (PASTORE, 2006; REZENDE; KRETER, 2009; RIBEIRO GUEDES, 2008).

Historicamente, a legislação trabalhista só foi tardiamente estendida aos trabalhadores agrícolas, tendo havido um hiato de décadas em relação à conquista dos direitos trabalhistas pelos trabalhadores urbanos. Basicamente, os direitos trabalhistas começaram a ser conquistados pelos trabalhadores rurais do país na década de 1960. Foi constituída a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963, em um momento de mobilização política em torno das questões da democratização da propriedade da terra e a da reforma agrária. Pressões reivindicatórias levaram ao marco inicial da proteção social aos trabalhadores rurais, com a criação do Estatuto do

---

<sup>58</sup> Este é um aspecto que apareceu reiteradamente nas entrevistas realizadas com pessoas ligadas ao setor agropecuário.

Trabalhador Rural (ETR), em 1963. Promulgado pela Lei 4.214, de dois de março de 1963, esse estatuto estendia aos trabalhadores rurais os direitos trabalhistas (salário mínimo, férias, aviso prévio e normas sobre contratos de trabalho) já conquistados pelos trabalhadores urbanos por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

José de Souza Martins (1981) considera que, “a rigor, o Estatuto foi uma vitória dos que davam prioridade e importância ao trabalhador assalariado rural em relação aos camponeses”, ou seja, em detrimento das posições das Ligas Camponesas (MARTINS, 1981, p.90). A previdência social rural, porém, só foi regulamentada em 1971, por meio da criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) e a regulamentação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que foi incorporado, em 1977, ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), conforme Barbosa (2005).

Pela lei, o trabalhador rural era definido como a pessoa física que prestasse serviços a um empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro (RIBEIRO GUEDES, 2008). A aposentadoria era um direito apenas do chefe da família e correspondia a 30% do salário mínimo. A Lei 5.889, de oito de junho de 1973, revoga o Estatuto do Trabalhador Rural e assegura os direitos do empregado rural (termo utilizado em substituição ao de trabalhador rural). Pela nova lei, considera-se o empregado rural toda pessoa física que presta serviços de natureza *não eventual* a um empregador rural. Para os trabalhadores temporários ficara reservado o artigo 14, que previa o contrato de safra, definido genericamente como aquele que é dependente de variações estacionais da atividade agrária (RIBEIRO GUEDES, 2008). Entretanto, segundo esse autor, a lei nunca foi regulamentada, dificultando a aplicação da legislação ao empregado temporário. Essa dificuldade torna-se mais significativa quando se considera as especificidades da atividade agrícola, em que os elementos de sazonalidade criam obstáculos à contratação de força de trabalho permanente.

Com a promulgação da nova Constituição brasileira, de 1988, foram feitas importantes alterações na estrutura da Previdência Social Rural,<sup>59</sup> em um sentido de universalização (BARBOSA, 2005), tendo sido incorporados os agricultores de base familiar, os pescadores e os garimpeiros artesanais. O acesso ao sistema foi universalizado, no sentido de garantia da aposentadoria por idade (idade mínima de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres) para todos aqueles que tenham exercido atividade agrícola, tendo sido estabelecido o piso de um salário mínimo para as aposentadorias e pensões (KAGEYAMA, 2004).

Foi construído, assim, um programa previdenciário que, na prática, passou a funcionar como um programa de renda mínima no meio rural (KAGEYAMA, 2004). De acordo com Barbosa (2005), são três as fontes de financiamento do sistema de previdência rural: taxação de produtos comercializados da agropecuária; contribuição dos trabalhadores ativos sobre folha de salários rurais; folha de salários dos ativos urbanos. Os déficits do sistema são cobertos com transferências de recursos do Tesouro Nacional. Barbosa (2005) argumenta que essa forma de financiamento assume o caráter de redistribuição de renda, contribuindo para a redução da pobreza de camadas historicamente marginalizadas das políticas de proteção social. Os rendimentos das aposentadorias e pensões, segundo o autor, constituem uma parcela expressiva da composição da renda das famílias rurais, inclusive com efeitos nos gastos nas próprias propriedades familiares.

Segundo Kageyama (2004), dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através de pesquisas domiciliares nas regiões Nordeste e Sul do país, nos anos de 1996 e 1998, em domicílios com um ou mais residentes beneficiários da previdência social rural, mostraram o alcance das mudanças. Considerando o ano de 1998, o benefício previdenciário representava, em média, 41,5% do orçamento domiciliar no Sul e 71,2% no Nordeste. Com relação ao ano de 2003, levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) mostra que, considerando-se a distribuição do rendimento médio mensal familiar, para a área rural,

---

<sup>59</sup> As mudanças introduzidas na Constituição de 1988 tiveram aplicação efetiva a partir de 1992 (KAGEYAMA, 2004)

12,7% do total tinha por origem a aposentadoria pela previdência pública. A década de 1990, portanto, representa uma mudança significativa para o setor da agropecuária brasileira, no que diz respeito à evolução da proteção social para os trabalhadores (agricultores familiares e empregados) dessa estrutura social.

Entretanto, não obstante o grau de universalidade alcançado com a Constituição de 1988, a legislação trabalhista permaneceu, na prática, sem uma solução definitiva para o caso do empregado temporário. Pastore (2006) argumenta que um dos principais determinantes do trabalho informal no Brasil é a aplicação, para realidades diferentes, de uma legislação única e onerosa. A informalidade atinge um percentual superior a 60% para os empregados das pequenas e microempresas urbanas e chega próximo de 70% no mundo rural (PASTORE, 2006). Dito de outra forma, os trabalhadores com carteira assinada correspondem a apenas 29% do emprego total na agricultura (AMADEU, 1999 *apud* STADUTO *et.al.*, 2004). Dados de 2006 mostram um resultado apenas um pouco melhor, conforme tabela 2, a seguir. Nota-se uma maior disparidade na formalização do trabalho, com relação às regiões Norte e Nordeste, com impacto no resultado global para o país como um todo.

**Tabela 2 - Distribuição dos empregados em atividades agrícolas segundo registro em carteira de trabalho – Brasil e Grandes Regiões 2006 (em%).**

	Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada
<b>Brasil</b>	<b>33,3</b>	<b>66,7</b>
<b>Norte</b>	<b>17,4</b>	<b>82,6</b>
<b>Nordeste</b>	<b>19,8</b>	<b>80,2</b>
<b>Sudeste</b>	<b>46,5</b>	<b>53,5</b>
<b>Sul</b>	<b>40,9</b>	<b>59,1</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>45,6</b>	<b>54,4</b>

Fonte: IBGE, Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui os empregados que não declararam a categoria de emprego.

Extraído de “Estatísticas do Meio Rural” – NEAD/MDA – Colaboração: DIEESE/MDA.

De acordo com Pastore (2006), é muito difícil acomodar os trabalhos sazonais, de caráter eventual e de curta duração da agropecuária (característicos do setor) na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As exigências para o cumprimento da legislação são tão elevadas que tornam a CLT irrealista para o setor, principalmente quando se trata de pequeno produtor, diz o autor. Rezende e Kreter (2009), na mesma linha de argumentação, entendem que os encargos trabalhistas acrescidos dos custos administrativos para fazer face aos requisitos da CLT, por unidade de mão de obra, tendem a ser mais elevados para os pequenos agricultores e incluem a perda de renda decorrente dos deslocamentos feitos às cidades. Este é, ao mesmo tempo, um elemento de dificuldade para o emprego agrícola e um foco de conflito entre empregadores de fato e potenciais empregadores, de um lado e os empregados, de outro, que tende a ser solucionado (nos casos em que isso ocorre) pela intervenção das instituições legalmente competentes.

Nessa linha de argumentação, Staduto *et.al.* (2004) entendem que, no universo do mercado de trabalho agrícola, o enquadramento de empregados e empregadores dependerá da efetividade das instituições jurídicas (Delegacia do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho), em razão da baixa qualificação e do reduzido poder de barganha do trabalhador temporário frente ao empregador, muitas vezes mais bem equipado para a disputa em torno dos direitos trabalhistas. Irregularidades no estabelecimento e cumprimento de contratos de trabalho agrícola são constantes e isso é válido especialmente para o caso do trabalhador temporário, pois, como argumentam Rezende e Kreter (2009), a maior informalidade na agricultura restringe-se, provavelmente, ao mercado de trabalho sazonal, não se estendendo ao mercado de trabalho permanente, apesar dos custos elevados de supervisão que ali se encontram.

Por outro lado, Rezende e Kreter (2009) demonstram que tem crescido, nos últimos anos, tanto o número de denúncias por parte de trabalhadores, quanto o número de fiscalizações por parte do Ministério do Trabalho. O quadro 3, a seguir, mostra um pouco dessa evolução, no que diz respeito aos resultados da fiscalização, no período entre 1998 e 2007.

**Tabela 3 - Evolução dos resultados da fiscalização do trabalho na área rural. Brasil 1998 – 2007 (em números absolutos)**

Ano	Empresas fiscalizadas	Trabalhadores alcançados (1)	Trabalhadores registrados (2)	Autuações
1998	7.042	686.210	29.248	2.877
1999	6.561	620.132	24.990	2.532
2000	8.585	836.943	86.633	3.379
2001	9.641	833.991	92.446	3.367
2002	8.873	836.374	103.323	3.221
2003	9.367	1.039.982	103.545	3.912
2004	13.856	1.333.271	173.581	4.734
2005	12.192	1.190.454	115.560	4.367
2006	13.025	1.382.713	110.164	5.840
2007	12.807	1.586.690	138.023	5.597

Fonte: MTE.SFIT

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) É o universo de trabalhadores formais e informais, existente na empresa no dia da fiscalização. (2) Refere-se aos trabalhadores sem vínculo formal de emprego identificados no dia da fiscalização e que foram formalizados.

Obs.: Dados de circulação interna no MTE. Extraído de “Estatísticas do Meio Rural”, NEAD/MDA. Colaboração MDA/DIEESE.

De acordo com STADUTO *et.al.* (2004), uma mudança importante para o mercado de trabalho agrícola foi o desenvolvimento das cooperativas de trabalhadores rurais que, em princípio, deveriam cumprir o papel de reforçar o poder de barganha dos assalariados temporários. Para o empregador, essa modalidade de contratação por meio da terceirização poderia resultar em redução dos custos referentes a direitos trabalhistas e a uma melhoria na relação com os empregados. Segundo Pastore (1998), os encargos impostos pela CLT para contratação direta seriam da ordem de 102%, enquanto que, para uma contratação por meio das cooperativas, esse custo cairia para aproximadamente 40%. Discute-se, porém, os riscos, para os empregados, da perda de direitos trabalhistas e da desestruturação das relações de emprego formais, que não estão suficientemente esclarecidos, por um lado, e, por outro lado, o caráter muitas vezes fraudulento das cooperativas. Empregadores mais organizados têm procurado alternativas institucionais, como é o caso descrito por Ribeiro Guedes (2008) dos Consórcios de Empregadores Rurais. São propostas que, entretanto,

ainda não se mostram como solução para os problemas que enfrenta o mercado de trabalho agrícola temporário, o que dificulta a superação dos efeitos da segmentação de mercado que atinge a atividade.

### **3.1.5. As mudanças na política agrícola e a agricultura familiar**

Durante os anos 1980 (1980-1991), de acordo com dados do IBGE, a taxa de crescimento da economia brasileira foi de 16,94%. No mesmo período a taxa de crescimento na pecuária (*meat production*) foi de 43,07% e na colheita (*crop production*) foi de 22,7%, enquanto o crescimento agregado do setor industrial foi de 2,37% (ZYLBERSZTAJN, 1994). Entretanto, não obstante os bons níveis de desempenho do setor, a década de 1980 presenciou o recuo do sistema de crédito agrícola, que havia se constituído enquanto eixo da política de modernização da agricultura brasileira. De acordo com Zylbersztajn (1994), após 1984 o único crédito disponível provinha do sistema público federal (Banco do Brasil) e de alguns bancos estaduais. As taxas de juros subsidiadas, que caracterizaram o período dos anos 1960 e 1970 foram substituídas por taxas positivas, o que provocou o recuo da demanda por crédito. A oferta de crédito caiu ao longo da década até 1995, voltando a crescer lentamente a partir de 1996 (CASTRO, 2008). Impressiona, portanto, que a agricultura brasileira, uma vez que tenha atingido certo patamar de modernização, tenha mantido uma trajetória de êxito, no que se refere à produção e à produtividade.

Foi mostrado, no primeiro capítulo, que os sinais de esgotamento da política agrícola brasileira aparecem a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, em meio a fortes críticas ao caráter concentrador de renda do modelo (embora deva se ressaltar que as mudanças no sistema de crédito não tiveram origem em critérios de busca de maior equidade e, sim, nas dificuldades advindas do esgotamento fiscal do Estado). Foi visto, também, que um processo de desconcentração do crédito (com juros favorecidos para os agricultores de menor porte) teve início quando os subsídios já estavam sendo retirados,

prejudicando o que poderia ter sido um importante incentivo institucional para os agricultores familiares. Mecanismos de correção nos financiamentos agrícolas passaram a ser introduzidos no final da década de 1970 e início da década de 1980 e em 1984 a taxa de juros do crédito rural foi positiva pela primeira vez desde 1965 (CASTRO, 2008). Essas mudanças são relevantes quando consideramos a constatação de Castro (2008) de que os recursos dos agricultores são limitados e que o crédito é necessário para a compra de insumos que sustentam a produção na agricultura moderna.

Na década de 1990, não apenas aprofunda-se o esgotamento do padrão de financiamento do setor, como, também, muda o padrão de intervenção estatal no mercado agrícola, no sentido da desregulamentação e de uma menor participação pública, seguindo a tendência apontada internacionalmente, no contexto da intensificação da globalização dos mercados e das inovações tecnológicas<sup>60</sup>. O capitalismo mundial passara por intensa transformação, que desafiara o referencial keynesiano da regulação econômica. Fica evidente o esgotamento do modelo desenvolvimentista/estatista da economia brasileira, que se concretizara por meio do processo de substituição de importações e da proteção do mercado interno pela via do fechamento de mercados. Combinavam-se, nesse momento, a pressão do sistema financeiro internacional por ajustes que garantissem o pagamento da dívida e as pressões internas no sentido de romper com o antigo modelo de coordenação econômica e buscar uma adequação ao novo contexto tecnológico e institucional mundial. O tema “competitividade” passa a fazer parte central dos discursos e propostas de mudança e o modelo que norteava o desenvolvimento econômico anteriormente passa a ser mostrado de uma forma negativa, associado à proteção a cartórios, à ineficiência e ao obsolescência. Face ao agravamento da crise, as propostas de mudança ganham força. Na Nova República, o desafio era acabar com o protecionismo e apoiar, ao mesmo tempo, a reestruturação das empresas. A partir do governo Collor, contudo, mudanças muito mais profundas resultaram

---

<sup>60</sup> O ponto de partida para essas mudanças, amplamente aceito pelos estudiosos do tema, é a revolução tecnológica, que propiciou a criação de novos setores na economia, nomeadamente a biotecnologia, o setor de microprocessadores e o de comunicação. A aproximação de mercados tem sido chamada de globalização, ou seja, configura uma interdependência inusitada entre países.

na subordinação das políticas macroeconômicas à estabilização monetária, no processo de privatização de empresas públicas e na abertura comercial.

De forma idêntica à de outros setores, os sistemas agroindustriais do agronegócio brasileiro (incluindo a própria produção agropecuária) sofreram o impacto das medidas de estabilização monetária, de liberalização, de privatização e desregulamentação da economia (FARINA, 1996). Além da retração dos recursos oficiais, agora subordinados à política de estabilização, a abertura comercial e as mudanças na regulação setorial afetaram não apenas a indústria de processamento, como, também, a própria atividade agropecuária<sup>61</sup>. Novas regras de concorrência são estabelecidas, à luz de dois processos que se cruzam: abertura comercial e integração dos mercados (com a agravante de um cenário em que se dá a formação dos blocos comerciais). Figueiredo Santos (2002) aponta para “a perda de renda real da agricultura, a quebra de pequenos e médios produtores rurais e o corte brutal de empregos rurais” nesse processo (FIGUEIREDO SANTOS, 2002, p.145). A década de 1990 se caracterizaria por um processo mais amplo de desestruturação do mercado de trabalho, que atinge o setor urbano e que se manifesta principalmente no aumento da subutilização da força de trabalho e na expansão das ocupações no segmento não tipicamente capitalista (FIGUEIREDO SANTOS, 2002).

Em meados dessa década foram criados mecanismos alternativos de sustentação de preços agrícolas e de gerenciamento de riscos, menos onerosos e menos dependentes do envolvimento governamental. Também foram criados novos instrumentos de financiamento, com um peso maior no crédito privado proveniente da indústria, de *trading companies* e de outros agentes (BELIK; PAULILLO, 2001). Além da perda de densidade do financiamento governamental da agricultura brasileira, a redução da regulação estatal, em um cenário de maior competição, na avaliação de Belik e Paulillo (2001), implica em uma menor capacidade de negociação por parte dos setores especificamente da agropecuária inseridos no interior das cadeias produtivas, “na medida em que a

---

<sup>61</sup> Farina (1996) aponta para a desarticulação nas áreas de pesquisa pública e de provisão de informações para a agricultura brasileira no contexto da política de desregulamentação do período.

reestruturação agroindustrial avança de acordo com os interesses particulares de setores e grupos não agrários” (BELIK; PAULILLO, 2001, p.8).

Para esses autores, os processos de abertura da economia e a queda de barreiras à importação, ocorridos na década de 1990, afastaram a agricultura de qualquer política preferencial, em uma clara ruptura com a situação vigente no período de modernização. Mecanismos de crédito de fontes privadas tenderam a substituir o crédito oficial, para os segmentos mais organizados da agropecuária. No que diz respeito à sua capacidade de representação de interesses, isso significou, do ponto de vista de Belik e Paulillo, uma dependência em relação às grandes corporações industriais e financeiras, do que resulta uma debilidade das entidades representativas do setor agropecuário, propriamente. Os agricultores integrados às agroindústrias tendem a reduzir sua participação em associações de defesa de interesses próprios do setor, o que faz com que os agricultores, em geral, fiquem sub-representados em suas próprias entidades. Por outro lado, como enfatizam os autores, nos casos de integração agroindustrial, um número elevado de agricultores integra-se à indústria processadora em uma situação de perda de grande parte de seu poder de negociação.

Para Belik e Paulillo (2001), “há uma permanente debilidade estrutural no financiamento da agropecuária brasileira, caracterizada pelas peculiaridades do processo produtivo e de sua estrutura social” (PAULILLO, 2000 *apud* BELIK; PAULILLO, 2001, p.8). Os autores consideram como muito baixa a capacidade de negociação das organizações representativas de interesses agrários, dada uma ausência de condições específicas para que ocorra a ação coletiva, condições essas que existiam até os anos 1980, na medida em que “as articulações dos grupos e associações de interesses agroindustriais com as agências públicas do Estado responderam pela efetivação de políticas setoriais, de ações compensatórias e do desenvolvimento particular de cada encadeamento produtivo” (BELIK; PAULILLO, 2001, p.9).

Nesse cenário de escassez de recursos públicos, o financiamento de custeio da agricultura brasileira passa a ser, cada vez mais, atendido por agentes privados, destacando-se as empresas do agronegócio, as quais negociam preferencialmente, como ressaltam Belik e Paulillo (2001), com a agricultura dinâmica (“eficiente”, aspas do autor), que já apresenta alguma integração com uma cadeia agroindustrial ou que esteja inserida nos corredores de exportação. A CPR (Cédula do Produto Rural) passou a ser um instrumento crescentemente utilizado nessas transações, podendo ser uma operação fechada entre vendedor e comprador ou ser garantida por uma instituição financeira, que fornece seu aval (BELIK; PAULILLO, 2001). Entretanto, dizem os autores, na categoria “CPR de gaveta” (aspas dos autores) estariam incluídas outras formas de transação, como as notas promissórias rurais e os contratos de “soja verde” (aspas do autor). Os autores consideram que nessa categoria de contrato estariam inseridos “pequenos produtores” (aspas minhas).

O crédito de investimento também sofreu alteração frente à escassez de recursos públicos. Foram aumentados os empréstimos com destino certo, repassados pelo BNDES, como é o caso dos repasses para máquinas e tratores agrícolas, através do FINAME, para a agroindústria. Uma parte dos recursos do BNDES, para esses empréstimos, origina-se de repasses de órgãos financeiros internacionais, mas uma parcela é proveniente das fontes oficiais de crédito (BELIK; PAULILLO, 2001).

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) constituía-se, como apoio à comercialização, em uma importante política de garantia de renda para os agricultores, em cenários de incerteza de preços, como é, tipicamente, o caso do mercado de produtos agrícolas. Até os anos 1990, essa política era operada por meio de mecanismos onerosos, em termos de gastos com recursos públicos, por envolver a manutenção, pelo governo, de grandes estoques de produtos. Os principais instrumentos dessa política eram a Aquisição do Governo Federal (AGF) e o Empréstimo do Governo Federal (EGF). A partir de 1996 foi feita uma reformulação na PGPM, que não deixou de existir, mas sofreu modificações, pelas quais os principais instrumentos passaram a ser o Prêmio para Escoamento de Produto (PEP) e o Programa de Contratos de Opção de Venda de Produtos Agrícolas

(COV) (PEREIRA; VIEIRA, 2009). Conforme esses autores, a partir de 1997, o PEP ganhou destaque como um dos principais instrumentos da PGPM, constituindo-se em um mecanismo de escoamento da produção entre uma região com excesso de oferta e outra com escassez, incluindo um subsídio a ser pago pelo governo federal aos compradores dos produtos agrícolas transacionados. Essa política, que visa garantir o abastecimento doméstico e, especialmente, a sustentação de um preço mínimo para os agricultores, é administrada em articulação bem mais próxima da dinâmica dos mercados, em comparação com os instrumentos da política de comercialização anteriores.

O Banco do Brasil, historicamente o principal agente público de financiamento da agropecuária, manteve uma participação significativa na oferta de crédito rural, como mostram os dados divulgados pelo próprio banco para o período entre 2004 e 2006 (Primeiro Fórum Gaúcho de Avicultura, 23.11.2006), no qual sua participação fica sempre acima de 50%, o que significa que o sistema estatal permanece como o principal fornecedor de financiamento agrícola, no conjunto do sistema financeiro. O Banco opera no custeio da atividade através de recursos controlados (Poupança e crédito rural oficial). Com relação ao investimento, o Banco atua com base no crédito oficial, através do Convênio BB Agro, destacando-se o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA); o Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (MODERINFRA) e o PRODEAGRO (voltado para os setores de apicultura; aqüicultura; floricultura; ovinocaprinocultura; pecuária leiteira e a defesa animal, particularmente o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose; ranicultura; sericicultura e suinocultura).

Tendo se constituído como o principal agente de financiamento do crédito rural oficial, o Banco do Brasil enfrentou uma série de problemas, a partir dos anos 1980, que se aprofundaram nos anos 1990, no contexto do processo de reestruturação das finanças públicas brasileiras (ANDRADE; DEOS, 2007). A extinção da chamada conta-movimento, retirando do Banco do Brasil o papel de autoridade monetária, provocou uma mudança no aporte de fundos à instituição. De acordo com Andrade e Deos (2007), o Banco passou a

contar, para a constituição de fundos, por um lado, com aportes do Tesouro, mas de forma errática e, de outro lado, com a captação própria junto ao mercado. Os refinanciamentos e alongamentos de dívidas de produtores, que tiveram lugar nesse período, agravaram a situação financeira da instituição. Esse processo haveria de trazer prejuízos à atuação do Banco como agente de fomento à agricultura, parte de seu papel como banco público.

Com o Banco do Brasil buscando a solução de seus problemas financeiros, a concessão de crédito passa, crescentemente, a se pautar por requisitos que se distanciam do papel de fomento da instituição e se aproximam da lógica das instituições financeiras privadas. De acordo com Oliveira, o Banco se fortalece, torna-se mais competitivo, mas seu papel de banco público fica comprometido. Segundo o autor, “a partir de 1995, a gestão da carteira de crédito agrícola é submetida aos rigores da globalização financeira, por meio do ajuste fiscal e dos princípios de regulação prudencial ditados pelo Acordo de Basiléia” (OLIVEIRA, 2003 *apud* ANDRADE; DEOS, 2007:15).

Entretanto, como constata Andrade e Deos (2007) e como foi dito anteriormente, o Banco do Brasil continua sendo o principal agente financiador do agronegócio brasileiro (sua carteira de crédito aos componentes do agronegócio – agricultores e agroindústrias - é a primeira do *ranking* das instituições que integram o Sistema Nacional de Crédito Rural). A participação da carteira de agronegócio no conjunto da carteira de crédito do Banco passou por uma elevação, de 26,7% em 2002 para 33,8% em 2006 (ANDRADE; DEOS, 2007, p.26). As fontes de recursos que o Banco do Brasil utiliza incluem, principalmente, a poupança, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), depósitos à vista, o Fundo de Financiamento do Centro Oeste (FCO) e recursos oriundos do BNDES. Constata-se, portanto, um arrefecimento no financiamento público da atividade agrícola, na forma concebida em meados dos anos 1960, mantendo-se a política de crédito oficial, porém de forma restrita. A tabela seguinte mostra a distribuição das fontes de recursos para o ano de 2006, evidenciando o recuo dos gastos do Tesouro.

**Tabela 4 - Valor dos financiamentos rurais concedidos a produtores e cooperativas por finalidade segundo a fonte de recursos – Brasil 2006**

<b>Fonte de recurso</b>	<b>Custeio - %</b>	<b>Investimento - %</b>
Recursos do Tesouro	0.1	4.0
Recursos obrigatórios	51.5	6.2
Poupança rural	29.2	0.7
Recursos livres	3.3	1.9
Fundos constitucionais	2.8	32.8
Fundo de Amparo ao Trabalhador	7.0	15.8
BNDES / Finame (1)	0.0	31,6
FTRA / Banco da Terra (2)	-	3.5
Governos estaduais	0.0	0.3
Funcafé (3)	4.9	0.0
Recursos externos (4)	1.1	3.3
Outras fontes	-	0.1
<b>TOTAL</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Banco Central. Anuário Estatístico do Crédito Rural.

Elaboração: DIEESE.

Notas: (1) Financiamento de Máquinas e Equipamentos.

(2) Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

(3) Funcafé: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira.

(4) Recursos externos – 63 rural

Extraído de “Estatísticas do Meio Rural”, NEAD/MDA. Colaboração MDA/DIEESE.

Por outro lado, nos anos 1990, outra abordagem da política pública para a agricultura brasileira considera que o apoio por meio de créditos favorecidos teria como alvo, prioritariamente, os agricultores familiares. Vários estudiosos têm ressaltado o caráter inovador dessa política e considerado a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, um avanço no que diz respeito à política agrícola do país. Como destaca Schneider (2003), o conceito de agricultura familiar emergiu no debate brasileiro de forma tardia, em relação aos estudos desenvolvidos sobre o tema nos países desenvolvidos. O autor identifica dois eventos marcantes em relação à afirmação do conceito: o primeiro estaria ligado à adoção dessa expressão pelos movimentos sociais que emergiram no campo, sob o comando da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), os quais buscavam uma solução política para os problemas dos agricultores. O conceito de agricultura familiar permitia agrupar várias categorias sociais de agricultores não patronais, como os

agricultores integrados às agroindústrias, os assentados, os arrendatários ou os parceiros, que não se enquadravam na noção de pequenos produtores ou na de trabalhadores rurais (há uma solução teórica no conceito, como vimos anteriormente).

O segundo evento estaria ligado ao que Schneider chamou de “legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF” (SCHNEIDER, 2003, p.100). A constituição do PRONAF significou o reconhecimento, pelo Estado, de uma categoria social considerada, nos meios acadêmicos, como dotada de especificidade frente à categoria patronal e cujas necessidades haviam sido historicamente relegadas a um segundo plano. Como foi destacado por Abramovay (1995), com o PRONAF mudava a linguagem governamental que até então caracterizara o discurso sobre esse tema no país, ou seja, não se tratava de uma “ajuda” para a “pequena produção” (aspas do autor), mas de concentrar os recursos escassos da política agrícola na direção de um setor que demonstrava condições de responder com dinamismo e ser viável economicamente (ABRAMOVAY, 1995). O conceito de agricultor familiar, incorporado na política agrícola brasileira, traz um elemento de solução para a rigidez intrínseca ao antigo conceito de pequena produção, usualmente associado à agricultura familiar.

Se considerarmos, como Schneider (2003), que as instituições que integram o ambiente social e econômico da agricultura familiar não apenas fornecem estímulos como, também, determinam limites e possibilidades para os agricultores, a criação do PRONAF pela política agrícola governamental significa uma ampliação de acesso a recursos, por esse estrato social, com potencial para alterar a estrutura social agrícola brasileira. Se considerarmos, ainda, que a estratificação social diz respeito a relações hierárquicas estabelecidas entre unidades da sociedade, de forma relativamente duradoura e que um sistema de estratificação está referido ao complexo de instituições sociais geradoras de desigualdades, a constituição do PRONAF aponta para um potencial de influência dos agricultores familiares em relação à intervenção pública, no sentido de melhoria dos recursos detidos por esse estrato social.

Como chamam atenção Belik e Paulillo (2001), o novo enfoque da política agrícola brasileira não significa uma separação entre a agricultura familiar e um caráter comercial da produção, mas, ao contrário, com ele busca-se o desenvolvimento do negócio familiar rural e o fortalecimento de alianças mercadológicas e de cadeias produtivas. O alcance desses objetivos não é uma tarefa simples, dado que o universo da agricultura familiar é muito diferenciado, contendo tanto agricultores já integrados ao mercado, quanto os que vivem em situação de subsistência e, entre esses dois estratos, uma gama intermediária diversificada de agricultores. Sinteticamente, Figueiredo Santos (2002) considera que a década de 1990 “parece delinear uma segmentação no mundo rural entre produtores integrados e não integrados aos complexos agroindustriais” (FIGUEIREDO SANTOS, 2002, p. 150), mas, no caso dos agricultores familiares, a literatura mostra que é muito vasto, comparativamente, o contingente de agricultores que ficaram à margem dos processos de integração aos mercados.

O critério de classificação do PRONAF é baseado em três aspectos do empreendimento: renda bruta anual, trabalho e tamanho da propriedade. Desta forma, os agricultores a serem atendidos pelo programa são classificados nas categorias A,B,C e D (ou, mais recentemente, A,B,C,D e E, sendo esta última categoria o público do PROGER, Programa de Geração de Emprego e Renda), de acordo com uma ordem crescente da renda bruta anual e com a utilização de trabalho variando de caráter estritamente familiar a trabalho familiar predominante. O limite para a área do empreendimento é de até quatro módulos fiscais e seu tamanho varia de região para região e de acordo com a localização dentro da mesma região (segundo informação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, considera-se que a partir de um determinado tamanho de área, um estabelecimento não pode mais ser conduzido com força de trabalho predominantemente familiar). Em 1999, os assentados pela reforma agrária foram incluídos no programa, com a incorporação do Programa Especial de Reforma Agrária (PROCERA) (CERQUEIRA; ROCHA, 2002).

O PRONAF inclui três linhas de atuação, a infra-estrutura e serviços, a capacitação e o crédito para agricultores e suas associações ou cooperativas. Em termos globais, alguns

números dão uma idéia da importância do PRONAF. O número de contratos, que em 2000 era de 969.000, praticamente dobrou em 2005, passando a 1.800.000. O valor total do montante de crédito liberado em 2000, que era de R\$ 2.189 milhões, passou para R\$ 6.300 milhões em 2005, perfazendo um total de R\$ 22.601 milhões concedidos nesse período (MATTEI, 2006 *apud* GUANZIROLI, 2006). O PRONAF é um programa da política agrícola brasileira sustentado por subsídios públicos. Através de recursos do orçamento, o Tesouro arca com os custos da chamada equalização, que é a diferença entre a taxa de juros cobrada dos beneficiários e a taxa Selic, mais os rebates de adimplência, aplicados pelo programa aos saldos devedores dos tomadores de empréstimo. Do valor total liberado entre 2000 e 2005 (R\$ 22.601 milhões), 44,5% foram destinados à equalização da taxa de juros e aos rebates de adimplência (GASQUES *et.al.*, 2006 *apud* GUANZIROLI, 2006).

Abramovay (2003) argumenta que o PRONAF é um dos maiores programas de microcrédito rural do Mundo, atingindo cerca de 750 mil dos 4,2 milhões de agricultores familiares existentes no país. Para Guanziroli (2001), trata-se de um programa caro e altamente subsidiado. Além do custo de equalização, o Orçamento da União também responde pela remuneração dos bancos por seu trabalho de intermediação. De acordo com Abramovay (2003), esse custo é muito alto. Por exemplo, para emprestar R\$ 1.200 por um período de nove meses, na safra 2002/2003, o custo para o Tesouro Nacional teria sido de R\$ 404,77, ou 33,7% do valor financiado. Desses R\$ 404,77, nada menos que R\$ 155,00 (12,91% do total emprestado) pagaram os serviços do Banco do Brasil (ABRAMOVAY, 2003). Por outro lado, Teixeira (2004, *apud* Guanziroli, 2001), sustenta que os gastos governamentais com a equalização seriam parcialmente recuperados por meio de impostos. Pelos cálculos desse autor, cada real gasto com a equalização gera um crescimento no PIB equivalente a 1,75 vez o gasto com a Equalização da Taxa de Juros (ETJ) na agricultura familiar (AF) e 3,57 vezes o gasto com a ETJ na agricultura comercial (AC). Desta forma, haveria um aumento na arrecadação de impostos de 16,9% do gasto com a ETJ na agricultura familiar e de 37,0% do gasto com a ETJ na agricultura comercial. O menor percentual de aumento de impostos na arrecadação para a agricultura familiar seria devido ao fato de que esse estrato paga juros menores e, portanto, apresenta uma taxa de

equalização maior. De qualquer forma, para aquele autor, a modalidade de aplicação de recursos mediante a equalização da taxa de juros, na agricultura familiar, gera efeitos positivos no crescimento da economia. Mas não é esse o principal impacto que se espera de um programa dessa natureza, tendo em vista que, o que importa, conforme Guanziroli, é a efetividade desse programa no que diz respeito ao processo de geração de renda para os agricultores familiares.

### **3.1.6. Estrutura social da agricultura contemporânea brasileira: uma nova realidade?**

Não há dúvida de que o Estado assumiu um papel claro e relevante no financiamento dos agricultores familiares do país, constituindo uma mudança significativa na política agrícola, quando se considera o atendimento das reivindicações oriundas dos diferentes estratos da estrutura social da agropecuária brasileira. Também é fato que houve uma ampliação da proteção social dentro da estrutura social do setor, no que se refere aos direitos trabalhistas e à própria institucionalização das denúncias de irregularidades e da intervenção dos órgãos de fiscalização competentes. Não obstante, como se está discutindo ao longo desta tese, os maiores impactos negativos sobre a estrutura social da agricultura brasileira referem-se aos problemas relacionados às dificuldades de acesso à integração a mercados e à ampliação da renda, especialmente no caso dos agricultores familiares, bem como à situação de baixa proteção social para os trabalhadores temporários.

Não obstante o reconhecimento do inegável avanço que o PRONAF representou para os agricultores familiares no que diz respeito à ampliação de recursos que são, em geral, limitados, algumas críticas têm sido dirigidas ao programa. Em geral, essas críticas concentram-se em aspectos da distribuição social e regional dos recursos. Cerqueira e Rocha (2002) apontam para o que pode ser considerado como um processo de “canibalização” (aspas dos autores) dos recursos do PRONAF, ou seja, uma disputa crescente entre os grupos de beneficiários pelos recursos do programa. Os autores consideram, inclusive, que a inclusão dos assentados da reforma agrária no PRONAF, com

a incorporação do PROCERA, significou uma redução no volume de recursos destinados ao público original do programa.

Segundo os críticos, o maior beneficiário na disputa pelos recursos do PRONAF seria o grupo de agricultores com maior grau de integração econômica (PETRELLI, 2004; GUANZIROLI, 2006). Petrelli aponta para uma alta participação, no total financiado, da liberação de recursos para o fumo e a soja, produtos ligados à agroindústria e à exportação. Em situação oposta encontrar-se-iam o arroz, o feijão e outros produtos voltados para o mercado interno, com baixíssima participação na liberação de recursos. Estudo de Guanziroli (2006) mostra que os grupos de agricultores em melhor situação (C, D e E) responderam por 74% do total do crédito disponibilizado pelo PRONAF na safra agrícola de 2004.

Com relação à distribuição regional do PRONAF, a crítica se concentra na grande disparidade que resulta do maior acesso da região Sul aos recursos do programa (GUANZIROLI, 2006). A distribuição de recursos do PRONAF, em 1999, em termos percentuais, mostra que quase 50% estavam concentrados na região Sul, enquanto a região Nordeste respondia por 26%, a Sudeste por 16%, a região Centro-Oeste por 5% e a região Norte por 3% do total. Em 2004, essa distribuição havia sofrido pouca alteração, com a região Sul concentrando 47% do total dos recursos do programa, a região Nordeste participando com 18%, o Sudeste com 17%, o Centro-Oeste com 6% e a região Norte com 12%.

Os dados referentes ao acesso à tecnologia e à assistência técnica pelos agricultores familiares, à época da constituição do PRONAF, ajudam na compreensão desse fenômeno da distribuição dos recursos do programa. Utilizando um quadro elaborado pelo INCRA/FAO, baseado no Censo Agropecuário 1995/1996 do IBGE, Guanziroli (2006) mostra que apenas 16,7% do conjunto dos agricultores familiares utilizavam assistência técnica, ao mesmo tempo em que 49,8% faziam uso de força de trabalho apenas manual. Os dados mostram, porém, que esses percentuais variavam regionalmente: enquanto a região

Nordeste apresentava um percentual de 2,7% na utilização de assistência técnica, esse percentual subia para 47,2%, quando se tratava dos agricultores da região Sul. Com relação ao uso exclusivo da força de trabalho manual, os percentuais eram de 61,1% para o Nordeste e de 14,3% para a região Sul.

A conclusão de Guanziroli (2006) é que não haveria um erro de focalização, mas, sim, a necessidade de incorporação de outros temas ao debate, como a questão educacional, a da terra e a da saúde, que também se apresentam com índices extremamente baixos entre os agricultores periféricos. Em suas próprias palavras, “Em suma, a maior destinação de recursos do PRONAF aos agricultores mais especializados e de renda mais alta (entre os agricultores familiares) é coerente com a realidade da agricultura familiar e com a demanda de crédito existente entre as diferentes categorias” (GUANZIROLI 2006, p.9). Nessa linha de argumentação, Cerqueira e Rocha (2002), ao discutirem a aplicação do PRONAF-Crédito no estado da Bahia, entendem que as políticas públicas não consideram os aspectos socioeconômicos e ambientais de cada região. De acordo com essas autoras, no espaço rural baiano, por exemplo, haveria necessidade de que fosse considerada a diversidade intra-regional, contemplando aspectos de renda, organizacionais, culturais, educacionais, tecnológicos etc.

No que diz respeito ao impacto do PRONAF sobre a melhoria de renda e de capacitação do agricultor familiar, Guanziroli (2006) destaca a pouca disponibilidade de pesquisas que tenham incluído no grupo controle o elemento contrafactual, que possibilite a comparação de beneficiados com não beneficiados. Também, diz o autor, não foram encontradas pesquisas que tenham adotado a metodologia de painel, que permitisse a comparação, no tempo, de um grupo de beneficiados. Segundo Guanziroli, várias pesquisas de âmbito nacional revelaram resultados negativos em termos de impactos do PRONAF. Algumas, inclusive, sugerem que os beneficiários do PRONAF teriam tido sua situação de renda piorada, em relação aos não beneficiários. Mas, para esse autor, falta uma visão de sistemas em que uma tipologia de produtores seja relacionada com uma tipologia de sistemas produtivos (visão esta defendida originalmente por técnicos e assessores do

PRONAF). A adoção dessa perspectiva possibilitaria a avaliação das necessidades dos agricultores familiares (crédito, terra ou tecnologia), dentro de um plano de desenvolvimento regional, em termos diferenciados por tipo de produtor e por tipo de sistema produtivo. Para Schneider (2006), embora haja um considerável avanço, falta, ainda, um leque mais abrangente de mudanças para os agricultores familiares, como, por exemplo, uma política mais efetiva de capacitação, bem como uma articulação dos diferentes níveis de governo que leve à redução de entraves burocráticos da legislação ambiental, sanitária, tributária, entre outros.

O aprofundamento da discussão que ocorre entre os estudiosos do tema da estrutura social agrícola brasileira tem incorporado novos elementos, como a questão ambiental, as atividades rurais não agrícolas e a questão da pluriatividade, no contexto das propostas para o desenvolvimento rural, tema bastante discutido em tempos atuais.<sup>62</sup> A questão da pluriatividade está inserida no contexto da dinâmica ocupacional da população rural brasileira e está referida aos processos mais amplos de transformação do mundo do trabalho, que afetam o mercado de trabalho rural do país. Existe um reconhecimento, no Brasil, de que em algumas regiões a agricultura como atividade produtiva perde importância no que diz respeito à geração de emprego e à ocupação e que, por outro lado, as atividades não-agrícolas e as pluriativas ganham maior espaço na estrutura ocupacional.

A questão da pluriatividade tem sido muito discutida sob o enfoque tanto da diversificação da ocupação e do emprego quanto da possibilidade de incremento de renda para as famílias agrícolas. De acordo com estudo de Ney e Hoffmann (2008), considerando-se apenas as atividades não-agrícolas, sua participação na renda domiciliar atinge um percentual de 33,2% no meio rural oficial brasileiro (assim definido pelas estatísticas oficiais) e de 49,7% no meio rural expandido (critério dos autores, levando em conta parte da população oficialmente considerada como urbana, mas habitando núcleos urbanos de pequena dimensão).

---

<sup>62</sup> Com relação à pluriatividade, não se trata de um processo inteiramente novo, já que a combinação de atividades sempre foi uma característica típica do campesinato e outras formas sociais no meio rural, mas, sim, de um processo que apresenta novas características (SCHNEIDER, 2006).

Entretanto, não há qualquer sentido positivo intrínseco à atividade não agrícola e à pluriatividade, enquanto manifestações das transformações do mundo do trabalho no meio agrícola. Schneider (2006) chama atenção para os riscos de precarização das ocupações e empregos que podem resultar especialmente de situações de subcontratação e terceirização (riscos esses ressaltados, em análises mais gerais, pelos estudiosos do mercado de trabalho no mundo pós-fordista). Kageyama (2004), por outro lado, afirma que entre 1992 e 2002 houve uma redução tanto na População Economicamente Ativa (PEA) agrícola quanto na PEA rural (em que estão incluídas atividades não agrícolas), para as cinco regiões brasileiras, o que apontaria para a insuficiência da pluriatividade no que diz respeito à geração de empregos.

De acordo com Ney e Hoffmann (2008), as atividades não agrícolas, especificamente, nem sempre contribuem para a redução das disparidades de renda no meio rural, uma vez que os mesmos fatores responsáveis pela concentração de renda na agricultura tendem, também, a se comportarem como geradores de desigualdade nas atividades não-agrícolas. Assim, os resultados da análise desses autores, para o caso brasileiro, sugerem que as famílias que dispõem de mais área de plantio e maior nível de educação têm uma maior possibilidade de ascender às ocupações mais produtivas e melhor remuneradas nos demais setores. Além disso, as atividades não-agrícolas no meio rural não reduzem as disparidades de renda, ao contrário, elas contribuem para aumentá-las. Os resultados do estudo desses autores mostram que a razão de concentração da renda nas ocupações não-agrícolas é maior do que o valor do índice de Gini em qualquer área rural, enquanto a razão de concentração da renda das ocupações do setor agropecuário é sempre inferior.

No que diz respeito à situação dos trabalhadores sazonais, o conflito em torno dos direitos trabalhistas, que envolve empregadores, empregados, agenciadores e órgãos de normatização e fiscalização está longe de ser resolvido, como foi discutido anteriormente. Porém, o que se constata é a existência de uma estrutura legal de suporte que, se não é

adequada a esse segmento do mercado de trabalho, também não está ausente, impondo, portanto, em alguma medida, limites aos termos das relações de emprego.

Neste sentido, os anos 1990 trouxeram inovações relevantes para as classes sociais da agricultura brasileira, com destaque para a criação do PRONAF e a ampliação dos direitos trabalhistas e da proteção social aos agricultores. Schneider (2006) argumenta que quatro políticas e ações públicas têm conferido uma relativa estabilidade à presença dos agricultores familiares no campo. A primeira delas é o PRONAF que, conforme foi mostrado anteriormente, se caracteriza por um crescimento continuado, em termos de número de contratos e de valor disponibilizado. A segunda ação pública refere-se à Previdência Social, que, segundo o autor, apresenta um crescimento constante do montante de recursos gastos com os benefícios de aposentadorias, pensões, rendas vitalícias e amparos aos segurados do setor rural (em 2004 esse valor teria alcançado a cifra de US\$ 8,984 bilhões). Em terceiro lugar encontram-se os programas sociais de transferência de renda, entre os quais está o programa Bolsa Família, responsável, segundo o autor, por uma importante influência na renda de pequenos agricultores, sobretudo na região Nordeste. Por último, Schneider relaciona o programa de assentamentos rurais à manutenção de famílias rurais na condição de conta-própria, especialmente nas regiões Sul e Nordeste, embora seja numericamente pouco expressivo. Em suas próprias palavras “Entre 2000 e 2005 o programa de reforma agrária assentou um total de 369.059 famílias, o que não deixa de ser expressivo em um contexto onde a regra era o abandono do meio rural e não a permanência das famílias” (SCHNEIDER, 2006, p.240).

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA representou um significativo avanço no que diz respeito à concepção de política pública de apoio à agricultura familiar, pelo aspecto da comercialização. Criado no marco do Programa Fome Zero, com abrangência nacional, suas diretrizes previam a compra de alimentos pelos governos, sem licitação.<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup>Lei 10.696 de 2 de julho de 2003 -§2º O Programa de que trata o caput será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.

Institucionalizado formalmente pela Lei nº 10.696, de 2003<sup>64</sup>, o PAA teve sua concepção articulada em torno de duas políticas públicas: a política agrícola e a política de segurança alimentar (afeita à política de assistência social). Dessa dupla função derivaram ambigüidades e distorções orçamentárias e de gestão/implementação. Para Delgado (2005), questões de caráter político interministerial fragmentam o Programa e obstaculizam uma definição mais clara de funções e prioridades. Além disso, os objetivos da segurança alimentar tornaram-se mais salientes, do que resultou uma maior ênfase no PAA enquanto uma política assistencial, reduzindo o potencial do Programa como estruturador da agricultura familiar.

Não obstante os desafios e continuidades antepostos à redução da desigualdade social no setor da agropecuária brasileira, as mudanças consideradas neste capítulo parecem compatíveis com a afirmação apontada por Rezende e Kreter (2009), segundo a qual a crença na permanência do velho latifúndio no Brasil significa focar o problema de um ponto de vista daquilo que não mudou (a área física da grande propriedade) e ignorar o interior das propriedades agrícolas, que teriam passado por uma verdadeira revolução.

### **3.2. Conclusão**

Neste capítulo buscou-se apresentar, em uma perspectiva analítica, a evolução histórica das características da estrutura ocupacional e do mercado de trabalho na agropecuária brasileira. De uma forma sucinta, tendo em vista a abrangência do tema, foram discutidos alguns elementos condicionantes e outros provocadores de mudança na estrutura social do setor da agropecuária do país, tendo como perspectiva as possibilidades de abertura de um leque de melhores oportunidades de rendimentos no contexto da agricultura moderna brasileira. A investigação sobre a repartição de rendimentos entre os

---

<sup>64</sup> A Lei nº 10.696, de 2003, dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural (Brasil 2003).

principais estratos sociais da agropecuária brasileira será feita em um capítulo seguinte. Para tanto, o próximo capítulo será dedicado à discussão da metodologia pertinente.

## CAPÍTULO IV

### 4. METODOLOGIA

Retomando o problema proposto nesta tese, salientamos o sucesso econômico da transformação produtiva da agropecuária brasileira nas últimas quatro décadas. De acordo com a teoria da modernização, esse setor deveria ostentar uma redução significativa da desigualdade de renda, ao longo do período. Entretanto, como atesta o debate em torno desse tema, são persistentes os obstáculos a uma distribuição mais equitativa dos rendimentos gerados no setor. Ao mesmo tempo, é preciso ter em conta os avanços, mesmo que parciais, em direção à ruptura com esses entraves, no sentido da democratização do acesso a melhores rendimentos. Essas constatações reforçam a abordagem teórica das categorias de classe e da segmentação do mercado de trabalho, em conjugação com a perspectiva da intervenção estatal, que, diferentemente da perspectiva da modernização, introduzem elementos societários e político/institucionais na explicação da evolução da distribuição de renda.

A hipótese central desta tese é a de que a estratificação social na agropecuária brasileira foi alterada, no sentido de um distanciamento significativo em relação à estrutura prevalecente até a década de 1960, mais especificamente em relação ao padrão associado à relação latifúndio versus minifúndio, não obstante a não realização de uma reforma fundiária no país. Na seqüência dos processos de modernização e de reconfiguração produtiva do setor agropecuário, embora na ausência de reformas sociais profundas, supõe-se a abertura de oportunidades para a expansão de ocupações com níveis mais elevados de qualificação e de rendimentos, em substituição ao velho modelo de estrutura ocupacional do meio rural brasileiro. A literatura mostra que pressões sociais, iniciativas institucionais e forças de mercado atuaram no sentido de mudança, através da oferta de bens públicos e da criação de mecanismos de defesa para os estratos sociais historicamente menos favorecidos, bem como de novas oportunidades empresariais. O caráter parcial dessa transformação, em

termos de desigualdades regionais e sociais, certamente interfere nos resultados do processo como um todo, levando ao comprometimento da possibilidade de melhoria das oportunidades de acesso a ocupações com melhores rendimentos, de um modo generalizado.

Para a análise do problema, optou-se pela utilização da metodologia quantitativa, em conjugação com técnicas qualitativas. Como observa Pereira de Queiroz (1988), a técnica quantitativa serve, principalmente, para se conhecer a intensidade com que um fenômeno atinge grupos e camadas diferentes. A abordagem quantitativa foi utilizada para a seleção, análise e tratamento estatístico de dados já levantados. Os dados utilizados são os micro dados de rendimentos coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos anos de 1976, 1986, 1996 e 2006, com a finalidade de comparação da evolução da desigualdade de renda no setor considerado, nos últimos quarenta anos.

A escolha dos anos de pesquisa teve como objetivo uma periodização de dez em dez anos. Entretanto, algumas considerações devem ser feitas. O ano de 1976 apresenta dois aspectos importantes. Por um lado, já se completara uma década desde a implantação da política de modernização do setor e os problemas relacionados com o sistema de crédito oficial sinalizavam para a retirada, em anos próximos, dos subsídios creditícios. Por outro lado, estudo de Singer (1981) mostra que a estrutura social da agropecuária brasileira, em 1970, em pouco se diferenciava daquela existente no país no ano de 1960. Entretanto, dados do ano de 1976 demonstram que uma grande mudança ocorrera, em relação ao período imediatamente anterior ao processo de modernização. Surgira, no setor agropecuário, uma estrutura ocupacional integrando estratos sociais modernos, em franca contraposição à antiga estrutura social. Considerou-se, portanto, o ano de 1976 como o mais adequado para o início da periodização da pesquisa. Observe-se que não foi possível iniciar-se a pesquisa pela década de 1960, tendo em vista que, naquele período, não existia, ainda, a pesquisa da PNAD.

A década de 1980 apresenta duas referências importantes: a primeira diz respeito ao aprofundamento da crise no sistema de crédito oficial; a segunda tem relação com a criação da EMBRAPA, em 1974. As instabilidades da política agrícola nos anos 1980 (o ano de 1986 é um marco dessas mudanças) aconteceram antes que pudessem ser feitas possíveis correções no sentido de um maior acesso aos programas públicos pelos agricultores menos favorecidos. Por outro lado, o funcionamento da EMBRAPA, a partir da segunda metade da década anterior, dotara o setor da agropecuária brasileira de recursos de pesquisas especificamente voltadas para o desenvolvimento de tecnologias próprias e adequadas às condições climáticas do país, dando sustentação ao setor. No que diz respeito ao mercado de trabalho assalariado, a década de 1980 não apresenta uma mudança que chame atenção, uma vez que as modificações da Constituição de 1988 tiveram aplicação efetiva na década de 1990. A escolha do ano de 1986 situa-se nesse contexto.

Pode-se considerar que a abertura comercial e a desregulamentação setorial são importantes referências para o início da década de 1990. Por outro lado, o aumento da proteção social aos segmentos menos favorecidos da estrutura social do setor e uma mudança de orientação na política agrícola apenas se iniciavam, nessa década. Esse é o contexto em que se escolheu o ano de 1996.

A década de 1990 apresenta, como importante consequência de pressões advindas da organização sindical no setor, a universalização dos direitos trabalhistas dos agricultores e assalariados da agropecuária, na sequência da promulgação da nova Constituição, em 1988. Por outro lado, uma nova abordagem dos agricultores familiares se consubstancia na criação do PRONAF, em 1996. Além disso, consolida-se, ao longo dessa década, um novo padrão de competição internacional, com impactos no mercado de trabalho, diante do que as empresas devem se reposicionar. É possível que os dados do ano de 2006 sejam capazes de captar essas mudanças e demonstrar, também, as características atuais da posição relativa dos estratos sociais na estrutura social da agropecuária brasileira.

As informações estatísticas relevantes para a análise do problema desta tese referem-se aos rendimentos auferidos pelos estratos sociais associados às posições ocupacionais da estrutura social do setor agropecuário. Das PNADs selecionadas, foram extraídos os dados de rendimentos do trabalho da PEA (População Economicamente Ativa) agrícola, para os anos considerados. Considerou-se como premissa teórica que o lugar na ocupação se aproxima da situação de status nas sociedades modernas e que a distribuição na estrutura ocupacional agropecuária apresenta uma importante congruência com a estrutura de classe do setor.

As informações foram processadas no campo da estatística descritiva e foram analisadas tendo por referência a evolução da repartição de rendimentos entre os estratos sociais agrícolas, ao longo do período considerado. A medida considerada no estudo foi a da posição da mediana da renda de cada estrato social no percentil (na distribuição total) da renda total. A mediana é uma medida de posição central, que mostra o ponto que separa os 50% para mais dos 50% para menos em um conjunto de valores dispostos em ordem crescente. O percentil (como uma generalização da mediana) divide um conjunto de valores (a distribuição total) em cem partes iguais. A escolha da mediana deve-se ao caráter assimétrico dos valores em uma distribuição dessa natureza. Trata-se de uma medida mais adequada (em relação à média), por se mostrar menos sensível aos valores que são muito maiores do que os restantes (ou muito menores). Essas medidas possibilitam a visualização das várias posições assumidas pelas classes consideradas e sua posição relativa no conjunto da distribuição total de rendimentos, ao longo do período considerado.

A definição dos estratos sociais considerados na pesquisa é a mesma considerada por Neves *et.al.* (2008) e tem por referência teórica a tipologia de classes de Erik Olin Wright, a qual se baseia nas dimensões de propriedade (ser ou não proprietário dos ativos físicos necessários aos processos produtivos), de relações de trabalho (ser ou não ser empregador de força de trabalho de terceiros), de recursos organizacionais (ser administrador ou não do trabalho de outros) e de recursos de qualificação (ser detentor de

maior ou menor qualificação). A tipologia da estrutura ocupacional considerada obedece aos seguintes critérios:

- 1) Estrato dos Empregadores – é a categoria patronal: são os proprietários de ativos produtivos que empregam trabalhadores não pertencentes ao núcleo familiar. Dentro deste estrato social encontram-se variados tipos de empregadores, tendo em vista o critério de classificação da PNAD, que distingue entre empregadores e agricultores por conta própria.
- 2) Estrato tecnocrático e gerencial – os integrantes deste estrato social são definidos a partir da combinação de informações sobre a posição na ocupação (a dos empregados) com informações sobre as atribuições da categoria ocupacional. Isto significa que os integrantes deste estrato social apresentam vínculo empregatício e ocupações com atribuições gerenciais (chefias, coordenações, administrações etc.) e técnicas (baseadas em níveis elevados de escolaridade e de especialização). Supõe-se que neste estrato social estão incluídas as categorias ocupacionais com nível de qualificação superior, em termos de escolaridade (como os engenheiros agrônomos, os zootecnistas, os veterinários etc.).
- 3) Agricultores familiares - proprietários de ativos de produção que empregam apenas mão-de-obra familiar na sua atividade. Podem ser proprietários, arrendatários ou parceiros. Correspondem ao estrato de agricultores por “conta-própria” da PNAD. É importante ressaltar que, de um modo geral, considera-se os agricultores familiares como uma categoria que faz uso, preponderantemente, de mão-de-obra familiar, podendo, porém, empregar força de trabalho externa à família, de forma complementar. No caso deste estudo, o estrato dos agricultores familiares a ser considerado engloba, apenas, os agricultores que utilizam, exclusivamente, força de trabalho familiar, tendo em vista os critérios de pesquisa da PNAD.
- 4) Trabalhadores formais – são os trabalhadores operacionais que não se encaixam no perfil de administrador ou de especialista, mas que são contratados sob a proteção dos direitos previstos na legislação trabalhista, com registro em carteira de trabalho.

De uma forma geral, esses empregados ostentam os maiores níveis de qualificação dentre os trabalhadores assalariados operacionais da agropecuária (como é o caso dos tratoristas e mecânicos).

- 5) Trabalhadores informais – corresponde à categoria dos trabalhadores operacionais empregados sem vínculo empregatício formal, ou seja, não contam com uma carteira de trabalho assinada por um empregador. No conjunto deste estrato social encontram-se, principalmente, os assalariados temporários e os que exibem os menores níveis de qualificação.

Esta classificação combina critérios da teoria de classes e da teoria de segmentação do mercado de trabalho. Das teorias de classe originam-se o controle de ativos – ativos de capital (ser proprietário), ativos organizacionais (ter uma posição de chefia ou de administração) e ativos de qualificação (ter formação educacional relativamente elevada). Das teorias de segmentação do mercado de trabalho originam-se as posições em mercados segmentados, os quais, neste caso, identificam-se com o segmento de trabalhadores protegidos pela legislação trabalhista e o segmento dos não protegidos. Mercados de trabalho com formalização na contratação e mercados de trabalho sem formalização dos contratos, de uma maneira geral, encontram-se articulados com grupos de trabalhadores com nível mais elevado de qualificação e poder de negociação e categorias com escasso grau de qualificação e baixa capacidade de barganha, respectivamente.

Deve-se ressaltar que a PNAD não diferencia os agricultores familiares que utilizam unicamente a própria força de trabalho ou a da família daqueles agricultores familiares que, também, contratam mão de obra suplementar, o que força uma distinção rígida entre a agricultura patronal e a agricultura familiar.

Os dados das PNADs são considerados, por Neves (1997), como de alta qualidade. Segundo o autor, muitos trabalhos têm sido realizados com base nas PNADs (e em censos produzidos pelo IBGE). Estudo conjunto do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do

DIEESE aponta para a maior adequação da pesquisa amostral da PNAD, entre outras pesquisas, no que se refere ao meio rural brasileiro. De acordo com esse estudo, além de captar melhor o recorte formal/informal do mercado de trabalho agrícola, a PNAD capta de forma mais fidedigna os trabalhadores temporários, além dos ocupados no auto-consumo, na autoconstrução e os não-remunerados. Algumas restrições metodológicas, contudo, existem e podem afetar a precisão ou a comparabilidade dos dados.

No quesito rendimentos, as respostas podem ser imprecisas, quando os entrevistados não se lembram dos valores exatos ou simplesmente não se dispõem a declará-los. Em anos de inflação elevada, pode haver erros na declaração.

Até o ano de 1992 a pesquisa da PNAD considerava, como ocupadas, as pessoas de 10 anos ou mais que tinham realizado pelo menos 15 horas de trabalho semanal. A partir de 1992, foram introduzidas algumas mudanças, sendo a principal a inclusão adicional de pessoas de 10 anos ou mais que realizaram algum trabalho não remunerado na produção para auto-consumo ou autoconstrução, em entidades beneficentes ou religiosas, na ajuda a atividades econômicas de parentes ou como aprendiz ou estagiário. Essa alteração causa impacto na composição da estrutura ocupacional agrícola, aumentando a população ocupada (o que, neste caso, significa alteração nos dados dos anos de 1996 e 2006), mas não na posição relativa de rendimentos dos estratos ocupacionais, por tratar-se de pessoas não-remuneradas e de trabalhadores na produção para o próprio consumo. Isto significa que, para a pesquisa desta tese, essa modificação não é relevante.

Outra modificação importante diz respeito à consideração do período de referência, que passou de uma semana para os 365 dias anteriores à data da realização da pesquisa, o que faz aumentar o número de ocupados no setor agrícola, os quais, se considerada a semana de referência, poderiam estar ocupados em atividades não-agrícolas, desempregados ou inativos. É uma restrição metodológica da pesquisa, que não afeta, porém, o estudo baseado nos rendimentos.

Como ocorre com pesquisas domiciliares que envolvem autodeclaração das informações, existe o problema mais geral das sub-declarações de rendas mais elevadas, que podem impactar os resultados. Este é um problema comum em pesquisas que envolvem declarações de renda, o qual, entretanto, interfere mais na média do que na mediana.

Outra restrição importante é a subdeclaração relativa aos valores de auto-consumo. A produção dos agricultores familiares inclui, normalmente, uma parcela de auto-consumo, que varia de região para região, ou em relação aos vários tipos de cultivos ou sistemas de produção, mas que, em geral, está presente em maior ou menor grau. O valor de produção para consumo próprio não é investigado pela PNAD, o que constitui uma restrição aos dados. Entretanto, o objetivo desta tese está mais relacionado com o comportamento da produção que se transforma em renda, o que atenua os possíveis comprometimentos desta restrição.

Outra mudança digna de nota está relacionada à abrangência da pesquisa. A área rural dos estados da Região Norte só foi incorporada à pesquisa da PNAD em 2004, o que constitui outra restrição aos dados. No ano de 1976, a pesquisa da PNAD não abrangeu a área rural dos estados da Região Norte e da Região Centro-Oeste, o que é uma restrição específica aos dados desse ano. Em 1981 a abrangência da pesquisa foi ampliada, ficando excluída, apenas, a área rural da Região Norte. Portanto, na pesquisa de 1986 as áreas urbanas e rurais de todas as regiões estavam incorporadas na pesquisa, com exceção da área rural da Região Norte. Em 1988 o estado de Goiás se desmembra em Goiás (Região Centro-Oeste) e Tocantins (Região Norte). Por razões de ordem técnica, essas alterações são incorporadas a partir da PNAD de 1992. Assim, na PNAD de 1996 foram pesquisadas todas as regiões brasileiras, exceto a área rural dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, pertencentes à antiga Região Norte. Em 2004 a área rural da Região Norte foi incorporada à pesquisa, que passou a abranger as áreas urbanas e rurais de todas as regiões. Portanto, em 2006, último ano incluído na periodização desta tese, as áreas rurais de todo o país estavam incluídas.

Finalmente, como foi dito anteriormente, a PNAD não pesquisa os agricultores familiares que empregam, também, mão-de-obra assalariada, em algum momento de seu ciclo de produção (os agricultores por conta própria, na PNAD, não contratam trabalho externo à família) o que constitui, também, uma restrição metodológica, uma vez que o estrato dos empregadores pode conter, em alguma medida, uma parcela de agricultores familiares. Os resultados desta tese, portanto, referem-se ao sub-grupo dos agricultores puramente familiares, dentro do estrato da agricultura familiar.

De forma conjugada com a metodologia quantitativa, a presente proposta de trabalho inclui uma perspectiva metodológica qualitativa. De acordo com Cortes (1998), o uso da análise qualitativa de dados é indicado, entre outras situações, como auxiliar ou subsidiário em pesquisas que utilizam, principalmente, técnicas quantitativas de análise. Nesse caso, os dados qualitativos podem dar consistência aos resultados obtidos através da análise quantitativa (a autora cita, como exemplo, a análise do crescimento do PIB em um determinado estado brasileiro, que poderia contar com o estudo das políticas de industrialização do governo estadual como fonte subsidiária de elementos para os dados quantitativos).

Entre as técnicas mais importantes da metodologia qualitativa, optou-se, neste estudo, pela utilização da entrevista semi-estruturada com membros de instituições ligadas ao setor agrícola: Ministério da Agricultura (MA); Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (Secretaria de Agricultura Familiar); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Empresa de Assistência Técnica Rural (EMATER); Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (CNA/FAEMG); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Departamento da Agricultura Familiar e Departamento de Assalariados) (FETAEMG); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/FACE); Banco do Brasil – Vice-Presidência do Agronegócio; Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER).

A análise das entrevistas segue, basicamente, as orientações de Rosália Duarte (2004), que propõe um caminho para a interpretação de entrevistas abertas ou semi-estruturadas. Primeiramente, as informações recolhidas nas entrevistas são organizadas em torno de três eixos temáticos articulados aos objetivos da pesquisa: 1) A repartição da renda agrícola; 2) Situação atual da distribuição de rendimentos em relação ao início do processo de modernização do setor agrícola; 3) Redução na desigualdade da distribuição de rendimentos no setor, na perspectiva de superação do antigo modelo.

Cada eixo temático é desdobrado em sub-eixos mais específicos em relação ao problema analisado. 1.1) Influência das políticas agrícolas e da legislação do trabalho na repartição dos rendimentos agrícolas. 1.2) Principais obstáculos a uma melhoria na repartição de rendimentos agrícolas. 1.3) Fatores geradores de mudança no sentido da melhoria na repartição de rendimentos. 2.1. Existência de maiores oportunidades de acesso a melhorias tecnológicas e fruição de renda por parte dos estratos sociais historicamente menos favorecidos. 3.1) Existência de condições sociais, políticas e institucionais capazes de gerar um modelo mais equitativo de repartição de rendimentos, rompendo com o padrão conservador.

O conteúdo dos diferentes eixos e sub-eixos temáticos é posto em perspectiva com os pressupostos teórico/conceituais adotados, bem como com o conhecimento prévio do campo empírico, possibilitando a interpretação das entrevistas, ou seja, a percepção do sentido das respostas dos entrevistados (as quais podem ser semelhantes, complementares ou divergentes). Por último, como recomenda a autora, cruza-se o resultado da análise das entrevistas com a análise quantitativa dos dados das PNADs.

Tendo por referência essas orientações metodológicas, o próximo capítulo será dedicado à análise da pesquisa empírica.

## **CAPÍTULO V**

### **5. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: DE 1976 A 2006**

Este capítulo será dedicado à análise do comportamento da desigualdade de renda no setor da agropecuária brasileira, no período de 1976 a 2006. Como discutido anteriormente, a abordagem teórica que orienta esta análise vincula-se às teorias de classe e de segmentação do mercado de trabalho, levando em conta uma perspectiva teórica (de orientação institucionalista) que permite a incorporação das ações e políticas do Estado à análise. Feita essa consideração, uma caracterização sucinta da estrutura social no setor agropecuário brasileiro torna-se relevante.

Em primeiro lugar, as últimas quarenta ou cinquenta décadas assistiram a uma forte redução da população residente na área rural do país. Considerando o local de residência, a população rural decresce de um percentual de 63,8%, em 1950, para 16,7%, em 2006 (NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008), o que mostra o elevado nível de urbanização do país. Com relação à participação no conjunto das ocupações, considerando-se o ano de 2006, os dados mostram uma participação percentual de 19,3% de ocupados em atividades agrícolas, em relação ao total de ocupados (NEAD/MDA, 2008).

Estudo de Schneider (2006) aponta para a existência, segundo dados de 2004, de aproximadamente 5.965.000 famílias residentes nas áreas rurais não metropolitanas do Brasil, sendo 2.167.000 constituídas de famílias de assalariados (36,3%) e 279.000 famílias de empregadores (4,6%), sendo que 3,8% destes empregavam até dois assalariados de forma permanente e 0,82% empregavam mais de dois empregados permanentes. A categoria mais numerosa era formada por 2.882.000 (48,3%) de ocupados por conta-

própria, caracterizados como agricultores familiares. Havia, ainda, 10,6% de desempregados ou sem ocupação.

Alguns aspectos desses resultados chamam atenção. Em primeiro lugar, o pequeno percentual de empregadores, especialmente os que contratam acima de dois empregados. Em segundo lugar, a elevada participação de ocupados por conta-própria, o que mostra, conforme enfatiza o autor, a relevância social e econômica do estrato social dos agricultores familiares no Brasil. Com relação aos empregadores, o quadro seguinte mostra, com um maior detalhamento, o elevado percentual de empresas agropecuárias que empregam um número pequeno de empregados.

**Tabela 5 - Distribuição das empresas agropecuárias (1) e do pessoal nelas ocupado segundo faixas de pessoal ocupado – Brasil 2005 (em %)**

Faixa de pessoal ocupado	Empresa	Pessoal ocupado
<b>0 a 9</b>	85,6	16,1
<b>10 a 29</b>	9,3	13,0
<b>30 a 99</b>	3,5	16,3
<b>100 a 499</b>	1,3	24,0
<b>500 a mais</b>	0,3	30,5

Fonte: IBGE. Cempre

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, segundo classificação da CNAE

Obs.: extraído de “Estatísticas do Meio Rural”. DIEESE/MDA (NEAD).

Os dados do estudo de Schneider (2006) mostram, por outro lado, uma elevada concentração de agricultores familiares na região Nordeste do país. Encontra-se, nessa região, um total de 1.551.000 famílias de agricultores familiares, constituindo 54,3% do total de famílias rurais. Na região Sul, de um total de 1.226.000 famílias rurais 708.000 (57,7%) referia-se a famílias de agricultores familiares. Juntas, as regiões Nordeste e Sul concentram em torno de 78,3% do total de famílias de agricultores familiares do Brasil (Schneider, 2006).

Com relação ao tipo de atividade exercida pelo conjunto das famílias domiciliadas nas áreas rurais, 3.145.000 ocupavam-se exclusivamente na agricultura, 879.000 exclusivamente em atividades não-agrícolas e 1.305.000 eram pluriativas. Esses números ilustram as tendências apontadas anteriormente, no que se refere à pluriatividade, mas, ao mesmo tempo, apontam para o maior peso da atividade agrícola nas áreas rurais. Estudo realizado por Kageyama (2004), utilizando como fontes de informações as PNADs de 1992 e 2002, demonstra o peso relevante da atividade agrícola no conjunto das atividades consideradas na distribuição da PEA Rural (população com domicílio rural) nas regiões Nordeste, Sudeste excluindo São Paulo, estado de São Paulo, Sul e Centro-Oeste<sup>65</sup>. Em percentuais, as participações na atividade exclusivamente agrícola na PEA rural sofreram decréscimos em todas as regiões, no período de 1992 a 2002, exceto no Nordeste, mantendo-se, porém, em um patamar elevado, com exceção do estado de São Paulo, onde passou de 64,4% para 36,8%. Para o Brasil como um todo o percentual de participação da atividade agrícola, no conjunto da distribuição da PEA rural, variou de 79,1% em 1992 para 76,0% em 2002. Para as regiões consideradas, as mudanças foram as seguintes: na região Nordeste o percentual variou de 79,8%, em 1992, para 80,7%, em 2002; na região Sudeste, exceto São Paulo, houve uma variação de 77,2%, em 1992, para 76,8%, em 2002; na região Sul o percentual variou de 82,6%, em 1992, para 76,%, em 2002 e no Centro-Oeste houve uma variação de 82,0%, em 1992, para 73,1%, em 2002. Dados de 2006 confirmam essas participações, de acordo com o NEAD/MDA (2008).

Esses dados mostram que, embora se constate que o espaço rural não pode mais ser visto como o equivalente da atividade agrícola, em razão da disponibilidade de outras formas de ocupação para a população que nele possui residência, para a maior parte do país a atividade agrícola permanece sendo a principal, a exceção ficando por conta do estado de São Paulo, que ostenta a mais diversificada estrutura econômica.

---

<sup>65</sup> Não está presente a região Norte, cuja área rural somente foi incluída na pesquisa da PNAD a partir de 2004.

É importante destacar, no que diz respeito à situação jurídica da posse da terra, o predomínio da condição de proprietário, que atinge o percentual de 93,8%, para o país como um todo (NEAD/MDA, 2008).

Com relação aos estabelecimentos agropecuários, dados fornecidos pelo NEAD/MDA (2008) mostram que os grupos de estabelecimentos com 500 ha ou mais ocupam mais de 50% do total das áreas, enquanto os grupos com até 100 ha ocupam 20% do total, como pode ser visto na tabela 6 seguinte, que apresenta a distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total.

**Tabela 6 - Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – Brasil 1995-1996 (em %)**

<b>Menos de 20 ha</b>	<b>5.0</b>	<b>1000 a 2000 há</b>	<b>11.0</b>
<b>20 a 50 ha</b>	7,2	2000 a 5000 há	12.5
<b>50 a 100 ha</b>	7,8	5000 a 10000 há	7.1
<b>100 a 200 ha</b>	9,3	10000 a 100000 ha	12.2
<b>200 a 500 ha</b>	14,3	100000 ha e mais	2.3
<b>500 a 1000 ha</b>	11,4		

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário

Elaboração: DIEESE

Obs.: as faixas de valores excluem o limite superior, por exemplo, onde se lê de 20 a 50 ha entende-se de 20 a 49,99 ha.

Obs.: considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais.

Obs.: extraído de Estatísticas do Meio Rural. DIEESE/MDA (NEAD).

Essa breve caracterização do meio agrícola brasileiro é o ponto de partida para a análise da pesquisa empírica sobre a evolução da estrutura social e desigualdade de renda na agropecuária brasileira, da década de 1970 até a década atual. Nos próximos itens será feita, em retrospectiva, uma breve análise da estrutura ocupacional do setor, nas décadas de

1960 e 1970. Os itens seguintes serão dedicados à análise dos dados para cada ano considerado na pesquisa, o de 1976, o de 1986, o de 1996 e o de 2006.

### **5.1. Estrutura social na agropecuária brasileira: a década de 1960**

Tendo em vista que a grande transformação da agropecuária brasileira ocorreu a partir da década de 1960, é necessário fazer algumas considerações sobre as condições prevalentes na estrutura social do setor, naquele momento. Singer (1981) constrói uma evolução da estrutura de classes brasileira para o período entre 1960 e 1976, para o setor de atividade agrícola e o não-agrícola, a partir da posição na ocupação e do nível de renda. O autor considera como os principais componentes dessa estrutura social a burguesia (empresarial e gerencial), a pequena-burguesia (autônomos, empregadores e não remunerados) e o proletariado e subproletariado (este último composto por assalariados, autônomos e não remunerados). Na perspectiva teórica de Singer, empresários e administradores profissionais constituem a burguesia no capitalismo monopolista. A posição na ocupação identifica a burguesia empresarial, representada pelos empregadores, e a burguesia gerencial, representada pelos empregados que ocupam posições de mando (tanto nas empresas quanto no serviço público). A burguesia, para Singer, “no sentido amplo do termo, é o conjunto de empregadores e empregados que dispõem de elevado nível de renda, não porque renda alta *defina* a burguesia mas porque existe uma forte correlação entre renda e posições de poder econômico e social.” (SINGER, 1981, p.102).

A pequena burguesia é formada, de acordo com Singer, pelos que são proprietários dos meios necessários ao exercício de sua atividade, podendo ser autônomos ou pequenos empregadores, mais os membros não remunerados de suas famílias. O autor utiliza o nível de renda para a diferenciação entre empregadores burgueses e empregadores pequeno-burgueses, bem como entre autônomos pequeno-burgueses e autônomos proletários, por considerar que o rendimento é um bom indicador do caráter das relações de produção. “É razoável admitir que a renda dos empregadores seja proporcional ao número de assalariados

que empregam e que a renda dos autônomos seja proporcional à posse de meios de produção ou de circulação que detêm” (SINGER, 1981, p. 103).

O Proletariado, para Singer, compõe, em conjunto com o subproletariado, uma única classe social, dependente da venda de sua força de trabalho. O que distingue os dois grupos é a existência, para o proletariado, de um salário definido em contrato formal de trabalho, o qual é sujeito a condições legais que regem as relações de emprego, que o autor considera *normais* no capitalismo. Os trabalhadores que compõem o subproletariado, para Singer, não conseguem usufruir dos benefícios da legislação, tendo que sobreviver prestando serviços sem registro em carteira e por salário menor que o mínimo, ou produzindo mercadorias por conta própria. O mesmo critério de diferença de renda é utilizado, pelo autor, na distinção entre proletariado e subproletariado.

Não obstante a diferença de critérios na distinção de classe dentro dessa estrutura social (note-se, especialmente, a utilização do nível de renda para a diferenciação de classe), a tipificação feita pelo autor permite, em linhas gerais, uma aproximação com a classificação dos estratos sociais adotada nesta tese, a qual privilegia as características da posição na ocupação como indicadoras da posição de classe e do lugar no mercado de trabalho. Para efeito de comparação, podemos supor que a classe da burguesia (a empresarial e a gerencial), do estudo de Singer, é correlata, em grande medida, com a dos estratos de empregadores agrícolas e administradores na moderna atividade agropecuária, conforme considerados nesta tese.

As características da pequena burguesia são compatíveis com a dos agricultores familiares. É importante salientar que essa identificação está mais de acordo com os critérios adotados em alguns estudos sobre agricultura familiar em que se admite o emprego de mão-de-obra externa, de forma complementar à da própria família. Estes são, inclusive, critérios adotados pelo PRONAF. Os agricultores familiares obtidos segundo a pesquisa da PNAD, classificados como os “de conta própria” ou os “autônomos”, não empregam

qualquer assalariado, o que significa que uma identificação conceitual desse estrato social com o da categoria da pequena burguesia, como definida por Singer, é parcial.

Quanto ao proletariado e ao sub-proletariado, a tipificação de Singer é consistente com as características dos estratos sociais dos empregados formais e dos informais, tanto no que diz respeito ao caráter de segmentação do mercado de trabalho assalariado agrícola, quanto em relação à diversidade nas formas de articulação de relações de trabalho que assumem os agricultores familiares. O principal elemento de diferenciação entre os dois segmentos, a existência de carteira de trabalho assinada, é o mesmo em ambas as tipologias.

A análise de Singer da estrutura social agropecuária na década de 1960 mostra que, considerando o ano de 1960, a População Economicamente Ativa (PEA) agrícola era constituída por quase nove décimos de subproletários (86,7%) e pouco mais de um décimo de pequeno-burgueses (11,8%). A burguesia e o proletariado agrícolas eram praticamente inexistentes (0,5% e 1%, respectivamente). De acordo com Singer, o que explica o tamanho desse subproletariado é a existência de um grande contingente de camponeses pobres, com pouca ou nenhuma terra. Dados levantados pelo autor revelam que o subproletariado agrícola deveria estar constituído por 57,6% de minifundistas (proprietários e arrendatários), de 32,3% de empregados e 10,1% de parceiros. Os dados apresentados por Singer mostram, ainda, que, considerando-se o conjunto dos responsáveis por explorações agropecuárias e seus familiares, quase quatro quintos estavam em explorações de menos de 50 hectares.

Os dados revelam, portanto, que, em 1960, quase nove décimos da PEA agrícola pertenciam ao conjunto do proletariado e subproletariado, com predomínio quase absoluto do subproletariado, o que significa a existência de amplas camadas de agricultores sem acesso ao que o autor chamou de condições “normais” (aspas do autor) de sua própria reprodução, em termos de obtenção de ganhos monetários pelo menos equivalentes ao maior salário mínimo legal vigente no país. Singer chama atenção para a diversidade de

situações vividas por esse contingente de trabalhadores agrícolas, tendo em vista a complexa rede de relações sociais de produção em que se inseriam. Essa constatação, porém, segundo o autor, não deve obscurecer o fato de que, em seu conjunto, a grande maioria dos trabalhadores agrícolas podia se comportar como um vasto exército de reserva de força de trabalho. Singer (1981) ressalta que a agricultura brasileira como um todo sofreu um processo de empobrecimento relativo, que data, pelo menos, de 1930, a partir do momento em que o desenvolvimento passa a se pautar pelo crescimento do mercado interno e pela industrialização. “O que houve, desde então, foi um gradativo aumento dos custos “normais” de reprodução da força de trabalho, graças à diversificação da cesta de consumo do trabalhador urbano, enquanto o nível de ganhos e o padrão de vida da grande maioria dos trabalhadores rurais parecem ter se mantido inalterados” (SINGER, 1981, p. 110).

Dado esse contexto e, também, o fracasso das tentativas de reforma agrária, diz o autor, uma boa parte dos agricultores permanecia, em 1960, em situação de subproletarização. Deduz-se que, em 1960, a estrutura social da agricultura brasileira continha um percentual muito pequeno de empresas agrícolas e de administradores e outro percentual não expressivo de agricultores em ocupação de conta própria, cuja situação de renda os excluísse do grupo de autônomos precarizados. Essa estrutura contava, também, com um contingente inexpressivo de assalariados em situação regular de proteção social. O contingente fortemente expressivo compunha-se de agricultores em situação de precariedade de proteção social e de renda.

O estudo de Singer mostra que a estrutura social da agropecuária brasileira praticamente não se alterou entre 1960 e 1970, tendo havido, inclusive, uma modificação para pior. A proporção do subproletariado passou de 86,7% para 89,3%, reduzindo-se a proporção das demais classes, ou seja, ampliou-se o contingente de agricultores em situação precária. A própria mecanização das atividades agrícolas, ocorrida nesse período, seria responsável pela queda no número de assalariados no setor e pelo aumento no número de autônomos e não-remunerados, que, entretanto, não ingressariam na “pequena burguesia” (aspas minhas), mas no precário sub-setor dos agricultores empobrecidos. Alguns dados do

estudo de Singer são demonstrativos desse processo. A proporção dos responsáveis e familiares, dispendo de terra própria ou arrendada, em explorações de menos de 10 hectares, aumentou de 40,8%, em 1960, para 47,6%, em 1970, enquanto que, nas explorações de mais de 50 hectares, essa proporção caiu de 20,2%, em 1960, para 16,6%, em 1970. É importante ressaltar que a inexistência de mudanças relevantes na estrutura social brasileira, entre 1960 e 1970, ocorreu, também, para o setor urbano, ou seja, tratou-se de um processo generalizado, decorrente, provavelmente, em grande medida, do fato de que uma aceleração do crescimento econômico somente viria a ocorrer no final da década de 1960.

Entretanto, é importante destacar que a redução do contingente dos assalariados, nesse período, evidencia outro processo então em curso no setor da agropecuária brasileira. Alguns dados levantados por Singer demonstram que, em relação a 1960, a proporção de assalariados cai quase um terço, em 1970, nas explorações de até 10 hectares enquanto que nas de 10 hectares a 50 hectares essa proporção cai a quase metade. Nos estratos de 200 hectares a 10.000 hectares também ocorre uma queda na proporção de assalariados, embora menos acentuada. Apenas os estabelecimentos muito grandes, com mais de 10.000 hectares, não apresentam esse efeito de queda na proporção de assalariados.

Esse processo evidencia, de acordo com Singer, que os agricultores de base familiar (Produção Simples de Mercadorias por responsáveis pela exploração e seus familiares, na categorização do autor) estavam presentes em estabelecimentos relativamente grandes (de 200 a 500 hectares). A mecanização, ao induzir à substituição de assalariados por tratores, implementos, colhedoras, herbicidas e outros, teve por efeito a explicitação de um caráter de produção familiar, em um processo em que “as explorações familiares se tornaram mais “puramente” familiares, limitando-se a usar apenas a mão-de obra do responsável e seus familiares, ao passo que as empresas agrícolas capitalistas passaram a operar predominantemente com empregados permanentes, ambos os tipos de estabelecimentos dispensando os assalariados temporários” (SINGER, 1981, p.34).

## 5.2. Mudanças na estrutura social da agropecuária brasileira na década de 1970

Entre 1970 e 1976, entretanto, a estrutura de classes brasileira passaria por transformações importantes, tanto no setor urbano quanto no setor rural. Para o setor rural, especificamente, de acordo com a tipologia de Singer, a participação do subproletariado agrícola (segmento de agricultores em situação de grande precariedade) no conjunto da estrutura de classes cai de 89,3% para 54,1%. A pequena burguesia, por seu lado, que pode ser interpretada como constituída por pequenos empregadores e pelos agricultores de ocupação por conta própria que não se encontram no subproletariado, passou de uma participação de 9,7% para 34,7%. Constata-se o aparecimento de um proletariado que antes praticamente não existia, passando de uma participação de 0,7%, na década anterior, para 10,6%, em 1976. Portanto, pode-se concluir por uma reversão da tendência de redução do emprego agrícola verificada entre 1960 e 1970, passando as empresas agrícolas a ampliar esse processo entre 1970 e 1976. Contudo, não se deve associar o aumento do emprego agrícola com uma redução no ritmo de mecanização (que se manteve), mas com um aumento da produção (especialmente de lavouras) nos estabelecimentos de maior área, superior ao aumento da produtividade do trabalho (SINGER, 1981).

O processo de mecanização da atividade agrícola continuou nos anos de 1970, como mostra a evolução da quantidade de tratores, que quase duplicou na primeira metade da década. O aumento da proporção de estabelecimentos com tratores no Brasil, passando de 2,4% em 1970 para 4,3% em 1975, ocorreu, no período, também nas explorações de menos de 50 hectares, que ostentaram uma mudança de 1,2%, em 1970, para 2,3% em 1975. Para Singer, houve uma maior capitalização no setor agropecuário, sobretudo na lavoura das explorações de grande tamanho, expandindo-se a área de plantio, em especial nas de mais de 200 hectares. Disso decorreu um aumento na demanda por assalariados, provavelmente por trabalhadores mais qualificados, como os tratoristas, tendo em vista a forte intensidade do processo de mecanização.

Constata-se, pelos dados e pela análise de Singer, que a proporção da burguesia (empregadores) sofre um acréscimo, passando de 0,3% em 1970 para 0,6% em 1976, mantendo-se, entretanto, pequena, em relação aos outros estratos sociais. Além disso, observa-se que a participação da “burguesia gerencial” (aspas minhas) no conjunto da classe é insignificante (11,6%, comparados com 88,4% da burguesia empresarial), o que demonstra, do ponto de vista de Singer, um forte caráter competitivo de um capitalismo agrícola constituído por grande número de empresas dirigidas por seus próprios proprietários (SINGER, 1981). Segundo o autor, a expansão da burguesia agrícola, entre 1970 e 1976, deve ter tido sua origem na expansão da produção em larga escala para o mercado externo (como é o caso da soja), com base em unidades produtivas de tamanho grande ou médio e empregando um maior número de assalariados.

O crescimento da pequena burguesia é interpretado por Singer como decorrente, principalmente, do acesso de minifundiários (responsáveis e membros não remunerados da família em estabelecimentos de menos de 10 hectares) a melhores condições de renda e, portanto, sua ascensão às posições ocupacionais daquela classe social. Como argumenta Singer, a pequena burguesia acha-se estreitamente ligada à economia capitalista. Para o autor, quando os mercados para os “pequenos produtores” (aspas minhas) de bens e serviços se ampliam, sua situação apresenta uma melhora, como ocorreu no Brasil a partir de 1968, com a aceleração do crescimento econômico. No caso dos produtos agrícolas, a elevação dos preços proporciona melhores condições de inserção, especialmente, dos “pequenos produtores” (aspas minhas, SINGER, 1981).

O notável crescimento daquilo que Singer chamou de proletariado propriamente dito (para distingui-lo do subproletariado), entre 1970 e 1976, acompanha o forte decréscimo do contingente de subproletariado, que, segundo o autor, é consistente com a intensificação do processo migratório rural-urbano. Outro aspecto verificado nesse período, com relação a essa categoria social, é o aumento dos assalariados, em relação aos autônomos, no conjunto do subproletariado, o que é interpretado pelo autor como um possível resultado da multiplicação de empregos assalariados sub-remunerados.

Pode-se concluir que, entre 1960 e 1976, foi construído um proletariado propriamente dito, na perspectiva analítico/conceitual do autor. De acordo com a metodologia e a tipologia de Singer, portanto, a estrutura social da agropecuária brasileira se apresentava, em 1976, bastante diferente em relação a 1960 (e 1970), em termos do tamanho e da participação de cada classe social, ostentando uma variação para a burguesia de 0,3%, em 1960, para 0,6%, em 1976; para a pequena burguesia de 9,7%, em 1960, para 34,7%, em 1976; para o proletariado de 0,7%, em 1960, para 10,6% em 1976; e para o subproletariado de 89,3%, em 1960, para 54,1%, em 1976.

Esses resultados mostram que, aproximadamente uma década após a implantação no país de uma política setorial de transformação da estrutura produtiva da agropecuária brasileira, ocorrera uma mudança significativa no tamanho relativo dos estratos sociais que compunham a estrutura social do setor. Não cabe no escopo desta tese demonstrar os elementos de causalidade das mudanças observadas. Entretanto, como foi discutido em capítulo anterior, é consensual na literatura sobre o tema a centralidade conferida à política agrícola estruturada em torno do crédito oficial, como fortemente responsável pelas profundas transformações na agropecuária do país. A ação pública para o setor ocorrera em um contexto favorável, devido à acelerada expansão da indústria e da população urbana, a partir da qual fora criado um mercado de alimentos, concentrado, especialmente, nas maiores cidades. Neste sentido, a caracterização da estrutura social da agropecuária brasileira definida por Singer, em relação ao ano de 1976, tendo por referência o ano de 1960, torna-se bastante útil para a periodização escolhida no caso desta tese, tendo em vista a hipótese sob análise.

A transformação na estrutura ocupacional da agropecuária brasileira, nesse período, é acompanhada por uma mudança significativa no que se refere à repartição da renda (fato que, aliás, ocorre de uma forma generalizada, para atividades agrícolas e não-agrícolas, conforme dados disponibilizados pelo autor). Uma mudança substantiva ocorre em relação ao ano de 1976. Singer utiliza uma metodologia construída a partir de classes de renda em salários mínimos, para fins de comparação entre os anos de 1960, 1970 e 1976, com a

ressalva de que o salário mínimo de 1976 era 18,3% inferior ao vigente em 1960, em termos reais. A tabela 7 a seguir, extraída do estudo de Singer, mostra a evolução da repartição da renda para as atividades agrícolas, seguindo a metodologia de classes de salários mínimos, no período.

**Tabela 7 - Repartição da Renda com Exclusão dos Sem-Rendimentos e dos Não-Declarados. Brasil em 1960, 1970, 1976.**

<b>Atividades Agrícolas</b>			
	1960 (%)	1970 (%)	1976 (%)
0 – 1	88,66	90,57	57,60
1 – 2	7,70	6,37	28,05
2 – 5	2,70	2,52	10,31
5 – 10	0,72	0,37	2,55
10 e mais	0,22	0,18	1,50
<b>Soma</b>	<b>100,00</b>	<b>100,01</b>	<b>100,00</b>

Fontes: IBGE, Censos Demográficos de 1960 e 1970  
 IBGE. PNAD de 1976.  
 Extraído de Singer (1981:68)

O que os dados dessa tabela mostram é que entre 1960 e 1970 não se verifica uma modificação relevante na estrutura da repartição da renda no setor agrícola, tendo ocorrido, inclusive, um aumento da participação da classe de renda até um salário mínimo, no conjunto da renda total (Singer chama atenção para o fato de que o limite de 5 salários mínimos, em 1970, correspondia a 3,7 salários mínimos em 1960, de modo que as classes de 2 a 5 salários mínimos e a de 5 a 10 salários mínimos devem ser comparadas em conjunto, nesse intervalo de tempo). As repartições da renda de 1960 e de 1970 mostram que a grande maioria dos ocupados em atividades agrícolas continuava muito pobre, com aproximadamente nove décimos ganhando até um salário mínimo.

Entre 1970 e 1976, porém, observa-se uma mudança profunda na repartição da renda no setor, destacando-se uma forte redução no percentual de ocupados com renda de até um salário mínimo, que cai de 90,57%, em 1970, para 57,60% em 1976. De acordo com Singer, ocorreu uma transferência de 33% da população para fora dessa classe de renda, na população economicamente ativa agrícola: quase 22% passaram à classe de 1 a 2 salários mínimos, quase 8% foram transferidos à classe de 2 a 5 salários mínimos, 2% passaram à classe de 5 a 10 salários mínimos e 1% à classe de mais de 10 salários mínimos (SINGER, 1981, p.70). Isso não é incongruente com o fato de que a renda continuou se concentrando, em termos relativos, o que se explica pelo aumento da renda média de toda a população economicamente ativa. O que os dados revelam é o aumento da renda de uma parte dos ocupados nas atividades agrícolas que eram muito pobres e, também, das pessoas com renda elevada. Segundo Singer, “a imagem que se forma é de um país que, ainda em 1970, se constituía por uma minoria extremamente pequena de ricos face a uma grande maioria de pobres e que rapidamente se transforma num país em que a minoria de ricos já não é tão pequena e tem abaixo de si um número considerável com rendas médias” (SINGER, 1981, p.73). É importante ressaltar que aproximadamente quatro quintos dos ocupados no setor agrícola ainda ganhavam apenas até dois salários mínimos, em 1976, porém é visível uma ampliação das rendas médias.

### **5.3. Estratificação social e desigualdade de renda na agropecuária brasileira: 1976**

Como já mencionado anteriormente, a categorização de Singer das classes sociais na agropecuária brasileira envolve tanto aspectos que divergem dos critérios adotados nesta tese como similaridades que permitem a aproximação das duas classificações. Ao mesmo tempo, a metodologia utilizada pelo autor na consideração da repartição da renda se diferencia em relação à adotada neste estudo. Entretanto, não obstante essa divergência metodológica, a caracterização da repartição da renda realizada no estudo de Singer é de suma importância para esta tese, pois apresenta o ano de 1976 como sendo o momento das transformações ocorridas na estrutura ocupacional e na repartição de renda da agropecuária

brasileira, em relação aos anos de 1960 e 1970. Embora a opção metodológica desta tese seja pela posição da mediana da renda dos estratos ocupacionais no total dos percentis de renda, o quadro desenhado por Singer, com base nas classes de salário mínimo, é elucidativo em relação à mudança desencadeada pelo processo de modernização do setor agropecuário. Este é o ponto de partida para a análise que se pretende da evolução da participação relativa dos estratos ocupacionais na renda da agropecuária brasileira, a partir de 1976, até 2006.

A pesquisa da PNAD do ano de 1976 considerou sete regiões sócio-econômicas, que foram consideradas adequadas à apreensão de resultados que refletissem a diferenciação regional em relação às características da população. De acordo com os resultados da pesquisa desse ano, os principais estratos sociais da agropecuária brasileira, identificados pela posição na ocupação, estavam distribuídos conforme a tabela 8, a seguir.

**Tabela 8 - Estratos ocupacionais em atividades agropecuárias (em percentual): Brasil, ano de 1976**

<b>EMPREGADORES</b>	<b>32,14</b>
Estrato técnico/burocrata/gerencial	0,42
Agricultores familiares / conta própria	38,76
Trabalhadores formais	5,01
Trabalhadores informais	23,67
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE, PNAD de 1976.

Observando-se os resultados da PNAD de 1976, percebe-se que o percentual de empregadores (32,14%) é muito diferente do que foi encontrado por Singer<sup>66</sup>, que é de 0,6%, sendo, entretanto, próximo ao percentual de participação da pequena burguesia (34,7%), segundo aquele autor. Tendo em vista que o percentual de participação dos

<sup>66</sup> Os resultados da pesquisa de microdados da PNAD de 1976 divergem daqueles relativos aos demais anos pesquisados, conforme será mostrado adiante.

empregadores no setor agropecuário é usualmente pequeno, não atingindo dois dígitos, é possível que os 32,14% observados refiram-se, de fato, a pequenos empregadores ou a proprietários ocupados por conta própria e que dirigem os seus próprios empreendimentos, o que aproximaria essa categoria do tamanho da pequena burguesia de Singer. Observa-se, ainda, que o percentual de ocupados por conta-própria (38,76%) mais o percentual de trabalhadores informais (23,67%), que, somados, atingem 62,43%, aproxima-se do percentual relativo ao subproletariado construído por Singer, que é 54,1% (em que um dos principais critérios, é importante lembrar, é a insuficiência de renda). O resultado para o tamanho e participação do estrato dos trabalhadores formais (5,01%) diverge do resultado encontrado por Singer para o chamado proletariado (10,6%), porém mais em termos absolutos do que relativos. Não parece haver uma divergência importante em relação à participação do estrato tecnocrático e gerencial (0,42%), na comparação com a participação percentual da burguesia gerencial no conjunto da burguesia (as duas somam uma participação de 0,6%, no estudo de Singer).

O que se observa, com esses resultados, é que o ano de 1976 revela uma mudança na estrutura social da agropecuária brasileira, tomando como base o ano de 1960, compatível com a reestruturação produtiva do setor, implementada a partir da segunda metade da década de sessenta. Os dados da PNAD de 1976, de certa forma, são consistentes com as análises do processo de modernização da agropecuária do país, se tivermos em conta as ressalvas relacionadas aos critérios de classificação, apontadas anteriormente.

A distribuição dos rendimentos no setor, entre os estratos sociais considerados, por sua vez, é compatível com as características da transformação da composição das classes sociais agrícolas, nos termos anteriormente apontados por Singer, no período entre 1960 e o ano de 1976. A tabela 9, a seguir, mostra essa distribuição, em termos de posição da mediana da renda de cada estrato social considerado nos percentis da renda total do setor.

**Tabela 9 – Percentil da Mediana das Classes Sociais – Brasil 1976 Percentil da Mediana da Renda das Classes Sociais na Agropecuária Brasileira**

	<i>Percentil da Renda</i>
Empregadores	94
Estrato técnico/burocrata/gerencial	83
Trabalhadores formais	58
Agricultores familiares / conta-própria	54
Trabalhadores informais	48

**Fonte:** IBGE, PNAD de 1976

Observa-se que, considerando-se a totalidade do país, o maior valor da mediana da renda é alcançado pelos empregadores e situa-se no décimo dos valores mais elevados. Em seguida encontra-se a participação relativa do estrato tecnocrático e gerencial. Isso significa uma maior participação relativa na renda total pelos estratos sociais da estrutura ocupacional agrícola que são detentores de maiores ativos físicos e de qualificação ou de recursos organizacionais. Os trabalhadores formais ficam com a terceira colocação na participação relativa na renda total, o que é compatível não apenas com a existência de contratos amparados pela legislação trabalhista, como, também, com um nível mais elevado de qualificação em relação ao conjunto dos trabalhadores agrícolas.

Os agricultores familiares, cujo critério de classificação é a ocupação por conta-própria, situam-se em uma posição menos favorável, ficando relativamente próximos da posição dos trabalhadores formais. Isto significa que, em 1976, uma parcela relevante dos agricultores de base familiar participava de forma desfavorável na renda gerada no setor agropecuário, sendo relativamente baixo o percentil da mediana da renda dessa categoria. Significa, também, que quase um quarto da força de trabalho (os trabalhadores informais) do setor agropecuário alcançava a pior participação relativa na distribuição dos rendimentos, tendo em vista sua posição da mediana da renda no total dos percentis.

Este resultado é consistente com a literatura que aponta para a permanência, no processo de modernização da agricultura brasileira, de um vasto contingente de ocupados no setor da agropecuária em condições de empobrecimento, dentro dos estratos dos agricultores por conta-própria e dos trabalhadores informais. Os resultados são compatíveis com as características do processo de modernização econômica da agricultura brasileira e com as posições relativas assumidas pelos principais estratos da estrutura social da agropecuária do país, em termos dos recursos de que dispõem, uma década após o início da mudança do padrão tecnológico na produção. Com relação aos agricultores familiares, especificamente, pode-se argumentar que o resultado da pesquisa não capta o total efetivo de sua renda, tendo em vista a ausência de investigação da parcela da produção para auto-consumo. Nessa perspectiva, a posição desse estrato social pode estar subestimada. Entretanto, é muito importante considerar que os dados revelam uma participação desfavorável desse estrato social na participação no conjunto da renda monetária, o que é relevante quando se considera o aumento de gastos monetários que acompanham a modernização econômica e da vida social.

#### **5.4. Estratificação social e desigualdade de renda na agropecuária brasileira: aspectos de mudança nas décadas de 1980 e 1990**

Como vimos anteriormente, a política agrícola do país mostra sinais de esgotamento já no final dos anos 1970. Contudo, nos anos 1980, consolida-se o novo padrão de produção da agropecuária brasileira, como mostra a literatura pertinente, contrariamente ao suposto anterior de que reformas estruturais seriam imprescindíveis à mudança. Um fato marcante no período foi o desenvolvimento de pesquisas pela EMBRAPA, de que resultaria o grande salto tecnológico no setor. No ano de 1986, a estrutura social do setor, segundo dados da PNAD desse ano, mostrava-se constituída conforme a tabela a seguir.

**Tabela 10 - Estratos ocupacionais em atividades agropecuárias (em percentual): Brasil, ano de 1986**

Empregadores	4,76
Estrato técnico/burocrata/gerencial	1,42
Agricultores familiares / conta-própria	42,38
Trabalhadores formais	8,77
Trabalhadores informais	42,67
Total	100,00

**Fonte:** IBGE, PNAD de 1986.

O que mais chama atenção nos dados sobre a estrutura ocupacional da agropecuária brasileira, segundo a PNAD de 1986, quando comparados com os de 1976, é a participação do estrato de empregadores, que muda de 32,14% para 4,76%, um percentual consistente com o perfil desse estrato social, de acordo com as informações obtidas na literatura pertinente. É razoável supor que as estatísticas de 1986 refletem mais adequadamente a estrutura ocupacional do setor. Observa-se uma ampliação na participação do estrato tecnocrático e gerencial, de 0,42% para 1,42%, o que é compatível com a consolidação do processo de modernização agrícola, bem como na participação dos trabalhadores formais, de 5,01% para 8,77%. Por outro lado, os dados mostram um aumento considerável da participação dos trabalhadores informais, que passa de 23,67% para 42,67. Uma possível explicação para esse fenômeno pode estar relacionada à saída de um contingente de agricultores mais pobres do grupo dos ocupados por conta própria para o estrato dos trabalhadores desprotegidos pela legislação trabalhista.

Com relação à distribuição da renda no interior da estrutura ocupacional, observa-se que não houve mudança significativa em relação à de 1976, como pode ser verificado na tabela 11, a seguir. O que chama atenção é o distanciamento da posição da mediana da renda dos trabalhadores formais (que apresenta um comportamento ascendente) em relação à dos trabalhadores informais (que decresce), no período considerado.

**Tabela 11 - Percentil da Mediana das Classes Sociais – Brasil 1986 Percentil da Mediana da Renda das Classes Sociais na Agropecuária Brasileira**

	<i>Percentil da Renda</i>
<b>EMPREGADORES</b>	94
Estrato técnico/burocrata/gerencial	81
Trabalhadores formais	63
Agricultores familiares / conta-própria	54
Trabalhadores informais	41

**Fonte:** IBGE, PNAD de 1986

O valor da mediana da renda do estrato dos empregadores mantém-se no décimo mais elevado dos percentis da renda, enquanto o do estrato tecnocrático e gerencial alcança o percentil 81, mantendo-se elevado, em relação ao ano de 1976. Os trabalhadores formais alcançam uma posição mais elevada da mediana de sua renda, que se posiciona no percentil 63, ao invés da posição 58, anterior. A posição da mediana da renda dos agricultores familiares apenas se mantém, sem sofrer qualquer elevação em relação ao nível baixo de posicionamento no total da renda do ano de 1976. A posição da mediana da renda dos trabalhadores informais, além de posicioná-los no último lugar, cai, o que demonstra a baixa capacidade de auferir renda desse estrato social.

Na década de 1990, as instabilidades da política agrícola e as mudanças originadas pelas reformas econômicas constituíram um cenário de muitas incertezas. Os grupos sociais envolvidos nos sistemas agroindustriais se depararam com a necessidade de criar novas estruturas de coordenação dos conflitos ao longo das diversas cadeias produtivas, para fazer frente à maior competição que emergiu dentro do país e no plano internacional. Ao mesmo tempo, na primeira metade da década, expandiram-se os direitos trabalhistas, que tinham sido incorporados pela Constituição de 1988, para os ocupados no setor agropecuário. A estrutura social da agropecuária do país, em 1996, apresenta-se com algumas diferenças importantes, em relação ao ano de 1986, como pode ser visto na tabela 12, a seguir.

**Tabela 12 - Estratos ocupacionais em atividades agropecuárias (em percentual): Brasil, ano de 1996**

<b>EMPREGADORES</b>	3,60
Estrato técnico/burocrata/gerencial	1,71
Agricultores familiares / conta-própria	55,79
Trabalhadores formais	10,61
Trabalhadores informais	28,29
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE, PNAD de 1996.

No que se refere à composição da estrutura ocupacional, observa-se um aumento percentual dos agricultores familiares, que passam de uma participação de 42,38% em 1986, para 55,79%, em 1996. Outro dado que chama atenção é o percentual de participação dos trabalhadores informais, que cai de 42,67% para 28,29%. O percentual dos trabalhadores formais apresenta uma ligeira elevação, de 8,77% para 10,61%, da mesma forma que o percentual do estrato tecnocrático e gerencial, de 1,42% para 1,71%. Portanto, no que diz respeito ao tamanho da participação percentual dos diversos estratos sociais na estrutura ocupacional da agropecuária brasileira, percebe-se, em relação a 1986, um peso maior dos agricultores familiares (o estrato de empregadores diminui sua participação de 4,76%, em 1986, para 3,60%, em 1996) e, ao mesmo tempo, uma ampliação dos estratos diretamente ligados à maior complexidade tecnológica dos processos produtivos do setor.

Com relação à distribuição da renda no interior da estrutura ocupacional, observa-se que houve uma mudança relevante em relação aos resultados de 1986, no que diz respeito à posição da mediana da renda dos agricultores familiares na distribuição dos percentis, como pode ser verificado na tabela 13, a seguir. Aparentemente, em um cenário de abertura comercial e desregulamentação dos mercados, os agricultores familiares sofreram severas perdas.

**Tabela 13 - Percentil da Mediana das Classes Sociais – Brasil 1996. Percentil da Mediana da Renda das Classes Sociais na Agropecuária Brasileira**

	<i>Percentil da Renda</i>
<b>EMPREGADORES</b>	95
Estrato técnico/burocrata/gerencial	82
Trabalhadores formais	71
Trabalhadores informais	56
Agricultores familiares / conta própria	31

**Fonte:** IBGE, PNAD de 1996.

A posição da mediana da renda dos agricultores familiares nos percentis cai de 54, em 1986, para 31, no ano de 1996, o que significa que um contingente significativo desse estrato social auferiu os mais baixos rendimentos do setor. Em compensação, os dados para os trabalhadores informais mostram uma evolução favorável, variando da posição 41, em 1986, para 56, em 1996. O estrato dos empregadores, o estrato tecnocrático e gerencial e o estrato dos trabalhadores formais ostentam as posições mais elevadas, mantendo (caso dos empregadores) e até ampliando as posições de suas medianas da renda no total dos percentis (estrato tecnocrático e gerencial e trabalhadores formais), o que indica uma participação favorável ao conjunto da agricultura patronal. Os elementos de precarização do trabalho, apontados na literatura, para a década de 1990, parecem, por sua vez, terem influenciado fortemente o segmento da agricultura familiar.

### **5.5. Estratificação social e desigualdade de renda na agropecuária brasileira: primeira década dos anos 2000**

Como já foi discutido ao longo desta tese, a década de 1990 caracterizou-se, por um lado, pela ampliação dos direitos trabalhistas para os trabalhadores do setor agropecuário e pela conquista de uma política de financiamento oficial específica para os agricultores familiares, no contexto de um debate em que essa categoria social adquire uma maior relevância em relação às discussões prevaletentes sobre o tema nos anos 1970. Por outro

lado, no contexto dos mercados, uma reestruturação produtiva se instala. Os dados de 2006, tendo como referência o ano de 1996, mostram algumas alterações na composição da estrutura ocupacional da agropecuária brasileira, como pode ser visto na tabela 14.

**Tabela 14 - Estratos ocupacionais em atividades agropecuárias (em percentual): Brasil, ano de 2006**

<b>EMPREGADORES:</b>	4,49
Estrato técnico/burocrata/gerencial	1,26
Agricultores familiares / conta-própria	43,74
Trabalhadores formais	15,81
Trabalhadores informais	34,71
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** IBGE, PNAD de 2006.

Observa-se uma ampliação no percentual de participação dos trabalhadores formais, de 10,61% em 1996 para 15,81% em 2006 e dos trabalhadores informais, de 28,9% em 1996 para 34,71% em 2006. Observa-se, por outro lado, uma redução na participação dos agricultores familiares, de 55,79% em 1996 para 43,74% em 2006. Cresce o percentual dos empregadores, de 3,60% em 1996 para 4,49% em 2006.

Com relação à distribuição da renda do setor entre os estratos sociais considerados, os dados mostram uma diferença importante no que diz respeito ao comportamento da mediana da renda de agricultores familiares e de trabalhadores informais, quando considerado em perspectiva com o ano de 1996. Diferentemente de 1996, quando a mediana da renda dos agricultores familiares situou-se em uma posição inferior à dos trabalhadores informais, em 2006 observa-se que houve um movimento na direção inversa. A posição da mediana da renda dos agricultores familiares elevou-se, enquanto a dos trabalhadores informais sofreu uma queda. A tabela 15 mostra que os estratos dos agricultores familiares e dos trabalhadores informais ostentavam uma mesma posição da mediana da renda nos percentis da distribuição da renda total.

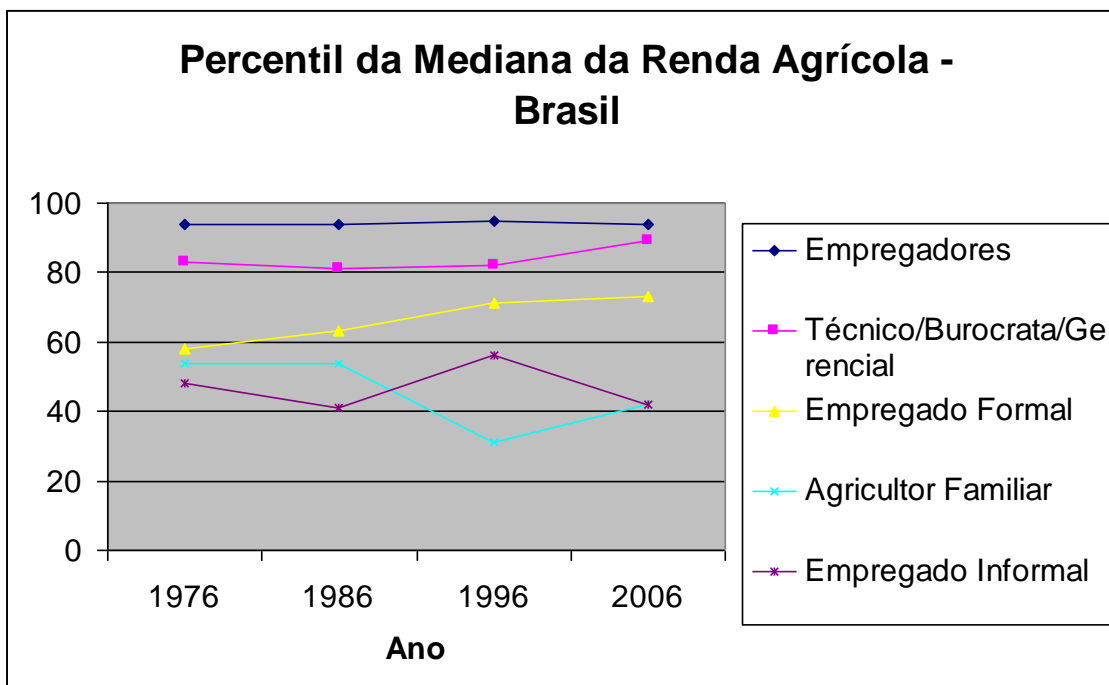
**Tabela 15 - Percentil da Mediana das Classes Sociais – Brasil 2006. Percentil da Mediana da Renda das Classes Sociais na Agropecuária Brasileira**

	<i>Percentil da Renda</i>
<b>EMPREGADORES</b>	94
Estrato técnico/burocrata/gerencial	89
Trabalhadores formais	73
Agricultores familiares / conta própria	42
Trabalhadores informais	42

**Fonte:** IBGE, PNAD de 2006.

Dois aspectos chamam atenção quando se considera os valores e as posições da mediana da renda dos estratos sociais agrícolas no conjunto da renda do setor agropecuário, em 2006. O primeiro é a persistência de posições elevadas para os ocupados nas categorias de empregadores, do estrato tecnocrático e gerencial e dos trabalhadores formais (os dois últimos estratos mantêm uma trajetória ascendente). O segundo é a manutenção de níveis inferiores dos percentis das medianas da renda para os agricultores familiares e para os trabalhadores informais (não obstante a observação de que ocorreu uma pequena recuperação relativa da renda dos agricultores familiares, entre os anos de 1996 e 2006). No gráfico a seguir podem ser observadas as tendências de longo prazo para a distribuição de renda no setor agropecuário, desde 1976 até 2006.

**Gráfico 1 - Evolução geral da mediana da renda segundo classes sociais agrícolas no período entre 1976 e 2006 – Brasil.**



### **5.6. Agropecuária brasileira: mercado de trabalho segmentado e repartição da renda**

Os dados sobre a repartição da renda na estrutura ocupacional da agropecuária brasileira, tendo como indicativo a posição da mediana da renda de cada estrato social no conjunto dos percentis da renda, mostra claramente que as classes modernas ampliam sua participação na renda total, como pode ser visto no gráfico 1. A trajetória da participação na renda total dos principais estratos sociais, por outro lado, deixa clara uma segmentação no mercado de trabalho do setor, que persiste no tempo. A principal segmentação ocorre no mercado de trabalho dos assalariados, porém atinge, em um grau importante, também, a categoria dos agricultores familiares. Isso pode ser demonstrado, por um lado, pela distinta participação relativa na renda total dos trabalhadores formais e dos trabalhadores informais, o que é consistente tanto com o que é encontrado na literatura sobre o tema quanto com a abordagem teórica da segmentação de mercados. O gráfico 1 mostra que a posição da mediana da renda dos empregados formais já era, comparativamente, mais elevada, em

1976, crescendo gradualmente nas décadas seguintes. Já a posição da mediana da renda do trabalhador informal, a mais baixa entre os estratos sociais considerados, em 1976, avança num sentido de aumento a partir da década de 1980, reduzindo sua distância em relação à participação relativa dos trabalhadores formais, na década de 1990, caindo, porém, em seguida, atingindo o mesmo patamar da década de 1970, em 2006.

Isto significa que a distância, na participação na renda total, entre os dois sub-setores do mercado de trabalho assalariado, apresenta uma tendência de aumento, em anos recentes. Ou seja, os integrantes do sub-setor do mercado formal da agropecuária alcançam, crescentemente, posições ocupacionais em que se associam uma maior proteção social e uma maior renda. Tratoristas, mecânicos e outros trabalhadores especializados, contratados permanentes sob o amparo da legislação trabalhista, são os prováveis integrantes desse segmento, conforme informação colhida em entrevistas. O imenso sub-setor do mercado informal, por seu lado, perpetua as condições precárias de trabalho e de proteção social, bem como os níveis baixos de rendimentos dos seus integrantes. Uma vez que esse estrato social soma um total nada desprezível dos ocupados na atividade, em 2006 (34,71%), pode-se afirmar que a agropecuária brasileira utiliza, na atualidade, um grande contingente (em torno de um terço) de trabalhadores com escasso poder de negociação de salários. Eles compõem, provavelmente, a força de trabalho de uso sazonal nos diversos sub-setores produtivos, em todo o país.

Outra importante distinção na participação relativa na renda total, em termos de segmentação de mercados, manifesta-se no comportamento da mediana da renda dos agricultores familiares. Em um movimento inverso ao dos trabalhadores informais, a posição da mediana da renda dos agricultores familiares despenca nos anos anteriores a meados da década de 1990, mostrando, a partir de então, uma recuperação, no período coincidente com a instituição e implementação do PRONAF. Entretanto, esse estrato social não consegue, sequer, retornar, em 2006, aos níveis da década de 1970, quando se consolidava o perfil da agricultura moderna brasileira. Ambas as categorias, de agricultores familiares e de trabalhadores informais alcançam a mesma posição nos percentis da renda

total, em 2006, o que sugere que ocupam lugares próximos na estrutura de trabalho, em termos de remuneração. Isso pode significar uma segmentação ampliada, reunindo trabalhadores informais e uma parcela dos agricultores familiares em condição de precariedade, em contraposição à categoria dos trabalhadores formais. Essa constatação não quer dizer, de maneira alguma, a afirmação de qualquer equivalência conceitual entre trabalhadores assalariados e agricultores familiares, apenas leva em conta a abordagem teórica de Beck *et.al.* (1978), discutida anteriormente, a respeito de um modelo dual no qual os empregadores e os trabalhadores enfrentam condições fundamentalmente diferentes e operam de acordo com regras distintas, em cada segmento.

Quando visualizada a estrutura ocupacional do setor agropecuário como um todo, emerge uma grande segmentação, como pode ser observado no gráfico anterior. Os estratos de empregadores, o tecnocrático e de gerentes e o de trabalhadores formais mantêm uma trajetória ascendente na participação relativa no total da renda, o que não ocorre com o conjunto dos agricultores familiares e os trabalhadores informais. É preciso considerar, porém, que os agricultores familiares considerados na pesquisa são aqueles que empregam estritamente mão-de-obra familiar, não incluindo pequenos empregadores de base familiar, o que influencia nos resultados, principalmente quando se tem em conta o peso dos agricultores empobrecidos, nesse segmento. Isto significa que não se pode, a rigor, estabelecer uma equivalência entre a posição ocupacional dos agricultores familiares e uma situação de precariedade, de um modo generalizado. Nem mesmo se pode concluir por uma equivalência entre agricultores precarizados e agricultores estritamente familiares (que somente utilizam a força de trabalho própria e a da família), tendo em vista a heterogeneidade subsistente em ambos os sub-grupos – os puramente familiares e os que utilizam força de trabalho externa de forma temporária. Estudos mais detalhados poderão servir de base para uma tipologia mais adequada desse estrato social, que leve em conta a diferenciação em seu interior.

## 5.7. Agropecuária brasileira: estrutura de classe e repartição da renda

O comportamento da participação relativa dos estratos sociais na distribuição da renda total da agropecuária do país é consistente, de uma maneira geral, com o perfil ostentado pela segmentação do mercado de trabalho do setor. Por outro lado, a posição de classe, identificada com a posição ocupacional, afeta a repartição de rendimentos entre os estratos sociais considerados, o que pode ser visualizado no gráfico 1. Os ocupados no estrato de empregadores alcançam, desde 1976, os patamares mais elevados na distribuição da renda do setor, o que é compatível com suas capacidades de classe vinculadas à propriedade de ativos físicos, tecnológicos e organizacionais.

Estudo de Marlon Gomes Ney (2006) destaca a importância da propriedade de ativos como condicionante de uma maior participação na divisão da renda pelos mais abastados do setor agropecuário. Segundo levantamento feito com 20% dos mais abastados do campo com idade igual ou maior do que 25 anos, seus níveis de escolaridade não são altos, embora, como ressalta o autor, seus filhos estejam freqüentando a escola por mais tempo. Nesse grupo encontram-se 21,3% com escolaridade inferior a 1 ano, 23,4% com escolaridade de um a três anos e 25,5% tendo concluído apenas a quarta série do ensino fundamental, o que perfaz um total de 70,2%. Para Ney (2006), esse resultado é revelador da importância, não de um nível elevado de educação, mas da apropriação da terra, no acesso à riqueza. No contexto da agricultura moderna, é preciso agregar à terra a propriedade de outros ativos, especialmente os tecnológicos, o que apenas fortalece a abordagem da propriedade como compatível com o maior acesso à distribuição de renda, por parte dos empregadores.

Considerando-se as características do setor agropecuário, pode-se esperar que dentro do estrato dos empregadores sejam encontrados muitos pequenos empregadores, ao lado de um número muito menor de grandes empregadores e de corporações (os números mostram que a maioria dos empregadores emprega uma quantidade relativamente pequena de assalariados, como visto anteriormente). Portanto, é provável que uma pequena parte dos

empregadores seja constituída de agricultores com características familiares, como argumenta, em entrevista, um membro de uma associação de produtores agrícolas. Ou seja, trata-se de empregadores que gerenciam seus próprios empreendimentos, mas que possuem ativos em nível suficiente para empregar um ou mais assalariados, além de uma provável força de trabalho familiar (o que é, inclusive, compatível com as regras que definem o público do PRONAF). Portanto, é possível que uma parcela mais capitalizada de agricultores que não perderam sua característica familiar esteja incluída na categoria dos empregadores, pela pesquisa da PNAD. Por outro lado, é recorrente nas entrevistas realizadas a afirmação de que uma parte da agricultura familiar do país, mesmo com a utilização somente de força de trabalho da família, integra-se com sucesso em cadeias produtivas, especialmente na Região Sul, sobre a base de tecnologias modernas.

O que confere uma característica de precariedade à categoria ocupacional dos agricultores familiares, visível na débil posição de sua mediana da renda nos percentis da renda total, não é um atraso tecnológico inerente, mas a existência de um contingente muito expressivo de famílias rurais que estão distantes de um padrão tecnológico necessário ao enfrentamento das forças de mercado e que, muitas vezes, integram, inclusive, a categoria dos assalariados, especialmente os informais. Esta, possivelmente, é a principal causa dos resultados de baixa participação na repartição de rendimentos por esse estrato social. Além disso, deve-se considerar que os agricultores familiares, de um modo geral, enfrentam condições piores de negociação ao longo das cadeias produtivas de que participam, quando comparadas com as dos produtores que podem fazer uso das vantagens conferidas a uma maior escala de produção.

A posição na renda total dos ocupados no estrato tecnocrático e gerencial evidencia uma elevada capacidade de negociação de rendimentos. Embora constituam uma parcela muito pequena dos ocupados no setor da agropecuária, esses profissionais mostram-se crescentemente necessários em mercados competitivos e globalizados. Singer (1981) observou que, embora em crescimento, a proporção de gerentes na agricultura é insignificante, quando comparada à dos setores não-agrícolas. Considerando o ano de 1976,

o autor concluíra que o capitalismo agrícola é predominantemente competitivo, uma vez que a direção de um grande número de empresas do setor é feita por seus próprios donos, diferentemente do capitalismo nas cidades, em que a presença de grandes empresas dirigidas por administradores assalariados lhe confere um caráter fortemente monopólico. Entretanto, Figueiredo Santos (2002), considerando o período de 1981 a 1996, constata que o setor agrícola também passa a ter uma gestão mais empresarial e profissionalizada.

De qualquer forma, mesmo tendo uma participação pequena em tamanho de classe, o estrato tecnocrático e gerencial do setor agrícola consegue alcançar aquilo que Singer denomina de rendas altas na forma de retribuição do trabalho (SINGER, 1981). É preciso lembrar que se está considerando, como constitutivos de um mesmo estrato social, o grupo gerencial e os profissionais técnicos e burocratas de maior nível de qualificação, que habitualmente compartilham funções de administração e o desempenho de trabalhos de alta qualificação, no setor agropecuário. Poder-se-ia concluir que a elevada posição relativa da mediana da renda desse estrato ocupacional na renda total dever-se-ia ao maior capital humano incorporado pelos profissionais aí inseridos, à luz da abordagem funcionalista e da teoria da modernização. A literatura mostra que um aumento no capital humano está usualmente associado a maiores rendimentos (SINGER, 1981), mas esse fenômeno não pode ser visto de forma isolada. Segundo a abordagem de classe, os recursos de qualificação e o controle sobre o trabalho de outros (recursos organizacionais) são ativos que influenciam na repartição de rendimentos, em favor de seus detentores. Conforme Singer (1981), os altos salários, nesse caso, não deixam de ser a retribuição de um trabalho, mas trata-se do trabalho de gestão do processo de produção e de circulação, instalado nas áreas mais avançadas da economia.

Com relação aos ocupados na condição de trabalhadores assalariados, evidencia-se, como já foi objeto de discussão, a trajetória ascendente na participação dos empregados formais na repartição da renda. De maneira semelhante ao estrato tecnocrático e gerencial, os empregados formais, de acordo com a literatura, são trabalhadores operacionais detentores de um nível de qualificação e/ou de treinamento mais elevado, em relação ao

conjunto dos trabalhadores rurais; são recrutados, em geral, para o quadro permanente das unidades produtivas e estão protegidos pela legislação trabalhista. Esses trabalhadores, portanto, ostentam atributos e relações de trabalho que lhes conferem uma relativa estabilidade, que se traduz em maior poder de barganha junto aos empregadores.

Os empregados informais ocupam uma posição na distribuição de renda que é compatível com a literatura sobre o tema. Encontram-se nesse estrato, possivelmente, os trabalhadores em caráter sazonal, afetados pela ausência de contratos de trabalho baseados no registro em carteira e ostentando os menores graus de qualificação. Mesmo enfrentando os constrangimentos da fiscalização do trabalho, as empresas fazem uso dos trabalhadores informais, que se posicionam no mercado de trabalho em condições piores de barganha, compatíveis com o seu baixo nível de participação na renda gerada no setor.

Constata-se, portanto, que os elementos de influência de ordem societária na repartição da renda, contidos na abordagem de classe e da segmentação do mercado de trabalho, são compatíveis com a evolução dos níveis de participação relativa dos estratos ocupacionais nos rendimentos do setor agropecuário. Percebe-se que as melhores participações nos rendimentos são encontradas no lado moderno da agropecuária brasileira, restando aos demais sub-setores as rendas estagnadas. É necessário, entretanto, tratar com cuidado o estrato ocupacional dos agricultores familiares, uma vez que em seu interior se encontram as mais diversas situações, variando em termos de capitalização, de avanço tecnológico, de integração em cadeias produtivas, de associativismo e acesso a mercados, entre outras, que impactam a repartição de rendimentos. Além disso, deve-se considerar que os dados de renda para esse estrato social não incluem a produção para o auto-consumo, embora, no caso deste estudo, a renda monetária seja, de fato, mais relevante. Uma análise do contexto no qual as atividades dos agricultores familiares se desenvolvem pode apontar para compatibilidades mais gerais do comportamento da participação em rendimentos desse estrato social. Torna-se útil uma discussão em torno da estrutura mais ampla das relações de trabalho no setor agrícola em décadas recentes, incluindo o lugar dos agricultores familiares nesse quadro, o que será feito no próximo item.

## **5.8. Reestruturação agrícola, relações de trabalho e desigualdade de renda**

Em um âmbito mais geral da economia, uma reestruturação produtiva no Brasil, na seqüência dos processos associados ao rearranjo do capitalismo mundial, emerge efetivamente nos anos 1990, como destaca Figueiredo Santos (2002). Conforme esse autor, as políticas macroeconômicas e institucionais de abertura comercial desordenada, de contenção do crescimento econômico, de desregulamentação econômica e financeira e o desmantelamento do aparelho de Estado produziram fortes impactos na estrutura e na dinâmica de emprego. A queda drástica do imposto inflacionário teria como contrapartida a perda de renda real da agricultura, a quebra de pequenos e médios produtores rurais e o corte brutal de empregos rurais (FIGUEIREDO SANTOS, 2002).

Na mesma linha de argumentação, Max Spoor (2000) considera que, no caso dos países da América Latina e do Caribe, o novo modelo de desenvolvimento introduzido com os ajustes estruturais dos anos 1980 e começos de 1990 é excludente, quando se considera o setor agrícola. Conforme o autor, com a reestruturação econômica, a dinâmica do crescimento encontra-se, amplamente, apenas nos setores de agricultores comerciais que foram capazes de estabelecer ligações com os complexos agroindustriais domésticos ou internacionais, havendo indicações de que a diferença em níveis de tecnologia, produtividade e renda, entre esses produtores e aqueles considerados não viáveis, tenha se ampliado, nesse período.

De acordo com Hall e Soskice (2001), todas as economias desenvolvidas estão hoje mais abertas em relação à situação de 20 anos atrás e suas empresas estão submetidas a uma intensa competição internacional, que as força à inovação. Nessa linha de interpretação, Raynolds (1994) argumenta que o novo ambiente de competição internacional remodela a produção capitalista, no nível da empresa, tanto no que diz respeito à organização e gerenciamento do capital e do trabalho, internamente, quanto em relação à natureza da cooperação e competição entre empresas. Raynolds chama atenção para a agricultura dos países da América Latina e Caribe, não apenas com relação à mudança nos tipos de

commodities agrícolas que estão sendo produzidas, como, também, no que diz respeito à transformação que ocorre na própria organização da produção. Sob as condições de uma economia mundial em transformação, diz a autora, as empresas devem cortar custos e institucionalizar sistemas flexíveis de produção. No caso do setor agropecuário, torna-se importante a consideração desses desafios, na perspectiva da forma contemporânea de ligação dos agricultores com os compradores de seus produtos. Ou seja, os agricultores se inserem em relações com as empresas do conjunto do agronegócio, no interior de cadeias produtivas dos vários sub-setores que integram (1) a produção de matéria-prima; (2) o processamento, a embalagem e as atividades de exportação; e (3) as atividades mercadológicas e de consumo (RAYNOLDS, 1994).

Considerando-se a agricultura familiar, especificamente, as novas exigências e condições da competição internacional agregam um novo sentido à discussão em torno desse estrato social, na perspectiva do debate a respeito da implantação de sistemas flexíveis de produção, de que fala Raynolds. Esse debate se insere no âmbito mais geral da discussão a respeito da mudança de um modelo capitalista de produção fordista para um padrão mais flexível de produção pós-fordista. A autora chama atenção para o cuidado que se deve ter com relação a modelos duais, pois essa visão que opõe a um padrão fordista um modelo pós-fordista nem sempre encontrará eco, na realidade das empresas, de uma forma tão dicotomizada. O fordismo, de um modo geral, é entendido como um modelo de produção em massa, associado ao consumo de massa, que se tornou dominante nos Estados Unidos e nos países da Europa após a segunda grande guerra. No nível da unidade produtiva, o modelo fordista é visto em correspondência com grandes plantas industriais, cujas características incluem grandes máquinas, operando sobre uma base tecnológica rígida e a desqualificação da força de trabalho, por meio da rotinização de tarefas (RAYNOLDS, 1994).

Segundo a autora, encontra-se, na agricultura, um paralelo da produção fordista da indústria, no período do pós-guerra. O exemplo mais visível desse modelo, na agricultura americana, estaria na produção de hortaliças da Califórnia, na qual grandes corporações

passaram a produzir, em larga escala, sobre a base de grandes extensões de terra, com a utilização de tecnologia sofisticada e empregando numerosos trabalhadores de baixa qualificação. Com a ajuda de mudanças tecnológicas na conservação e no transporte, desenvolveu-se, nos países capitalistas, um sistema fordista de alimentos duráveis, conjugando-se uma produção em massa de produtos padronizados, com mercados consumidores indiferenciados (RAYNOLDS, 1994). Esse modelo de produção em larga escala seria seguido pelos países chamados de Terceiro Mundo, ou pelos países em desenvolvimento, especialmente nos setores de exportação, de acordo com a autora.

Entretanto, como argumenta Raynolds, vários autores admitem que, desde os anos 1970, esse modelo perde força, cedendo espaço para um padrão mais flexível de produção pós-fordista e para uma desarticulação entre produção e consumo. Em muitos casos, a integração vertical de grandes empresas deu lugar a um rearranjo entre empresas menores e especializadas, por meio de contratos de produção. Raynolds (1994) argumenta que o novo modelo é baseado na especialização flexível representada por empresas menores interconectadas e produzindo para nichos de mercado. Flexibilidade na organização do trabalho, na especificação do produto e nas estratégias mercadológicas, visando o atendimento de necessidades diversificadas dos consumidores, seria um trunfo do modelo pós-fordista de produção em relação ao padrão fordista, o que não significa, porém, que a organização fordista esteja o tempo todo em desvantagem, já que a produção em grande escala mantém seus ganhos competitivos em muitos mercados.

Uma mudança similar de modelo de produção pode ser observada no setor agrícola. Raynolds (1994) chama atenção para os estudos que mostram a utilização de contratos de produção e de parcerias, em alguns cultivos na agricultura da Califórnia. Recorde-se que nessa região americana desenvolvera-se um modelo de produção baseado fortemente no assalariamento, em contraste com o padrão predominantemente familiar das grandes planícies e o de meação e parceria no Sul do país. Raynolds destaca os efeitos dessa mudança para os países exportadores de produtos agrícolas tradicionais, como é o caso, estudado pela autora, da República Dominicana, em que se busca ocupar os novos espaços

de mercado, investindo-se em produtos não tradicionais. Nesses casos, um modelo pós-fordista baseado em contratos e parcerias pode ser mais adequado em termos de arranjos de trabalho, o que não significa que isso seja válido para todos os empreendimentos, o que mostra, segundo a autora, um excesso na postulação, em termos dicotômicos, dos modelos fordista e pós-fordista de produção.

Conforme foi mencionado em capítulo anterior, Neves e Fernandes (2009) apontam para a existência desse fenômeno no setor agropecuário brasileiro. Ou seja, observa-se uma diversificação na agropecuária do país, no sentido de que, ao lado de alguns subsetores fortemente apoiados na mecanização dos processos produtivos (a soja é um bom exemplo), emergem subsetores que utilizam arranjos de trabalho baseados em princípios compatíveis com o da especialização flexível (como a avicultura, a suinocultura, a fruticultura e a horticultura).

Como foi discutido anteriormente, o grande debate em termos da organização do trabalho na agricultura brasileira, a partir da modernização dos processos de produção, centrou-se, principalmente, na destruição das formas tradicionais de trabalho, no grande movimento de migração rural-urbana e nas características e condições de vida do enorme contingente de trabalhadores assalariados, que, então, se formava. Embora o tamanho do estrato dos agricultores de base familiar não deixasse dúvida quanto à sua relevância e ainda que essa categoria tenha constituído um número não desprezível de agricultores modernizados, formas de organização do trabalho identificadas com os agricultores familiares mereceram menos atenção, no contexto dos processos modernizantes.

Constata-se, na década de 1990, um aumento do interesse, tanto teórico quanto empírico, em formas de trabalho baseadas na agricultura de base familiar. Collins (1993), por exemplo, analisa a emergência de formas de organização do trabalho baseadas na parceria e em contratos com agricultores familiares, na produção de frutas na região Nordeste do Brasil, tendo por referência os conceitos de flexibilidade e adequação às exigências de mercado, no contexto das mudanças apontadas anteriormente em relação ao

modelo fordista de produção e consumo. Esse estudo é bastante elucidativo a respeito das formas diversificadas de organização do trabalho de que participam os agricultores familiares, nas várias cadeias produtivas do setor agropecuário, fornecendo elementos para a compreensão das possibilidades abertas para esse estrato social.

### **5.8.1. Organização e gerenciamento do trabalho: contratos e parcerias**

A produção e a comercialização de frutas e hortaliças frescas, transacionadas no mercado internacional, envolvem empresas modernas e eficientes, que dispõem de estrutura logística adequada para operarem com enormes volumes e diversos tipos de produtos, dentro de elevados padrões de qualidade. Dessa complexidade emerge a diferenciação pela qualidade, custos e excelência da logística como principais elementos definidores de vantagem competitiva de empresas e países. A diversidade das preferências dos consumidores e as várias configurações de cestas de frutas e hortaliças formam um imenso mosaico de possibilidades e exigências que devem ser compatibilizadas de maneira adequada e em tempo real. Em termos globais, pode-se dizer que a produção de frutas e hortaliças no país internalizou as principais tecnologias compatíveis com a inserção competitiva no mercado internacional (Banco do Brasil, 1998).

As formas de organização do trabalho entre os participantes desse sistema (assalariamento, integração vertical ou outras vias de utilização da força de trabalho) emergem como um mecanismo fundamental de defesa face às mudanças no mercado. Collins (1993) considera que um espectro de relações de emprego ocorre na produção agrícola irrigada do vale do São Francisco, na região Nordeste do Brasil, na medida em que se expande uma produção de frutas e hortaliças para o mercado global e doméstico. No caso das exportações, o critério de qualidade tornou-se crucial para o atendimento da demanda crescente por frutas e hortaliças frescas, nos principais mercados importadores mundiais localizados no hemisfério norte, representados, principalmente, pelos Estados Unidos, os países da União Européia e o Japão, onde se encontram consumidores cujas

necessidades básicas de alimentação, em termos de quantidade, estão plenamente satisfeitas. Essa tendência abre novas perspectivas para a participação do hemisfério sul no mercado mundial de frutas e hortaliças, especialmente nas entressafras de colheita do hemisfério norte. A produção do Vale do São Francisco abastece, ainda, o mercado interno, representado pelas cidades do próprio Nordeste e as da região Centro-Sul do país. Tanto o mercado externo quanto o mercado doméstico de frutas e hortaliças apresentam características que dizem respeito a uma maior valorização de alimentos saudáveis na composição da cesta alimentar das pessoas.

O mercado de frutas e hortaliças apresenta duas características específicas, uma elevada perecibilidade (ainda maior em relação ao conjunto dos produtos agropecuários, naturalmente perecíveis) e uma produção intensiva em força de trabalho. Não se trata, porém, de identificar-se um regime de organização do trabalho a partir das características dos produtos ou da tecnologia que pode ser utilizada. Como observa Collins, faz sentido dizer que o cultivo extensivo de grãos se adéqua melhor às unidades de trabalho familiar; que o cultivo intensivo demanda uma força de trabalho disciplinada e que o trabalho assalariado é favorecido pela crescente mecanização e padronização de tarefas. Essas correlações, no entanto, conforme sustenta a autora, não são nem diretas e nem unidirecionais, ao contrário, são mediadas pelas ações das empresas e dos trabalhadores, que operam dentro de contextos políticos e legais historicamente específicos e no interior de redes de relações sociais estabelecidas. Além disso, não se pode deduzi-las das teorias de transição agrária, baseadas na abordagem do desenvolvimento capitalista, que prevê a substituição dos modos de organização do trabalho e não sua coexistência. Para a autora, regimes de trabalho emergem como o resultado de negociação e luta entre empresas e classes trabalhadoras em tempos e lugares específicos.

Para definir os tipos de arranjos de trabalho passíveis de adoção pelas empresas em operação no Vale do São Francisco, Collins (1993) aborda as três áreas de problemas relacionados com o gerenciamento do trabalho, tratadas pela literatura sobre reestruturação agrícola: a de qualidade, a de flexibilidade e a de estabilidade. Conforme argumenta a

autora, é razoável supor que as empresas contratantes irão optar por arranjos de trabalho mais adequados à solução dos problemas mais cruciais para o seu sistema produtivo. Collins contrasta a tendência ao deslocamento de grande quantidade de trabalho na agropecuária em geral (especialmente em produtos como o trigo, a soja, o sorgo e o gado), com a manutenção, em alguns subsetores, da necessidade de grandes quantidades de trabalho em caráter intensivo e sem perda de qualidade. A produção de frutas e de hortaliças enquadra-se neste último subsetor de produção, exigindo a realização de muitas tarefas. Collins lista três tipos de exigência com que habitualmente se defrontam as empresas que operam nos ramos da fruticultura e de hortaliças. Primeiro, os elevados padrões de qualidade dos nichos de mercado de compradores, difíceis de serem obtidos com técnicas de colheita mecânica; segundo, o cumprimento, no tempo adequado, dos procedimentos da produção; e, terceiro, o uso freqüente de tecnologias de irrigação. Por essas razões, diz a autora, as empresas envolvidas na produção de frutas e hortaliças requerem um investimento intensivo em trabalho, habitualmente maior do que em outros subsetores agropecuários. Por conseqüência, o subsetor de frutas e hortaliças encontra-se entre aqueles que mais experimentam arranjos diversificados de trabalho, tendo por referência a qualidade do trabalho, a flexibilidade da força de trabalho e a busca por estabilidade no uso do trabalho nos processos produtivos.

Collins (1993) argumenta que quando se produz frutas e hortaliças para o mercado nacional ou global, em contraposição aos mercados regionais, os produtos devem ostentar padrões globais de qualidade, do que resultam implicações no que diz respeito ao uso do trabalho na produção. Collins (1993) exemplifica esse aspecto da produção com a utilização da parceria na produção de morangos da Califórnia, como um modo de atingir uma qualidade do trabalho que é referida a situações em que aspectos como a eficiência, o cumprimento de prazos e a inventividade tornam-se cruciais no resultado do produto. Nesse sentido, de forma contrária aos conceitos de padronização e desqualificação aplicados com freqüência à agricultura, para algumas frutas e hortaliças os padrões de qualidade exigidos podem requerer uma força de trabalho qualificada e experiente. Os produtores, então, buscam formas de trabalho que permitam o monitoramento das plantas, o manuseio

cuidadoso da fruta e a observação de horários, e são estes aspectos que conferem ao trabalho o caráter de qualidade de que se está tratando.

Como já foi mencionado, o subsetor das frutas e das hortaliças apresenta um risco elevado para os produtores, tanto por problemas na produção e no transporte, quanto no que diz respeito a aspectos econômicos, o que inclui um alto grau de competição por fatias de mercado. Desta forma, além de enfrentar o imperativo da qualidade dos produtos, as empresas envolvidas nesse subsetor têm de fazer face ao problema de redução de custos de produção, o que leva à busca de formas flexíveis de organização do trabalho. Conforme Collins, o imperativo da flexibilidade refere-se à necessidade de garantir força de trabalho para o ciclo de produção de uma forma a minimizar os custos, o que significa, basicamente, fazer uso do trabalho temporário da forma mais barata possível. A flexibilidade, nesse caso, implica não apenas na redução de pagamentos aos trabalhadores, durante o tempo em que eles não estão em trabalho, como uma ausência de ofertas de benefícios, como seguro de saúde e, também, o não cumprimento das exigências da legislação trabalhista. Estratégias de emprego mais flexível, portanto, seriam compatíveis com a internacionalização crescente do mercado de trabalho.

Os imperativos de qualidade e de flexibilidade de custos, contudo, são considerados em perspectiva com a preferência dos empregadores por uma força de trabalho relativamente dócil e estável. Segundo Collins, essa dimensão política é crucial quando se considera a necessidade de se evitar qualquer interrupção em processos produtivos dessa natureza e, mesmo, movimentos reivindicatórios em torno de temas relacionados à proteção trabalhista. O imperativo de estabilidade na produção leva as empresas do agronegócio a evitarem, sempre que possível, a força de trabalho estável dos assalariados, optando por formas flexíveis, encontradas no contingente de trabalhadores sazonais (constituídos, muitas vezes, por mulheres) e nas parcerias ou contratos com agricultores familiares.

É importante considerar que, de uma maneira geral, os dilemas referentes à organização e gerenciamento do trabalho estão presentes no setor agropecuário como um

todo, como visto em capítulo anterior. Entretanto, o que Collins demonstra é que, em alguns subsetores, o equilíbrio dos aspectos de custo e de qualidade envolve, de forma mais aguda, o problema do gerenciamento do trabalho. Para o atendimento desses aspectos da produção, em subsetores específicos, a parceria e o contrato de trabalho familiar surgem como processos dinâmicos de organização e gerenciamento do trabalho em um mundo globalizado, ao invés de serem vistos como formas anacrônicas de produção no setor da agropecuária. Na fruticultura irrigada do Nordeste, especificamente, as empresas do agronegócio articulam o trabalho, em seus processos de produção, por recorrência aos três imperativos delineados anteriormente: os padrões de qualidade estabelecidos no mercado internacional; a flexibilidade nos prazos e na remuneração dos trabalhadores; e a garantia contra a mobilização de trabalhadores e distúrbios na produção (como é o caso da sindicalização dos trabalhadores no subsetor da cana de açúcar). Collins (1993) constrói uma tipologia com três variações das melhores opções de arranjos de trabalho para o fornecimento do produto agrícola à empresa compradora, a partir dos três imperativos citados.

No caso de prevalência da exigência de alta qualidade do trabalho, em função dos padrões estabelecidos no mercado internacional, o melhor arranjo de trabalho aparece na forma de contrato ou parceria da empresa compradora diretamente com agricultores. Estas formas de arranjo de trabalho para a produção de frutas e hortaliças permitem a especificação de insumos a serem utilizados, do calendário a ser seguido e das práticas de trabalho a serem observadas, ao mesmo tempo em que se espera que os agricultores se dediquem ao monitoramento e ao cuidado com os cultivos, na forma característica de uma condição artesanal. Trabalhadores permanentes comporiam o arranjo intermediário, porque poderiam ser treinados para a aquisição de experiência e qualificação, embora ao custo de tempo e investimento em treinamento. Os trabalhadores temporários fariam parte do arranjo menos adequado, devido às dificuldades de supervisão e de melhoramento de sua força de trabalho.

Se a principal consideração na produção for uma flexibilidade de custos, o melhor arranjo de trabalho considerado envolve a utilização, pelas empresas processadoras ou distribuidoras, de trabalhadores temporários (usualmente informais). O segundo melhor arranjo de trabalho é o de contrato ou parceria com agricultores, tendo em vista a redução de custos que é associada ao caráter usualmente temporário dos contratos de produção (são anuais, normalmente). Para a redução de custos, o arranjo de trabalho menos adequado aparece na forma dos trabalhadores permanentes protegidos pela legislação trabalhista.

Quando se considera, em primeiro lugar, os aspectos restritivos da sindicalização e da mobilização política dos trabalhadores, as preferências das empresas recaem sobre os contratos e parcerias com agricultores. Os trabalhadores permanentes ocupam o arranjo de trabalho menos desejado, enquanto que os trabalhadores temporários ficam no espaço intermediário. Neste caso, a parceria pode ser a melhor escolha em cadeias produtivas do agronegócio, como alternativa ao poder de pressão que se origina nas organizações políticas dos trabalhadores assalariados. Os trabalhadores sem proteção trabalhista são, também, menos organizados politicamente, porém seu trabalho não se vincula à produção com a mesma intensidade obtida dos parceiros ou agricultores sob contrato. Fica claro, portanto, que, considerando-se o âmbito das cadeias produtivas de frutas e hortaliças do Vale do São Francisco, no Nordeste do país, a participação de agricultores familiares, sob a forma de parceria ou de produção sob contrato, torna-se atraente, em especial, nos casos em que se combina qualidade e controle da força de trabalho.

No que diz respeito à distribuição de frutas e hortaliças para o mercado interno, especificamente, estudo do Banco do Brasil, já referido, mostra a existência de contratos formais e informais com agricultores, feitos pelas redes de supermercados. O acirramento da disputa pelo cliente, em ambiente caracterizado por forte poder de escolha do consumidor e pelas tendências de crescente internacionalização do varejo brasileiro e de concentração no setor, tem levado as redes de supermercados a realizar parcerias (seja por meio de integração formal ou informal) com produtores, por intermédio de compras previamente combinadas entre as partes, sem passar por agentes atacadistas. De posse da

sinalização captada junto aos consumidores, os supermercados repassam aos produtores os padrões de qualidade e de fluxo em tempo real requeridos para os produtos hortifrutigranjeiros. A formação dessas parcerias diminui as instabilidades e os riscos na produção e comercialização de frutas e hortaliças, mas são marcadas pelo grande poder dos supermercados de impor, aos agricultores, as condições de especificação de produtos, de embalagens, de horários e de preços.

A tipologia construída por Collins (1993) permite afirmar que a contratação direta de trabalhadores temporários torna-se mais atrativa, nos casos em que os custos de produção mostram-se como o principal imperativo nas transações. No estudo da autora, esse é o caso da cana de açúcar produzida no Nordeste, que, além de sofrer a competição da produção mais mecanizada da região Sudeste, não enfrenta o desafio da qualidade como um item importante. A maior vulnerabilidade dos trabalhadores sem proteção trabalhista torna-os, nesse caso, mais compatíveis com as exigências de flexibilidade e redução de custos. Os imperativos de qualidade e de estabilidade de fornecimento nos mercados de produtos ou de matérias-primas agropecuárias, contudo, tornam atraente a participação dos agricultores familiares em cadeias produtivas específicas do agronegócio.

### **5.8.2. Contratos, parcerias e a permanência da agricultura familiar**

Fica claro que a parceria e a produção sob contrato têm sido formas usuais de participação dos agricultores familiares em cadeias produtivas que envolvem a agropecuária. Os resultados estatísticos que mostram uma recuperação dos ocupados da agricultura familiar na participação relativa na renda total, na última década, embora excessivamente modesta, são compatíveis com as características de participação desse estrato social nos arranjos de trabalho, anteriormente discutidos. Por outro lado, como ficará mais claro adiante, é possível que uma pequena parcela dos agricultores familiares integrados em cadeias produtivas faça parte, efetivamente, do estrato social dos empregadores, na condição de pequenos empregadores.

A participação dos agricultores familiares na agropecuária como um todo nunca foi desprezível, entretanto sua importância tem sido ressaltada, em décadas mais recentes. O desempenho econômico dos agricultores familiares no âmbito das cadeias produtivas do agronegócio é diversificado, de tal forma que sua posição nas ocupações do setor é consistente com a abordagem teórica de Wright (1977), segundo a qual as posições em uma estrutura ocupacional podem ser múltiplas e, de alguma maneira, contraditórias. Collins (1993) chama atenção para a crítica que é feita aos contratos estabelecidos entre empresas e agricultores no âmbito do agronegócio, no que diz respeito à qualificação da força de trabalho do agricultor familiar. Argumenta-se que, na medida em que são feitos direcionamentos em relação a muitos aspectos do processo produtivo, isso estaria representando um elemento de perda de autonomia dos agricultores em relação aos seus conhecimentos acumulados e uma contrapartida de desqualificação de seu trabalho. Entretanto, conforme argumenta a autora, os contratos só podem representar uma desqualificação quando os agricultores nessa condição são comparados com outros em situação de uma agricultura camponesa independente. Agricultores operando sob contrato sofrem restrição na expressão de suas qualificações e no controle dos processos de gerenciamento da produção, em comparação com pequenos agricultores independentes, mas apresentam uma qualificação maior do que a que é esperada dos trabalhadores agrícolas assalariados.

Portanto, há uma complexidade que deve ser levada em conta no que diz respeito ao estrato social dos agricultores familiares. Com relação à mão-de-obra, os agricultores sob contrato ou em parceria, no âmbito das cadeias produtivas, utilizam a força de trabalho de sua própria família, mas, quando necessário, podem fazer uso de trabalho externo. No caso da produção de frutas e hortaliças analisado por Collins (1993), os agricultores sob contrato ou em parceria empregam força de trabalho externa à sua unidade produtiva em pontos chave do ciclo agrícola. Na situação de contratos, especificamente, os agricultores podem empregar sazonalmente a mão de obra local, ou fazer uso da parceria em uma parcela de sua terra. Na condição de parceiros de empresas do agronegócio, os agricultores também podem fazer uso do emprego de força de trabalho temporária externa à família. Os

agricultores sob contrato ou em parceria com processadores ou distribuidores tornam-se, nesse caso, ao mesmo tempo, produtores diretos e pequenos empregadores. Como destaca Collins, existe, na região da fruticultura do vale do São Francisco, um processo de diferenciação entre esses agricultores, alguns sucumbindo em razão de dívidas e de más colheitas e outros se mantendo, inclusive se diversificando e adotando cultivos que não se inserem em arranjos na forma de contratos ou de parcerias.

A fruticultura irrigada do Nordeste é um exemplo da participação da agricultura familiar nas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. Sua importância aparece, também, em outros subsetores, como é o caso da avicultura, com destaque para a região Sul do país. Conforme estudo elaborado por iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2007), alguns setores industriais ligados ao agronegócio destacam-se por dependerem mais da produção familiar do que outros. Como ressaltado no relatório sobre esse estudo, a utilização do termo Agronegócio Familiar reflete a abordagem dos pesquisadores com relação às cadeias produtivas que envolvem a agricultura familiar, considerada como um segmento do complexo maior da chamada economia do agronegócio, porém ostentando uma identidade econômica própria. A caracterização conceitual do agricultor familiar, por sua vez, obedece aos critérios utilizados na pesquisa que resultou na publicação do “Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto”, de 2000, por meio da Cooperação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA com a FAO (Cooperação Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - INCRA/FAO). De acordo com a metodologia utilizada nesse estudo, os agricultores são classificados a partir de condições básicas associadas ao processo de produção, que explicariam, em boa medida, suas respostas às variáveis externas e, também, sua forma de apropriação da natureza. O universo dos estabelecimentos dos agricultores familiares foi caracterizado pelo atendimento às seguintes condições: a) a direção dos trabalhos era exercida pelo produtor; e b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado. Adicionalmente, foi estabelecida uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos

familiares, com o objetivo de evitar distorções oriundas da possível inclusão de grandes latifúndios no universo da agricultura familiar.

Percebe-se que há uma diferença entre o critério para a caracterização do agricultor familiar adotado no estudo do MDA (com base na pesquisa acima referida) e o critério da pesquisa da PNAD, no que se refere às características da relação de trabalho. Na pesquisa PNAD a diferença entre o empregador e o autônomo ou conta-própria (que se identifica com o agricultor familiar) faz-se com base no emprego de força de trabalho externa ou de força de trabalho familiar, estritamente. Pelo critério adotado pelo MDA, a caracterização do agricultor familiar permite, também, o emprego de força de trabalho externa, além da força de trabalho da família, que será, sempre, preponderante. Esse critério é compatível com a análise de Collins sobre a participação dos agricultores familiares nos arranjos de trabalho na fruticultura irrigada do Vale do São Francisco, como visto anteriormente e com o relatório produzido em cooperação pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE/MDA, em 2008.

Como mostra o estudo do MDA (2007), algumas cadeias produtivas, tanto da agricultura, propriamente, quanto da pecuária, são mais dependentes da produção familiar, quando comparadas com outras. Com relação à agricultura, propriamente, esse é o caso, por exemplo, da indústria tabagista, cuja matéria-prima tem origem, quase exclusivamente, na produção familiar. Também a indústria do vestuário nordestino utiliza matéria-prima que tem origem na produção de algodão ligada à pequena agricultura familiar dessa região. As indústrias processadoras de óleos vegetais, que têm presença significativa no Sul do país, onde os agricultores de base familiar têm importância expressiva, também integram as cadeias articuladas à agricultura familiar.

Com relação à pecuária, especificamente, destaca-se, na região Centro-Oeste, a produção familiar que abastece a indústria do setor, como é o caso do abate de bovinos e os laticínios em Goiás e o abate de aves no Mato Grosso do Sul. Na região Sul, a agricultura familiar destaca-se no fornecimento de aves e suínos para importantes frigoríficos e

indústrias alimentícias ligadas ao abate e processamento de embutidos (presunto, salame, mortadela etc.). No Nordeste, uma indústria de calçados, embora pequena, é consideravelmente articulada ao segmento familiar.

O estudo elaborado pelo MDA (2007) mostra a evolução percentual dos quatro componentes do agronegócio (setor de insumos, setor agrícola ou pecuário, setor de distribuição e setor de processamento) para o segmento familiar e o patronal, no período de 1995 a 2005. Ambos os segmentos não apresentam alterações expressivas nas parcelas de cada um dos componentes, nesse período. Com relação ao agronegócio especificamente agrícola, os setores de produção agrícola, de distribuição e de processamento, do segmento familiar, respondem, aproximadamente, por parcelas semelhantes entre si: 31,2% em 1995 e 30% em 2005; 32,2%, em 1995 e 34,6% em 2005; e 33,2% em 1995 e 30,7% em 2005, respectivamente. Para o segmento patronal os percentuais são diferentes, com o predomínio do setor de processamento, em todo o período: 20,7% em 1995 e 21,7% em 2005, para o setor de produção agrícola; 32,4% em 1995 e 32,0% em 2005, para o setor de distribuição; 43,9% em 1995 e 42,3% em 2005, para o setor de processamento. Como os dados indicam, a agroindústria tem um peso maior no agronegócio da agricultura patronal (42,3%, em 2005) em relação ao agronegócio familiar (30,7% em 2005), o que indica um menor grau de transformação da produção agrícola familiar e, portanto, menores possibilidades de agregação de valor, nesse segmento.

Com relação à evolução percentual desses quatro componentes para o agronegócio especificamente pecuário, a participação de cada um deles para o segmento patronal é bem próxima à do segmento familiar. No caso do segmento familiar, os setores de produção pecuária, de distribuição e de processamento correspondem a: 37,8% em 1995 e 36,6% em 2005; 39,1%, em 1995 e 38,9% em 2005; 17,1% em 1995 e 14,9% em 2005, respectivamente. Para o segmento patronal, os dados variam de uma participação da produção pecuária de 32,4% em 1995 para 34,1% em 2005; a participação do setor de distribuição varia de 41,7% em 1995 para 39,5% em 2005; e a participação da indústria de processamento varia de 18,8% em 1995 para 14,9% em 2005. Observa-se, portanto, níveis

mais baixos de participação da indústria de processamento no conjunto do agronegócio pecuário, quando comparados com a participação desse setor no conjunto do agronegócio especificamente agrícola, tanto para o segmento patronal quanto para o segmento familiar.

O estudo do MDA (2007) identifica, também, os valores globais e os valores da produção familiar especificamente, (PIB em R\$ milhões, para o ano de 2004), tanto na agricultura quanto na pecuária. Com relação às lavouras, os valores globais da produção mostram uma pujança nas agriculturas da região Sudeste e da região Sul do país. Na primeira região, destacam-se os cultivos da cana de açúcar, do café e a fruticultura (o estado de São Paulo é o maior produtor nacional de laranja), enquanto na região Sul todos os cultivos exibem produções relativamente expressivas, com exceção do café e do algodão. Há uma concentração da rizicultura na região Sul, da cana de açúcar no Sudeste e uma grande expressividade da soja nas regiões Centro-Oeste e Sul. Em termos relativos, a agricultura familiar mostra um desempenho acanhado na região Centro-Oeste (o segmento patronal representa aproximadamente 80% do agronegócio nessa região), em comparação com um desempenho mediano na região Sudeste (região com uma economia global muito diversificada) e pujante na região Sul (onde representa 47% do agronegócio), conforme dados do MDA (2007). Nesta última região, as culturas familiares que se destacam são a da soja, do fumo e do trigo. Na região Nordeste o destaque vai para a fruticultura, a mandioca, o arroz e o feijão.

Com relação às atividades da pecuária, os dados mostram, com destaque, o desempenho da bovinocultura nas regiões Norte e Centro-Oeste, com um caráter fortemente patronal. A região Sul, de forma similar à produção agrícola, é a que apresenta uma maior participação do segmento familiar no conjunto do agronegócio, com destaque, em relação às outras regiões, para a avicultura e a suinocultura. Na região Nordeste, a avicultura, a atividade leiteira e a bovinocultura de corte apresentam-se com algum destaque e as duas primeiras são inseridas no segmento familiar.

O estudo do MDA confirma, portanto, a concentração do segmento familiar na região Sul do país e sua importância, também, na região Nordeste e no Sudeste (neste último caso destaca-se mais em termos de magnitude e menos de participação relativa, tendo em vista tratar-se de região com grande pujança econômica e maior diversificação). A região Centro-Oeste, por outro lado, concentra a atividade patronal do agronegócio, que responde por uma parcela em torno de 80% do total.

Os resultados desse estudo destacam, como uma das suas principais conclusões, o peso da participação das cadeias produtivas de base familiar na geração da riqueza do país, que se mantém em torno de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, no período entre 1995 e 2005, correspondendo a aproximadamente um terço do total do valor das cadeias produtivas agropecuárias, nesse período. No ano de 2005, o conjunto do agronegócio respondeu por 27,9% do PIB total, enquanto o segmento familiar agropecuário e as cadeias produtivas a ele interligadas participaram com 9,0%. Isso demonstra, conforme é ressaltado no relatório desse estudo, que a agricultura familiar brasileira, embora de caráter bastante heterogêneo, conecta-se em importantes e estreitas inter-relações com os segmentos agroindustriais e de serviços de algumas cadeias produtivas do agronegócio. Outra conclusão importante desse estudo diz respeito aos dados que mostram o caráter positivo do desempenho recente da agropecuária familiar e do agronegócio a ela articulado, em termos de PIB, inclusive com taxas de crescimento igualando-se às do segmento patronal. A partir de 2004, esse desempenho sofre uma redução, mas isso ocorre para ambos os segmentos, familiar e patronal.

Como o relatório do estudo do MDA (2007) destaca, o contexto da participação do agricultor familiar na produção agropecuária é o da insuficiência de terras, de dificuldades creditícias, de menor aporte tecnológico, de fragilidade da assistência técnica e de subutilização da mão-de-obra. A razão de sua participação na geração de riqueza estaria ligada à existência de algumas parcelas do segmento integradas aos setores agroindustriais e de distribuição, com destaque para a pecuária de pequeno porte. Esse contexto é compatível, pelo menos até certo ponto, com a débil posição da mediana da renda dos

agricultores familiares no conjunto da renda do setor, que não obstante alguma recuperação na última década, não demonstra uma elevação substantiva.

O trabalho de Collins (1993), anteriormente citado, mostra que a integração, em cadeias produtivas, de agricultores familiares, quando se considera o ponto de vista da empresa integradora, obedece, principalmente, ao critério de qualidade do trabalho e ao controle da mobilização política. Por um lado, fica evidente um forte elemento de mercado na estruturação das atividades das unidades produtivas familiares. Isso não é tudo, porém. Agricultores familiares dispõem, usualmente, de condições mais débeis de negociação, realizadas muitas vezes em contextos oligopsônicos. De acordo com Collins, os contextos locais são formados, também, por fatores como as políticas de Estado e as estratégias de sindicalização e de partidos políticos, entre outros. Para a autora, no caso do Vale do São Francisco, os subsídios e ações do governo, de um modo geral, foram elementos constitutivos de uma agricultura sob contrato, que se tornou um importante subsetor de uma “pequena burguesia” (aspas minhas) agrícola (Collins, 1993).

Pode-se concluir, portanto, que forças de mercado e elementos políticos constituem as condições para a atividade da agricultura familiar, do que pode resultar uma situação compatível com a melhoria na participação relativa desse estrato social no conjunto da renda do setor, mas, apenas, para uma parcela do grande contingente de ocupados que compõem esse universo. Tendo em vista o critério que permite a utilização, pelos agricultores familiares, de força de trabalho externa à família, é possível afirmar que alguns dos agricultores familiares capitalizados façam parte, inclusive, do estrato considerado na pesquisa da PNAD como o dos empregadores.

## 5.9. Agropecuária brasileira, estrutura social e o acesso a rendimentos

São dois os contextos mais relevantes para o problema da participação relativa dos estratos sociais agrícolas na renda gerada no setor, no país, que vimos considerando. O primeiro, o da modernização agrícola, que propiciou as condições de mudança em relação à antiga estrutura social rural brasileira. Segundo, o da reconfiguração produtiva, que acompanhou os processos econômicos de transformação em nível mundial e implicou em alterações tanto de condições de mercado quanto das políticas públicas relativas ao setor agropecuário. Conforme visto anteriormente, dados de 1976 mostram, em relação a 1970 e 1960, uma grande transformação da estrutura social na agricultura brasileira, (SINGER, 1981). Essa estrutura modernizada apresenta um padrão de repartição de renda que, no geral, consolidou-se nas décadas seguintes. Ou seja, consolidou-se um padrão de repartição de rendimentos em que se destaca a maior participação dos estratos sociais de empregadores, do pessoal tecnocrático e gerencial e dos empregados formais, sendo os dois últimos claramente associados à adoção de métodos e tecnologias modernos. Tendo em vista as restrições da pesquisa da PNAD com relação aos agricultores familiares (considerados somente aqueles que empregam estritamente a força de trabalho familiar, como visto anteriormente), concluiu-se que uma parcela de pequenos empregadores, que são, também, agricultores familiares, deve estar contida no estrato de empregadores. Esse foi um aspecto que surgiu reiteradamente nas entrevistas realizadas, ou seja, a observação de que uma parcela dos agricultores familiares contrata, também, trabalhadores externos à família, configurando-se um quadro social complexo, que inclui, ainda, grupos de produtores com escasso acesso a tecnologias modernas e agricultores em situação de subsistência.

A questão da renda no setor agropecuário, se, por um lado, apresenta características específicas, por outro lado está interligada com os problemas da economia nacional e com o panorama internacional, vinculando-se, ainda, a processos políticos. Este é um aspecto da repartição da renda que aparece com frequência entre os entrevistados. Em geral, o problema da desigualdade de renda no setor agropecuário não é visto pelos entrevistados

como algo diferente do que ocorre no conjunto do país. Salienta-se a similitude entre uma pirâmide social no setor agrícola e a que existe para o conjunto da economia brasileira, em termos de rendimentos. Chama-se atenção para os aspectos de desvalorização do trabalho no meio rural e no meio urbano e o papel do sistema escravocrata na formação de uma estrutura social com elevado grau de concentração de riqueza no país e na agricultura em particular.

Entretanto, alguns aspectos específicos do setor agropecuário devem ser levantados. O comportamento da renda nesse setor apresenta uma tipicidade que não ocorre, em geral, nos demais setores. Em consonância com outros autores, Barros (2005) argumenta que a agricultura é um setor com características próximas ao conceito de concorrência pura de Adam Smith. Tendo em vista a pulverização das unidades produtivas, nem o agricultor nem o pecuarista conseguem controlar o preço que recebem por seus produtos ou o que pagam pelos insumos de que necessitam no processo de produção. Na afirmação de um entrevistado, “a agricultura não é um setor que forma preço, quando ela compra não forma preço, quando ela vende também não forma. São características da agricultura, mas isso ainda é mais grave no caso do pequeno produtor, por causa da escala, não tem poder de barganha, nem na compra nem na venda”.

Na perspectiva dessa conformação do mercado agrícola, os lucros dos agricultores, de uma maneira geral, além de alcançarem somente a rentabilidade média da economia, padecem de grandes instabilidades. Como destaca Barros (2005), se a safra de um produto é pequena e isso leva a um aumento de preços, os que conseguiram produzir em maior quantidade aumentam sua renda. Isso leva a um aumento do número de produtores interessados em ampliar sua produção, na safra seguinte. Na ausência de problemas climáticos, a tendência é a de que ocorra um aumento na produção total, levando a uma queda nos preços e, com isso, a renda dos agricultores pode cair, ao invés de aumentar.

No mercado globalizado, os agricultores devem ser capazes de oferecer produtos compatíveis com certo padrão de qualidade e, ao mesmo tempo, vendê-los a preços

competitivos em relação aos concorrentes. A atualização tecnológica se impõe, nesse contexto. Conforme Schneider (2006), a dependência dos agricultores em relação à tecnologia traduz-se em aumentos frequentes e compulsórios dos custos de produção, tendo em vista a necessidade de acompanhar os avanços nos índices de produtividade da terra e do trabalho. O aumento da utilização de bens intermediários e do consumo de insumos não significa, todavia, o aumento da rentabilidade, pois os preços, em geral, não se ajustam à variação de custos. O resultado, segundo Schneider, é a corrosão das rendas agrícolas, principalmente para os mais vulneráveis. Geraldo Barros argumenta que “A agricultura, ao contrário da indústria, não tem como controlar a produção para evitar grandes quedas de preços; também não tem ajuda na forma de isenção de tributos quando a demanda está fraca. Desde a década de 1970, os preços agropecuários estão em queda no mundo todo, acumulando uma redução de 75%” (BARROS, 2009).

Esta é uma afirmação comum entre os entrevistados mais diretamente ligados à produção. Nesse caso, a discussão do problema da baixa capacidade de formar renda no setor agrícola associa-se, em geral, com a questão das políticas públicas, inclusive as políticas macroeconômicas mais gerais, mas, principalmente, com as políticas especificamente agrícolas. Barros (2005) argumenta que uma política pública de desenvolvimento em ciência e tecnologia agrícola, por exemplo, é essencial para o setor. Os entrevistados, de um modo geral, sustentam posições similares, no que diz respeito à relevância das políticas agrícolas para o enfrentamento dos riscos da atividade e da concorrência, no mercado internacional, de sistemas de produção altamente subsidiados em países desenvolvidos.

Representantes dos agricultores, ou de suas associações, de um modo geral, assumem posições críticas em relação às políticas agrícolas do país, especificamente, bem como a aspectos das políticas macroeconômicas que afetam o setor, como é o caso da política monetária, a fiscal e a cambial. Nas palavras de um dos entrevistados, a partir do momento em que tiveram início os planos econômicos, a agricultura só foi penalizada. Por vinte anos ela pagou os juros mais caros do mundo; o maior volume de tributo do mundo;

os custos mais altos de serviços do mundo. Isso ocorreu sem nenhuma política de apoio ao setor, ao contrário, diz o entrevistado, só transferiu-se renda da agricultura para o cidadão urbano, de tal forma que os preços dos alimentos caíram, no país, em torno de 70%, em relação à década de 1970. Com relação às políticas agrícolas, especificamente, uma opinião vinda de uma área do governo sustenta que existe uma política agrícola brasileira, que ela é sofisticada, apresenta vários programas, mas é baseada no apoio estatal às ações de mercado. De um modo geral, porém, existe uma crítica dos entrevistados no sentido de uma insuficiência da política agrícola brasileira, ao mesmo tempo em que é destacada a criação do PRONAF, como um item positivo no conjunto das ações do governo, no que se refere à melhoria na desigualdade de renda no setor. É importante lembrar que após a implementação do PRONAF houve uma pequena recuperação da participação nos rendimentos por parte dos agricultores puramente familiares, conforme os resultados desta tese, o que não significa afirmar uma relação de causa e efeito, porque os dados deste estudo não o permitem.

O problema da proteção trabalhista, por seu lado, aparece, de uma maneira geral, como um dilema, tal como é visto na literatura pertinente. Ao lado de afirmações de que ainda existe trabalho escravo na agricultura brasileira, em decorrência da avidez dos proprietários e da utilização do mecanismo de terceirização, aparece uma argumentação segundo a qual a legislação trabalhista brasileira não é adequada às especificidades do setor agrícola. A proteção trabalhista é vista como um fator de redução da desigualdade de renda e, ao mesmo tempo, como um item de dificuldade para a ampliação do emprego formal, principalmente para médios e pequenos empregadores.

Como mostra a literatura, são muitos os empecilhos à melhoria da repartição da renda no setor agropecuário brasileiro. Da parte dos entrevistados, o problema da distribuição de terra é considerado relevante, porém se considerada em conjunto com questões não resolvidas pelo setor, como as dificuldades relativas à formalização do trabalho assalariado, à insuficiência da assistência técnica, ao acesso à educação formal e à qualificação da força de trabalho. A questão da qualificação é percebida não apenas em

termos do trabalho produtivo em si, mas, também, no sentido de capacitação para uma melhoria na gestão do empreendimento familiar, inclusive no que se refere ao uso da informação. Também é percebida uma inadequação da infra-estrutura necessária à agregação de valor à produção pelos agricultores de menor porte. As legislações sanitária e a ambiental são vistas como punitivas para a agricultura, de um modo geral, e para os agricultores familiares, mais especificamente. Alega-se que o peso da questão ambiental tem recaído excessivamente sobre os agricultores, como é o caso da água, que, segundo um entrevistado, configura uma ditadura urbana. A literatura sobre a questão da pluriatividade tem ressaltado os aspectos que lhes são associados, em termos de ampliação de oportunidades de emprego no meio rural. Nas entrevistas, porém, sobressaem as preocupações com determinados custos, como é o caso da legislação sanitária, em que as exigências para uma agroindústria artesanal são, muitas vezes, inviáveis economicamente, por serem as mesmas existentes para a grande indústria. Isso traria dificuldades excessivas para os agricultores familiares que tentam uma maior integração nas cadeias produtivas.

Por outro lado, alguns fatores de melhoria na repartição da renda são indicados pelos entrevistados, de forma consistente com os dados de pesquisa desta tese. A legislação trabalhista, ao mesmo tempo em que é vista como inadequada ao meio rural, é apontada, também, como um forte componente dos arranjos de trabalho em favor dos empregados, melhorando sua participação na renda. Com relação aos agricultores familiares, considera-se, por um lado, que esse estrato social tem ampliado sua participação nos mercados. Nas palavras de um dos entrevistados, “A agricultura familiar está conseguindo se inserir tanto no mercado local quanto regional. Isto ocorre no quadro da evolução de uma agricultura conservadora para uma agricultura mais tecnológica”. Uma informação importante com relação à agricultura familiar consiste na avaliação de que ela produz mais por área, em relação aos maiores empreendimentos. Considera-se que muitos agricultores familiares tiveram acesso a algum tipo de tecnologia e tentaram aumentar sua produção, mesmo em pequenas áreas, buscando ampliar a comercialização de seus produtos, inclusive no mercado internacional. Outra informação relevante refere-se à criação de oportunidades de acesso a maiores rendas por agricultores de menor porte, mesmo no Nordeste, onde há

regiões que se desenvolvem muito, como, por exemplo, no Rio Grande do Norte e no Ceará. Também foi citada a produção de frutas do Vale do São Francisco e a produção de frango e suíno por agricultores familiares altamente tecnificados. Outros exemplos citados referem-se à produção de maçãs e de uvas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e à produção de banana na região do rio Jaíba, em Minas Gerais. Uma informação da Secretaria da Agricultura Familiar, do MDA, aponta para o programa de investimento dentro da linha Mais Alimentos, pelo qual 75% da frota de tratores (de até 78cv) estão sendo comercializados com a agricultura familiar. Por outro lado, são enfatizadas as enormes dificuldades enfrentadas por grandes contingentes de agricultores familiares, o que está de acordo com os resultados da pesquisa empírica.

Uma ênfase grande é conferida à presença de cooperativas em iniciativas de maior sucesso da agricultura familiar, no sentido de conferir um aumento no poder de barganha desse estrato social. As cooperativas da região Sul, especialmente no oeste do Paraná, foram apontadas como sinônimo de um modelo de desenvolvimento econômico e social que integra uma grande quantidade de agricultores que são, em sua maioria, pequenos. Nesse caso, utiliza-se uma tecnologia avançada e compatível, não se vende a matéria-prima, mas o produto processado pelas cooperativas, as quais são ligadas a indústrias que incorporam valor agregado. Um exemplo citado é o da produção de frango pré-cozido, em pedaços, embalado em proporção para duas pessoas, o que eleva o valor do produto em dólares, por tonelada. O próprio crédito é cooperativado e, com isso, observa-se uma organização forte dos agricultores. Entretanto, chama-se atenção para dois problemas, o primeiro é a dificuldade de disseminação desse modelo (que estaria mais desenvolvido, apenas, em Santa Catarina, Paraná e um pouco no Rio Grande do Sul); o segundo estaria ligado às deficiências no apoio ao setor, o que significa que, embora atenuadas, questões como a garantia de comercialização e de preços carecem de uma solução mais abrangente.

O acesso a melhores rendimentos por parte dos estratos de empregados ligados à face moderna da produção agropecuária, conforme mostraram os dados de pesquisa, é parte importante da evolução da repartição da renda no setor, no período considerado, e é

consistente com o ponto de vista que emerge nas entrevistas, de um modo geral. Considera-se que o profissional na área rural moderna está se qualificando e é bem inserido dentro da realidade brasileira. Foi citado, por exemplo, o operador da máquina de cortar cana, o qual pode ganhar dez vezes o salário de um cortador de cana. Constata-se, pelas entrevistas, que a mecanização é vista como um processo que exclui trabalhadores e, ao mesmo tempo, possibilita o emprego do trabalhador mais qualificado, com maior segurança trabalhista e maiores rendimentos. Chama-se atenção para a importância das escolas federais na formação tecnológica do segmento técnico empregado, muitas vezes em cargos gerenciais, no setor.

A vinculação da melhoria do acesso a rendimentos com a organização sindical, no caso dos empregados assalariados, é enfatizada por entrevistados ligados à condição de assalariamento no setor. Considera-se fundamental o enfrentamento, pela via da luta sindical, de uma situação fortemente marcada pela herança escravista e pela desvalorização histórica do trabalho. Argumenta-se que a melhoria no acesso a rendimentos decorrente da formalização das relações de trabalho não é intrínseca à modernização, mas associa-se à pressão social advinda dos trabalhadores mais organizados, enfrentando, no início, o próprio poder judiciário. Fala-se da ocorrência de empresas que operam com tecnologia avançada, com processo de mecanização, com integração a empresas de consumo e que não observam, ainda hoje, o direito trabalhista dos assalariados. Isso estaria demonstrando, segundo um entrevistado, a coexistência, ainda nos dias de hoje, do avanço tecnológico com o trabalho sem proteção e com a utilização, inclusive, do chamado “trabalho escravo” (aspas minhas). Constata-se pelas opiniões dos entrevistados que o Ministério Público, o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho são instituições cruciais para o cumprimento da legislação trabalhista e, por consequência, para uma melhoria na repartição da renda no setor agropecuário.

Percebe-se, portanto, que a opinião dos entrevistados corrobora, em larga medida, os resultados fornecidos pela pesquisa de dados. Por um lado, a constatação de um leque de oportunidades que se abriu no setor agropecuário, na forma de uma trajetória ascendente de

participação na renda para os estratos sociais vinculados à inovação tecnológica e assistidos pela legislação do trabalho. Por outro lado, o consenso em relação ao caráter incompleto desse processo, no que diz respeito a um grande contingente de agricultores familiares e de trabalhadores informais que ficam de fora desse processo. De um modo geral, prevalece o ponto de vista de que são várias as deficiências que transformam uma parte substancial dos agricultores familiares e dos empregados informais em um contingente que permanece à margem da distribuição de renda no setor agropecuário. Com relação aos agricultores familiares, especificamente, considera-se que a política pública é falha, no que diz respeito, especialmente, à inovação tecnológica, à assistência técnica e à proteção da renda.

Fica claro, portanto, que o contexto de transformação e de reestruturação produtiva da agropecuária brasileira criou novos espaços de atividade geradores de níveis mais elevados de rendimentos, consolidando-se uma estrutura social frontalmente distinta da que prevalecia até os anos de 1960. O parceiro moderno e o agricultor sob contrato inserem-se, nesse conjunto de atividades, de forma totalmente distinta do antigo morador das fazendas. A integração em cadeias produtivas transforma o agricultor familiar modernizado em parte importante de alguns segmentos do agronegócio. A complexidade tecnológica cria a necessidade de gerenciamento da produção, nas empresas agrícolas maiores, abrindo espaço para grupos de profissionais com alto nível de qualificação, ao mesmo tempo em que dá origem a trabalhos que exigem empregados agrícolas com um melhor nível de treinamento. Esse ambiente econômico é compatível com a geração de um acesso mais amplo a melhores rendimentos, quando comparado com o padrão anterior da agropecuária brasileira. Por outro lado, as possibilidades de melhoria na desigualdade da distribuição de renda no setor esbarram no grande contingente de agricultores e de assalariados que se encontram à margem de quaisquer benefícios que uma maior equidade poderia oferecer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi examinar o comportamento da estratificação social e da desigualdade de renda no setor da agropecuária brasileira, ao longo das últimas quatro décadas. Buscou-se responder à seguinte indagação: a estrutura social da moderna agricultura brasileira apresenta um padrão de ruptura em relação ao antigo modelo, em termos da distribuição de renda entre os seus principais estratos sociais, apesar do elemento de conservadorismo presente em seus processos de modernização? Foi considerada como principal referência contextual deste objeto de estudo a mudança de um padrão fundamentalmente extensivo de produção para outro baseado no uso de tecnologias modernas. Adicionalmente, foram levados em consideração os processos de reestruturação produtiva que ocorreram no âmbito das transformações do capitalismo internacional, com destaque para os novos padrões de competição do mundo globalizado e o impacto interno, inclusive na política pública para o setor.

Foi observada, neste estudo, a posição relativa da mediana da renda dos principais estratos sociais presentes no setor da agropecuária brasileira, em quatro momentos, ao longo de quatro décadas. Os resultados mostraram que as mudanças na estratificação social e na repartição da renda, que ocorreram nos anos de 1960 e 1970, sustentam-se nas décadas seguintes. Os dados de 1976 apresentam uma nova estrutura social, muito diferente da que prevalecera até os anos de 1960 e começos da década de 1970 (SINGER, 1981), na agropecuária do país, destacando-se uma diversificação interna em termos das ocupações do setor. Estruturaram-se, claramente, os estratos de empresários agrícolas, operando com tecnologias modernas, de trabalhadores assalariados com proteção social e de um grupo de profissionais com grau elevado de escolaridade, ao lado de um contingente significativo de agricultores familiares e de trabalhadores informais. Essa estrutura ocupacional é responsável por um novo padrão de repartição de rendimentos na agropecuária brasileira, como pode ser observado nos resultados para os quatro anos selecionados neste estudo, 1976, 1986, 1996 e 2006.

Observa-se que a repartição de rendimentos passou a ser favorável aos estratos sociais dos trabalhadores formais e dos profissionais de nível elevado de qualificação e não apenas aos empregadores, detentores de maiores ativos de produção, incluindo-se a propriedade da terra. Com relação aos agricultores familiares, a análise é mais complexa, uma vez que a pesquisa de dados considera como pertencentes a essa categoria ocupacional apenas aqueles que operam com trabalho exclusivamente próprio ou familiar, enquanto a literatura mostra que existe, também, o emprego de força de trabalho não familiar, por esse estrato social, embora de forma acessória. Isso significa que os resultados apontados referem-se a esse subgrupo puramente familiar, dentro do estrato social mais amplo dos agricultores familiares. Ou seja, os agricultores de base familiar que aparecem em uma posição desfavorável nos resultados da pesquisa são aqueles que não fazem uso de qualquer mão-de-obra externa à família.

Não se trata de concluir que o estrato de agricultores familiares, na forma como aparece na pesquisa, seria mecanicamente identificado com os mais empobrecidos dentro do conjunto dessa categoria ocupacional, uma vez que os dados não possibilitam esse tipo de análise. É provável (e a literatura mostra isso) a existência de uma diferenciação entre os agricultores familiares, mesmo entre os que utilizam força de trabalho exclusivamente restrita à família, com rendimentos diferenciados, dependendo do sistema produtivo de que participam e de outros fatores como o acesso a crédito, tecnologias e mercados. É possível, porém, que os agricultores familiares que contratam, acessoriamente, força de trabalho externa, estejam entre os mais bem sucedidos em alcançar níveis de rendimentos mais elevados, o que introduz um elemento de complexidade na análise desse estrato ocupacional.

Não obstante essas ressalvas, os dados mostram, com clareza, que os agricultores de base puramente familiar não têm alcançado um nível mais elevado de participação nos rendimentos do setor, de um modo compatível com sua importância numérica, não obstante uma pequena recuperação, em 2006, em relação a 1996, o que é coincidente com o aporte de crédito do PRONAF. Por um lado, é preciso destacar o pequeno percentual de

empregadores no conjunto da estrutura ocupacional do setor, o que significa que esse estrato social não poderia incorporar os grupos de agricultores familiares em um montante suficiente para que sua participação na renda alcance níveis mais elevados, em comparação com os estratos de trabalhadores formais e de profissionais de alta qualificação. Por outro lado, os resultados são compatíveis com a literatura que aponta para a grande diversidade dentro da categoria de agricultores familiares, que inclui, em uma quantidade relevante, atividades de subsistência ou quase subsistência. Como a pesquisa de dados não distingue os diferentes níveis de tecnologia das unidades produtivas, nem os grupos e subgrupos produtivos em que estão inseridas, os resultados para esse estrato social refletem, provavelmente, a existência de grandes contingentes de agricultores puramente familiares com extensa defasagem no acesso a melhores rendimentos, dentro da categoria mais ampla de todos os agricultores familiares.

Com relação ao estrato de empregados informais, sua baixa participação no total de renda, mantida, em geral, ao longo das décadas pesquisadas, explica-se mais facilmente, por tratar-se de uma categoria mais homogênea, quando comparada com a dos agricultores de base familiar. De forma consistente com a literatura, observa-se uma grande dificuldade, para esse estrato social, em alcançar e manter níveis mais elevados de participação na renda do setor. Na comparação com os empregados formais, essa condição adquire, ainda, uma maior relevância.

A análise dos dados da pesquisa evidenciou a pertinência das teorias que consideram a influência dos elementos de ordem societária na distribuição de rendimentos. Isso é particularmente válido na consideração da maior participação relativa da renda dos empregadores no conjunto da renda total, em todo o período considerado. Trata-se, seguramente, do retorno para a propriedade, não apenas de maiores extensões de terra, como, também, de outros tipos de capital físico, como de aportes tecnológicos e capacidade de organização, de uma maneira geral, envolvendo a produção, a administração e a comercialização dos produtos. A teoria de classe evidencia, particularmente, a diferença de rendimentos entre os empregadores e os agricultores familiares, constatada pela pesquisa de

dados. Esses estratos sociais ostentam a característica de serem proprietários de suas unidades produtivas (em conjunto, são, em sua maioria, proprietários da terra em que se encontram seus estabelecimentos), porém suas participações relativas na renda total do setor estão posicionadas em pontos opostos.

A relevância da teoria da segmentação do mercado de trabalho também pôde ser constatada, através da análise dos resultados, principalmente, da evolução da participação relativa no total da renda dos estratos sociais dos trabalhadores formais e informais. Os resultados deste estudo exemplificam, com bastante propriedade, que a segmentação do mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira não sofreu modificações ao longo dos últimos quarenta anos, em favor dos trabalhadores informais. Ao contrário, o que se observa é que a distância entre o subsector dos trabalhadores formais e o dos trabalhadores informais, inclusive, acentua-se nos últimos anos. O ponto de maior proximidade na participação relativa na renda, para esses dois estratos sociais, é o ano de 1976. A partir daí, aumenta a distância entre o acesso a rendimentos pelos trabalhadores formais e trabalhadores informais. Entre 1986 e 1996, verifica-se uma maior participação dos trabalhadores informais, em relação ao período anterior, reduzindo-se a distância que separa esse estrato dos trabalhadores formais. Entretanto, a última década assiste a um aumento da diferença do patamar de rendimentos desses dois estratos de trabalhadores.

A trajetória ascendente da participação relativa dos rendimentos do estrato tecnocrático e gerencial atesta o poder de negociação dos profissionais altamente qualificados, em um contexto de consolidação da agricultura em padrões modernos e reforça a perspectiva da teoria de classes, na linha de argumentação das capacidades associadas à propriedade de recursos materiais, de qualificação ou organizacionais.

No que se refere à perspectiva teórica, portanto, este estudo mostrou-se frutífero, em termos da oportunidade de exploração de teorias que, por suposto, pareceram, de início, ser adequadas ao problema investigado. No que diz respeito às especificidades do setor agropecuário, os resultados da pesquisa, especialmente para a agricultura familiar,

pareceram ser condizentes com a discussão que aponta para o caráter múltiplo dessa categoria ocupacional. Embora os dados da pesquisa indiquem uma situação muito desfavorável para o conjunto desse estrato social, tanto estudos já existentes quanto as entrevistas realizadas demonstram que uma parte, pelo menos, dos agricultores familiares, tem sido capaz de absorver novas tecnologias e integrar-se em sistemas produtivos modernos.

Ao longo desta tese, pôde-se observar a relevância da perspectiva da ação do Estado para o tema em questão, especialmente no que se refere à trajetória da política agrícola do país, tanto com relação ao caráter duradouro das transformações mais gerais induzidas pela política de modernização, quanto às mudanças ocorridas a partir da redução da capacidade fiscal do país e do seu poder de intervenção (em cujo contexto ocorre a criação e implementação do PRONAF).

À luz dessas considerações, a conclusão final do estudo mostra que houve, de fato, uma mudança no padrão de repartição de renda no setor da agropecuária brasileira, em meados da década de 1970, em um sentido de ruptura com o antigo modelo. A partir daí, o que se observa é uma continuidade do processo de melhoria do acesso a rendimentos para os estratos sociais claramente ligados aos subsetores modernos do setor agropecuário. Os demais estratos alternam-se nas piores posições, mas nem os agricultores familiares de conta própria empobrecidos, nem os trabalhadores informais têm sido capazes de se verem integrados nesse processo, o que representa um obstáculo à redução da desigualdade social no setor da agropecuária brasileira.

Essas considerações a respeito dos resultados deste estudo resultam em algumas implicações, no que diz respeito às políticas públicas voltadas para o setor. Em primeiro lugar, existe uma evidência de que os agricultores familiares, em seu conjunto, necessitam de um apoio mais efetivo, que possibilite, a partir de um levantamento criterioso de suas condições específicas, a criação de estratégias que levem à melhoria de sua participação

relativa na renda gerada no setor agropecuário, especialmente para o grande contingente dos mais pobres.

Em segundo lugar, tornam-se importantes as políticas educacionais, de saúde, de moradia e outras, além de uma política de renda mínima, que possibilitem a melhoria gradativa da qualificação e das condições de vida para os agricultores familiares em geral e para os segmentos em situação de empobrecimento, em particular.

Outra consideração relevante refere-se à importância de uma discussão criteriosa a respeito do amparo da legislação trabalhista ao estrato ocupacional dos trabalhadores informais, que sofrem os efeitos de uma baixa qualificação e da inexistência de proteção social.

Portanto, estratégias de qualificação, de aporte de tecnologias, de adequação do capital físico, inclusive, quando for o caso, da terra, de apoio à sustentação da renda e de acesso à proteção da legislação trabalhista parecem ser as principais implicações, no que se refere às políticas públicas, dos resultados deste estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Editora Hucitec; ANPOCS; Editora da Unicamp, 275 p. 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. **De Volta para o Futuro**: mudanças recentes na agricultura familiar. In: ANAIS DO I. SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA – PETROLINA. CPATSA, p. 17-27, Petrolina, 1995. Disponível em:<< [HTTP://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos\\_científicos/1997/De\\_volta\\_para\\_o\\_futuro.pdf](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_científicos/1997/De_volta_para_o_futuro.pdf)>>, Acessado: 10 jan 2009.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, volume 4, n.2, abril/junho 2000, p.1 – 19, no prelo.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Os custos da intermediação financeira estatal**. São Paulo: Opinião Econômica, setembro 2003.

ANDRADE, Rogerio P. e DEOS, Simone. **A Trajetória do Banco do Brasil no Período Recente (2001-2006)**: banco público ou banco estatal “privado”? Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 136, out. 2007.

BALSADI, Otavio Valentim. Qualidade do emprego na agropecuária brasileira no período 2001-2004. **Parcerias Estratégicas**. Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004). Brasília (DF). Número 22. Junho 2006.

BARBOSA, Rômulo S. Do Estatuto do Trabalhador Rural à Carta de 1988: contribuição à análise da constituição da previdência social dos trabalhadores rurais no Brasil. **Unimontes Científica**, Montes Claros, MG, v.7, n.2, jul/dez. 2005.

BARROS, Geraldo S. de C. **Políticas, Políticos e o Agronegócio no Brasil**. Texto do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da ESALQ/USP. 2005, 24 pg. Disponível em:<< <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf>>> Acessado: 12 dez.2007.

BARROS, Geraldo. (coordenador científico do Cepea da Esalq-USP). Frases e Comentários. **Revista Agroanalysis**. Fundação Getúlio Vargas, v.29, n.10, Outubro, 2009.

BECK, E.M.; HORAN, P.M.; TOLBERT II, C.M. Stratification in a Dual Economy: a sectoral modelo of earnings determination. **American Sociological Review**. Vol. 43, 1978.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. Mudanças no Financiamento da Produção Agrícola Brasileira., revisão e atualização do artigo: O Financiamento da Produção Agrícola Brasileira na Década de 90: Ajustamento e Seletividade, In: LEITE, S. (Org.). **Políticas**

**Públicas e Agricultura no Brasil.** Editora Universidade UFRGS, 2001. Disponível em: <http://www.fao.org/Regional/Lamerica/prior/desrural/brasil/Belik.pdf>.

BELLUZZO, L. G. de M. **Distribuição de Renda: uma visão da controvérsia.** In: A Controvérsia sobre distribuição de renda (coletânea). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

CASTRO, Eduardo Rodrigues de. **Crédito Rural e Oferta Agrícola no Brasil.** 2008. 112 p Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Viçosa/MG.

CASTRO, Eduardo Rodrigues de; TEIXEIRA, Erly Cardoso. **(Consultores) Desenho de Mecanismo de Crédito Rural para Assegurar o Acesso do Agricultor Familiar a Novas Tecnologias.** Relatório Final. PRODEBAB. Brasília, 2005.

CERQUEIRA, Patrícia da S.; ROCHA, Ana G. A Agricultura Familiar e o Pronaf: elementos para uma discussão. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, BA, v.12, n.3, dez. 2002.

COLLINS, Jane L. Gender, Contracts and Wage Work: Agricultural Restructuring in Brazil's São Francisco Valley. **Development and Change**, v. 24, 1993.

CONCEIÇÃO, Ricardo Alves. **O Banco do Brasil e o Agronegócio.** In: Agronegócio Brasileiro: Ciência, Tecnologia e Competitividade. Ed. Ruy de Araújo Caldas ET. AL.- Brasília: CNPq, 1998.

CORREIA, Ângela M. C. Jorge. Desigualdade e Pobreza entre as Pessoas Ocupadas na Agricultura Brasileira: evidências empíricas da PNAD 95. **Impulso** n. 25, 1999. Extraído de: [http://www.unimep.br/phpg/editores/revista\\_spdf/imp25art03.pdf](http://www.unimep.br/phpg/editores/revista_spdf/imp25art03.pdf), acessado em: 04 set. 2009.

CORTES, S. M. V. Técnicas de Coleta e Análise Qualitativa de Dados. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre: UFRGS, RS, v.9, 1998.

DAS, RAJU J. Rural Society, the State and Social Capital in Eastern India: A critical investigation. **Journal of Peasant Studies**, 32, p.1, 2005.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural. Uma Abordagem Ilustrada. In: **Novo Rural**. Vol. I. Instituto Agrônômico do Paraná. 2002.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José. **Mudanças recentes no mercado de trabalho rural.** Brasília (DF) Parcerias Estratégicas, número 22, junho 2006. (Edição Especial – Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2004. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, Ministério da Ciência e Tecnologia).

DELGADO, Guilherme C. *et.all.* Relatório de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) – Relatório ao CONSEA. 2005.

DINIZ, E. Planejando o Desenvolvimento: a centralidade da dimensão político-democrática. In: **SEMINÁRIO BRASIL EM DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**. Curitiba: Editora UFPR, v.24, 2004.

EVANS, Peter. The State as Problem and Solution: Predation, Embedded Autonomy and Structural Change. In: **Haggard, Stephan e Kaufman, Robert (orgs.)**. The Politics of Economic Adjustment. Princeton: Princeton University Press, 1992.

EVANS, Peter. Análise do Estado no Mundo Neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. **Revista de Economia Contemporânea**, n.4. Julho/Dez 1998. Rio de Janeiro: UFRJ- Instituto de Economia.

FARINA, Elizabeth M.M.Q. **Reflexões sobre desregulamentação e sistemas agroindustriais: a experiência brasileira**. 1996. 150 pgs. Tese (Livre Docência em Economia), Universidade de São Paulo, SP.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. A Teoria e a Tipologia de Classe Neomarxista de Erik Olin Wright. Rio de Janeiro, **Dados**, vol. 41, nº. 2, 1998. Extraído de: <<[http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581998000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000200004)>>, acessado em 03 jul. 2009.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. **O esquema de classes neomarxista de Erik Olin Wright**. In: Estrutura de Posições de Classe no Brasil. Mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Mudanças na estrutura de posições e segmentos de classe no Brasil (cap.III). In: *Estrutura de Posições de Classe no Brasil*. Mapeamento, mudanças e efeitos na renda. **Revista Espaço Acadêmico**, ano II, n.16. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

GIDDENS, A. **A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas**. A mediação institucional de poder e a mediação de controle. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1975.

GIDDENS, A. A terceira Via. **O Estado do investimento social**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

GIRARDI, Eduardo. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de São Paulo – UNESP/Presidente Prudente, SP.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da Lavoura às Biotecnologias**. Trad. De Carlos Eduardo Baesse de Souza e Carlos Schlottfeldt. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 192p. 1990. Original: 1987.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **The American Journal of Sociology**. Vol. 91, nº. 3, 1985.

GRUSKY, David B. The Past, Present, and Future of Social Inequality. In: **Social Stratification**. Class, Race, and Gender in Sociological Perspective. David B. Grusky (org.), 2<sup>nd</sup> edition. Boulder: Westview Press, 1994.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF. **Dez Anos Depois**: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. Rio de Janeiro: RER, v. 45, n.2, 2006.

HALL, Peter A.; SOSKICE, David (Ed.). **Varieties of Capitalism**: The Institutional Foundations of Comparative Advantage. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HALLER, A. O. Estratificação Societária. **Teoria e Sociedade**, nº. 7. Junho, 2001.

HOFFMANN, Rodolfo. Brasil, 2004: menos pobres e menos ricos. **Parcerias Estratégicas**, número 22, junho 2006.

KAGEYAMA, A. et. al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: Agricultura e Políticas Públicas. Brasília série IPEA, nº.127, 1990.

KAGEYAMA, A. Mudanças no Trabalho Rural no Brasil, 1992-2002. **Agric. São Paulo**, São Paulo, vol. 51, nº.2, 2004.

LAM, David. Generating Extreme Inequality: Schooling, Earnings, and Intergenerational Transmission of Human Capital in South Africa and Brazil. **Research Report, Report** no. 99-439, Population Studies Center at the Institute for Social Research, University of Michigan, 1999.

LÍCIO, Antônio Martinho Arantes. O Ministério da Agricultura e o Agronegócio. In: CALDAS, R. A. *et al* (editores) **Agronegócio Brasileiro, Ciência, Tecnologia e Competitividade**. Brasília: CNPQ, 1998.

MARTINE, G. Tecnologia, política agrícola, política agrária e políticas em geral. In: MARTINE, G.; GARCIA, R.C. (Orgs.). **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo. Editora Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1981.

MOONEY, P. H. Toward a Class Analysis of Midwestern Agriculture. **Rural Sociology**, University of Wisconsin, vol. 48, nº. 4, 1983.

NEVES, Delma Pessanha. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 1997.

NEVES, J. A.B. **Human Capital, social classes, and the earnings determination process in brazilian agriculture: 1973, 1982 and 1988**, 1997, 236 fls. Tese (Doutorado) University of Wisconsin, Madison.

NEVES, J.A. Labor Force Classes and the earnings determination of the farm population in Brazil: 1973, 1982 and 1988. In: **The Shape of social Inequality: Stratification and Ethnicity in Comparative Perspective**. *Research in Social Stratification and Mobility*, Vol. 22, Elsevier Ltd., 2005.

NEVES, J. A. *et.al.* **Estratificação social e mobilidade estrutural na agropecuária brasileira**, artigo para publicação, 2008.

NEVES, J. A.; FERNANDES, D. C. Estrutura ocupacional, autoridade gerencial e determinação de salários em organizações fordistas: o caso da indústria de transformações no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 6, nº 1, Curitiba, 2002.

NEVES, J. A.; FERNANDES, D. C. Pós-fordismo e os Retornos Salariais do Investimento em Capital Humano na Agropecuária Brasileira. In: **Educação, Trabalho e Desigualdade Social**. NEVES, J. A.; FERNANDES, D. C.; HELAL, D. H. (Org.). Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NEVES, J. A. et. AL. Modernidade, Burocracia e Classe Gerencial: a determinação de rendimentos no Brasil e na Polônia. In: NEVES, J. A.; FERNANDES, D. C.; HELAL, D. H. (Orgs.). **Educação, Trabalho e Desigualdade Social**. Belo Horizonte. Argumentum, 2009.

NEY, Marlon Gomes. Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro. 2006. Tese(Doutorado). Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, SP.

NEY, Marlon Gomes; HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. **Economia**. Niterói (RJ), vol.4, nº.1, jan./jun.2003.

NEY, Marlon Gomes; HOFFMANN, Rodolfo. A contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. **Economia Aplicada**. Ribeirão Preto/SP, vol. 12, nº. 32, julho-setembro 2008.

NÓBREGA, Maílson da, Agricultura promissora, **O Estado de S. Paulo**, 20.01.2008.

PASTORE, José. **O Peso dos Encargos Sociais no Brasil**. Coleção José Ermírio de Moraes – Coleção CIEE – Vol. 10, 1998.

PASTORE, José. Artigo: **A CLT no meio rural**. O Estado de S.Paulo 25/07/2006. Extraído de <http://www.cna.org.br>. Acessado em: 04 jun. 2009.

PEREIRA de QUEIROZ, Maria Isaura. Relatos Oraís: do indizível ao dizível. In: Olga Von Simson (org.), **Experimentos com Histórias de Vida**. São Paulo: Vértice, 1988, Editora Revista dos Tribunais. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, vol. 5.

PEREIRA, Matheus Wemerson Gomes; VIEIRA, Wilson da Cruz. Análise da política de garantia de preços mínimos: O caso do Prêmio para Escoamento do Produto. **Revista de Política Agrícola**, Ano XVIII, nº 2, 2009.

PETRELLI, V. O novo desenho do Financiamento Agrícola e as dificuldades para os produtores não integrados. In: **Anais XVII Congresso da SOBER**, julho/2004. Cuiabá-MT.

PFEFFER, M. J. Social Origins of Three Systems of Farm Production in the United States. **Rural Sociology**, vol. 48, nº. 4, 1983.

PRATINI de MORAES, Marcus Vinicius. Ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Entrevista. **Revista do Mercosul**, número 70, 2001. Disponível em: [http://www2.uol.com.br/revistadomercosul/pesquisa-public/mercocul/mercocul\\_70\\_destaque.htm](http://www2.uol.com.br/revistadomercosul/pesquisa-public/mercocul/mercocul_70_destaque.htm).

PRATES, Antônio Augusto P. et. al. Capital Social e Redes Sociais: conceitos redundantes ou complementares? In: **Desigualdades Sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2007.

PRZEWORSKI, Adam. A Social-Democracia como um Fenômeno Histórico. In: Przeworski, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAYNOLDS, Laura T. Institutionalizing Flexibility: A Comparative Analysis of Fordist and Post-Fordist Models of Third World Agro-Export Production. In: **Commodity Chains and Global Capitalism**. GEREFFI Gary and KORZENIEWICZ, Miguel (Org.). Praeger Publishers. 1994.

REIS, E.M.C.P. **The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil, 1880-1930**. 1979, 315 fls.. Tese (Doutorado). Massachusetts Institute of Technology.

REZENDE, G.C.de e KRETER, A.C. Existe realmente trabalho escravo na agricultura brasileira? **Revista de Política Agrícola**, Ano XVIII, n.2, 2009.

RIBEIRO GUEDES, Sebastião Neto. Legislação Trabalhista, inovações institucionais e mercado de trabalho assalariado temporário agrícola no Brasil: uma abordagem a partir da teoria dos custos de transação. **Rev.de Economia Agrícola**, São Paulo, vol.55, nº.2, jul/dez.2008.

RICUPERO, R. A pobreza rural dos ricos. **Folha de São Paulo**, 06.07.2003.

SCALON, M. C. **Notas sobre Esquemas de Classes**. In: Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências. Capítulo I. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, vol.14, nº.2, 1997.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **RBCS**, Vol. 18, n.51, fevereiro/2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v18n51/15988.pdf>>

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste. Brasília (DF), **Parcerias Estratégicas**, número 22, junho 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil. GT 21 – Políticas Públicas Y Desarrollo Rural. In: **VII Congreso de La Asociación Latinoamericana de Sociología rural/ALASRU**, 20-24 de noviembre Del 2006. Quito, Ecuador.

SERVILHA, Valdemar. **O Financiamento da agricultura Brasileira**. 1994, 228 fls. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia da UNICAMP.

SINGER, P. **Dominação e Desigualdade**: Estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981. 185 p. (Coleção Estudos Brasileiros, vol. 49).

SKOCPOL, Theda. A Autonomia Potencial do Estado. In: SKOCPOL, Theda. **Estado e Revoluções Sociais**: Análise Comparativa de França, Rússia e China. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

SKOCPOL, T. Bring the State Back in: Strategies of Analysis in Current Research. In: **Bringing the State Back**. Peter Evans (Editor), Theda Skocpol (Editor), Dietrich Rueschemeyer (Editor). Cambridge University Press, 1986.

SORENSEN, A. Toward a Sounder Basis for Class Analysis. **American Journal of Sociology**, vol.105, nº.6, may 2000.

SORJ, B. **Estado e Classes sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. 152 p. (Coleção Agricultura e Sociedade).

SPOOR, M. Two Decades of Adjustment and Agricultural Development in Latin America and the Caribbean. Project **Growth, Employment and Equity. Latin America in the 1990s**, financed by the Government of the Netherlands (HOL/97/6034), 2000.

STACK, Steven. The effect of direct government involvement in the economy on the degree of income inequality: a cross-national study. **American Sociological Review**, vol.43, December, 1978.

STADUTO, J. A. R. **Determinação dos Salários na Agropecuária Brasileira**. Edunioeste. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel (PR), 126 p., 2003.

STADUTO, Jefferson. A. R.; ROCHA Jr., Weimar F. ; BITENCOURT, Mayra B. Contratos no Mercado de Trabalho Agrícola: o Caso das Cooperativas de Trabalhadores Rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, vol. 42, n. 04, out/dez 2004. Extraído de:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid=S0103-20032004000400006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0103-20032004000400006).

TOMÁS, M. C.; XAVIER, F. P.; DULCI, O. S. Interface dos capitais humano, cultural e social na situação ocupacional e nos rendimentos dos indivíduos. In: AGUIAR, N. (Org.). **Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. 1. Edição. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991; 2ª ed., São Paulo: Edusp, 2007. 234 p.

WEBER, M. **Classe, Status e Partido**. In: Velho, Otávio at all (org.) 9. edição. Estrutura de Classes e Estratificação Social, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WRIGHT, Erik Olin. **Classes**. Verso, London, New York, 1985.

WRIGHT, Erik Olin. **A Burocracia e o Estado**. In: Wright, Erik Olin. Classe, Crise e o Estado. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WRIGHT, Erik Olin; PERRONE, Luca. Marxist Class Categories and Income Inequality. **American Sociological Review**, vol. 42, nº 1, 1977.

ZYLBERSZTAJN, Décio. **The agricultural system, industrialization and development in Brazil**. In Brazil-India Round Table Agriculture, industrialization and development. International Labour Organization. International Institute for Labour Studies. Geneva, Switzerland, 1994. Disponível em:

<< [http://www.ilo.org/public/english/bureau/inst/download/dp\\_7494.pdf](http://www.ilo.org/public/english/bureau/inst/download/dp_7494.pdf)>> , Acessado em: 24 mar. 2006.

## DOCUMENTOS

BANCO DO BRASIL. Projeto Fruticultura e Olericultura. 1999. Documento de circulação interna.

BANCO DO BRASIL Projeto Agricultura Orgânica. 1999. Documento de circulação interna.

BANCO DO BRASIL. [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br). [www.agronegocios.com.br](http://www.agronegocios.com.br). Primeiro Fórum Gaúcho de Avicultura. 23.11.2006.

Estatísticas do Meio Rural. NEAD/MDA. Colaboração DIEESE/MA. 2008.

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD. Brasília. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. São Paulo. **Mercado de trabalho agrícola no Brasil: principais características das fontes de dados**. 2007. 31 P.

NOTAS & INFORMAÇÕES. Do campo para o mundo. **Jornal O Estado de São Paulo**, 29.11.2009.

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.**

1. Qual seria a sua visão sobre o problema do desenvolvimento social na agricultura brasileira, na perspectiva da repartição dos rendimentos entre os vários estratos considerados?
  - 1.1. Qual a opinião sobre a relação das políticas agrícolas e da legislação trabalhista com a repartição de renda no setor agrícola?
  - 1.2. Em sua opinião, quais os principais gargalos que poderiam ser apontados como obstáculos a uma melhoria na repartição da renda na agricultura brasileira?
  - 1.3. Quais seriam os fatores geradores de mudança, no sentido da melhoria na repartição da renda?
  
2. Com relação à evolução histórica da repartição da renda na agricultura brasileira, como o senhor considera a situação atual em relação ao ponto inicial da modernização do setor?
  - 2.1. Em sua opinião, os estratos sociais considerados estariam usufruindo de um leque maior de oportunidades de acesso a melhorias tecnológicas e fruição de renda? Quais seriam os estratos mais bem sucedidos?
  
3. Em sua opinião, existem possibilidades de melhoria na repartição dos rendimentos do setor?
  - 3.1. É possível supor que esteja em curso a construção de condições para a criação de um modelo mais equitativo de participação nos resultados da modernização agrícola?

## **APÊNDICE B – ENTREVISTAS.**

**Data: 31.03.09.**

### **Entrevista 1.**

Entrevistado: Engenheiro Agrônomo. Sistema Sindical Rural – CNA – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) – SINDICATO RURAL – SENAR MINAS. Cargo: Superintendente Técnico.

Apresentação inicial: “Quem vai responder não é a FAEMG, é um engenheiro agrônomo (aposentado), que tem 40 anos de profissão e acompanhou todo esse processo da agricultura”.

“Podemos começar? Bom, em primeiro lugar falta nesse conjunto de estratos sociais um estrato intermediário entre o primeiro e o terceiro, que seria o dos produtores tradicionais, que são médios proprietários, que são os principais clientes da FAEMG. Não são empresas, grandes empregadores (que são poucos), mas são produtores como eu, que possuo uma fazenda de 360 ha e em torno de 3 empregados, não nos enquadrados no PRONAF.”

**1 – Desigualdade e repartição de renda** - A agricultura não é diferente na repartição de rendimentos de todos os outros setores econômicos do Brasil. Ela pode aparentar ser diferente, mas ela acompanha a desigualdade que existe no país. Existe uma pirâmide social semelhante, com segmentos bem estruturados com maior renda e uma base grande em piores condições. Ela se desenvolveu tecnologicamente e economicamente e há uma situação perversa socialmente, mas que também não é diferente do que ocorre no conjunto do país. Por exemplo, a vida dos assalariados urbanos também é feita de muitos problemas, vivendo em promiscuidade, inclusive o problema da violência.

Política agrícola: em primeiro lugar, não existe uma política agrícola no Brasil. Ela vem sendo remendada, melhor dizendo, não foi nunca explicitada, foram criadas políticas

setoriais, de crédito, de desenvolvimento de tecnologias, de extensão (transferência de tecnologias através da extensão rural), mas sem um arcabouço que evitaria muitos dos problemas de endividamento e uma série de dificuldades enfrentadas pelos pequenos, os médios e os grandes também, inclusive por causa do clima. O que ocorreu é que a situação favorável à agricultura, nos últimos anos, até começo do ano passado, poderia ter sido muito melhor aproveitada pelos produtores.

Legislação do trabalho: foi criada para os trabalhadores urbanos e depois foi passada para o campo sem nenhuma adaptação. Realmente ela é limitante, porque o produtor rural tem medo de realizar contratações, temendo a justiça do trabalho. Evidentemente, num país pobre com tantas desigualdades, primeiro o governo do Getúlio, depois no governo militar, a legislação do trabalho no campo é uma evolução. As circunstâncias do trabalho no campo, no entanto, são diferentes. Por exemplo, um trabalhador da construção civil em Belo Horizonte. Depois que ele vai para casa o contratador não tem mais nada a ver. Trabalha em condições de risco e ninguém investiga as suas condições de moradia e no campo já é diferente. O empregador é responsável pelas condições do trabalhador durante todo o tempo em que o trabalhador permanece no estabelecimento do produtor. Aí o indivíduo tem medo de contratar. Aí quando se vê falar em trabalho escravo, muitas vezes é por causa das condições de moradia, de alojamento. Os fiscais não vão à favela verificar condições de moradia, mas se o alojamento onde estão os empregados rurais não for considerado adequado, o empregador pode receber multa do Ministério do Trabalho. Mas quanto à carteira assinada, horas extras, esses itens já estão implantados e o trabalhador rural já está assistido.

Gargalos: agora, quanto a repartir renda, na verdade na economia brasileira o poder de compra do salário é baixo e falta qualificação profissional, é muito pequena e é por aí. A qualificação profissional seria um grande incentivo a melhorar a situação da renda. Na minha opinião, o produtor rural tem tido pouca disponibilidade de renda, as dificuldades do próprio proprietário de terra resultam na impossibilidade de pagar um salário melhor. Com relação ao trabalhador protegido, hoje não existe mais, praticamente, o trabalhador desprotegido na área da agricultura, o totalmente informal. As formas tradicionais de

trabalho na agricultura antiga, que eram a parceria, o meeiro, o arrendatário estão praticamente acabando nas áreas já consolidadas. Onde tem problema de emprego informal é nas áreas de expansão da fronteira agrícola, o que evidentemente, não é o caso nosso de Minas Gerais. É o problema de que o Brasil tem áreas florestais, como na Amazônia, que ainda estão sendo abertas. São áreas de fronteira agrícola/pecuária, um pouco faroeste, pessoas que têm coragem vão, vão aqueles que não possuem outro meio de vida nas regiões em que moram e suportam morar em condições sub-humanas e são lugares onde a legislação não alcança. Mas tende a se consolidar, por causa desses perigos que eu falei. Mas uma vez consolidadas essas áreas, o proprietário já tem medo de continuar na informalidade, por causa do perigo da legislação. Por exemplo, na produção de cana em São Paulo, o trabalhador é totalmente protegido, mas que o trabalho é penoso, é, o trabalho é árduo, é estafante, é, tanto que há uma tendência à mecanização. A questão ambiental também atua nesse sentido, agora que o trabalho é árduo, estafante, até desumano às vezes, por causa do calor etc., mas o trabalhador está com a sua carteira de trabalho assinada, com todos os equipamentos de proteção. A legislação é cumprida.

Fatores de melhoria: seria uma maior igualdade na distribuição da massa salarial porque não é possível transformar todo mundo em proprietário rural, não resolveria. O empreendimento rural exige que o indivíduo tenha queda para gerência, para administração. A tecnologia usada há 40 anos era mínima. Vinha da Europa, dos Estados Unidos. A terra não é mais ... é um insumo como é o adubo. Mesmo a agricultura familiar tem que ter tecnologia também, como acontece no sul do país. Convivemos com certo estigma. Essa mudança existe. A distribuição de renda nossa é parecidíssima com outros setores. Melhorou muito a repartição da renda em relação ao ponto inicial da modernização. O profissional da área rural ganha bem, está bem inserido dentro da possibilidade de emprego que o Brasil oferece. O tratorista, o motorista, é requisitado e melhor remunerado e está mais qualificado agora.

**2 - Evolução histórica** - Mudança para melhor. O profissional na área rural está se qualificando e é bem inserido dentro da realidade brasileira.

Maiores oportunidades: claro e o PRONAF é exemplo disso. Precisa de maior qualificação profissional. Agricultura Familiar pode incorporar tecnologia e tem financiamento para isso e precisa.

**3 - Modelo mais equitativo** - Há riscos específicos, ligados à problemática da natureza e ambiental. Mas a resposta é sim, em razão da qualificação e da tecnologia. Qual a atividade que tem que provar que atende aspectos sociais... Ou é capitalismo ou não é. Colocar a agricultura no mesmo contexto das outras atividades econômicas ela vai poder melhorar. Nós somos visíveis. Por questões de mudança no mundo inteiro, em função da tecnologia, que o trabalhador seja qualificado, aí ele ganha mais, o trabalhador familiar precisa de tecnologia. O meio rural recebe as mesmas informações que o meio urbano. Na verdade, a dicotomia que existia antigamente acabou. A rede globo está lá em tempo real. “Aquele ali é um caipira” é só em casos especiais. Que o país é injusto na questão salarial, é. Hoje na pecuária moderna, há contratados com salários muito altos, ao lado disso tem o salário do peão com salário mínimo. Na agricultura, quando estiver totalmente formalizado, tende a pagar mais que os outros. Agora, não pode excluir o contexto da economia brasileira. Avançou não é em relação ao governo militar, é que naquele momento é que a tecnologia surgiu. Criou condições para a área técnica aparecer. Ministério realmente interessado. Financiar, no mundo inteiro subsidia e no Brasil virou um pecado falar em subsídio. O Brasil era importador, de feijão, trigo. Passamos a exportar. O povo hoje tem alimentação barata em função disso. Não somos uma África, não. A maioria compra alimento porque ele é barato. Capitânicas hereditárias, escravidão, sesmarias, estigma era injusto. A visibilidade dos setores e a nossa é diferente. Não temos sindicato como uma mineradora, a siderúrgica, nosso sindicato é mais fraco.

Estatuto da Terra, lei espetacular, não foi posta em prática, houve o êxodo rural e agora a reforma agrária é um anacronismo. O que havia no Brasil é que o fazendeiro era o político. Era o poder econômico e o político. Isso se separou. Isso mudou, os gaúchos que vieram para o Centro Oeste, os paranaenses, grandes artífices disso tudo aí, é uma profissão. Toda essa região ganhou. Precisou ter alguém do sul que veio e mostrou.

A repartição é muito perversa. Mas é igualzinho nos outros setores. Usineiros paulistas se modernizaram tanto que hoje são multinacionais. Mas o mais importante seria que o Brasil se orgulhasse de sua agricultura.

## **Entrevista 2.**

**Data: 01.04.2009.**

Entrevistados: assessores técnicos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG.

**Apresentação:** “nossa área na FETAEMG é a de agricultura familiar, esse é o nosso público”.

**1 – Desigualdade e repartição de renda** – Entrevistado 1. “Com relação à pergunta, as políticas públicas até certo momento da história, foram voltadas para um determinado setor, tratava-se a agricultura por igual, o produtor pequeno, médio, grande, as pesquisas eram voltadas para a agricultura de um modo geral, os recursos para crédito eram disponibilizados de um modo geral e a partir de certo momento, com a luta dos movimentos, a organização desses pequenos agricultores, principalmente partindo do Rio Grande do Sul, em que é típica a agricultura familiar, a agricultura camponesa, começou-se a reivindicar dos governos um tratamento diferente, onde o crédito teria que ser específico, com taxas de juros mais específicas, teria que ter políticas para o meio rural exclusivas para determinadas faixas”.

Entrevistado 2: “Porque não faz sentido uma política sem diferenciar”.

Entrevistado 1: “Uma coisa que é interessante é que 70% dos alimentos são produzidos por esse público. 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros são produzidos por esse público. É interessante citar que eles têm menos terra, mas com relação à produção eles produzem mais por área do que os grandes, do que os latifundiários e do que os grandes, são mais eficientes e na década de 90 tem uns dados interessantes que a produtividade desse grupo aumentou em 75%, tiveram acesso a algum tipo de tecnologia, tentaram aumentar a produção deles, mesmo em pequenas áreas conseguiram aumentar a sua produção. Ainda tem alguns grupos que produzem na forma de subsistência, uns grupos quilombolas, mas a maioria a gente observa que está partindo para a comercialização mesmo, o mercado, buscando o mercado local inicialmente, e até internacional.”

Entrevistado 2: “A agricultura familiar está conseguindo inserir tanto no mercado local quanto regional. Isto ocorre no quadro da evolução de uma agricultura conservadora para uma agricultura mais tecnológica, vamos dizer assim.”

Entrevistado 1: “Tamanho de área para considerar o agricultor como familiar varia de região para região, depende do módulo fiscal, até 04 módulos é considerada agricultura familiar, o módulo fiscal no Estado de MG varia de 7 a 70 ha, depende do valor da terra, da proximidade dos grandes centros, na região próxima à região metropolitana é 7, 10...150 ou 200 km. daqui começa a ser 30, no norte de Minas chega até 70”.

Entrevistado 2: “Paracatu também é 70. Tem muito a ver com a qualidade de terra. Se a terra é melhor você vai conseguir, em uma pequena área, uma produtividade melhor”.

Entrevistado 1: “Isso hoje é definido pela Lei 11326, lei de agricultura familiar, de 2006. A título de política pública, para atender o PRONAF, existem esses parâmetros, mão de obra familiar, módulo fiscal, renda prioritariamente da terra, a maior parte. Um farmacêutico, por exemplo, não enquadra”

Entrevistado 2: “Existe um documento que vai provar que o agricultor atende esses critérios. A lei é mais ampla, o PRONAF, por ser um programa, estabelece números. Para ser agricultor familiar, tem que ter pelo menos 70% da renda vindo da atividade que desenvolve na propriedade. Com relação a trabalhadores, pode ter até dois empregados fixos. As regras são baseadas na lei, mas a cada ano eles podem mudar esses critérios. Tanto para o PRONAF como para outros programas como o biodiesel, tem que ter esse DAP, para isso tem que estar muito ciente dessa lei.”

Entrevistado 1: “Uma outra coisa que é um fator que é fator dificultador do crescimento da agricultura familiar são as legislações sanitárias, as legislações ambientais, é uma coisa que pune um pouco. Às vezes a gente acha que isso às vezes é injusto, porque, por exemplo, se um agricultor, se uma agroindústria artesanal quer avançar na cadeia, produzir não apenas o leite, mas também, por que não, produzir o doce, produzir o queijo, a legislação sanitária para uma grande indústria é a mesma para ela e às vezes fica inviável economicamente ela fazer um investimento, adequar e avançar na cadeia. É uma questão que dificulta. É uma falha. Tem a proposta de um sistema que unifica isso tudo, ainda está a passos lentos, está muito devagar, ainda não foi implementada, que permite que a pessoa tendo a fiscalização municipal ela possa comercializar no estado e outros estados, mas para isso a fiscalização

municipal tem que aderir e, no caso da fiscalização estadual que no caso é o IMA, tem que aderir também. Um sistema unitário para atestar sanidade. Questão de energia, no estado, também às vezes não chega a todos os agricultores. A questão da energia elétrica é um fator importantíssimo para o crescimento, o desenvolvimento. Falta de informação também. A assistência técnica é deficiente. A Emater está presente em mais de 700 municípios mas o número de técnicos por agricultor ... a gente tem mais de 400 mil agricultores familiares, 80% dos agricultores no estado são agricultores familiares (tem até 100 ou 150 ha) eles não têm como custear essa assistência técnica.

Entrevistado 2: a Emater, no estado, é o órgão que presta assistência técnica no estado, mas muitas das vezes não dá conta de atender e aí tem outros problemas também, às vezes fica mais no escritório, não vai ao campo, isso aí vai gerando uma série de problemas, de gargalos, exatamente.

Entrevistado 1: a gente observa que teve melhora. O acesso à informação: tem melhorado, mas ainda deixa a desejar. A informação hoje é fundamental, por exemplo, para o mercado de preços dos produtos, acompanhamento de mercado, porque o mundo hoje é globalizado, às vezes o produtor de feijão está lá, ele acha que não, mas o preço do produto dele é influenciado. A informação é interessante para ele, por exemplo, o produtor de leite, do preço pago pela indústria, ter essa informação para ele, por exemplo, prever um investimento, comprar mais vaca ou aumentar o fornecimento de concentrado, ele segura, substitui um concentrado por outro, de menor preço. A busca do profissionalismo, mesmo, da gestão. A grande já tem estruturado e o agricultor às vezes não tem, o nível de escolaridade dele é mais baixo, a gente quer ter a educação específica no campo dele, para o filho daquele agricultor, se for da vontade dele, seguir os passos do pai e ter noções básicas do que é produzir, as principais culturas, o uso correto do solo. Preparar o jovem para seguir.

Entrevistado 2: a gente nota que o nosso meio rural está ficando muito idoso, sem jovem, é uma maneira de estar mantendo o jovem no campo também. Tendo uma educação voltada para aquela tecnologia, vai despertar certo interesse maior no jovem, para ele, do jeito que está é muito mais fácil ir para a cidade mais perto procurar um emprego.

Entrevistado 1: A gente vê a organização da produção. O grande agricultor ele tem escala, ele consegue comprar insumos mais baratos, ele consegue vender melhor porque tem

escala, periodicidade de entrega do produto, isso tudo é fator que facilita para o grande em relação à agricultura familiar, então as políticas que direcionam e incentivam o agricultor familiar a se organizar em forma associativa, em cooperativa, elas têm que ser mais fortes, fazer essa informação chegar, treinar as pessoas, mostrar os benefícios do cooperativismo. Tem uma quebra de paradigma, aí, o pessoal... mas é lento, então o uso da educação. Então os fatores geradores de mudança seriam esses: a educação, o associativismo, que já está existindo, já tem.

Entrevistado 2: tem as cooperativas de crédito.

Entrevistado 1: Tem a política da CONTAG para organizar a produção, tem a organização do crédito, da assistência técnica e da organização da produção e comercialização. Nós estamos trabalhando com a organização das cooperativas de crédito, então a gente já tem quatro cooperativas de crédito funcionando já, tem mais três como projeto do Banco Central e cada cooperativa envolvendo municípios onde vai ter posto de atendimento. Essa cooperativa, a gente está trabalhando para ligá-la a um sistema que se chama Cooperativismo de Crédito da agricultura familiar e economia solidária. A gente acha importante, pela facilidade de acesso ao crédito, em detrimento do acesso ao crédito dos bancos. Seria bastante importante, porque muitas vezes a burocracia dos bancos dificulta, porque a agricultura não espera, na época do plantio tem que estar com recursos para custear a lavoura e às vezes demora para ser liberado e com as cooperativas de crédito a gente imagina que é importante, fora que a movimentação do dinheiro fica mais local, na economia local. A gente está trabalhando esse foco aí. O gerente da cooperativa é agricultor, está no corpo a corpo ali com o agricultor, tem a visão da organização da produção, que é específica por causa da sazonalidade. A gente está trabalhando com as cooperativas de crédito nesse sentido e as cooperativas de produção também é objetivo nosso estar assessorando esses agricultores lá na base para estar organizando suas cooperativas de produção. Então, avançar na cadeia produtiva, para conseguir preços melhores, comprar insumo melhor, a gente enxerga nesse sentido aí, seria um passo importante para conseguir que esse agricultor permaneça. A gente enxerga que começa a ficar difícil esse agricultor ficar isolado lá, infelizmente a tendência é ele deixar a atividade. Uma questão importante para te falar é a questão dos nichos de mercado específicos, a gente trabalha muito a questão da produção sem utilização de agrotóxico: produção

orgânica, agroecológica, produção integrada. Se usa algum insumo, ou agrotóxico, usar de maneira racional, respeitar o meio ambiente, que a gente imagina que esse tipo de produção vai ser valorizado pelo consumidor, então a gente trabalha muito neste sentido, o agricultor familiar, por natureza, já faz esse tipo de trabalho, a gente entende que ele é até um produtor que respeita a natureza, ele tem uma interação com a natureza mais forte do que o latifundiário. A monocultura, aquela coisa toda, às vezes não trabalha com esta visão. O agricultor quer sustentabilidade econômica, ambiental e social: o ideal seria isso aí, garantir que ele produzindo hoje, as gerações futuras serão beneficiadas. Esses nichos de mercado vão trabalhar no sentido de melhoria, seria um ponto importante estar buscando a inclusão da agricultura familiar nesse mercado.

**2 - Evolução histórica** – Entrevistado 1: o crédito saiu de 200 milhões por ano (safra 1996) para 12 bilhões nesta safra. Fruto do desenvolvimento: a CONTAG é a maior confederação de trabalhadores rurais da América Latina.

Entrevistado 2: existe um evento anual que é para discutir e reivindicar, tem todo ano e em 1995 foi a reivindicação do PRONAF, uma política pública exclusiva para os agricultores familiares. Aí surgiu o PRONAF, em termos de crédito houve um avanço em termos nacionais.

Entrevistado 1: a gente vê que o Rio Grande do Sul está disparado na frente, porque é mais organizado e Minas está em segundo ou terceiro.

Entrevistado 2: Minas, com mais de 800 municípios, poderia estar muito melhor.

Entrevistado 1: Minas poderia estar em primeiro, mas é a informação, quem está organizado consegue ter acesso à informação mais rápido. Há, ainda, uma distância grande. A liberação para a agricultura é de 65 bilhões para a patronal. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos e ocupa apenas 20% das áreas. A gente acha que conseguindo o crédito, tudo bem, são 12 bilhões, a gente acha que tem de ter mais recursos para outras coisas, por exemplo, assistência técnica, aumentar a parcela de recursos para assistência técnica, para a comercialização, que é um ponto que eu esqueci de falar, que é um gargalo também, às vezes tem o produto, mas não tem como comercializar aquele produto. O cooperativismo é uma ferramenta importante, mas a gente tem hoje um comércio institucional do governo federal, de compra através da CONAB, um programa de distribuição de alimentos: compra

da agricultura familiar, a Conab compra, tem que ter associação ou cooperativa, é uma forma de incentivar a organização, monta o projeto, encaminha para a CONAB e pode doar para escola, hospital, localmente ou entre municípios ou até, por exemplo, o norte de Minas está entregando produtos aqui em Belo Horizonte. Monta esse projeto e entrega para escola, asilos ou hospitais e a CONAB paga a preço de mercado. Então, são R\$3.500,00 por agricultor, por família, por ano. É um valor pequeno, baixo ainda, mas não deixa de ser uma contribuição, já é um meio que o agricultor tem de colocar o seu produto no mercado. Se ele tinha R\$10.000,00 para colocar no mercado, R\$3.500,00 já é colocado, agora já são só R\$6.500,00. Só que a gente imagina que isso tem que ser ampliado, é importante ampliar isso aí. Uma medida provisória que está para ser regulamentada que é a compra da prefeitura para merenda escolar, da agricultura familiar, com verba do fundo que libera os recursos para compra da merenda escolar. Às vezes uma empresa de São Paulo ganhava a concorrência de uma prefeitura de Minas. Com essa medida provisória estão querendo garantir 30% da compra da agricultura familiar. A gente sabe que ainda é pouco o valor para a merenda escolar, mas é um avanço a mais que começa a aumentar esse volume de comercialização garantida.

Segunda parte da questão: Entrevistado 1: Por exemplo, os produtores de leite (Minas é o maior produtor de leite do país). 70 a 80% vem da agricultura familiar, que produz o leite no estado. Em 2002, no programa de qualidade do leite, para o produtor se adequar a isso aí ele precisou de ter apoio de tecnologia, ele precisou melhorar a higiene da sua produção, precisou armazenar melhor o seu leite, com a compra de tanques resfriadores, é uma tecnologia para conservar melhor o produto até ser captado pelo caminhão e ser transportado para a indústria. O governo tem incentivado isso aí, através do PRONAF, do Fome Zero, Minas sem Fome (distribuição de alimentos para pessoas com nível mais baixo), distribui sementes, distribui pintinhos, a gente acha que uma fatia pequena é atendida, tem que aumentar, geralmente quem é atendido é quem está mais organizado, quem tem seu sindicato, sua associação. Geralmente são essas as pessoas que são atendidas. Aquele que fica isolado lá, não chega isso para ele e às vezes ele é o que mais precisa.

Entrevistado 2: por isso é que a gente está trabalhando na organização dessa produção, isso é importante.

Entrevistado 1: Então, o quadro melhorou. O que falta: a pesquisa deixa um pouco a desejar, pesquisa específica para esse tipo de agricultor, às vezes tem um equipamento que atende a um agricultor maior, às vezes o agricultor familiar precisa desse equipamento que é essencial para ele ter qualidade, ter eficiência, mas o equipamento fica ocioso por causa da quantidade de produção que ele tem. Pesquisa adequada à sua escala de produção, à diversificação de sua produção.

**3 – Possibilidades de Melhoria** – Entrevistado 1: A gente acha que sim. Do Valor Bruto da Produção Agropecuária, 40% é da agricultura familiar, 60% é o agronegócio, que a gente chama agricultura empresarial (a gestão não é familiar e o tamanho da propriedade e a renda também são critérios). Para enquadrar no PRONAF tem um limite de renda. Tem o PROGER rural, tem o PRODEFROTA, tem várias linhas específicas. A taxa de juros maior do agricultor familiar é 5,5%. Para a agricultura patronal a menor é 6,5%. A menor deles é maior do que a maior do agricultor familiar. Isso é um avanço.

Entrevistado 2: isso aí tem mudanças. Um grupo gestor do PRONAF elabora e faz mudanças. Vão negociando.

Entrevistado 1: a gente sabe que nos Estados Unidos a agricultura é subsidiada, o que dificulta a relação de nossa agricultura com eles. Apesar de que, recentemente, o Obama ter anunciado cortes nesses subsídios, mas existe e dificulta. Se for pegar a cadeia como um todo, a gente sabe da realidade, quem ganha mais é a indústria. O produtor primário é o que menos ganha, é o mais sofrido, a gente acha que a agricultura para ser mais sustentável, tem que ter algum nível de subsídio, tem que ter uma certa proteção. O PRONAF a gente vê como uma proteção, porque são juros abaixo de mercado, mas pessoalmente não considero subsídio, é um crédito a taxa de juros menores, imagino que não é um subsídio, porque o risco de ele perder a safra toda é grande. Querendo ou não é um financiamento, é uma dívida. O PRONAF tem um seguro, mas ainda é incipiente. Tem a subvenção do seguro rural, que é uma coisa que o agricultor pode aderir. As seguradoras, geralmente cobram 6% do valor. É dividido entre o governo federal, o estadual e o agricultor. Só que ainda é para algumas culturas, no estado. Aos poucos quer-se ampliar, a idéia é ir ampliando. O seguro é uma ferramenta importante. Mas ainda não considero subsídio. Subsídio tem lá na Europa. Nesta questão da preservação ambiental, a gente imagina que o agricultor deve ter um

bônus ambiental pelo trabalho que ele faz, por exemplo, preservar uma nascente de água, preservar o meio ambiente, lá nos Estados Unidos tem isso, o pessoal lá, por eles preservarem essas nascentes, tomarem conta daquele ambiente que cada propriedade tem, eles são remunerados. Aqui em Minas a gente está trabalhando para isso, também. A Bolsa Verde, é uma forma também. Porque tudo isso? Às vezes o urbano pode pensar: já tem taxa de juros menor, tem bolsa verde ainda? Mas as pessoas têm que enxergar que não é fácil produzir. Tem que ter essa visão. Está correndo risco a todo momento. Riscos climáticos, colocar preço no mercado. Então essa pergunta sobre melhoria de participação na renda agrícola brasileira, o que a gente imagina é tudo isso aí: a questão de subsídios, bolsa verde, melhoria na assistência técnica, a maioria das coisas que a gente falou. Tem ações em curso nesse sentido aí.

**Modelo mais equitativo.** Entrevistado 1: vem na mesma linha de raciocínio. O apoio à comercialização, os mercados institucionais, fator facilitador para a comercialização.

Daniela: importantes as parcerias, para ir construindo essa possibilidade de construção.

Entrevistado 1: a gente acha que infelizmente no país quem tem mais deputados consegue as coisas mais fácil. É importante uma mudança, porque a gente vê que, por exemplo, o exemplo que eu dei claro, 65 bilhões para o crédito da agricultura patronal e 12 bilhões para a agricultura familiar, que produz 70% dos alimentos. A agricultura familiar ocupa 83% dos imóveis rurais do Brasil, usa apenas 21% da terra, emprega 13 milhões de trabalhadores. Movimenta 160 bilhões por ano, participa com 40% do VBP. 440 milhões de agricultores em Minas. Esse público que, além da questão econômica, tem a questão social, a agricultura patronal, a geração de emprego vai por água abaixo, também na questão de sustentabilidade, a agricultura familiar é mais sustentável do que a agricultura patronal. Se a gente acabar com os agricultores familiares para onde eles vão. Para os grandes centros. Muito importante a segurança alimentar. Os governos têm de enxergar, além de tudo, nesse sentido. Investir em agricultura familiar é investir em segurança pública, em segurança alimentar, em emprego. 13 milhões de trabalhadores no campo é considerável, 7% da população. Imagino que no Brasil tenha 70 ou 80 milhões de trabalhadores. É considerável a quantidade de emprego e ocupação que a agricultura familiar fornece.

### **Entrevista 3.**

**Data: 06.04.2009.**

**Entrevistados: assessor técnico e diretora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG/Área de assalariados.**

**Com relação aos estratos sociais considerados** – Entrevistado 1: quando você pega pela questão da concentração fundiária, a grande maioria das terras, no aspecto de produção, a grande maioria da produção está nas propriedades de até 200 ha de terra. Você pega, por exemplo, essa questão da parte da conservação da terra, essas propriedades até 200 ha têm uma menor parte de terra e a grande propriedade tem a maioria das terras. Tem que pegar o aspecto geral. De acordo com o penúltimo censo, por exemplo, as propriedades acima de 1000 ha de terra contratam 6% dos empregados rurais. Significa o seguinte, uma aberração, porque eles têm a maioria das terras. Se pega até 200 ha de terra, contrata 76% dos empregados. Entre 94% e 76% são as propriedades entre 200 e 1000 ha. De uma maneira geral podem ser considerados os médios proprietários. Tem gente que considera pequenas as de 100 ha para baixo. Eu peguei de 200 ha para baixo só para fazer um exercício para ver, tinha um assessor chamado José Jansen, nós dois pegamos de 200 ha para baixo para a gente fazer uma simulação para ver o que significava isso, ficamos muito assustados com o que encontramos.

Entrevistado 2: os com maior propriedade são os que menos empregam.

Entrevistado 1: A medida que diminui, por exemplo esses 200 ha passa para 50 ha, é mais interessante, os 50 ha de terra têm mais peso dentro desses 76% do que os acima disso. Com base no censo agropecuário de 1996, com relação ao último censo não tive acesso.

Entrevistado 2: não acredito que isso tenha mudado, mas teria que olhar.

Entrevistado 1: Eu acho isso interessante nesse sentido de dar explicação.

Entrevistado 2: melhor utilização da terra está nesse segmento de menor propriedade.

Entrevistado 1: utilização mais social. Tem umas coisas que me deixam impressionado. Eu acho que os recursos do PRONAF, o volume que é destinado a cada agricultor familiar é

muito pouco, muito pequeno e o pessoal faz cada coisa com isso, impressionante ver a eficiência do pessoal, você imagina bem se o agricultor familiar recebesse vou multiplicar por 10, no mínimo por 10, porque na área de produção teria de ser multiplicado no mínimo por 10, seria uma revolução no país. A verdade é que quem tem poder manda.

Entrevistado 2: em relação ao que é destinado ao grande. Tem que enfrentar o poder político, porque tem uma resistência muito grande. Com relação à agricultura familiar ainda é pequeno o grupo que tenta fazer isso (se organizar), não reflete quase nada.

**1 - Desigualdade e repartição de renda** – Entrevistado 2: em meu entendimento, quem fica com a menor parte é o empregado, é quem se envolve nas tarefas e acaba sendo a pessoa que menos recebe.

Entrevistado 1: eu acho que a sua pergunta tem uma relação muito grande com aspectos históricos e aspectos culturais no Brasil e um dos problemas relacionados com o aspecto cultural é que o trabalho, no Brasil, culturalmente, na sociedade brasileira é mais ou menos assim, é uma coisa desqualificada, desvalorizada, isso vem lá do período colonial, do período da escravidão, trabalhador era escravo e isso veio se reproduzindo ao longo da história até os tempos atuais. Até que atualmente vem diminuindo um pouco isso, mas quando a gente pega, principalmente até os anos 80, trabalhador neste país era coisa, desqualificado mesmo. Então tem gente assim, que só é amigo de quem é rico, só de quem tem posse e as políticas macroeconômicas ou mesmo as políticas específicas no país privilegiam quem tem posses, quem tem apenas força de trabalho, não. Para mim essa questão da divisão de rendas tem uma relação com o aspecto cultural, e esse aspecto cultural se desdobra em outras questões de como é que os negócios no Brasil são estruturados e aí não é só na área rural, é na área urbana também. Para mim isso tem uma relação de como a sociedade brasileira pensa o negócio da produção, a parte mais importante disso é a nossa cultura brasileira, como é que nós vemos o trabalho, como é que nós vemos o negócio, como é que nós vemos o aspecto da produção. Para encerrar, é como se o negócio produtivo só se relaciona com quem tem a posse do negócio produtivo, ou seja, quem está trabalhando ali, se a terra produziu, quem está trabalhando ali, se a empresa produziu, quem trabalha é como se estivesse à parte, como se ele não estivesse inserido nesse processo. Então isso tem relação com um aspecto cultural no Brasil. O principal

fundamento é o aspecto cultural. É isso. A gente teria que produzir uma nova cultura. A gente pega outros países, por exemplo, como a Europa, o Japão, mesmo os Estados Unidos, Canadá e até outros países da América Latina (tem países que pensam como o Brasil). Quando a gente vai pegar dados como qual o peso da mão de obra no custo social de um produto, em outros países isso tem um peso maior do que aqui no Brasil.

Política agrícola e legislação do trabalho – Entrevistado 2: anteriormente, trabalhadores rurais nem tinham uma legislação que protegia, apesar que ainda não é seguida no geral, não é cumprida, mas ela contribui sim.

Entrevistado 1: em relação a esse aspecto o DIEESE mostra que cresceu o número (a partir do final do governo de Fernando Henrique Cardoso até o governo Lula) cresceu o número de empregos formais no Brasil e isso é como se criasse um outro Brasil, em geral. Mas a agricultura vai fazer parte desse cenário também, porque não está à parte. Quando a gente pega a agricultura: 76% do salário no trabalho formal é para proteção social do trabalhador e também aquilo se refere à distribuição de renda. Não podemos esquecer que o empregador pagando férias, décimo terceiro salário, outros rendimentos originados na legislação trabalhista, isso é distribuição de renda. A legislação do trabalho, quando foi feita, foi feita pensando na distribuição de renda. Só que a CLT não deu conta de fazer isso. Por mais que isso tenha diminuído a miséria dos trabalhadores rurais e (eu tenho 53 anos de idade) e quando eu era garoto eu me lembro que as cidades viviam cheias de mendigos, gente que saiu do setor rural, expulsa e veio para as cidades e naquela época a mendicância não era brincadeira, nos anos 60, anos 70. Isso diminuiu e se a gente chega em cidades onde predomina principalmente da média propriedade para baixo e onde predomina a média, também a gente pode dizer isso, como no Sul de Minas, Zona da Mata, onde inclusive existe uma presença maior do Estado, com políticas estruturais (estradas, armazenamento da produção, incentivo à assistência técnica), a gente nota que os trabalhadores rurais têm uma situação em que os hospitais estão melhor estruturados e isso é visível a olho nu, a gente percebe que as pessoas, dentro da casa do trabalhador, mesmo o assalariado, ele tem bom fogão, tem televisão, tem sofá, tem mesa, cadeira, colchão razoável para dormir e quando a gente vai para regiões onde o Estado não tem uma ação mais presente aí a pobreza é maior. Tem uma correlação com a presença do Estado e aí não é só com a

política agrícola especificamente, não é só uma relação com isso, mas tem uma relação com a política de infra-estrutura, e com a assistência técnica, isso também tem relação. Agora, a política agrícola influencia na repartição de renda? Olha, internamente, para quem tem posse, influencia, mas para o assalariado, não e vou explicar porque que não. Se você pegar hoje, num estabelecimento agrícola, pega as atividades mais rentáveis da agricultura, vou começar com a silvicultura (principalmente eucalipto e pinus), existe trabalho informal dentro da silvicultura? Existe e em grandes empresas. O grupo Gerdau é campeão de reclamação. Existe terceirização, sem nenhuma observância se um terceiro está fazendo o serviço. Quando a gente vai observar, a política agrícola, ela não dialoga, por exemplo, para a pessoa pegar financiamento, pegar crédito, se ele está observando a legislação social, não tem qualquer relação com isso. Ela é feita, inclusive o perdão do Estado (anistia da dívida) não tem qualquer relação com observância dos direitos, então a política agrícola não dialoga com a repartição de renda. Ela dialoga com a repartição de renda internamente, porque a pessoa que tem mais acesso a financiamento, a crédito subsidiado, a gente sabe que tem isso sim, a compra de máquinas e assistência técnica ela tem mais possibilidade de crescer do que aquela que não tem acesso, mas isso tem relação com quem tem posse. Por último, vou fazer uma pergunta: uma pessoa do Espírito Santo estava falando o seguinte, olha, se esse produto aqui aumentar de preço 50%, melhora o salário do empregado? Esse agricultor passa a observar mais o direito dos empregados? O que a gente tem percebido é que não, porque, aí é uma coisa mais complexa que é aquela coisa dos aspectos culturais, o dono do negócio acha que ele não precisa do empregado, que o empregado é pior do que a máquina, que o boi que ele tem, porque o boi ele precisa dele porque é dele, mas o empregado não.

Entrevistado 2: ele cuida melhor da máquina do que do próprio empregado.

Entrevistado 1: então o nosso modo de ver é que não. Agora, tem alguns aspectos que a gente acha que poderia ser tratado, mas vou deixar mais para o final.

Obstáculos - Entrevistado 2: o valor do PRONAF, por exemplo, sendo muito pouco, isso é um gargalo. Nem sempre o produtor tendo uma renda maior não significa que ele vai dar. Uma ação maior dos assalariados talvez fizesse com que eles tivessem um maior acesso a um montante maior da renda. Porque o que a gente vê na história, ninguém concede nada a

ninguém enquanto aquele não vem e faz uma cobrança. Uma ação desses trabalhadores, assalariados, teria que mudar culturalmente, fazer com que as pessoas passassem a ver de forma diferente, se mobilizassem e reivindicar alguma coisa diferente.

Entrevistado 1: nós chegamos numa época muito interessante do ponto de vista da evolução da humanidade. Nós chegamos numa época em que as crianças... hoje é comum a sociedade ficar extremamente assustada quando vê por exemplo uma criança sem escola, sem comida, sem roupa para vestir, então chegamos num estágio interessante de proteção da criança. Chegamos num estágio interessante de proteção da terceira idade, as pessoas ficam muito assustadas vendo um idoso jogado na rua. Quando eu era garoto, pessoal pulava por cima, não estava nem aí. Mas, que bom, não é, que nesses últimos 50 anos o ser humano teve essa capacidade de evoluir dessa maneira, fico feliz que parte disso foi minha geração que deu conta de compreender que isso precisava ser melhorado. As mulheres, que maravilha, ver que as mulheres hoje, a gente está aqui sentado em condição de igualdade, eu não sou melhor do que você, você não é melhor que eu, acho que isso é um aspecto muito interessante, do ponto de vista da evolução da humanidade. Os rios, apesar de que eu acho que existe uma ditadura urbana dentro disso, o que eu chamo de ditadura urbana, é porque o setor urbano não protege o meio ambiente, como eles querem que o setor rural, o setor urbano quer receber água limpa e entregar água suja, toda poluída.

Então posso dizer que é uma ditadura urbana mesmo, que a gente tem que discutir. Mas, de qualquer forma, já é um avanço a gente ver as pessoas preocupadas com a água, apesar de que eu acho que tem muita bobagem sendo falada por aí, mas é interessante. As árvores, cortar uma árvore hoje, é uma coisa que tem os requisitos legais, é interessante. Isso, principalmente, se o idoso recebe benefício, se a criança recebe benefício, é porque tem alguém produzindo esse benefício, quem produz esse benefício é quem trabalha, então eu acho que é preciso ter uma melhor visão aí. Então o primeiro gargalo, para mim, é o desafio da gente dar conta de criar novos valores culturais, quebrar o paradigma, ou criar novo paradigma. E acho que nós estamos caminhando nesse sentido. Porque eu acho? Porque hoje a gente já consegue conversar com os empresários, com os empregadores, então a gente nota que nós estamos mais maleáveis e eles também. São todos? Não, mas já tem um grupo que consegue conversar. Até um ponto atrás, não. Isso comprova que tem coisas novas nascendo aí e um dos gargalos é esse, quebrar o paradigma. O segundo gargalo, eu

vou falar uma coisa que se for bobagem eu peço a você para desconsiderar. Eu acho que nós temos que mudar nossa correlação de força, porque fica muito complicado, para o trabalhador assalariado, ele ficar na mão apenas, do ponto de vista do poder, de quem tem posses. Porque quem tem posses, você chega lá, na Secretaria quem manda é o cara que tem não sei quantas fazendas, você chega na outra Secretaria o cara tem não sei quantas fazendas, você chega lá no tribunal o Juiz tem não sei quantas fazendas, eles ocupam todos os espaços, então assim um dos gargalos para mim é a educação. Nós precisamos fazer com que os assalariados estudem, formem para ter curso de nível superior, façam concurso público e ocupem espaço também e para encerrar eu acho uma coisa que para mim é também um gargalo é a qualificação profissional e este aspecto é sério e vou te falar porquê. Para mim, no Brasil, no meu país existe algo muito sério, para mim o Brasil, o setor rural brasileiro para mim é um dos mais competitivos do mundo. Por causa do tipo de solo que tem, condições climáticas, mas estou falando do ponto de vista dos recursos naturais, mas nós ainda não trabalhamos isso numa perspectiva mais macro, de inclusão inclusive do trabalho. Se nós queremos ser mais competitivos, porque a África inclusive vai entrar, vai produzir nesse círculo, estive ouvindo aí uns africanos falando algumas coisas numa conferência internacional em que fui, então o seguinte, se nós queremos ser mais competitivos, então nós temos que ter mão de obra qualificada, uma boa base de formação técnica, para que, para fazer mais produção de alimentos, de melhor qualidade, de verticalização e industrialização do produto in natura. Para mim, um dos gargalos da distribuição de renda é esse aspecto de que produto brasileiro exportado é produto in natura. Isso precisa ser industrializado aqui, para gerar novos postos de trabalho, gerar mais renda, essa renda se multiplicar, e você ter uma hierarquia na estrutura de trabalho, uma coisa muito horizontal você não tem perspectiva, você vai produzir para que, você não tem para onde crescer. Então é assim, eu acho que esse aspecto de industrialização do produto in natura é um dos gargalos que precisa ser tratado do ponto de vista das políticas públicas, mas eu não interpreto isso, como muitos segmentos falam, de que isso depende, é o governo, é o governo, como se o governo detivesse todo o conhecimento do mundo, isso não é assim, eu acho que isso depende principalmente da sociedade porque o governo é o resultado que a sociedade pensa. Para mim, os gargalos principais são esses. Para encerrar, vou falar uma coisa, eu não tenho dúvida do que eu vou dizer. Para mim, esse aspecto da

reforma agrária precisa de ser tratado como um aspecto de distribuição de renda, sob o aspecto de geração de mais postos de trabalho. Então, o assalariado é preciso ter política pública, por exemplo, para pessoa que tem vocação empreendedora, é tocar seu próprio negócio, isso não pode existir só no setor urbano, isso tem que existir no setor rural. Porque a agroindústria tem que ser feita apenas por agricultor. Isso pode ser feito por pessoas que têm formação técnica, têm conhecimento, então a gente precisaria tratar isso num sentido mais alto. Então, para mim a reforma agrária faz parte dessa discussão também.

Entrevistado 2: do jeito que está sendo tratada, não tem resultado nenhum. Melhoraria bastante com maior acesso à terra, com certeza.

**2 - Evolução histórica** – Entrevistado 1: a gente olha os dados até os anos 60, a maior parte dos produtores eram os parceiros agrícolas, até os anos 60. Dos anos 60 para cá houve uma mudança nessas relações sociais no campo. A presença do assalariado era bem pequena. Eu entendo que quando a gente pega os acordos que foram feitos a partir da segunda guerra mundial, o Brasil entrou nesse circuito de produção de alimentos, não foi uma coisa do acaso, como se o brasileiro de repente descobrisse certas coisas. Não é assim, houve acordos internacionais, onde o Brasil participou também desses acordos e aí essa perspectiva do ponto de vista da agricultura mudou a partir desses acordos internacionais que foram feitos no pós-guerra, aí o parceiro agrícola não tinha mais importância, não tinha a importância que tinha antes. Aí o resultado dos acordos internacionais que foram feitos, por exemplo, as pessoas que tiveram acesso a esses conhecimentos, eles perceberam o seguinte, não precisava de parceiro agrícola para fazer a terra produzir, para estar exportando alimento, não precisava fazer isso. Podia fazer isso através do trabalho assalariado, pagando qualquer coisa, porque se fosse fazer isso com parceiro agrícola ia ter que repartir o resultado e com o assalariado ele podia pagar qualquer coisa. Nos anos 60, nos anos 70 e até começo dos anos 80, porque o assalariado rural não tinha direito trabalhista.

Então para mim o seguinte, a expulsão do homem do campo, aquela grande migração que ocorreu, que fez o inchaço das grandes cidades, esse crescimento demográfico que hoje têm os grandes centros urbanos foi unicamente atribuído a isso, não é devido à legislação

trabalhista, a legislação trabalhista veio em decorrência depois de grande parte do assalariado estar morando nos centros urbanos. Inclusive isso é falso, essa conversa de falar que foi a legislação trabalhista, que foi o estatuto da terra, isso é falso, porque foi depois que o trabalhador rural chegou ao setor urbano que ele teve contato com esses conhecimentos é que ele percebeu que ele podia ter acesso e aí a luta pelo direito trabalhista no campo, estou falando da história dos trabalhadores rurais, começou depois dos anos 80, aliás, dentro dos anos 80, começou foi ali, então somente nos anos 70 a população que migrou do setor rural para o setor urbano foi maior do que a população da Argentina.

Agora, no começo, vou te falar uma coisa que eu acho que é interessante para o seu trabalho. No começo, por exemplo, a FETAEMG, somente a FETAEMG contratou 17 advogados só para o Norte de Minas para defender direito trabalhista, direito de posse, os juízes, primeiro o direito trabalhista era julgado pela justiça comum, quando chegavam ações todas elas eram indeferidas. Os juízes falavam que o direito trabalhista era só para o setor urbano. O maior salário, eu me lembro quando eu entrei para trabalhar aqui, pago na área rural, era meio salário mínimo. Então assim, hoje vou te falar uma coisa, se alguém disser que tem trabalhador em Minas Gerais recebendo menos de um salário mínimo... Só que isso não existe, a gente não pode separar essas coisas do movimento sindical do trabalhador rural. Isso só aconteceu devido ao crescimento das organizações sindicais. É preciso deixar claro que isso aconteceu não foi porque o Estado passou de repente a reconhecer, houve toda uma luta sindical, dos trabalhadores rurais, enfrentando o poder judiciário, enfrentando a ditadura militar, enfrentando muitas dificuldades e até hoje acontece o trabalho escravo no meio rural, não acabou, ele existe, mas existe menos do que naquela época.

Agora, veja bem, eu estou falando isso para chegar aí onde está a sua pergunta, essa realidade de hoje, porque o que mudou não foi só o trabalhador, o que era dono de negócio no setor rural mudou também. Nós temos uma realidade que é o modo de produção dos anos 50 e temos outra realidade que é o modo de produção hoje, que nós podemos chamar isso de modernização da agricultura. A modernização da agricultura contribuiu com esse processo? Até certo ponto, sim. Que ponto eu acho que contribuiu, que ponto eu acho que não. Se a modernização da agricultura tivesse ocorrido sem o sindicato do trabalhador rural

não existiria distribuição de renda. Para mim o que fez a distribuição de renda acontecer foi a pressão social que ocorreu. A organização dos trabalhadores. Não foi da modernização. Por quê eu digo isso? A gente pode pegar, por exemplo, empresa aqui em Minas Gerais, aonde tem tecnologia, processo de mecanização, inclusive integrado a empresas de consumo etc. que não observa direito trabalhista, que trata o trabalhador pior do que trata o cachorro que fica lá vigiando as coisas lá, ou pior do que o boi que está lá no pasto, para mim a questão da repartição de rendas em hipótese nenhuma não pode ser confundida com modernização da agricultura. Modernização da agricultura ela possibilitou, no meu modo de ver, um acúmulo de renda para os empreendedores, sabe, para mim o que possibilitou a melhoria das condições de trabalho foi a luta sindical. Aonde se a gente pegar neste país, por exemplo, onde o sindicato não tem trabalho, onde o fiscal do trabalho faz vistas grossas para as coisas, onde o Ministério Público não chega, nesses lugares tem muito trabalho informal. Para mim, para encerrar, a questão do Ministério do Trabalho foi importante dentro desse processo da repartição de renda, com a fiscalização do direito trabalhista, se tivesse tirado dali o Ministério do Trabalho, para mim, com certeza, mais de 50% dessa repartição de renda acabaria, o Ministério do Trabalho teve um peso mais importante dentro disso. Porque ele tem a força do Estado e nós não.

E agora, mais recentemente, a partir da nova Constituição, o Ministério do Trabalho vem fazendo um trabalho interessante nesse sentido, e acho que hoje nós temos uma perspectiva de se continuar com esse discurso (eu lembro do Antônio Carlos Magalhães discutindo para acabar com a Justiça do Trabalho). A Justiça do Trabalho contribuiu nesse processo, contribuiu, sim. Porque foi exatamente a partir da criação da Justiça do Trabalho é que os direitos trabalhistas passaram a chegar ao setor rural. Se a gente não disser isso, a gente vai lembrando das coisas. É isso. A gente não pode confundir as coisas, eu acho que se tirar a presença do Estado aí nós vamos virar mingau, porque o que eu chamo de mingau, vamos ser triturados, moídos, vão passar a gente na máquina de moer carne. Vamos ser triturados, moídos e vamos virar mingau, porque eu acho que o Estado é uma coisa importante nesse processo e discute-se muito nos meios poderosos para acabar com o Ministério do Trabalho, para acabar com a Justiça do Trabalho, que ainda dão alguma forma de proteção social. Nós queremos é o crescimento, a expansão disso. Quem só pensa em ganhar dinheiro e não repartir nada é que propõe.

**3 – Possibilidades de melhoria** – Entrevistado 1: para mim a grande novidade nos últimos dez anos é a reação que está existindo no setor rural da questão da competição desleal. Porque se existe um fazendeiro que produz café e ele paga todo o direito trabalhista para o empregado e o fazendeiro do lado não paga então aí é predatório, o do lado que não paga tem custo menor, vai vender café baratinho, pode vender baratinho e arrebenta com o outro, quebra o outro. Eles mesmos, entre eles, estão reagindo de uma forma positiva a favor dos assalariados. É preciso deixar isso claro, que existe isso.

#### **Entrevista 4.**

**Data: 08.04.2009.**

Entrevistado: Primeiro presidente da Empresa de Assistência Técnica Rural (EMATER).

**1 – Desigualdade e repartição de renda** - A revolução verde foi uma proposta americana, veio para a Índia, a América Latina. Eu trabalhei muito dentro disso, porque trabalhei na ACAR. A ACAR nasceu sob incentivo da Fundação Rockefeller, veio porque mais tarde a Rockefeller estaria aí com grandes vendedoras de insumos. Então aquele projeto na época da guerra fria era para evitar que o Brasil se tornasse comunista, no pós-guerra. A ACAR foi criada em 1948, Rockefeller e o Estado de Minas Gerais. A fundação assinou um convênio com o governo de Minas e criou-se a ACAR-Associação de Crédito e Assistência Rural. Mas era para trabalhar para preparar os agricultores para receberem mais tarde os insumos, então veio a Agrocereis e as outras instituições vendendo aqui os insumos. Então direcionado já para uma agricultura exploradora, uma agricultura que se fala moderna, mas o que é moderna, o que é atual? Tinha um padrão, um paradigma. Era um paradigma, era a exploração do solo, a exploração das pessoas e os produtos, saúde, não se preocupava com isso, então eu lembro que uma vez aqui, a CAMIG tinha uma propaganda que espelha bem, uma propaganda em que contrataram um cantador de moda caipira, o Ratinho, que aparecia na televisão, segurando um ratinho, um animalzinho pelo rabinho e “a vida dá uma safra só, vocês tomam cuidado. Quando for pulverizar não pulverizar de tarde, com o sol quente, não pulverizar contra o vento, usar a roupa adequada, proteção, não lavar as embalagens no rio, não usar essas embalagens, não jogar fora no rio”, aí o meu colega presidente da CAMIG, eu telefonei para ele, olha vocês arrumaram uma propaganda bonita. Pois é, vamos inscrever essa propaganda num concurso que vai ter, no exterior. Mas escuta, é bom colocar lá também o seguinte, e o produto que é pulverizado, posso comer? Mas aí, você acabou com a propaganda. Tinha que tomar tanto cuidado, mas o produto que era pulverizado, não se falava disso. O tomate, a batata e tudo ia para o consumo. Esta é a dita modernização, isso é o retrato da dita modernização e que eu formado em Viçosa, em 1950,

em Engenharia Agrônômica, numa ênfase muito grande em economia da produção, então eu fui formado, treinado para adotar esse modelo. Comecei a trabalhar, mas depois eu comecei a ver na prática e através das leituras as inconsistências desse modelo. E fui observando e trocando idéias e depois eu vi que aquilo não dava, quando eu fui fazer meu curso de Pós-Graduação, já estava na gerência, fui fazer na Universidade Sul da Califórnia, em Administração Pública.

Na Califórnia, eu visitei os campos de produção, então vimos lá uma cooperativa de trabalhadores na agricultura, de cooperativa ela só tinha o nome. O diretor era nomeado pelo proprietário da terra, tinha lá principalmente chicanos, gente da América Central, que entrava lá ilegalmente e depois organizavam os papéis deles, tinha lá uma construção onde tinha os dormitórios deles, tinha comida, tinha tudo, e o caminhão da corporação, da empresa, cada dia pegava e um dia eles iam colher tomate, no outro dia iam colher maracujá, no outro dia limão, na propriedade de um, na propriedade de outro, e de outro, e chamavam isso de cooperativa. De cooperativa não tinha nada. Eles viviam lá em condições sub-humanas, quer dizer, eles tinham tudo e não tinham nada. Os aposentos de azulejo, tudo limpinho, lugar de tomar banho, dormir, a comida, tudo feito pela cooperativa, mas administrado pelo diretor da cooperativa, nomeado pelo patrão.

Na faculdade lá eu só estudei administração. Voltei para cá, continuei trabalhando na EMATER (eu fui o primeiro presidente da Emater). A ACAR deixou de existir. Foi transformada em empresa pública, era uma espécie de uma ONG, tinha convênio com o Ministério da Agricultura, então criou-se a empresa pública, o Estado assumiu, as diretorias começaram a ser nomeadas e absorveu o pessoal todo que já trabalhava.

ACAR: tentaram em S.Paulo, não deu, mas com o governo de Mílton Campos foi assinado o convênio. Começaram com quatro escritórios, em quatro municípios, perto de Belo Horizonte, depois foi expandindo e depois para o Brasil todo. Era a mesma coisa, uma ONG, o convênio com o estado e com o governo federal. No nordeste criou-se a ANCAR – associação nordestina de crédito e assistência rural. Depois ela foi subdividida para cada estado. A ABCAR era a coordenadora.

Quando o Allysso Paulinelli assumiu o Ministério da Agricultura, muita gente da Secretaria foi com ele, a secretaria ficou vazia, na época chamavam de Minastério, aí eu fui ajudar, fiquei como sub-secretário, depois resolveram transformar tudo em empresa

pública, então criou-se a EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e eu já estudava tecnologia de gestão, ajudei a criar a EMBRATER, fui o primeiro presidente da EMATER (1976/77 até 79) e aí fui para a Califórnia. Fui para fazer o Mestrado e o orientador me convenceu a fazer o Doutorado. Tive que driblar minha empresa aqui para ter a autorização.

Quando voltei continuei na EMATER e fui trabalhar em projeto de desenvolvimento gerencial, treinamento para os gerentes, estudos dentro da EMATER e planejamento estratégico, fiquei assessorando a equipe.

A EMATER era muito tecnicista, embora hoje a EMATER está muito mais voltada para a agricultura familiar. Falaram o seguinte. O empresário rural não precisa da assistência técnica gratuita, eles podem pagar. O agricultor familiar não pode pagar, então a assistência técnica da empresa do Estado é para trabalhar com a agricultura familiar. Alguns da EMATER, a própria sociedade exigindo que não se gastasse dinheiro público para assistir de graça empresário rural. Logo que se assumiu como empresa pública, começou essa tendência, a partir de 75, em 75 foi criada a EMBRATER, em 76 foi transformada a ACAR em EMATER, então a partir daí a sociedade civil começou a tomar consciência, as associações de agricultores começaram a pressionar para ter mais assistência técnica gratuita e aí não fazia sentido o poder público gastar dinheiro para assistir empresário rural. Na própria EMATER, mais tarde, se criou um projeto de assistência ao empresário, mas cobrando dele. Os empresários aceitaram bem? Os técnicos da EMATER têm um treinamento muito grande e nos municípios onde eles trabalham têm uma certa liderança e às vezes é até difícil para eles recusar dar assistência ao empresário. Mas acontece que as associações de agricultores familiares estão lá presentes, exigindo a presença do técnico, exigindo a assistência do técnico. O reconhecimento da agricultura familiar levou tempo.

Interessante é que em 1977, quando foi transformada em EMATER, eu era presidente e criamos lá um grupo de estudos e a gente propôs qual era a missão da EMATER. Um grupo lá propôs e eu aprovei que a missão da extensão rural era a construção coletiva, a construção conjunta com os agricultores e seus familiares, na solução dos problemas deles e de suas associações. Em 1992, já com uma outra direção, queriam colocar uma mentalidade empresarial na extensão rural, a missão da EMATER: disponibilizar soluções para os

agricultores. Uma é a construção conjunta e em 92 disponibilização de soluções, muito tecnicista. Nesse sentido, no meu entender, houve um retrocesso. Hoje ainda essa visão prevalece, mas tem muita gente engajada com os agricultores familiares, tem compromisso com os agricultores familiares, assumem a tecnologia da produção orgânica, a produção mesmo da agricultura familiar, tem muita gente. Muitos técnicos no interior, quase que por conta própria.

Quando foi criada a ACAR era justamente para financiar os ditos insumos modernos. Eu me lembro que eu quando estava nessa visão eu disse que a terra é só o suporte da planta. O resto a gente põe que é o adubo. Depois eu disse: esquece, a terra vive, a terra tem vida. A gente maltrata muito a terra, isso aí vai virar deserto.

**O desenvolvimento:** é um processo complexo. Hoje fala-se muito em sustentabilidade. Para mim, sustentabilidade é inerente a desenvolvimento, dentro da minha visão é até pleonasma falar em desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento para mim implica em sustentabilidade. Agora, quando surgem os conceitos, igual a esse de desenvolvimento, então eles pegam e trazem para dentro do paradigma deles. Desenvolvimento econômico: aí já reduziu o conceito de desenvolvimento. Foi reduzida à dimensão econômico-financeira, principalmente financeira, porque o econômico já foi reduzido há algum tempo atrás. Economia como administração da casa, da morada. A morada é muito mais complexa do que a finança. Reduzem também a sustentabilidade para sustentabilidade econômica. O desenvolvimento, para mim, eu penso, os protagonistas de qualquer processo produtivo, as pessoas, as organizações, a sociedade e ... O que se produz sem esses quatro elementos. Agora, as pessoas não são só as de hoje. As de hoje, de ontem, de amanhã, de depois de amanhã e daí para a frente, as gerações futuras. Como é que as gerações futuras vão participar dos recursos que nós herdamos? Vão herdar esses mesmos recursos, ou nós estamos deteriorando, esbanjando esses recursos. Ou seja, vai ter recursos sempre aí para isso? Se a terra é só o suporte, essa visão é uma loucura. É o modelo da organização aberta ou fechada. Não há uma dimensão das conseqüências de eu ir lá e tirar os recursos. Outra coisa, aí o biodiesel, o álcool, o etanol, então mesmo o Lula tem todo um discurso das classes menos favorecidas ele ainda não atentou, ele fala, mas precisava ser mais enfático,

por exemplo, se hoje a gente sabe que com 40 hectares de terra uma família de agricultores pode se auto-sustentar com produção de etanol, de cana-de-açúcar. Pensa bem quantas famílias temos aí, marginalizadas e que com 40 ha de terra eles poderiam ... mas não, os grandes produtores de álcool, são os grandes empresários, e dentro desse sistema todo aí, em que o pessoal que trabalha lá é o pessoal que é explorado.

É uma falha da política agrícola. Em Betim e Contagem tem gente em assentamentos que está produzindo o etanol na agricultura familiar. Já pensou a quantidade de recursos, o desenvolvimento, quantas famílias seriam incorporadas, desenvolvimento em todas as suas dimensões, no âmbito social, político, em todas as suas dimensões. Quando eu estava na EMATER, em 1987, 88, por aí, 80/90, por aí, tinha um projeto no meu departamento, que era sobre micro-destilaria de álcool. A Universidade de Lavras, a Fundação da Universidade de Lavras, no Brasil foi a que mais desenvolveu. Mas depois esse projeto foi boicotado. Não se levou avante e já naquela época se detectou que uma família com 40 ha de terra poderia se auto-sustentar com a micro destilaria de álcool. Agora, uma agricultura familiar, quantos agricultores seriam incorporados no processo produtivo e quanta movimentação de riqueza substantiva, porque eles, os filhos deles, podiam até ter uma mão de obra esporádica, até, mas ele com a família dele daria conta de fazer.

## **Entrevista 5.**

**Data: 14.04.2009.**

Entrevistado: Professor da Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Ciências Econômicas – FACE.

**1 – Desigualdade e repartição de renda** - Eu tenho uma avaliação, eu acho o seguinte, que esse processo de modernização, o marco legal para você seria a década de 60. Porque que eu acho isso. Eu acho que o processo de modernização brasileira, até a década de 70, ou até a revolução de 64, você tinha toda uma discussão que se dava. A agricultura brasileira estava no centro do debate que se dava entre os chamados estruturalistas, os estruturalistas com foco nas reformas sociais, o foco de inclusão das pessoas, todo o processo de transformação da sociedade, o processo modernizador, isso levava aos entraves que a agricultura propiciava ao crescimento econômico brasileiro. Então era a falta da reforma agrária, era a falta da reforma tributária. A agricultura impedia o crescimento, para crescer com uma demanda maior por produtos agrícolas, as pessoas não tinham acesso à terra, não tinham acesso aos benefícios para essa transformação e portanto não respondiam às necessidades do processo de urbanização e de crescimento da indústria e ao processo de assalariamento do meio urbano brasileiro. Ou senão, que ela promovia um processo de crescimento inflacionário, dado o crescimento da demanda. Essa avaliação era o que se fazia da agricultura. Era um problema para o crescimento, porque ela promovia um processo de crescimento inflacionário, não era um problema de demanda, era uma escassez de oferta. Houve uma discussão, portanto, os estruturalistas, a CEPAL mesmo, em torno dessas reformas. O que houve? Um processo de mudança espantoso, um milagre monumental, sem nenhuma reforma substantiva, muito pelo contrário, aprofundando a estrutura conservadora no interior da própria agricultura. Isso foi o que ocorreu.

A pergunta é, porque ocorreu isso? Eu tenho uma interpretação de porque teria ocorrido isso. Minha interpretação de porque ocorreu isso, é o seguinte, é que o milagre econômico brasileiro conseguiu fazer face a isso incorporando a agricultura, permitindo que ela ao

invés de ter preços mais altos para os produtos agrícolas, o que fizeram? Eles passaram a rebaixar o custo de produção através do crédito agrícola subsidiado. Passaram a criar, na verdade, uma vantagem para os produtores modernos, que acessavam o crédito, porque o crédito na verdade, era negativo, e, portanto, isso fazia com que com esse crédito fizesse uma redução no custo, principalmente para a principal coisa da agricultura moderna que era o capital de giro, necessário para eles, que eles se modernizassem, comprando equipamentos, insumos agrícolas. Aí eu acho que é o grande salto nesse momento. Em todo o milagre econômico você tem isso aí para os produtos agrícolas. O crescimento da agricultura, a expansão da fronteira agrícola principalmente na direção do Oeste, incorporar esse processo todo. Então, o grande salto. Só que o que vai ter disso aí, na minha avaliação. Isso vai fazendo com que o montante de crédito passa a ser uma demanda absolutamente exponencial, cada vez mais vai precisando de mais crédito. O setor industrial resolvia os problemas do preço dos insumos, do custo da força de trabalho urbana, dentro de uma taxa de lucro, através do crédito subsidiado e pagando o subsídio através do custo do dinheiro público, bancado pela sociedade, vai chegando num determinado momento, esse custo vai ficando cada vez maior.

Aí o que acontece com o volume total do crédito. Num primeiro momento, era muito mais barato. Para os pequenos produtores: e aí a agricultura familiar se divide em dois tipos de agricultura familiar: uma agricultura familiar de pequenos produtores, que fica muito claro no Centro-Oeste: você vai, por exemplo, para a região de Rondonópolis, era uma região que estava naquela época na fronteira, você tem toda uma agricultura tradicional, que continua a trabalhar de forma absolutamente artesanal, nas terras de cultura. Em compensação tem na região de Rondonópolis e outras, a parte de Rondonópolis que naquela época era terra de cerrado, é fácil de acompanhar, foi incorporada, ocupada, por chamados sulistas, paranaenses, catarinenses e gaúchos, um pouco de paulistas, que chegam lá com uma outra agricultura familiar, é sua família já extrapolando em grande escala, vinculada ao sistema de crédito do governo. Para estes o governo dispôs crédito subsidiado, para outros não, porque para estes tratava-se de produzir nas condições da modernização e da modernidade, reproduzir o capital. Para os agricultores tradicionais, trata-se de reproduzir suas próprias condições de existência e as condições de sua família. Vou chamar de

familiar em relação à agricultura, moderna, empresarial. É muito interessante, porque no Mato Grosso, eu estive nessa época no Mato Grosso, nós tivemos na UFMG muito, eu e o Maurício estivemos lá, em trabalho de pesquisa da UFMG, nessa região você observa duas coisas interessantes que a gente constatou: de um lado, você constata uma agricultura funcionando sem crescimento da mão de obra empregada (por exemplo, você vai encontrar lá 1000 ha plantados com aproximadamente 6 a 8 empregados, apenas). Porque?

Porque eles usam grandes máquinas, tratores, grades, grandes colheitadeiras, usadas naquela época, basicamente fazendo o que: em grandes tratos culturais, principalmente plantando arroz, para em seguida vir com o pasto. Então o que eles percebem. Que eles não podem continuar porque aos dois anos o que tem, se o arroz continuar na terra, o cerrado passa a dar problemas. O que fazia a máquina era um processo de formação de pastagem. Foi visto na soja uma alternativa. A soja é uma oleaginosa. A soja passa a refazer o cerrado brasileiro. A soja fixa o nitrogênio no solo. A soja passa a refazer o solo. No cerrado do Centro Oeste. Tudo isso estava se fazendo com uma agricultura familiar, que não é uma agricultura familiar como nós entendemos no conceito clássico. O conceito da literatura internacional. O crescimento está na raiz da discussão de Lenin e na discussão da dicotomia russos versus americanos. Qual era a modernização desejada, para Lenin e Marx era a americana. A agricultura comercial americana. O agricultor do Paraná, do sul, joga isso por terra. Ele se moderniza dessa forma. Boa parte da fronteira, são núcleos de família.

Bom, esse processo, tudo isso aí foi feito com crédito, tudo com dinheiro público, o Banco do Brasil era o agente dessa história toda. Então, tem que ver o seguinte, a política do crédito agrícola foi a única política pública agrícola brasileira, para a década de 70 e década de 60. É ela que trouxe o sucesso da modernização (trouxe toda essa coisa, essa coisa do crédito, trouxe toda essa história da pessoa fingir que colocava adubo, mas pegava uma nota a mais do que o adubo e pegava o crédito). Era a forma deles capitalizarem na modernização. É um negócio muito interessante, eu fui várias vezes na região de fronteira, do início da década 70 até a década de 90, e esses produtores é muito interessante, eles vão se transformando, rapidinho eles vão deixando de ser ... do trator passa a ter a renovação da frota e vão passando para o uso do avião para fazer o processo de adubação.

Cada vez menos mão de obra eles vão utilizando. Região de fronteira. Poucos empregados, em parte é a família, em parte, é muito interessante, o trator é ligado ao avião e eles usam os empregados que são os mesmos. Normalmente vieram com eles do Sul do país. São poucos empregados, normalmente os poucos empregados vieram com eles do sul do país. Na verdade, não empregam trabalhador do Centro-Oeste. Trabalhando com pouquíssima mão de obra. O trabalhador é o tratorista, que faz de tudo. Ele trabalha no trator, depois na colheitadeira, ela joga para trás no caminhão. A colheita é feita pela própria máquina, a máquina já vai fazendo tudo. É uma máquina só, não precisa nem ensacar, joga a soja nos silos. Outra coisa, pega um crédito para o custeio, para comercialização, pode estocar e vender na melhor época possível.

Ao mesmo tempo, com uma produtividade enorme, transformando o Brasil através do crédito subsidiado num grande competidor internacional, apesar da sobrevalorização da moeda. Até a década de 70, em termos de modernização, não tinha nada na agricultura brasileira. Os produtores, todos refizeram hábitos modernos. O crédito era o grande motor, você não botava o seu dinheiro, usava o dinheiro bancário a custo negativo, do ponto de vista inflacionário você pagava menos. O Estado, a sociedade pagando. Quem dirigia o processo era o Estado, claro, esta é a discussão que eu faço na minha tese de doutorado, a minha tese de doutorado é a história do crédito agrícola brasileiro. Só que eu paro na década de 80, até a metade da década de 80. Mostrando como o crédito agrícola foi o grande motor, o responsável pelo processo de modernização brasileiro. Depois do primeiro choque do petróleo, 1973 (primeiro 73, depois, 78), 73/74, começa o seguinte: o custo do crédito subsidiado do ponto de vista do setor público e a pressão que esse subsídio começava a gerar sobre a inflação. O crédito subsidiado em um primeiro momento era antiinflacionário, agora era, portanto, impulsionador de inflação. No momento de inflação crescendo, com o choque do petróleo afetando o preço dos insumos agrícolas. Agora o custo está se elevando. Teve a modernização com um preço dos produtos agrícolas baixo. Só que agora, o que acontece, o custo se elevando, para retirar os subsídios, você tinha que dar rentabilidade. A taxa de lucro dos agricultores não podia ser mais paga pelo juro negativo. Gera inflação. Esse é o grande dilema da década de 70 e década de 80 brasileiras.

Então, começa a retirar o subsídio, sem ter nada para colocar no lugar. Aí a agricultura passa a conviver com uma grande rentabilidade proporcionada pela rentabilidade da fronteira agrícola, com a produtividade gerada. Eu acho que esse que é o grande problema da política agrícola. Que política agrícola você vai fazer depois disso. Nessa história toda, nós fizemos uma modernização, era um produtor altamente intensivo. É um engano a gente achar que é totalmente extensivo no Centro-Oeste. Não é. É extensiva a produção de gado, mas a produção agrícola do Centro-Oeste é absolutamente intensiva. O produtor não é um produtor conservador. A modernização é conservadora, porque não transformamos a política, mas criamos uma classe produtora não conservadora. Por isso que eu acho que se você conseguisse voltar na década de 60, de alguma forma, mesmo que não fosse pela PNAD, você pegaria o grande salto na modernização. Sem preocupar com os dados da PNAD. Os dados vão permitir pensar o problema que aquela política agrícola criou. Quando você vai pegar os dados, vai pegar o grande salto monstruoso da modernização. O grande salto modernizador foi no final da década de 60 e início da década de 70. E aí você não vai captar esses dados.

O que acontece. Pensar em estratos sociais no Brasil, o processo de modernização traz intrínseco a ele, você rompe com o artesanato, que existia na agricultura brasileira. A sociedade brasileira já fez isso. Você não criou essa grande empresa de assalariados, a polarização. Onde você tem essa polarização, olha uma coisa, interessante, durante esse processo de crescimento industrial, uma autora analisa e constata que o parceiro, na verdade, entregava uma pequena quantidade de produto ao proprietário, o importante não é o que ele está recebendo dessa pequena produção, é que ele está recebendo a terra transformada. Então o que acontece. Maria Rita Garcia constata esse fenômeno da ocupação de terra, ela escreve nesse livro dela, no final da década de 60, que era quando a modernização estava começando no país. Quando eu e Maurício fomos fazer pesquisa em Goiás, a primeira coisa que a gente fez foi um questionário para falar da questão desses parceiros, nós queríamos saber o que estava acontecendo com eles. Nós não conseguimos aplicar o questionário, não existiam mais esses parceiros. Porque com a modernização e com a estrutura do crédito vinham as máquinas, o parceiro sumiu. No espaço de 4 ou 5 anos em que fomos fazer a pesquisa, no mesmo lugar onde ela constatou, não existia mais um

parceiro. Uma grande mudança. O parceiro, o meeiro era uma forma de rebaixar o custo. Onde tem a relação que se estabelece, vai sumindo o parceiro. O parceiro que continua existindo é insignificante. E o assalariado, onde você encontra isso. Você vai encontrar conflitos basicamente nas regiões canavieiras. Nas regiões do café. Nas regiões da laranja. Por quê? Porque fazem todos eles o uso do assalariamento. Aí você tem conflitos significativos, que nessas regiões já existiam antes da modernização. Na outra região era um sistema absolutamente diferente. Do Paraná, etc. Vinham os empregados junto, dormiam juntos no mesmo lugar, patrões e empregados. Na cana de açúcar essa coisa ainda permaneceu. Ali tem o processo de modernização através do processo de mecanização. A mecanização agrícola é que transforma e reduz o problema do grande conflito social na produção canavieira. Eu posso falar o seguinte, eu sou nativo da região de Limeira e outras cidades, toda essa região é precursora do chamado bóia-fria. O caminhão pegava nas periferias dessas cidades do interior e levava para a colheita e o plantio, essa coisa toda. Aí o que acontece. O plantio usava muita mão de obra, usava bóias frias. Plantio por tarefa não dava certo. Para cortar a cana. Pega a ponta, vai cortando entre os nós. Vai contando. Na década de 70 as usinas paulistas passam a usar a máquina, todo o processo de plantio era feito em um único dia. Ou seja, com 12 trabalhadores mais três. E nesse momento não precisava do parceiro, nem do tarefeiro, nem do bóia fria. Eram empregados pagos por mês. Os trabalhadores em uma cadeia de trabalho. Ou seja, a máquina comanda o processo produtivo, submete o trabalhador, sem precisar do bóia fria. Transforma o processo produtivo, a década de 70 fez em todas as regiões modernas agrícolas de cana brasileiras. A outra coisa é que o corte da cana de açúcar a máquina passou ela a cortar. O trabalhador que ganhava por corte, não precisava mais. Este processo, onde você veria o conflito, potencial conflito que a escassez de mão de obra agrícola poderia levar nos anos 70, você teve um processo de esvaziamento do trabalhador assalariado dessa forma. Essas formas precárias de trabalho.

São poucos, com mais qualificação. Essa modernização, de um lado ela exclui o trabalhador assalariado. Nas culturas já estabelecidas. Nas outras você tem quem assume isso: as famílias altamente modernizadas. Então o que acontece, então a massa salarial não vai crescer, cai, o rendimento per capita se eleva, o familiar vai, nas áreas consolidadas,

elevando seus rendimentos, por conta do crédito e depois a rentabilidade na fronteira. E por outro lado, além de tudo você está criando um processo de expansão. Na verdade, se você pegar a história da questão de criar as variedades de culturas emergentes: na década de vinte, a transformação do arroz gaúcho, variedade de arroz adequado, o arroz agulhinha - a produtividade gaúcha. Teve o algodão (naquele tempo do algodão arbóreo) um grande problema, a praga do bicudinho. Na década de 30/40, houve uma grande transformação do algodão no Brasil. A EMBRAPA teve um papel muito importante, eles é que fazem algodão para o Centro-Oeste, criam as condições, a soja, para a área do cerrado. E isso é um negócio interessante, na década de 70, quando da chamada modernização da revolução verde, ela tem uma tecnologia, aquelas máquinas: a modernização inicialmente foi com base no pacote tecnológico americano da revolução verde. Só que rapidamente, o que acontece, é completamente equivocado, ao invés de você pegar aquilo, você tem tecnologia e você teria que adaptar às condições. A EMBRAPA só depois começa a fazer isso. Só depois de 75, nem foi no primeiro momento, foi depois. O pacote tecnológico estava amarrado ao crédito agrícola. A mesma coisa, depois que você começa, aí realmente, nesse processo da década de 80 é que você começa já com variedades adaptadas ao clima, você vai fazer com que a produtividade vai potencializando, aí você começa a ter uma política tecnológica. Até então, não, nós só importávamos a tecnologia e jogava lá direto. Foi uma grande política pública transformadora. Então essa é uma coisa que a sua pesquisa vai ver isso aí.

## **Entrevista 6.**

**Data: 23.04.2009.**

**Entrevistado:** Governo do Estado de Minas Gerais – Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária – SEARA – Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – ITER-MG. Diretor Fundiário.

**Apresentação** - Vamos primeiramente mostrar o que é o ITER. É uma autarquia estadual, está vinculada à SEARA, que é uma secretaria de estado para assuntos de reforma agrária. E o ITER é o único órgão do estado de Minas Gerais que tem competência para regularizar as terras que são consideradas terras devolutas. É aquela terra que ninguém nunca registrou em cartório, porque a terra só passa a ser juridicamente da pessoa (do privado) a partir do momento em que se tem a escritura e ela é registrada em cartório. E nós temos uma quantidade enorme de áreas rurais e urbanas que estão nessa situação de terra devoluta. E o trabalho do ITER é justamente localizar essas terras, olhar quem está de posse dessa terra e com um processo administrativo que se faz levando em consideração a lei 11.020, de 1993, se monta o processo administrativo, passa-se um título para a pessoa e esse título juridicamente tem valor para a pessoa registrar aquela terra e aquela terra deixa de ser considerada então terra devoluta. Pelo que você está precisando, nós temos uma coisa em comum, que é justamente o que nós detectamos, que a questão da regularização fundiária das terras regularizadas em uma certa região traz um desenvolvimento maior para aquela região.

**1 – Desigualdade e repartição de renda** - Se a gente pegar o mapa de Minas a gente vai ver que na metade do mapa do estado de Minas para cima o índice de desenvolvimento humano – IDH é muito menor do que para baixo e automaticamente a gente vê também que a parte de cima do mapa tem uma quantidade de terra devoluta muito maior do que a parte de baixo. Correlação: tem completamente. A região que regulariza suas terras se desenvolve com mais facilidade do que a região que tem menos quantidade de terras

regularizadas, na situação de devoluta e na situação de não devoluta. Então a gente está trabalhando justamente tomando como foco essa questão do índice de desenvolvimento humano. Até porque nós estamos com um trabalho hoje em 323 municípios que são justamente municípios da parte de cima do mapa para ver se titulariza o máximo possível dessa região, região com índice de desenvolvimento mais baixo do estado de Minas. Isso influencia na redução da desigualdade, com certeza. Porque. Primeiro, a pessoa com o documento da terra passa a ter segurança jurídica sobre aquela terra. Se você tem uma coisa que você tem certeza que é sua ninguém te toma você vai até cuidar com mais carinho daquele objeto, no caso aqui é a propriedade. Investir mais na propriedade. Sem contar, também, os investimentos do governo, porque a pessoa que não tem o documento da terra, ele não consegue nem o investimento por parte do governo. O investimento maior que nós temos é o PRONAF, em relação às áreas rurais e as pessoas, direto, elas têm essa dificuldade, entram com um documento para pleitear um empréstimo e não conseguem retirar porque só tem a posse daquela terra. Muitas vezes tem até aquele documento registrado em cartório, direito de posse, mas não tem o documento legítimo. O documento legítimo só quem tem a legitimidade para dar é o governo e no caso de Minas Gerais é o Instituto de Terra.

Se a gente pegar lá atrás, desde a época da descoberta do Brasil, primeiro as capitânicas hereditárias, depois as sesmarias, dificilmente a gente encontra algum trabalho que leve em consideração a questão fundiária, para o desenvolvimento de alguma coisa. A gente não acha livro nenhum falando sobre isso, muitos autores falam de: vamos por cisternas, vamos construir casas, mas não falam da situação real da terra. E na verdade, a terra é o alicerce, se não começar a mudar ali, pelo alicerce, não dá certo. Então o que acontece, quando uma região regulariza sua situação, muito mais pessoas vão pegar dinheiro, então desenvolve o comércio local, aí gera mais emprego, o próprio comércio local desenvolve mais, passa a ir indústria para aquela região, porque o mercado consumidor vai ser maior, então por isso é que o IDH tende a ser maior, tende a aumentar, quando acontece essa mudança. E o foco que nós estamos dando é justamente nisso e, por isso, estamos trabalhando primeiro na região mais pobre, a região do norte de Minas. Essas famílias se enquadram no PRONAF, mas na hora de tirar o dinheiro não conseguem. Todos os caracteres, sim, se enquadram

100%, mas não têm o registro da terra, só têm a posse. A maior parte dos recursos do PRONAF vai para o Sul porque, porque lá tem mais gente que pode estar organizado. É a questão, também, da valorização da terra, você tem 50 hectares de terra que valem X, registrado aquilo lá passa a valer 2X. Com certeza. Porque a pessoa passa a vender não só o direito de posse, mas a propriedade. Porque quando você não tem o título você vende só o direito de posse. O direito de posse o outro pode te tomar a qualquer hora, com mais facilidade. A partir do momento em que você tem o título você vende a propriedade em si, a partir do momento em que aquele terreno é seu. Então está totalmente ligado à questão do desenvolvimento e às desigualdades sociais.

**Políticas agrícolas/legislação do trabalho.** As políticas agrícolas influenciam na repartição da renda entre os estratos considerados, com certeza. A gente pode citar o seguinte aí, trazendo esse desenvolvimento, se traz também o emprego formal. Porque até então, aquela pessoa que não tem investimento na sua terra, ela não vai gerar nenhum emprego. A partir do momento em que ele tem, por exemplo, incentivo do governo através do PRONAF, para investir naquela terra, porque ele tem seguridade jurídica daquela terra, ele pode colocar uma ou duas pessoas para trabalhar lá, até fichadas, entendeu? O PRONAF permite, mas nem é só por isso, é que a partir daí ele vai ter a renda dele, e vai ter dinheiro para tocar mais, ele vai deixar de viver a economia de subsistência. Passa-se a se ter uma economia voltada para o comércio, para o mercado. Isso tudo se dá porque, se dá justamente porque no caso nosso ele vai ter o documento da terra, aquela terra é dele mesmo.

Quanto à legislação do trabalho, eu acho que a partir do momento em que o emprego passa a ser formal, deixa de ter a exploração por parte de funcionários que estariam trabalhando ali quase a troco de comida. Até porque o próprio beneficiário que vai ter o seu título não faz isso porque ele quer, mas porque a condição dele leva àquilo, não tem condição de ter uma pessoa ali trabalhando formalmente para ele. A partir do momento em que ele tem desenvolvimento, ele vai ter essa condição. De seguir uma legislação do trabalho. Existe uma questão, também, que é a questão ambiental. Quando a gente faz a legalização para o posseiro ele pega a sua área toda medida através de Geo Referenciamento. Então com isso

um órgão por exemplo que cuida das florestas, o IEF, querendo, via satélite ele tem dados da propriedade e pode estar fiscalizando a área de preservação ambiental que tem dentro daquela propriedade. E nesta questão do controle ambiental se controla a propriedade da pessoa, o desenvolvimento daquela região e também a política de não degradação de todo um território. E com elementos de precisão, as áreas são geo referenciadas..

**Gargalos.** No caso nosso, aqui, o gargalo que nós temos que impede o desenvolvimento é justamente a pessoa ter só a posse da terra, não ter a segurança jurídica de que aquela terra é realmente daquela pessoa. Até porque, uma questão importante que eu não citei, é que na posse não cabe nem usucapião, porque a terra devoluta não cabe usucapião, se você ficar naquela terra 100 anos e se você entrar com um processo judicial para ter aquela terra não vai conseguir, porque as terras devolutas não são passíveis de usucapião e no caso da terra devoluta pressupõe-se que aquela terra é pública. Quando da descoberta do Brasil as terras aqui passaram todas para a Coroa e só passa a ser de uma pessoa particular quando o Estado passa. Hoje se faz isso através dos Institutos de Terra e o governador vai assinar, dizendo que esse pedaço de terra realmente é da pessoa. Hoje a pessoa que está cuidando, que está dando função social para aquela terra é a pessoa tal e aí dá o título àquela pessoa. Então o gargalo está nisso aí, na questão de que o posseiro não tem as mesmas condições e não tem os mesmos benefícios que o proprietário realmente da terra tem. Inclusive nós estamos com um grande processo de legalização de terra que é lá na Amazônia. Um programa grande do governo federal na questão de regularizar as terras da Amazônia. Lá tem grandes posseiros e o problema ainda é maior porque lá pode ter alguma terra que não está de posse de ninguém, aqui não, quando se pensa em terra devoluta pensa-se que a terra devoluta no estado de Minas está para ser ocupada, mas não, porque é devoluta, mas tem uma pessoa lá. Está ocupada. Na Amazônia pode acontecer de ter pedaço de terra e não ter ninguém. A lei veda, a lei tem um tamanho de terra que pode regularizar. No estado de Minas Gerais pode regularizar até 250 hectares. Quem tem mais de 250 ha só pode legalizar até aquela quantidade máxima. Se ele tem uma fazenda de 500 ha de terra devoluta, ele só pode regularizar até 250, os outros 250 o governo vai dar outra destinação. A questão fundiária tem que se ver desde a descoberta do Brasil. É herança. A questão dos negros, por exemplo, nós temos uma questão, que são os quilombolas. Em Minas nós temos indícios

(não associações formadas) de mais de 400 e tantas comunidades quilombolas e as comunidades são justamente dessa época da abolição da escravatura, que eles formaram indo para uma região e tomando conta de uma região e com o passar do tempo essas regiões foram sendo tomadas por empresas, por grileiros. A gente tem uma preocupação muito grande também com a questão dos quilombolas. Com os índios em Minas Gerais a gente não tem, não vivemos essa realidade aqui em Minas. Vai se encontrar muitos na Amazônia.

**2 - Evolução histórica** - Eu consigo ver que houve uma evolução, com certeza, no sistema agrícola nosso. Nós podemos ver através dos próprios CEASA que são montados nos grandes centros, nas grandes capitais. Não existiam antes. Todos os produtos que são comercializados nos CEASA vêm das pequenas cidades. Nós temos, por exemplo, a região do Jaíba, a região de Janaúba, que é fornecedora de banana, que é um projeto do governo também, justamente para a produção de horti-frutigranjeiros e a produção da própria fruta e a comercialização que é feita nos CEASAs vem justamente dessas pequenas cidades, dos pequenos produtores rurais. Já tem espaço para eles, mas geralmente o que acontece hoje em dia é que todos os produtores estão usando muito o sistema de cooperativa, eles formam a cooperativa, ali todos trabalham, durante a semana forma uma quantidade para encher o caminhão e manda para o CEASA para distribuir. Um pouquinho de cada para dar uma quantidade maior para compensar a viagem para estar vendendo nos grandes centros. Não deixa de ser o pequeno, apesar de que muitas vezes não deixa de ter uma exploração por parte dos grandes, atravessa algum atravessador, compra ali por preço bem pequeno e vende aqui mais caro. Mas de certa forma houve evolução, mas teria que melhorar muito ainda. Com certeza teria que melhorar muito. Mas acredito que houve uma evolução muito grande com respeito à nossa produção agrícola. Quando a cooperativa é bem formada é um ponto positivo. São os próprios agricultores que vão formar a cooperativa e um deles vai administrar. Então tem um controle por parte deles. Agora, quando entra um atravessador, aí é prejudicial para o pequeno agricultor. Aquele pequeno agricultor vai estar vendendo a mercadoria a um preço bem mais baixo do que o preço que vai estar sendo comprado no mercado. Ele está perdendo renda, com certeza. A gente vê isso com relação, fugindo um

pouco, à questão do artesanato no Vale do Jequitinhonha, por exemplo. O artesanato é muito rico naquela região, a questão da cerâmica, é vendido lá a troco de banana e aqui na capital chega a ser vendido a 10 vezes mais caro do que compra lá. Feito tudo no Jequitinhonha. Vende por um preço bem baixo.

**Maior leque de oportunidades.** Eu acho que houve evolução mas eu acho que está arrastando muito ainda, poderia ser bem melhor, porque a tecnologia nós sabemos que ela não chega aos pequenos, não chega não. Pelo menos é o que a gente vê no trabalho que a gente faz, até porque essas pessoas não têm acesso ao sistema financeiro. Às vezes devido à questão fundiária, de legalização de suas terras. A gente fala que o maior mercado, em termo mundial, é o mercado americano, mas são os que mais devem, os que mais têm dívida. Então todo mundo só consegue evoluir basicamente com o dinheiro subsidiado do governo, ou seja, de forma direta ou indireta. Você vai montar uma empresa, você vai lá no Banco, pega um dinheiro lá, a 1% de juros do governo. Alguns têm essa condição e outros não têm. Muitas vezes o agricultor não tem essa condição de ter esse acesso. E não tendo esse acesso direto ao governo, dinheiro do bolso dele ele não tem. Geralmente não tem. O que vai acontecer: ele não tem acesso aos meios tecnológicos para produzir mais e melhor em sua propriedade. Isso aí é um grande entrave para o desenvolvimento social e para a chegada e o acesso imediato e maior nos meios tecnológicos. Essa tecnologia a gente está considerando a questão do acesso à informática, ao trator bem equipado. Eu acredito que isso aí está muito fraco ainda, o pequeno agricultor ainda não tem. Ainda nesta questão tem a questão de adubo da terra, também. Acho que até tem incentivo por parte do governo, mas eu acho que é pouco ainda, poderia estar melhorando bem mais.

O segmento de técnicos e gerentes (com maior qualificação) eu acho que cresceu muito, através do próprio CEFET, que é escola federal de formação tecnológica, a gente percebe que até em cidades menores já tem essas escolas implantadas, justamente pensando na formação de cidadãos voltados para a produção que é daquela região. Nós temos, por exemplo, em Salinas, que tem a produção de cachaça conhecida mundialmente, nós temos lá escola de formação superior nessa especialidade. Esse segmento cresceu. Escolas de interior antes não tinham faculdade e hoje têm, a qualidade de ensino pode-se dizer que

caiu um pouco, considerando as particulares que nós temos aí, mas de qualquer forma as faculdades de hoje existem em todos os municípios pequenos. Com isso os cursos técnicos também, apesar de que ainda há defasagem, até porque o nosso país é muito extenso. Para dar uma reviravolta dessa demanda tempo mesmo, até porque se vai colocar uma escola aqui, o público pode ser diferente, a demanda pode ser diferente. Houve uma evolução, com certeza. Hoje, se pegar por exemplo o estudo de corte de cana em São Paulo, o bóia fria que cortava a cana no facão, que ainda existe, corta demais, hoje o cara que opera uma máquina daquela que substitui 100 bóias frias ele tem um salário de R\$5.000,00, porque para mexer aquilo lá é igual painel de avião, então é a qualificação, então evoluiu, o cara deixou de ser bóia fria para ser operador de uma máquina daquela, deixa de ganhar cerca de R\$ 465,00 que é o salário mínimo para ganhar R\$3.000,00 ou R\$4.000,00. Exatamente porque ele está qualificado. Em contrapartida, em vez de empregar 100, emprega uma ou duas pessoa, aí tem essa questão. Aí é que entra a questão da formação técnica. Aí só vai ocupar quem tem aquela formação. Tendência é substituir. Gera o problema do desemprego, mas é característica do próprio desenvolvimento, do próprio capitalismo, desde a época da industrialização, a gente depara com isso.

**3 - Possibilidades de melhoria:** Há uma melhoria, logo de início a gente percebe. Um pai e uma mãe com seus três filhos, que tinham uma economia de subsistência, só plantavam mandioca, tinha um pé de manga, umas laranjinhas no quintal, plantava um feijãozinho, deixa de ser uma economia de subsistência para ser uma economia de mercado, a partir dali ele já se mostra para a classe social de uma forma totalmente diferente do que era antes. Já muda a posição dele. O IDH já vai aumentando. Ali pode-se dizer que há uma melhoria significativa para toda uma região. E melhora não só para aquela família mas para toda a região. IDH: indicador oficial de desigualdade social que nós temos hoje. Baixo: região mais pobre; alto: mais rica.

**Modelo de participação mais equitativo.** A gente tem que pensar o seguinte, o modelo que estamos utilizando hoje pode levar para dois lados: pode levar para o lado de realmente acontecer uma melhoria e uma distribuição mais igualitária, mas pode levar, também, pelo próprio sistema capitalista que utilizamos, de acontecer uma concentração maior na mão de

quem tem mais. Isso aí praticamente acontece mesmo. Se nós pegarmos uma grande fazenda, com toda a modernização, que tem acesso a tudo, que passa a produzir em grande quantidade, ele vai realmente espremer os pequenos. Isto de certa forma acontece muito. E é a realidade atual hoje, em nosso país, porque nós temos grandes fazendas produtoras, por exemplo, na região do triângulo, de Minas, produtora de grãos, isso praticamente inviabiliza o pequeno de produzir aquele tipo de grão, porque o grande que vai produzir em maior quantidade vai ter o dinheiro mais barato para investir ali, que são justamente os incentivos governamentais, os empréstimos com juros mais baixos, e a questão, também, é que ele vai ter um preço melhor para competir no mercado, enquanto o pequeno não vai ter, vai ser maior, porque o outro vai ter uma máquina que vai produzir uma quantidade X, o pequeno vai ter que fazer na mão, então acaba sendo mais caro para ele e ele produz pouco também. “É uma faca de dois legumes”.

Mas eu acredito que, de uma certa forma, olhando o trabalho que nós fazemos aqui, estamos tentando justamente ir contra essa questão, levar uma igualdade maior para os pequenos, considerando com os grandes, uma vez que a gente regularize aquela situação da terra daquele cidadão, dificultando até a questão do grande chegar e comprar aquela pequena propriedade, o que acontece muito. Uma fazenda grande toda legalizada e tem um pequeno produtor que não tem documento nenhum, o grande diz você vai perder isso aqui um dia, eu te pago tanto e você passa essa posse para a gente. O cara vai para a cidade, compra uma moto velha, um carro, acaba com o dinheiro e vai morar na favela. A partir do momento em que ele tem um documento registrado em cartório, dificilmente o grande vai poder tomar aquilo dele, tomar no sentido de comprar baratinho. Ele passa a ter segurança e passa a competir de uma forma mais igual com o grande produtor rural. Porque o maior problema que a gente vê hoje no pequeno produtor rural que tem só a posse é justamente o seguinte, os grandes estarem aumentando a sua propriedade a um custo bem barato em relação à terra, porque compra baratinho, porque o outro não tem garantia nenhuma daquela terra, porque só tem a posse. Neste sentido a gente está contribuindo muito para levar a igualdade na competição entre os grandes e os pequenos. Tanto que se pegar o Sul de Minas, por exemplo, onde basicamente, quase não existe terra devoluta, pode ver que é totalmente diferente. Vai numa cidade do norte de Minas e outra do sul de Minas, a cidade

é toda mais evoluída, em todos os aspectos, sociais, culturais, as pessoas também mais desenvolvidas em todos os quesitos. A gente vê claramente a diferença que se tem dessa região que tem maior quantidade de terra devoluta com a que tem menos quantidade.

Infelizmente é um trabalho que está sendo feito agora, mas que já tinha que ter sido feito há muito tempo. A gente vê um atraso muito grande e de certa forma hoje, aqui no Instituto de Terra, a gente se sente agraciado porque o governo atual está tendo uma visão bem diferente dos governos anteriores em relação a esse quesito, a essa questão da regularização, ele está dando oportunidade para a gente trabalhar, o que antes não tinha. O governo não via essa questão da terra como relevante. Isso é importante, porque sem isso pode até acontecer desenvolvimento, mas nas mãos dos maiores. Enquanto a gente tem uma área dividida em 100 propriedades, futuramente se não tiver a regularização fundiária ali, aquelas 100 passam a ser uma só, na mão de uma pessoa só, de um grupo só. De certa forma, a gente está contribuindo muito para a igualdade social. O fato pior nessa situação é justamente aquelas famílias que poderiam estar dando uma função social para a terra, elas vêm para a cidade, passam a ter uma vida muito ruim na cidade, geralmente é uma vida ruim, e a terra passa a ter não uma função social, mas uma função econômica só, até tem que ter uma função econômica mas, por outro lado, o mais importante é a função social, como a constituição nossa reza, no art. 5. (a propriedade da terra tem que ter função social). Quando ela passa a fazer parte de um monopólio, eu acredito que perde essa função social. O monopólio não pensa no desenvolvimento local. Só por não pensar no desenvolvimento local, já perde um pouco essa função social. Vai sugar, sugar, quando não der para sugar mais, vai embora.

Tem que melhorar muito, quem dera se já estivesse bom. A gente tem que ter cautela ao falar disso, mas eu não concordo em dar o alimento ao invés de dar a vara para o cara pescar. Da parte do governo acontece muito isso, só dá o alimento, mas não dá as condições para o cara cuidar. E a política da gente é justamente esta, estar dando, ao invés de uma cesta básica, estar legalizando porque aí ele vai ter condições de ele também ter responsabilidade. Se ele pegar vinte mil reais no banco para plantar, ele sabe que ele está devendo lá. Se não trabalhar, ficar lá só à toa lá só comendo, ele vai ter uma dívida que, de

certa forma, ele vai ter que quitar. Se der só uma cesta básica por mês, ele vai ficar parado e comer aquela cesta básica. Não vai levar a nenhum desenvolvimento. Eu acho que tem que dar condições, mas dar responsabilidade. Eu acredito muito nisso e eu acho que a gente contribui com isso. Porque o cara vai ter um medo maior de perder aquela terra, tem que cuidar melhor e ter uma responsabilidade maior e um maior desenvolvimento da região. Eu acho que de início, se o cara está morrendo de fome, tem que dar a cesta básica, mas depois tem que vir com alguma coisa a mais para ele.

## **Entrevista 7.**

**Data: 27.04.2009.**

**Entrevistado:** Ex-Ministro da Agricultura, fundador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

**1 – Desigualdade e repartição de renda** - Eu vou tentar explicar para você o que está acontecendo. Em primeiro lugar, a agricultura brasileira nesses últimos 35 – 40 anos teve uma evolução muito forte. Antes nós éramos um país tropical que não tinha capacidade competitiva porque não tínhamos conhecimento do nosso bioma. Nós importávamos tecnologia de regiões temperadas. Essa tecnologia importada, quando era mecânica, química, ela funcionava em parte, mesmo precisando adaptar, mas quando era biológica, quando era genética a coisa degringolava e o Brasil nunca teve competência para desenvolver uma agricultura que o mundo não tinha, que é a tropical.

A partir de 1970 houve uma evolução vinda das escolas de ciências agrárias, a formação de pós-graduados, primeiros os professores, depois criaram os cursos, nova mentalidade surgiu e levou-se para dentro do governo a mentalidade de que o Brasil tinha de dar o passo. Qual é que é: conhecer o seu bioma, dominar esse bioma e fazer dele um sistema produtivo capaz de competir. E ai criou em 30 anos a primeira agricultura tropical competitiva do mundo. Não existe outra com a mesma competência no mundo inteiro. E criou coisas novas, como, por exemplo, o surgimento do etanol, foi uma evolução, o próprio biodiesel, quer dizer, foram evoluções que nós tivemos. Mas nós conseguimos dominar geneticamente plantas, por exemplo, a soja, eu estive no governo, naquela época só dava soja lá em Alegreto para baixo. A soja é chinesa, está além do paralelo 30 norte, então a soja só dava lá em baixo. Hoje nós já temos a soja produzindo no equador, com uma produtividade maior do que lá. Foi o Brasil que fez, tá certo? Então, por exemplo, pegamos a laranja, o milho, aves, suínos, quer dizer, o Brasil hoje tem uma competitividade muito grande e os países que eram dominantes, se não subsidiar hoje eles estão quebrados. Porque

eles subsidiam, porque tem uma mentalidade diferente, a sociedade aceita pagar mais caro e o governo quer manter esse pessoal lá, com algumas regras, porque ele não tem solução para esse pessoal. Embora eles sejam relativamente poucos nos países desenvolvidos, as proporções são 3, 4, 5, até 8%, que é a maior que tem.

Então o que ocorreu é que o Brasil evoluiu, mas não evoluiu 100%, porque o Brasil, infelizmente, tem o mesmo defeito de países subdesenvolvidos, tem uma dicotomia na agricultura: uma agricultura de subsistência, sem educação, sem competência, etc. etc., enfim produz para sobreviver. E infelizmente (eu acho que o governo está certo. Ele tem feito políticas públicas para esse pessoal), mas feito errado, está doando muito, está ensinando pouco, não tem assistência técnica, o gerenciamento, talvez o fundamental, não tem gente preparada para isso, então eu advogo que aí é preciso dar um subsídio social. Agora temos por outro lado aqueles que tiveram competência e que desenvolveram uma agricultura comercial, uma agricultura empresarial muito forte. Acho que é sobre essa que você está querendo conversar um pouco mais, não é? E ela é tão forte que ela está surpreendendo o mundo. Ela é patronal e familiar, ela tem as duas. Ela tem. A agricultura familiar é muito difícil de você definir, porque até hoje ninguém definiu. Eu tenho uma propriedade, eu entendo que ela é familiar, embora, eu tenho empregados lá dentro e pago todas as leis. Eu tenho um escritório de contabilidade na cidade para poder resolver meus problemas lá. Eu acho que esse é outro assunto, depois nós vamos discutir, está muito atrasado no Brasil, isso. Vamos chamar, as regras trabalhistas, nós somos muito atrasados. O mundo está evoluindo e nós não.

Bom, o que ocorre é o seguinte. Essa agricultura empresarial, ela foi crescendo e ela deu demonstração de competência. Ela começou com o apoio do governo. O governo incentivou, até a década de 80. Depois de 80 para cá começaram os planos econômicos, começou a degradingolada econômica do Brasil e só veio começar a ter solução próximo de 2000, não é isso? Então essa degradingolada fez a agricultura passar por um tremendo processo recessivo, que amarrou a agricultura brasileira. Porque amarrou: porque os governos não entenderam esse processo, subsidiaram bancos, subsidiaram indústrias, e a agricultura, só penalizou. Por vinte anos pagamos os juros mais caros do mundo. O maior

volume de tributo do mundo. Os custos mais altos de serviços e até hoje estamos assim. Sem nenhuma política de apoio, ao contrário, só transferiu-se, a agricultura brasileira fez o maior feito que ninguém fala, que precisa ser analisado. Em 1970 (a 75), se você analisar, a agricultura brasileira não supria o Brasil. O Brasil era um país importador, importava arroz das Filipinas, leite da Europa, leite industrial da Europa, como está entrando debaixo do pano agora, importava carne da Argentina e do Uruguai, foi um dos primeiros a importar a carne da Nova Zelândia, nós importávamos milho, nós importávamos feijão, quer dizer, arroz, feijão, milho, carne e leite. Os nossos custos de alimentação nessa época - foi depois da era Juscelino, que o Brasil industrializou e urbanizou e a agricultura brasileira, sem capacidade competitiva, com pouco conhecimento de tecnologia para as condições tropicais, não era capaz de suprir, então o Brasil passou a ser importador. Mas foi sorte, veio um fenômeno que ajudou, sabe qual foi? Foi a crise do petróleo. O petróleo saiu de 3 dólares para 11 dólares. A única coisa em que o Brasil era competente na agricultura era o café, que era um sistema meio feudal, naquela época. Primeiro os escravos, depois os trabalhadores, foi feudal, mas evoluiu, hoje ele já não é feudal mais, ele é familiar. E a coisa veio num sentido que o café sustentou tudo isso. O café, o cacau um pouco, madeira tropical um pouco também, hoje exporta muito mais do que naquela época e a borracha, teve um período, também, um pouco. Isso não só permitiu que Getúlio e Juscelino, os grandes industrializadores do Brasil, fizessem esse programa de industrialização, importaram as indústrias, importaram a tecnologia e importavam alimentos. Só que quando chegou em 73, com a explosão do petróleo, nós dependíamos de 80% do petróleo que consumíamos. Então não dava mais. Chegamos diante de um dilema. Ou caminhamos, para resolver esse problema ou então... O desafio está na competência, aí foi criada a EMBRAPA, 73, a lei, em 74 ela começou a funcionar.

Montou-se uma parafernália de incentivos públicos, o crédito, os projetos orientados, a garantia de comercialização, a política de preço mínimo funcionou no Brasil melhor do que em qualquer outro país subdesenvolvido. Isso durou até 80. Quando chegou em 80, veio a crise econômica, começou lá, e começaram sete planos econômicos. Os planos econômicos, você sabe o que são, são uma forma de tirar de quem está desorganizado, porque os organizados reagem. Democracia é assim. Democracia tem uma regra que é infalível, os

organizados se protegem. Quem é desorganizado no Brasil. A classe trabalhadora assalariada que pagou isso e os produtores de um modo geral, que não tinham organização para botar preço nos seus produtos. Esses sete planos, todos eles erráticos e todos eu chamo de uma violência contra o sistema produtivo. Mas a agricultura brasileira evoluiu tanto que chegou a resistir a isso e agora vou te mostrar, você pega, naquele tempo não tinha os boletos porque não existiam os supermercados. Você pegava as cadernetas no armazém da esquina, bota aquilo numa correção de moeda, você vai ver que o preço do alimento ali em 70, 75, médio, hoje é 30% desse valor. Nós éramos um país que pagava um dos mais caros, chegávamos a despendar 48% da renda média familiar, de quem tem renda mensurável, para alimentação. Hoje caiu a menos de 20%. Nos países desenvolvidos você sabe que é menos ainda porque eles ganham mais, embora o alimento lá seja mais caro. É que nossos salários são baixos.

Então veja bem, houve uma transferência da renda do agricultor para o cidadão urbano. Tem um trabalho, o nome dele agora não vou lembrar, ele é economista em S. Paulo, ele mostra que nesse período de 30 anos o custo dos alimentos caiu a 30%, ou seja, caiu 70%. Isso é tirar renda do produtor. Ele pagou a conta. Houve um fato muito interessante que poucos observam. Porque a agricultura brasileira apareceu de uma hora para outra. Um fato muito simples. O último plano econômico foi uma violência. O que se fez no Brasil foi um negócio violento. O plano real botou 95% das exigibilidades bancárias trancadas no Banco Central. Tirou o crédito do produtor. Tirou a garantia de comercialização do produtor. Aumentou demais o tributo para a agricultura. E você sabe qual foi o único instrumento que funcionou no Plano Real. Foi a âncora cambial. Com essa âncora cambial, jogou os agricultores que estavam produzindo mais do que o Brasil consumia, (inverteu o processo, nós passamos de 70, em que tínhamos uma produção de 30000 mil toneladas para cento e tantos milhões, três vezes mais) e começou o Brasil a ter que buscar mercado, mas como é que busca mercado com uma âncora cambial daquela, arrochada. Aquilo foi um verdadeiro crime que se fez contra o processo produtivo, sob a justificativa de que tinha que parar a inflação. A inflação pararia, pois o próprio agricultor estava tendo de entregar o produto dele a qualquer preço. Então isso foi um tamponamento que houve na agricultura por 20 anos. Os sete planos, todos eles, fizeram a mesma coisa, um com uma característica, outro

com outra. O mais violento foi o último, mais estrangulador do sistema produtivo rural. Aí a âncora arrebentou e o próprio governo então mudou a âncora cambial. Botou o agricultor em condição de competição, houve aquela explosão, o governo não fez nada, no momento em que ele viu a âncora cambial arrebentar ele teve que se ajustar e botou o dólar a 2,70 ou 2,80, chegou a 4 reais. Aí ele passou a ser flutuante. Nesse momento o Brasil teve igualdade pelo menos na moeda, nos outros fatores, não.

Então eu digo que o Brasil não teve política. A política veio por acaso. Essa cambial veio por acaso. Então, veja bem, o Brasil apareceu de uma hora para outra no mundo, porque deram uma condição, a igualdade da moeda, mas não teve igualdade em tributos. O trabalho do Antônio Lício é sobre tributos, o Brasil paga, ainda, 25% do produto in natura, diretos e indiretos. Porque você sabe que o tributo direto é quase zero mas o indireto é uma violência. O trabalho tem doze anos, a França tinha oito por cento, enquanto hoje a França está com quatro por cento, o Brasil continua com 25%. O produto semi-industrializado agrícola está com 32,8%. Nos créditos o Brasil é o campeão, perdemos uns seis meses para a Turquia, hoje passamos a Turquia de novo, o nosso custo é o mais alto do mundo. Isso é o crédito – o capital, que é fundamental para desenvolver. Os custos de serviços são os maiores do mundo. O nosso grande competidor, de soja, de milho, de frango, enquanto os Estados Unidos exportam uma tonelada de soja do Corn Belt, a 1300 milhas, ou seja, são 2.500 quilômetros, ao custo de 6 a 12 dólares, no planalto central em que estamos produzindo muito nós estamos pagando mais de 30 dólares. Três vezes mais. Três a cinco. Então aí a agricultura brasileira perde e os outros países começaram a ver que não tinha outra forma, aumentaram seus subsídios. Os países industrializados hoje dão um bilhão de dólares por dia aos seus agricultores, se você somar tudo, Europa, Estados Unidos e Japão. E eles falam abertamente, se nós não fizermos isso o Brasil toma conta.

Então houve eficiência. Esse é um ponto. Agora vamos voltar onde você quer, a renda, esse é o grande problema, Não há uma política compensatória interna que garanta a renda do produtor, não tem. Fica flutuando, completamente, você não tem seguro, é Deus que castiga, um ano está bom, outro está ruim, você não tem garantia de preço mínimo mais, os preços mínimos são fictícios, não há crédito, dar preço mínimo sem crédito de

comercialização é uma brincadeira, é uma enganação. O crédito rural hoje, falam que estão dando o crédito rural, mas não tem o dinheiro. Não chega a ele, e quando chega ele pega o primeiro empréstimo, depois não agüenta pagar, não tem outras políticas compensatórias, ele acaba sendo inviabilizado. Você perdeu uma grande chance de colocar o Brasil, realmente, porque internamente você tem que separar isso, a agricultura brasileira não tem garantia de renda. Há doze anos atrás, o Miterrand, presidente da França, treze anos atrás, eu escutei um discurso do Miterrand, naquela grande confusão dos sindicatos (eles são fortes, organizados), a diferença está aí - as unions, os sindicatos, no Japão também são politicamente organizados. Nos Estados Unidos, são dois e meio por cento da população, mas eles mandam, o Sr. Obama não vai conseguir aprovar o orçamento dele com redução de subsídios, porque senão os deputados sabem que não voltam porque os agricultores pressionam. Vão continuar os 47 bilhões de dólares, não vai fazer aquela redução para quatorze que ele propôs, vai aprovar o orçamento, um trilhão e setecentos, mas essa parte não vai modificar, porque os agricultores são organizados. Escutei esse discurso do Miterrand, ele falou o seguinte: eles tiveram um problema com o preço mínimo, como aqui no Brasil, é claro que pararam a França, primeiro, segundo, terceiro dia, no quarto não tinha mais nada para vender. E a população estava desabastecida. No quinto dia ele tentou uma negociação, era crédito de garantia do preço mínimo, não conseguiu, ele vai à televisão, chama os agricultores, pede para eles saírem da rua que ele ia garantir não o preço mínimo, mas a renda agrícola. Não sabia o que ele estava falando. Eu voltei à França depois e hoje analiso, eu estou analisando isso, toda a Europa e todos os Estados Unidos estão garantindo renda via seguro rural. O seguro não segura só a despesa, ele segura a renda. O Estado paga grande parte da tarifa e a França tem garantia de renda hoje e no Brasil não existe nada disso. Aqui é o mercado e o mercado é sempre contra o produtor, os custos são altos, porque o juro é caro, o tributo é alto e ele acaba sendo o que paga isso. Então, aí que eu acho que é a grande diferença, porque como é que vai fazer política social com um empresário que não está tendo garantia de renda. Você não acha? Eu acho que para fazer a política social você tem que dar garantia da renda e obrigar que ele distribua isso. Eu sou produtor hoje, graças a Deus eu não quebrei ainda porque eu estou inovando com inovações que a Embrapa criou, baixando o custo da minha carne que eu produzo. E sigo as leis, e está pesado, as leis trabalhistas estão pesadas. Mas eu entendo que eu tenho que fazer isso,

os meus empregados todos eles são motorizados, todos eles têm tudo que eu posso dar, eu dou. Mas eu não sei quanto tempo eu agüento isso, porque o arrocho está cada dia mais, está entendendo? Este é o grande drama da agricultura brasileira, hoje. Ela não tem políticas públicas que dêem estabilidade a ela. Ela é errática, esse é o núcleo do problema. O dia que tiver, eu estou com você, nós precisamos assentar e discutir uma melhor forma de distribuição.

Eu acho que o governo está fazendo, se eu critico de um lado, eu dou a mão, acho que essa política que ele está fazendo no que ele chama de agricultura familiar, ele está dando não só o crédito, está dando seguro de graça, está fazendo uma porção de coisa, eu acho que ele está certo e eu não critico por ele fazer o subsídio. Eu acho que precisa direcionar melhor, como é que ele dá subsídio se ele acabou com o serviço nacional de assistência técnica e extensão rural, praticamente está acabada. Entendeu o que estou dizendo? Está indo tudo pela janela. Quem pegar, pegou. São poucos aqueles que eu chamo de agricultura de subsistência que estão conseguindo subir. Se hoje sobem 5% podia estar subindo 30, 40, se eles fossem bem orientados. Levar a uma atividade rentável. Profissionalizada. E com a família dele e até terceiros, porque admitem, a agricultura familiar admite contrato.

Então, eu acho que aqui eu mostrei o núcleo do problema. Está certo? No dia que o Brasil parar, a sociedade compreender, a sociedade brasileira é contra, aquela figura do Monteiro Lobato pegou, o Jeca Tatu, na hora que a agricultura brasileira sobressai, tem que isolar o cafeicultor, que realmente era um troço meio feudal, os coronéis do café. Mas isso acabou, hoje não existe coronel, na cafeicultura a média da propriedade tem 11 hectares, você tem as maiores, no cerrado, você tem no Norte e Nordeste, principalmente, aí na Bahia você tem principalmente em Minas no cerrado, cafeicultura empresarial, grande, mas o resto é familiar. Esse era preparado e embora pequeno ele está conseguindo, apesar de que está no fundo do poço com esse arrocho que nós estamos tendo. Sete planos econômicos foram em cima dele. Para você ver, a cafeicultura está praticamente quebrada, se o governo for cobrar o que deve, ela quebra na hora. Mas quebrar a cafeicultura no Brasil é uma vergonha, não é. Tivemos 80% do mercado, hoje temos 20. Então eu acho que não pode ser assim. Na minha visão é de que nós precisamos evoluir. Nós precisamos evoluir, dando à atividade agrícola

aquilo que ela precisa. Tirar esses arrochos, parece que agora os planos econômicos vão ficar longe, fazer planos econômicos do jeito que eles fizeram, não é fácil fazer mais não. Você tem plano que foi uma violência, não é, então eu tenho a impressão que isso aí saiu fora, o Brasil está evoluindo nisso.

O que eu vejo é que se o Brasil consegue estimular o processo produtivo, fazer incorporação de valores nos seus produtos, precisamos parar de exportar soja em grãos, temos que exportar é boi, é carne, aliás, é a carne já em cortes especiais, tipo pré cozida, como estão fazendo no frango que é o estágio maior que você deixa renda aqui. Eu vou visitar as cooperativas no Paraná, eu fico encantado lá. Eles hoje não vendem frango nem inteiro, estão vendendo o frango pré cozido, embalado em proporção para dois e ganham 1.000 dólares a mais na tonelada. A mesma coisa estão fazendo em verduras, não vendem verdura mais em produto inteiro, já estão fazendo aquelas ... , cortado, temperado e pronto para tirar da geladeira e servir no prato. Até nisso nós evoluímos muito. Então eu acho que isso aí é um sinal de evolução. Eu até aconselho, se você quisesse ver um processo de evolução, visitar aquela região no Oeste do Paraná, ver as cooperativas lá, você ia ter uma visão muito clara, lá as cooperativas fizeram a função do governo. Organizaram o pessoal, e estão dando crédito, até a cooperativa de crédito ajuda eles. Então lá a organização corrigiu esses erros que nós temos, aqui nesta região é o exemplo de tudo errado. Minas e Mato Grosso, Goiás, de um modo geral, lá não, Santa Catarina, Paraná e uma parte do Rio Grande do Sul, parte só. E a evolução social. Olha, eu visitei as escolas, são escolas de primeiro mundo, as professoras com pós-graduação, todas elas informatizadas, calçado até na porta da escola, para o pessoal da agricultura, as fazendas calçadas até na entrada da porteira, é um negócio interessante, para a sua tese, para você ter uma noção do que é o que a gente sonha, lá houve uma organização deles, eles criaram para amortecer um pouco (um pouco, também tem problemas, não tem garantia de comercialização, não tem garantia de renda). As indústrias investiram muito. São deles, as cooperativas de processamento, de óleo, de fibras. O frigoríficos, as indústrias de processamento da carne, cortes especiais, pré cozimento, tudo isso eles fizeram, é o que o governo precisava fazer, a organização fez. Os governos estaduais dão muito pouco apoio, não tem dinheiro, houve uma política de concentração no governo federal e cada dia ela está concentrando mais. O governo federal

hoje arrecada cerca de quase 70% dos impostos, vinte e poucos para o estado e doze para os municípios. Eu fui constituinte e nós invertemos o processo um pouco mas acabaram derrubando a constituinte. Aí eu respondo no âmagu onde está a questão. Qual é a segunda.

**2 - Evolução histórica** - Eu vou te recomendar uma viagem ao Sul para ver as cooperativas lá do Oeste: a Covale, a Coamo. As grandes também estão fazendo a mudança. Lá a mudança do ponto de vista econômico e social, é muito maior do que aqui. A agricultura daqui não tem a mentabilidade da de lá. Você tem aqui uma grande cooperativa que é a Itambé, que é a única que sobreviveu, das grandes, das centrais. Mas olha só o que ela faz com o produtor. Ela não sustenta preço, não é uma cooperativa, é uma empresa (papel de empresa integradora, só e mal), sem olhar a agricultura. Mas eu acho que uma viagem sua, para você completar essa tese sua, nessa região, entre Foz do Iguaçu e o Parque Florestal do Iguaçu, aquele miolo ali qualquer cidade que você for você vai encantar. Ali eu acho que você vai encontrar a melhor tecnologia no mundo, compatível, não se vende matéria prima, a cooperativa não deixa, ela processa para eles, cada dia incorpora mais valor agregado e a renda a cooperativa distribui. É interessante. Eu acho que você ia ver uma evolução que eu tenho sempre pregado, sabe. Eu acho que ali é um exemplo. Infelizmente, demora a crescer, a evoluir para as outras regiões. Por exemplo, em Maringá, a Cocamar é a terceira, você tem Coamo, é a maior do Brasil hoje, fatura mais de três bilhões. E a grande maioria dos produtores é de pequenos, o que eles vão receber este ano é violento. Acho que já receberam, eu acho que é em maio.

Acho que essa explicação que eu dei é a resposta. A agricultura brasileira evoluiu por competência. O Brasil acreditou que era preciso desenvolver conhecimento, para mim isso é fundamental. Criou instituições eficientes, no governo federal e nos estados, botou um sistema de assistência, que destruíram depois, de uns tempos para cá destruíram, mas fizeram e montou políticas públicas. A EMBRAPA criava tecnologia e o governo financiava essa tecnologia. Foi por isso que desenvolveu o cerrado, porque senão não desenvolvia. Mudou e por um fato interessante, os pequenos agricultores cujos filhos não dava para ficar junto com eles nas propriedades vieram, foram pioneiros, vieram para as

regiões novas, vendia um pedacinho lá e comprava uma área grande ali. Quem é o Blairo Maggi, tão criticado, é isso. Vinha da agricultura, botava um posto de gasolina, mas isso não era o serviço dele, vinha com uma mão na frente e outra atrás, comprou a primeira propriedade dele e nós temos milhões, milhões não, muitos mil Blairo Maggi no Brasil, foram eles que fizeram isso. Minas não é muito bom para isso não. Os mineiros tiveram que receber gente de fora, mineiro é agarrado nas coisas dele, tradicional, ele tem um senso de defesa muito grande, não se expõe, não se relaciona a não ser com amizade, mas negócio não, amizade é amizade, negócio é negócio. A agricultura mineira evoluiu, mas eu considero que não é o ideal.

**Leque maior de oportunidade?** Muito, a agricultura, 35% do emprego está na agricultura. Você pode ter certeza de que nessa agricultura empresarial, de um modo geral se paga, não é aquelas aberturas de área nova que de vez em quando estão citando aí, isso são os chamados pioneiros, ou plotários, como eu chamo. Mas a agricultura mesmo, a que está estabelecida, a lei trabalhista... Todos usufruem dessa melhoria, demais. O que mais usufruiu nisso foi o cidadão urbano. Chegava a consumir 48% da sua renda familiar, hoje consome menos de 20. O grande beneficiário foi o cidadão urbano. Aí é que está o ponto. Porque as famílias hoje têm o seu carrinho, o filho está na Universidade, porque ele não gasta 48% com alimentação. Você pode olhar isso. Agora o ideal é que o pequeno produtor também evolua tanto quanto o grande, porque eu te aconselho dar uma olhada lá no Sul. Eu sou fã número 1, o que eu pude fazer do que precisava fazer eu fiz na época, mas a coisa evoluiu muito mais do que eu esperava. Muito mais. Porque eles se organizaram. O Brasil é imbatível, desde que ele se organize. Se não se organizar aí pode cair de novo. Como é que a EMBRAPA passou por 20 anos de apagão e os agricultores empresariais não viram isso, deixaram ela quase sucumbir. A EMBRAPA sofria, ela não tinha, os pesquisadores não tinham dinheiro, porque competição tem que ser permanente, ainda mais agora que a ciência evoluiu tanto. Ela é fundamental.

**3 – Possibilidades de melhoria** - Claro. Na agricultura de mercado o produtor é que está fazendo. Agora, na de subsistência o esforço é grande, está se gastando muito dinheiro, mas

eu acho que está mais jogando pela janela do que tendo proveito. As condições foram criadas porque a tecnologia existe.

## **Entrevista 8.**

**Data: 21.07.09.**

**Entrevistado:** Vice-Presidente do Agronegócio. Banco do Brasil.

**1 – Desigualdade e repartição de renda** - A questão é que a gente tem uma grande concentração de renda no país, na sociedade brasileira como um todo e na agricultura em particular, que decorre como todos nós sabemos de um processo de formação da nossa estrutura social e, no caso, em particular da estrutura agrária, você conhece os estudos que são feitos aí e que mostram que a nossa agropecuária é extremamente concentrada e esse processo teve como consequência uma grande concentração de todos os benefícios, do processo de desenvolvimento, em outras palavras, uma grande exclusão que ocorre ainda hoje fruto desse processo. Não podemos esquecer algo que nos marca profundamente até hoje, que é a escravidão, que permaneceu no país por mais de três séculos, ou seja, nós não tivemos em nenhum momento uma ruptura com aquela estrutura agrária. Fazendo uma breve síntese, começa com as capitâneas hereditárias, depois as grandes posses que os próprios capitães tinham o direito de fazer concessões de terra e nós não tivemos em nenhum momento nem na independência, nem no fim da escravidão, nem na República, nós não tivemos nenhuma ruptura com essa estrutura e a consequência é que você tem uma grande concentração hoje de riqueza no Brasil e na agricultura em particular, que decorre disso.

Não vou entrar em detalhes agora, mais adiante podemos conversar, mas as condições que se colocam hoje são diferentes daquelas de um século atrás e de 50 anos atrás. Voltando à pergunta, do ponto de vista social temos uma parcela significativa da população que ficou à margem do processo de desenvolvimento, que decorre basicamente, no caso específico, da grande concentração da propriedade da terra no Brasil.

Sem dúvida alguma, as políticas agrícolas, que são basicamente as políticas de crédito, de sustentação de preços enfim essas políticas influenciam fortemente. Durante muito tempo,

isso mudou um pouco nos últimos 10, 15 anos, eu vou comentar adiante, essas políticas atuavam no sentido de concentrar ainda mais, eu fiz uns estudos sobre isso, no final da década de 70 e começo da década de 80, mostrando, por exemplo, como o crédito estava muito concentrado nas mãos dos grandes proprietários, os pequenos praticamente não tinham acesso ao crédito, concentrado em algumas culturas e algumas regiões. Aliás, isso ocorre ainda hoje em menor escala, mas há uma grande concentração das políticas de apoio nos maiores produtores. É um processo que acaba contribuindo para a concentração. Sem dúvida nenhuma, nós tivemos nos últimos anos alguns avanços, quando foi criado o Programa Nacional de apoio à agricultura familiar, o PRONAF, na década de 90, se iniciou um processo através do qual esses produtores passaram a ter acesso ao crédito. Isso evoluiu bastante, particularmente com o governo do presidente Lula, houve uma expansão, de 2002 para cá praticamente nesta safra nós estamos quintuplicando o valor do crédito para a agricultura familiar.

Então isso permitiu que uma parcela significativa de pequenos produtores rurais tivesse acesso ao crédito rural e como consequência pudesse aumentar sua renda. Uma outra coisa, por exemplo, em escala menor, mas também importante, foi o que surgiu depois do governo do presidente Lula, também, que é o programa executado pela CONAB, programa de aquisição de alimento da agricultura familiar. É um programa de sustentação de preço da agricultura familiar, é uma inovação que deve se expandir cada vez mais.

Apesar disso, tem uma parcela muito grande de pequenos produtores rurais que não são alcançados por nada disso. Ainda existe uma parcela significativa de pequenos produtores rurais que ainda não tem acesso ao PRONAF, certo, então ainda persiste um problema agrário. Mas, um problema sério dos pequenos produtores, vocês sabem, é a assistência técnica. Neste sentido, apesar dos esforços recentes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nós tivemos, a partir de 1990, com o governo do presidente Collor, praticamente um desmonte das instituições de assistência técnica. Então nós temos um problema, nesse sentido, muito grave.

Com relação à legislação do trabalho, é claro que elas influenciam e aí positivamente, quer dizer, desde que se implementou a legislação do trabalho no meio rural, os trabalhadores rurais passaram a ter direitos a salário mínimo, a licença semanal remunerada, a férias, aposentadoria, então a legislação do trabalho, sem dúvida alguma, foi um avanço significativo no sentido de dar maior acesso a renda aos trabalhadores rurais.

Quanto aos principais obstáculos, eu acho que continua sendo a estrutura agrária, sobretudo no Nordeste. Nós temos um problema dessa ordem no Brasil que é muito mais grave no Nordeste. Eu acho, acabei de comentar a ausência de uma estrutura de assistência técnica compatível com a dimensão do problema no Brasil, como falei, há um esforço do MDA de remontar o sistema, mas que é muito pequeno. Outro obstáculo é a ausência de um programa mais amplo de garantia de preço, acabei de falar do programa da CONAB, obviamente seria necessário amplificá-lo. As limitações gerais da sociedade brasileira, quer dizer, essa parcela da população rural de menor renda, também tem dificuldades de acesso à educação, não só educação formal, mas à capacitação, nós temos isso no cenário, há avanços, mas eu acho que ainda são distantes de proporcionar à população de menor renda no meio rural um acesso a esses mecanismos de formação. Eu acho que a infra-estrutura no meio rural de assistência à saúde, à escola, é muito inferior àquela que existe na cidade. Eu acho que outro problema, também, o pequeno produtor, ele tem muita dificuldade de agregar valor à sua produção, o pequeno produtor, como vende em pequena escala, também não alcança preços de mercado, programas como aquele da CONAB para a agricultura familiar são muito importantes. Aliás, esta é uma característica geral da agricultura, não é um setor que forma preço, tanto quando ela compra seus insumos, os fertilizantes, os agroquímicos, sementes, medicamentos veterinários, máquinas, equipamentos, quando ela compra ela não forma preços, quando ela vende também não forma. São características da agricultura, mas isso ainda é mais grave no caso do pequeno produtor, por causa da escala dele, não tem poder de barganha, nem na compra nem na venda. Então eu acho que esse é um problema sério para melhorar essa distribuição de renda.

Fatores geradores de mudança, eu acho que indiretamente eu aponte nos itens anteriores. Eu acho que os fatores geradores de mudança seriam um programa de reestruturação

agrária, sobretudo no Nordeste e eu acho que também é um problema não só de reestruturação, mas de regularização da propriedade da terra. Há regiões em que além do problema da concentração da terra e da redistribuição, você tem áreas onde as pessoas não têm titulação da terra, também sem acesso às políticas agrícolas. Então os fatores geradores seriam aqueles que superariam os problemas que eu apontei antes, a educação, a capacitação, a saúde, assistência técnica.

**2 - Evolução histórica** - Com relação à evolução histórica da estrutura social e da repartição de renda, na agricultura brasileira, houve mudanças, inegavelmente, a legislação do trabalho, como a gente acabou de comentar, ao longo dos últimos anos houve um processo de redistribuição de terra no Brasil, fala-se de vários números, 500, 600 mil famílias nos assentamentos do INCRA, houve avanços, houve mudanças, o próprio PRONAF, mas é claro que ainda são insuficientes se a gente busca uma sociedade menos desigual. Bom, eu acho que houve mudanças, não podemos deixar de dizer, mas é preciso avançar mais, tá certo?

Maior leque de oportunidades? Eu acho que sim, sobretudo os quatro primeiros estratos, o de empregadores, administradores, abriu um campo novo, os agricultores familiares, aqueles que têm acesso ao PRONAF, os empregados agrícolas protegidos pela legislação. Agora, eu acho que empregados agrícolas desprotegidos (informais) e aquela parcela ainda grande de produtores (além dos sem terra que são desprotegidos), de pequenos produtores que ainda não têm acesso a esses mecanismos, eles de fato, estão à margem desse processo. Então, houve avanço, mas está restrito a esses primeiros segmentos. Eu acrescentaria outro, aqueles que têm a posse da terra em pequenas áreas, mas não têm acesso ainda nem ao PRONAF. Eu acho que estão à margem.

**3 - Chances de melhoria** - Eu acho que sim, acho que há chances de melhoria, principalmente para esses estratos proprietários empregadores, administradores, agricultores familiares que têm acesso a esses programas, tipo PRONAF e garantia de renda e obviamente os empregados protegidos, os demais eu não creio. Condições para um modelo mais equitativo. A médio prazo e curto prazo eu não vejo, nós estamos tendo

mudanças, mas, em meu ponto de vista, é um processo lento, na minha avaliação não vejo em um horizonte próximo.

Há necessidade de mudanças. Como na sociedade brasileira, nós temos grandes problemas na sociedade brasileira, inclusive um dos obstáculos ao desenvolvimento é a excessiva concentração da renda. Se a gente tivesse uma maior participação do salário, por exemplo, na renda geral, sem dúvida alguma, significaria um grande aumento de tudo na economia, gerando empregos, com efeito multiplicador. Basta ver que os programas sociais que avançaram bastante nos últimos anos o impacto positivo que eles tiveram na formação de um mercado nacional. Então eu não tenho dúvida alguma que a resposta é positiva neste caso, mas eu acho que é necessária uma alteração na sociedade brasileira e na agricultura em particular. Linhas gerais, seguindo o seu roteiro, é isso.

Eu não vejo em curso um processo de mudança na concentração da renda agrícola num horizonte próximo, mesmo com essas políticas, eu acho que precisaria avançar muito fortemente, por exemplo, tenho conversado com colegas no MDA, grosso modo, porque a gente tem que ser muito cuidadoso quando analisa números. Pega os números do IBGE, no Brasil tem 5 milhões de estabelecimentos rurais, grosso modo (há estabelecimentos de fins de semana, etc. etc.). De qualquer forma, quando você pega hoje no PRONAF, atende mais ou menos um milhão e quinhentas mil famílias, a grande maioria é BB, inclusive, e você tem mais umas 250 mil ou 300 mil famílias de agricultores empresariais. Grosso modo você não chega a dois milhões de famílias atendidas. Tem uma parcela significativa de um milhão e meio a dois milhões, se trabalha com quatro milhões de estabelecimentos, tem ainda uma parcela muito grande sem acesso a nada. À margem. E nós nem temos ainda hoje políticas específicas para esse público. Temos uma parcela significativa que está à margem de toda e qualquer política, ainda hoje. Esse é o grande desafio, o MDA tem consciência disso, mas tem muita dificuldade, porque teria que montar um sistema com uma forte participação dos estados, inclusive, para alcançar essa população.

## **Entrevista 9.**

**Data: 30.07.09.**

**Entrevistado:** Secretário de Política Agrícola. Secretaria de Política Agrícola - Ministério da Agricultura - MA

**1 – Desigualdade e repartição de renda** - Acho que as políticas hoje estão na direção de diminuir a desigualdade. Existem muitos programas e não é verdade que o Brasil não tem uma política agrícola. A agricultura hoje tem três ministérios: o da Agricultura (MA), o do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Pesca (este último antes enquadrado no MA). O MA tem o plano agrícola e pecuário (encontram-se no site do MA os programas e as políticas). O MDA tem o plano para os menores produtores da agricultura familiar. A agricultura familiar tem vários estratos, contando com diferentes níveis de apoio.

O MA apóia a classe média rural (o público do PROGER). Mas faz uma política para todos, inclusive os agricultores familiares. Grosso modo, 100% dos agricultores brasileiros estão contemplados pela política e pelos programas do MA.

Existe uma política agrícola brasileira e é sofisticada. A política agrícola engloba o apoio à produção, à diminuição de risco e à comercialização, através da política de preços. Existem vários instrumentos de apoio a preço. Existem políticas específicas e provavelmente já está no site o plano 2009/2010.

Mas o apoio é no mercado. Por exemplo, se o preço do milho no mercado está abaixo do mínimo, o governo faz o PEP – Plano de escoamento da produção. O mercado reage, o preço melhora e beneficia todos os produtores, mesmo que apenas alguns tenham participado do PEP. Isso é feito com o algodão, o milho, o arroz.

O problema dos empregados e a informalidade: a informalidade é para todo lado, no campo e na cidade, em todos os setores, é um problema do país.

## **2 – Evolução histórica e possibilidades de melhoria -**

Vejo a agricultura de um modo mais abrangente. Os estímulos que a agricultura provoca em seu entorno. No estado do Mato Grosso nasceram muitas cidades com a dinamização da agricultura, cidades que têm hoje, por exemplo, 30 anos. Em regiões agrícolas em que se instalam as agroindústrias a atividade da agricultura estimula o setor de serviços e as cidades se enriquecem. Junto com a agricultura melhora a renda que não é especificamente agrícola. No Mato Grosso há cidades nessa condição que apresentam os melhores índices de IDH. O Paraná é um lugar em que isso também acontece, mas, tratando-se de uma região de desenvolvimento mais antigo, o processo fica um pouco disfarçado, não aparece tanto o papel da agricultura nesse desenvolvimento. Há uma certa consolidação de um padrão mais desenvolvido.

Com relação à década de 1960, maiores oportunidades de maior renda, maior qualificação, mais inserção. A estrutura, hoje, é, com certeza, melhor para todos. Mesmo no Nordeste, que é um caso à parte, há regiões que se desenvolvem muito, como, por exemplo, no Rio Grande do Norte, no Ceará, com tecnologia de primeiro mundo. Também na região do rio São Francisco, com a produção de frutas. Há muita coisa acontecendo. Problemas no Nordeste impactam os indicadores.

Agora, a agricultura familiar varia de A a Z. Por exemplo, a produção de frango e suíno, por agricultores familiares, altamente tecnificados, do agronegócio. Outro exemplo, a produção de maçãs e de uvas, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, por produtores altamente tecnificados. A partir da reestruturação da modernização é que se abrem essas oportunidades.

Dados de exportação: site do Ministério da Indústria e Comércio.

Dados de produção, parte agrícola: site do MA (Ver SRI).

## **Entrevista 10.**

**Data: 14.09.09.**

**Entrevistado:** Secretário substituto da Secretaria da Agricultura Familiar - Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

### **1 – Desigualdade e repartição da renda –**

A agricultura familiar tem uma história. Especialmente a partir de 2003, há muitas ações do governo. É importante ver, no site do MDA – agricultura familiar, as Estatísticas do Meio Rural, produzidas pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e pelo NEAD/MDA, São Paulo, 2008.

Do ponto de vista social: onde há a agricultura familiar há pessoas, tem mais organização da sociedade civil, há desconcentração da renda. Há mais cidades, mais igrejas. A agricultura familiar desencadeia ações que fortalecem os agricultores.

Programas do governo: verificar no site.

### **2 – Evolução histórica –**

Realidade: hoje, dentro da linha Mais Alimentos, 75% da frota de tratores (de até 78 cv) é comercializada com a agricultura familiar. A Associação Nacional dos Fabricante de Veículos Automotores (ANFAVEA) entrou de ponta nesse programa, dentro do programa de investimento e de comercialização, visando a modernização da agricultura familiar.

Peso da agricultura familiar: fornece quase 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

1995: criado o PRONAF.

2003: programas de apoio para que a agricultura familiar cumpra o seu papel.

Para o governo: importância estratégica.

Eficiência econômica: renda por hectare é maior: mais rentável do que a agricultura empresarial.

“O novo retrato da agricultura familiar no Brasil”. Trata da questão da renda. Incra. Ver no site.

Minas e Sul do Brasil: a agricultura familiar é mais tradicional, mais organizada, as condições de vida são melhores porque as condições de vida são melhores para o conjunto da população.

### **3 – Possibilidades de melhoria –**

Hoje: idéia de mercado. As políticas públicas e os programas apóiam-se nas ações do mercado, visando dar suporte aos agricultores familiares.